

**Expediente:**

Associação dos Municípios Alagoanos -AMA

DIRETORIA EXECUTIVA**Presidente:** Hugo Wanderley Cajú - Cacimbinhas**Vice-presidente:** Fernando Sérgio Lira Neto - Maragogi**Secretário Geral:** Angela Vanessa Rocha Pereira Bezerra - São José da Laje**1º Secretário:** Júlio Cezar da Silva - Palmeira dos Índios**2º Secretário:** Amaro Ferreira da Silva Junior - Jacuípe**3º Secretário:** Geraldo Cícero da Silva - Taquarana**1º Tesoureiro:** Pedro Henrique de Jesus Pereira - Teotônio Vilela**2º Tesoureiro:** Jorge Silvio Luengo Galvão - Jundiá**3º Tesoureiro:** José Luiz Vasconcellos dos Anjos - Olho D'água das Flores**CONSELHO FISCAL****Titular:**

Vinícius José Mariano de Lima - Canapi

André Brandão de Almeida - Mar Vermelho

Olavo Calheiros Novais Neto - Murici

Suplente:

Manuilson Andrade Santos - Colônia Leopoldina

Marcelo Ricardo Vasconcelos Lima - Quebrangulo

Adelmo Moreira Calheiros - Capela

COORDENADORIAS REGIONAIS**Coordenador da Região Agreste - Baixo São Francisco:** Manuel Lucas Kummer Feitas dos Santos**Coordenador da Região do Sertão - Theobaldo Cavalcanti Lins Netto****Coordenador da Região Central - João Victor Calheiros Amorim Santos****Coordenador da Região Norte:** Areski Damara de Omena Feitas Junior**Coordenador da Região Metropolitana - Cecília Lima Herrmann Rocha****Coordenador Litoral Norte - Fernando Henrique Lima Cavalcante****Coordenador Litoral Sul - Carlos Felipe Castro Jatobá Lins**

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ANADIA

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a dispensa de licitação em favor da empresa J J DE OLIVEIRA FILHO, inscrita no CNPJ sob o n.º 22.841.383/0001-63, no valor de R\$ 4.850,00 (quatro mil, oitocentos e cinquenta reais), para Contratação dos Serviços de Manutenção e instalação no sistema de sonorização da Câmara Municipal de Anadia, incluindo insumos e componentes necessários para a realização do serviço nos reparos de alto falantes, mesa de som, microfones, rack, cabos, terminais de conexão de microfones da Câmara Municipal de Anadia/AL, localizado na Rua Professor Nicodemos Jobim, nº 35, Centro, no Município de Anadia/AL, conforme especificações constantes no Processo Administrativo nº. 12050003/2022, fundamentada na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica e do Controle Interno.

Publique-se no mural da Câmara de Vereadores de Anadia/AL, conforme determina Lei orgânica municipal.

Anadia, 28 de dezembro de 2022.

EDIRAJAR FALCÃO PEDROSA JÚNIOR

Presidente

Publicado por:

Jailton dos Anjos Oliveira

Código Identificador:FF2617CE

CÂMARA MUNICIPAL DE ANADIA

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a dispensa de licitação em favor da empresa PAULA CRISLAYNE LIMA SOARES 07395243480, inscrita no CNPJ sob o n.º 47.159.271/000158, no valor de R\$ 4.640,00 (quatro mil, seiscentos e quarenta reais), para Confecção e instalação de letras em PVC expandido no plenário da Câmara Municipal de Anadia/AL, localizado na Rua Professor Nicodemos Jobim, nº 35, Centro, no Município de Anadia/AL, conforme especificações constantes no Processo Administrativo nº. 12020002/2022, fundamentada na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica e do Controle Interno.

Publique-se no mural da Câmara de Vereadores de Anadia/AL, conforme determina Lei orgânica municipal.

Anadia, 26 de dezembro de 2022.

EDIRAJAR FALCÃO PEDROSA JÚNIOR

Presidente

Publicado por:

Jailton dos Anjos Oliveira

Código Identificador:671B0F8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E

PLANEJAMENTO

CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2022

AVISO**CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2022**

A Prefeitura Municipal de Anadia, Estado de Alagoas, torna público para conhecimento dos interessados a Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios, do tipo Hortifruti, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, ou suas organizações, destinado ao Programa de Alimenta Brasil - PAB, considerando o disposto no Art. 34 da Lei 14.284/21, Art. 17 do Decreto 10.880/21, do Decreto 8.473/15, do Decreto Lei nº 986/69 e da Resolução GGPA 84/20. O Edital estabelecendo as condições e demais informações necessárias à participação poderá ser obtido na Comissão Permanente de Licitação, no prédio da Prefeitura Municipal de Anadia, com sede na Avenida Moreira Lima, Nº 13, Centro, no horário das 09 às 13 h, de segunda a sexta-feira, ou mediante solicitação por e-mail: cpl.anadia@gmail.com, e a documentação de habilitação e o Projeto de Venda deverão ser entregues até as 13 horas do dia **30 de Janeiro de 2023**, na Comissão Permanente de Licitação do Município.

Anadia/AL, 28 de Dezembro de 2022.

LUCAS GABRIEL VIEIRA ALMEIDA ROCHA

Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
Lucas Gabriel Vieira Almeida Rocha
Código Identificador:D7AF5151

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2022

AVISO
CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2022

A Prefeitura Municipal de Anadia, Estado de Alagoas, torna público para conhecimento dos interessados a Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios (Merenda Escolar) da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, considerando o disposto na Lei 11.947/09, Resolução CD/FNDE nº 26/13 e Resolução CD/FNDE nº 04/15. O Edital estabelecendo as condições e demais informações necessárias à participação poderá ser obtido na Comissão Permanente de Licitação, no prédio da Prefeitura Municipal de Anadia, com sede na Avenida Moreira Lima, Nº 13, Centro, no horário das 09 às 13 h, de segunda a sexta-feira, ou mediante solicitação por e-mail: cpl.anadia@gmail.com, e a documentação de habilitação e o Projeto de Venda deverão ser entregues até as 13 horas do dia **31 de Janeiro de 2023**, na Comissão Permanente de Licitação do Município.

Anadia/AL, 28 de Dezembro de 2022.

LUCAS GABRIEL VIEIRA ALMEIDA ROCHA
Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
Lucas Gabriel Vieira Almeida Rocha
Código Identificador:46E72532

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO Nº 85,
93/2022

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 85/2022

Pregão Eletrônico 29/2022
Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto nº 7.892/13, Decreto Federal 10.024/2019, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA/AL;
Fornecedora Registrada: CONECT COMERCIAL EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 05.098.683/0001-85;
Interveniente: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato representada pela secretária Maria Suzane Almeida Brandão Silva;
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Anadia/AL;
Valor: R\$26.090,00 (vinte e seis mil e noventa reais);
Vigência: 12 meses;
Firmado em: 28/12/2022;
Signatários: José Celino Ribeiro de Lima e Jocelin Santa Rita Neto.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 93/2022

Pregão Eletrônico 29/2022
Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto nº 7.892/13, Decreto Federal 10.024/2019, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA/AL;
Fornecedora Registrada: W.K.M SOLUÇÕES RECNOLÓGICA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 29.529.181/0001-20;
Interveniente: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato representada pela secretária Maria Suzane Almeida Brandão Silva;
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Anadia/AL;
Valor: R\$14.181,85 (quatorze mil, cento e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos);
Vigência: 12 meses;

Firmado em: 28/12/2022;

Signatários: José Celino Ribeiro de Lima e Wellington Klebson de Melo Oliveira.

Publicado por:
Lucas Gabriel Vieira Almeida Rocha
Código Identificador:4946B936

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO Nº 89,
91/2022

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 89/2022

Pregão Eletrônico 29/2022
Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto nº 7.892/13, Decreto Federal 10.024/2019, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA/AL;
Fornecedora Registrada: MARIA VIVIANE NUNES DA SILVA 12312431475, inscrita no CNPJ sob o nº 37.817.730/0001-90;
Interveniente: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato representada pela secretária Maria Suzane Almeida Brandão Silva;
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Anadia/AL;
Valor: R\$15.419,95 (quinze mil, quatrocentos e dezenove reais e noventa e cinco centavos);
Vigência: 12 meses;
Firmado em: 28/12/2022;
Signatários: José Celino Ribeiro de Lima e Maria Viviane Nunes da Silva.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 91/2022

Pregão Eletrônico 29/2022
Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto nº 7.892/13, Decreto Federal 10.024/2019, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA/AL;
Fornecedora Registrada: TJ COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 27.274.178/0001-87;
Interveniente: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato representada pela secretária Maria Suzane Almeida Brandão Silva;
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Anadia/AL;
Valor: R\$3.260,00 (três mil, duzentos e sessenta);
Vigência: 12 meses;
Firmado em: 28/12/2022;
Signatários: José Celino Ribeiro de Lima e Terezinha de Jesus Araujo de Noliveira Bernardineli.

Publicado por:
Lucas Gabriel Vieira Almeida Rocha
Código Identificador:E2D6816C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 86/2022

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 86/2022

Pregão Eletrônico 29/2022
Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto nº 7.892/13, Decreto Federal 10.024/2019, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA/AL;
Fornecedora Registrada: DIGITALPAR INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.861.730/0001-42;
Interveniente: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato representada pela secretária Maria Suzane Almeida Brandão Silva;
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Anadia/AL;

Valor: R\$27.148,18 (vinte e sete mil, cento e quarenta e oito reais e dezoito centavos);
 Vigência: 12 meses;
 Firmado em: 28/12/2022;
 Signatários: José Celino Ribeiro de Lima e Marcio Luis Fink.

Publicado por:
 Lucas Gabriel Vieira Almeida Rocha
Código Identificador:15C0AA85

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 92/2022

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 92/2022

Pregão Eletrônico 29/2022
 Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto nº 7.892/13, Decreto Federal 10.024/2019, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA/AL;
 Fornecedor Registrada: VIVA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.008.831/0001-17;
 Interveniante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato representada pela secretária Maria Suzane Almeida Brandão Silva;
 Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Anadia/AL;
 Valor: R\$7.133,92 (sete mil cento e trinta e três reais e noventa e dois centavos);
 Vigência: 12 meses;
 Firmado em: 28/12/2022;
 Signatários: José Celino Ribeiro de Lima e Silvandro Diego De Araujo Ferreira

Publicado por:
 Lucas Gabriel Vieira Almeida Rocha
Código Identificador:58D0331E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 94/2022

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 94/2022

Pregão Eletrônico 29/2022
 Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto nº 7.892/13, Decreto Federal 10.024/2019, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA/AL;
 Fornecedor Registrada: VOLGA COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.580.139/0001-00;
 Interveniante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato representada pela secretária Maria Suzane Almeida Brandão Silva;
 Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Anadia/AL;
 Valor: R\$82.650,00 (oitenta e dois mil seiscentos e cinquenta reais);
 Vigência: 12 meses;
 Firmado em: 28/12/2022;
 Signatários: José Celino Ribeiro de Lima e Juliana Aparecida Schamne Ferreira.

Publicado por:
 Lucas Gabriel Vieira Almeida Rocha
Código Identificador:CCCC93BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 95/2022

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 95/2022

Pregão Eletrônico 37/2022
 Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto nº 7.892/13, Decreto Federal 10.024/2019, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA/AL;
 Fornecedor Registrada: RADAR REVENDA DE AUTOMOVEIS ARAPIRACA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.440.038/0001-64;
 Interveniante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato representada pela secretária Maria Suzane Almeida Brandão Silva;
 Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS NOVOS ZERO QUILOMETRO, para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Anadia;
 Valor: R\$70.000,00 (setenta mil reais), referente ao item 01;
 Vigência: 12 meses;
 Firmado em: 28/12/2022;
 Signatários: José Celino Ribeiro de Lima e José da Costa Quintino.

Publicado por:
 Lucas Gabriel Vieira Almeida Rocha
Código Identificador:C42E0F9A

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPIRACA
AVISO DE COTAÇÃO

A CAMARA MUNICIPAL DE ARAPIRACA/AL através do Departamento do Setor de Compras informa que está recebendo cotações. OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de serviços de APOIO ADMINISTRATIVO, para atender as demandas da Câmara Municipal de Arapiraca/AL. Prazo para envio das propostas: 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação. Para obter formulário terá acessando o endereço eletrônico: arapiraca.al.leg.br e após ser preenchido a cotação ser enviando através do e-mail oficial: cplcamaraarapiraca@gmail.com.

Arapiraca/AL, 28 de Dezembro de 2022.

Publicado por:
 Junid Lhaison Menezes Silva
Código Identificador:115F2166

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPIRACA
AVISO DE COTAÇÃO

A CAMARA MUNICIPAL DE ARAPIRACA/AL através do Departamento do Setor de Compras informa que está recebendo cotações. OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica junto ao setor de licitações e contratos, para atender as demandas da Câmara Municipal de Arapiraca/AL. Prazo para envio das propostas: 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação. Para obter formulário terá acessando o endereço eletrônico: arapiraca.al.leg.br e após ser preenchido a cotação ser enviando através do e-mail oficial: cplcamaraarapiraca@gmail.com.

Arapiraca/AL, 28 de Dezembro de 2022.

Publicado por:
 Junid Lhaison Menezes Silva
Código Identificador:8EAEC704

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPIRACA
AVISO DE COTAÇÃO

A CAMARA MUNICIPAL DE ARAPIRACA/AL através do Departamento do Setor de Compras informa que está recebendo cotações. OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de serviços de LOCAÇÃO DE SOFTWARES COM SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E LICENCIAMENTO de uso de sistemas de gestão pública, informação e modernização, planejamento e orçamento, transparência pública da execução orçamentária, contratos, licitações e convênios, protocolo e folha de pessoal, para atender as demandas desta Câmara Municipal. Prazo para envio das propostas: 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação. Para obter formulário terá acessando o endereço eletrônico: arapiraca.al.leg.br e após ser preenchido a cotação ser enviando através do e-mail oficial:

cplcamaraarapiraca@gmail.com. Arapiraca/AL, 28 de Dezembro de 2022.

Publicado por:
Junid Lhaison Menezes Silva
Código Identificador:C213E2C7

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO 4298/2022 -

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratificamos a inexigibilidade de licitação para contratação da **EDITORA VELOZ LTDA**, inscrita no CNPJ nº 38.474.794/0001-06, no valor global de **R\$ 1.690.400,00 (um milhão, seiscentos e noventa mil e quatrocentos reais)**, cujo objeto consiste na aquisição por inexigibilidade, de livros e material didático para alunos matriculados na modalidade de Educação de Jovens e Adultos nas unidades educacionais, bem como, os professores que atuam nessa modalidade, na rede municipal de ensino, nos termos do art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre licitações e contratos, no âmbito da Administração Pública e no Parecer nº 4841/2022 – Procuradoria-Geral do Município.

Arapiraca, 28 de dezembro de 2022.

JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Jackson Gomes dos Santos
Código Identificador:FB09109A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO 4313/2022 -

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratificamos a inexigibilidade de licitação para contratação da **EDITORA VELOZ LTDA**, inscrita no CNPJ nº 38.474.794/0001-06, no valor global de **R\$ 5.500.200,00 (cinco milhões, quinhentos mil e duzentos reais)**, cujo objeto consiste na aquisição por inexigibilidade, de livros e material didático para os alunos matriculados na modalidade de Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) nas Unidades Educacionais, bem como, os professores que atuam nessa modalidade, na Rede Municipal de Ensino, nos termos do art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre licitações e contratos, no âmbito da Administração Pública e no Parecer nº 4822/2022 – Procuradoria-Geral do Município.

Arapiraca, 28 de dezembro de 2022.

JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Jackson Gomes dos Santos
Código Identificador:8AF334FB

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO 4320/2022 -

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratificamos a inexigibilidade de licitação para contratação da **EDIÇÕES IPHD – GRÁFICA, EDITORA E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 09.596.757/0001-64, no valor global de **R\$ 2.039.720,00 (dois milhões, trinta e nove mil e setecentos e vinte reais)**, cujo objeto consiste na aquisição por inexigibilidade, de livros e material didático para atender a demanda dos alunos da Educação Infantil – Creches e Pré-Escola do Município de Arapiraca, nos termos do art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre licitações e contratos, no âmbito da Administração Pública e no Parecer nº 4824/2022 – Procuradoria-Geral do Município.

Arapiraca, 26 de dezembro de 2022.

JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Jackson Gomes dos Santos
Código Identificador:A799AEB5

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO SEGUNDO TERMO
ADITIVO DO CONTRATO Nº 2553/2021

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE ARAPIRACA, CNPJ Nº 12.198.693/0001-58, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO, E O SR. GILENO LIMA DA SILVA, CPF Nº 208.773.404-63.

DO OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTES TERMOS ADITIVO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 2553/2021, REFERENTE A LOCAÇÃO DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO LOCADOR, LOCALIZADO NA RUA SÃO FRANCISCO, Nº 1234, BAIRRO OURO PRETO, ARAPIRACA-AL, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO SINE / CCPAR / NÚCLEO DE ARTESANATO / CONSELHO DE EMPREGO E RENDA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO.

DO VALOR: POR FORÇA DESTES INSTRUMENTOS O VALOR GLOBAL DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2553/2021, SERÁ DE R\$ 66.000,00 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: AS DESPESAS ORIUNDAS DESTES TERMOS ADITIVO AO CONTRATO Nº 2553/2021, CORRERÃO POR CONTA DO PROGRAMA DE TRABALHO: 11.11.23.122.0020.2089 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO, ELEMENTO DE DESPESA – 3.3.90.36 – FONTE 0.1.500.1.000010 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA – CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2023.

DA PRORROGAÇÃO: O PRESENTE TERMO ADITIVO, FICA PRORROGADO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2023, EM CONFORMIDADE COM ART. 57, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, E AINDA DA INCLUSÃO DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2023.

DA DATA: 23 DE DEZEMBRO DE 2022.

DOS SIGNATÁRIOS: JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA, CPF Nº 296.681.744-53, P/LOCATÁRIO; ROSA MARIA ÂNGELO DE OLIVEIRA LIRA, CPF Nº 430.715.464-01, P/INTERVENIENTE, GILENO LIMA DA SILVA, CPF Nº 208.773.404-63, P/LOCADOR.

Publicado por:
Yasmin Oliveira Kummer Souza
Código Identificador:2188542A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 77/2022
(UASG: 982705)

Objeto: Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada em confecção de impressos a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Disponibilidade do Edital: a partir de 29/12/2022 no site www.gov.br/compras ou <https://transparencia.arapiraca.al.gov.br/licitacao>.

Entrega das Propostas: a partir de 29/12/2022 às 08h no site www.gov.br/compras.

Abertura das Propostas: dia 11/01/2023, às 09:00h (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras.

Arapiraca – AL, 28 de dezembro de 2022.

GABRIEL DE MELO ALMEIDA
Pregoeiro – Portaria nº 1.096/2022

Publicado por:
Gabriel de Melo Almeida
Código Identificador:39C2B531

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO 4298/2022 -

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratificamos a inexigibilidade de licitação para contratação da **EDITORA VELOZ LTDA**, inscrita no CNPJ nº 38.474.794/0001-06, no valor global de **R\$ 1.690.400,00 (um milhão, seiscentos e noventa mil e quatrocentos reais)**, cujo objeto consiste na aquisição por inexigibilidade, de livros e material didático para alunos matriculados na modalidade de Educação de Jovens e Adultos nas unidades educacionais, bem como, os professores que atuam nessa modalidade, na rede municipal de ensino, nos termos do art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre licitações e contratos, no âmbito da Administração Pública e no Parecer nº 4841/2022 – Procuradoria-Geral do Município.

Arapiraca, 28 de dezembro de 2022.

JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA
 Prefeito

Publicado por:
 Jackson Gomes dos Santos
Código Identificador:DEB22A61

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO SEGUNDO TERMO
ADITIVO AO CONTRATO Nº 2551/2021.

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE ARAPIRACA, CNPJ nº 12.198.693/0001-58, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO, E O SR. GIOVANNI MOREIRA SANTOS, CPF nº 186.891.594-87.

DO OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTE TERMO ADITIVO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 2551/2021, REFERENTE A LOCAÇÃO DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO LOCADOR, LOCALIZADO NA RUA ENGENHEIRO GORDILHO DE CASTRO, Nº 49, BAIRRO CENTRO, ARAPIRACA-AL, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA CASA DO EMPREENDEDOR, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO.

DO VALOR: POR FORÇA DESTE INSTRUMENTO O VALOR GLOBAL DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2551/2021, SERÁ DE R\$ 42.000,00 (QUARENTA E DOIS MIL REAIS).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: AS DESPESAS ORIUNDAS DESTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2551/2021, CORRERÃO POR CONTA DO PROGRAMA DE TRABALHO: 11.11.23.122.0020.2089 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO, ELEMENTO DE DESPESA - 3.3.90.36 – FONTE 0.1.500.1.000010 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA – CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2023.

DA PRORROGAÇÃO: O PRESENTE TERMO ADITIVO, FICA PRORROGADO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2023, EM CONFORMIDADE COM ART. 57, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, E AINDA DA INCLUSÃO DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2023.

DA DATA: 26 DE DEZEMBRO DE 2022.

DOS SIGNATÁRIOS: JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA, CPF Nº 296.681.744-53, P/LOCATÁRIO; ROSA MARIA ÂNGELO DE OLIVEIRA LIRA, CPF Nº 430.715.464-01, P/INTERVENIENTE, GIOVANNI MOREIRA SANTOS, CPF Nº 186.891.594-87, P/LOCADOR.

Publicado por:
 Luiz Talvane Barbosa Silva
Código Identificador:1FBB45E6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2022
(UASG: 982705)

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para a locação de impressoras, incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com a substituição de peças, componentes e materiais utilizados na manutenção, bem como o fornecimento de insumos originais, exceto papel, para atender as demandas das Secretarias/Órgãos da Prefeitura Municipal de Arapiraca.

Disponibilidade do Edital: a partir de 29/12/2022 no site www.gov.br/compras ou <https://transparencia.arapiraca.al.gov.br/licitacoes>. Entrega das Propostas: a partir de 29/12/2022 às 8h no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: dia 17/01/2023, às 9h (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras.

Arapiraca – AL, 28 de dezembro de 2022.

MARA MIRELLE SOARES DE OLIVEIRA VALERIANO
 Pregoeira – Portaria nº 1.096/2022

Publicado por:
 Mara Mirelle Soares de Oliveira Valeriano
Código Identificador:BA18A6F7

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA
1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO
CONTRATO DE Nº 16155.2021/2022, QUE ENTRE SI
CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE ARAPIRACA,
E DO OUTRO A EMPRESA ORION CONSTRUTORA LTDA

1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO DE Nº 16155.2021/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE ARAPIRACA, E DO OUTRO A EMPRESA ORION CONSTRUTORA LTDA .

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE ARAPIRACA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 12.198.693/0001-58, com sede no Centro Administrativo Antônio Rocha, situado na Rua Samaritana, nº 1.185, Bairro Santa Edwiges – Arapiraca - AL, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. José Luciano Barbosa da Silva, inscrito no CPF sob o nº 296.681.744-53.

CONTRATADA: ORION CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.629.106/0001-23, sediada na Rua Senador Teotônio Vilela Filho, nº 240, Edif. Lays nº 107, bairro Centro, Craíbas – AL, neste ato representada por Tarlan Batista Brunet, inscrito no CPF sob o nº 0107.543.914-16.

RESOLVEM firmar o presente Termo Aditivo, tudo na conformidade com as condições e instruções contidas no **Processo Administrativo nº 1.767/2022**, com fundamento na Lei nº 8.666/93, e sua legislação subsequente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem como objeto é Obras e serviços de Construção de uma Quadra Coberta com Vestiário FNDE, na Escola de Ensino Fundamental Domingos Lopes da Silva, no município de Arapiraca/ AL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Por força deste Termo Aditivo ao Contrato nº 16155.2021/2022, fica prorrogado por mais 06 (seis) meses, a partir do encerramento da vigência contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas resultantes deste Termo Aditivo correrão por conta do Programa de Trabalho 06.60.12.361.2010.1116 – Construção de Unidades Educacionais e Elementos de despesa 4.4.9.0.51.0030.2– FUNDEB.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente Termo.

E, por estarem justos e acordes, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, que igualmente o subscrevem.

Arapiraca, 01 de novembro de 2022

JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA

Prefeito
Contratante

TARLAN BATISTA BRUNET

Orion Construtora Ltda
Contratada

Publicado por:
Gean Fábio Carvalho de Oliveira
Código Identificador:8F542EB4

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA
PORTARIA Nº 475 DE 25 DE ABRIL DE 2016

PORTARIA Nº 475 de 25 de abril de 2016.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 51, IX, XIII da Lei Orgânica Municipal, tendo em vista o que consta do Processo nº 1.574/2015 - SMGPPD

R E S O L V E:

Aposentar Compulsoriamente, com Proventos Proporcionais, o servidor **ANTONIO VICENTE BATISTA**, portador da matrícula 3287-5, CPF 280.734.444-53 e RG Nº 442.316 SSP/AL, nascido em 20.09.1945, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Cargos Permanente do Poder Executivo do Município, nos termos do Art.40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o Art. 29, § Único da Lei Municipal nº 2.213/2001 - que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município, calculados a base de 30/35 (trinta e trinta cinco avos) sobre a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, acrescidos das vantagens relativas aos adicionais por tempo de serviço referente a 30% (trinta por cento) de quinquênio sobre o vencimento base do cargo que ocupa, com fulcro no art. 71 do Texto consolidado das Leis 1782/93 e 2008/98 – Regime Jurídico único dos Servidores Públicos Municipais.

Dê-se ciência e cumpra-se.

CELIA MARIA BARBOSA ROCHA

Prefeita

FERNANDO JOSÉ ALCÂNTARA DUCA

Secretário M. de Gestão de Pessoas, Patrimônio e Documentos

Esta Portaria foi publicada e registrada no Quadro de Avisos do Centro Administrativo Antonio Rocha, conforme os termos do Art. 9º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Lei Orgânica do Município, aos 25 dias do mês de abril do ano de 2016.

MARIA ROSÂNGELA BRITO FERREIRA SILVA

Responsável pela Diretoria de Administração

Publicado por:

Gean Fábio Carvalho de Oliveira

Código Identificador:268662F1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA
PORTARIA Nº 512 DE 18 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 512 de 18 de maio de 2016.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 51, IX, XIII da Lei Orgânica Municipal, tendo em vista o que consta do Processo nº 1.670/2015 - SMGPPD

R E S O L V E:

Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade, com Proventos Integrais, **HILDEBRANDO PEDRO DA SILVA**, portador do CPF: 162.615.184-91 e RG 295.549 SSP/AL **Agente de Manutenção**, matrícula 0035, matriz do Grupo Ocupacional de Apoio 1, anexo III, inciso II, vencimento CEC-1, do Quadro de Cargos do Poder Legislativo do Município, na conformidade do Art.40, § 1º, inciso III, alínea “a”, da CF/88, com nova redação dada pelo Art. 6º da EC 41/2003 c/c Art.30, inciso I, II e III, da Lei Municipal nº 2.213/2001 - que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município, calculados sobre a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, acrescidos do adicional por tempo de serviço relativo a 25% (vinte e cinco por cento) de quinquênio sobre o vencimento base do cargo que ocupa, com fulcro no art. 71 do Texto consolidado das Leis 1782/93 e 2008/98 – Regime Jurídico único dos Servidores Públicos Municipais.

Dê-se ciência e cumpra-se.

CELIA MARIA BARBOSA ROCHA

Prefeita

FERNANDO JOSÉ ALCÂNTARA DUCA

Secretário M. de Gestão de Pessoas, Patrimônio e Documentos

Esta Portaria foi publicada e registrada no Quadro de Avisos do Centro Administrativo Antonio Rocha, conforme os termos do Art. 9º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Lei Orgânica do Município, aos 18 dias do mês de maio do ano de 2016.

MARIA ROSÂNGELA BRITO FERREIRA SILVA

Responsável pela Diretoria de Administração

Publicado por:

Gean Fábio Carvalho de Oliveira

Código Identificador:DE43A01E

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA
PORTARIA Nº 098 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA Nº 098 de 03 de fevereiro de 2015.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 51, IX, XIII da Lei Orgânica Municipal, tendo em vista o que consta do Processo nº 710/2011:

R E S O L V E:

Retificar a Portaria 292 de 24 de fevereiro de 2011, dando-lhe a seguinte redação: Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade, com Proventos Integrais, a **MARIA JOSÉ SILVA**, portadora de matrícula nº 1872-4 ocupante do Cargo de Professor, matriz de vencimento A-25, classe I, nível 27, do Quadro de Cargos Permanentes do Sistema Público Municipal de Educação, com fulcro na Lei 2.012/1998, alterada pelo Anexo V, da Lei 2.031/1998, na conformidade do Art.40, § 1º, inciso III, alínea “a” e § 5º, da CF/88, c/c o Art. 6º da EC nº 41/2003; e ainda o Art. 30, inciso I, II e III, da Lei Municipal nº 2.213/2001 – que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município, calculados sobre a jornada de trabalho de 25(vinte e cinco) horas semanais, acrescidos do

adicional por tempo de serviço relativo a 25% (vinte e cinco por cento) de quinquênio sobre o vencimento base do cargo que ocupa, com fulcro no art. 71 do Texto consolidado das Leis 1782/93 e 2008/98 – Regime Jurídico único dos Servidores Públicos Municipais.

Dê-se ciência e cumpra-se.

CELIA MARIA BARBOSA ROCHA

Prefeita

MARIA SALETE AMORIM DE SOUZA

Secretário M. de Gestão de Pessoas, Patrimônio e Documentos

Esta Portaria foi publicada e registrada no Quadro de Avisos do Centro Administrativo Antonio Rocha, conforme os termos do Art. 9º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Lei Orgânica do Município, aos 03 dias do mês de fevereiro do ano de 2015.

MARIA ROSÂNGELA BRITO FERREIRA SILVA

Responsável pela Diretoria de Administração

Publicado por:

Gean Fábio Carvalho de Oliveira
Código Identificador: B0DFEA2E

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA
PORTARIA Nº 055 DE 20 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA Nº 055 de 20 de janeiro de 2016.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 51, IX, XIII da Lei Orgânica Municipal, tendo em vista o que consta do Processo nº 1.138/2015 - SMGPPD

R E S O L V E:

Conceder Aposentadoria por Tempo e Contribuição e Idade, com Proventos Integrais, a servidora **MARIA BARBOSA DOS SANTOS**, portador da matrícula 3089-9, CPF 533.561.874/49 e RG Nº 763.116 SSP/AL, ocupante do Cargo de Atendente de Saúde, do Quadro de Cargos Parte Suplementar do Poder Executivo Municipal, na conformidade do Art.40, § 1º, inciso III, alínea “a”, com a nova redação dada pelo Art. 6º da CE, 41/2003, c/c Art. 30, incisos I, II e III Lei Municipal nº 2.213/2001 – que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município, calculados sobre a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, acrescidos das vantagens relativas aos adicionais por tempo de serviço referente a 30% (trinta por cento) de quinquênio sobre o vencimento base do cargo que ocupa, com fulcro no art. 71 do Texto consolidado das Leis 1782/93 e 2008/98 – Regime Jurídico único dos Servidores Públicos Municipais.

Dê-se ciência e cumpra-se.

CELIA MARIA BARBOSA ROCHA

Prefeita

FERNANDO JOSÉ ALCÂNTARA DUCA

Secretário M. de Gestão de Pessoas, Patrimônio e Documentos

Esta Portaria foi publicada e registrada no Quadro de Avisos do Centro Administrativo Antonio Rocha, conforme os termos do Art. 9º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Lei Orgânica do Município, aos 20 dias do mês de janeiro do ano de 2016.

MARIA ROSÂNGELA BRITO FERREIRA SILVA

Responsável pela Diretoria de Administração

Publicado por:

Gean Fábio Carvalho de Oliveira
Código Identificador: C1475497

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA
PORTARIA GP N.º 1. 634 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022**

PORTARIA GP N.º 1. 634 de 26 de Dezembro de 2022

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 51, IX, XIII da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1.408/2014 – SMGPPD;

R E S O L V E:

Art. 1º Retificar a Portaria de Nº 133 de 19 de fevereiro de 2015, por incorreção que conceder a **JULIA MIGUEL DA SILVA**, portadora do CPF nº 926.990.494/68e RG, nº 1.281.435 SSP/AL, **Pensão por morte** de seu cônjuge MANOEL VICENTE DA SILVA, ex- servidor inativo desta municipalidade, ocupante do Cargo de Eletricista, portadora da matrícula nº 553-3, falecido em 04 de dezembro de 2014, nos termos do Art.40, § 7º inciso I, § 8º, da Constituição Federal de 1988, observando-se os termos da EC de nº 41/03, c/c o Art. 8º, inciso I, Art. 27, inciso II, alínea “a”, Art. 46, Art. 47, inciso I e Art. 48 e 49, da Lei 2.213/2001 - que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de dezembro de 2014. Municipais.

Dê-se ciência e cumpra-se.

JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA

Prefeito

MARIA ARLUCE DE CERQUEIRA SILVA

Secretária M. de Gestão Pública

Esta Portaria foi publicada e registrada no Quadro de Avisos do Centro Administrativo Antonio Rocha, conforme os termos do Art. 9º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Lei Orgânica do Município, aos 26 dias do mês de dezembro do ano de 2022.

MARIA ROSÂNGELA BRITO FERREIRA SILVA

Coord. Especial I – Atos e Registros Administrativos

Publicado por:

Gean Fábio Carvalho de Oliveira
Código Identificador: A56DAEB5

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO MIGUEL**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN., FINANÇAS E
PLANEJAMENTO
EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO MIGUEL/AL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2022
PROCESSO: 0729.0047/2022 PE 34/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO MIGUEL/AL, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 12.263.869/0001-08.

FORNECEDORA REGISTRADA: **METALURGICA TRIUNFO LTDA**, CNPJ **44.746.467/0001-50** foi vencedora dos ITENS **58 e 59**.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS** para atender as necessidades das Secretarias deste Município.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 12 meses, a partir da data da assinatura.
DATA DE ASSINATURA: 28/12/2022.

VALOR GLOBAL DA ATA: R\$ 83.520,00 (oitenta e três mil e quinhentos e vinte reais).

SIGNATÁRIOS: **Benedito de Lira**, pela CONTRATANTE; e **Bruno Vicente Mauricio Neto**, pela CONTRATADA.

Publicado por:

Daniele Marques dos Santos
Código Identificador: 84625E3D

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN., FINANÇAS E
PLANEJAMENTO
EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 149/2022
PROCESSO: 0729.0047/2022 PE 34/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO MIGUEL/AL, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 12.263.869/0001-08.

FORNECEDORA REGISTRADA: **DJALMA IVO DE FREITAS EIRELI**, CNPJ **30.283.669/0001-07** foi vencedora dos ITENS **24, 25, 30, 31, 52, 53, 54, 55, 89, 90, 91 e 92**.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS** para atender as necessidades das Secretarias deste Município.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 12 meses, a partir da data da assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 28/12/2022.

VALOR GLOBAL DA ATA: R\$ 410.475,00 (quatrocentos e dez mil e quatrocentos e setenta e cinco reais).

SIGNATÁRIOS: **Benedito de Lira**, pela CONTRATANTE; e **Djama Ivo de Freitas**, pela CONTRATADA.

Publicado por:
Daniele Marques dos Santos
Código Identificador:847972F9

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN., FINANÇAS E
PLANEJAMENTO
EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2022
PROCESSO: 0818.0021/2022 PE 33/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO MIGUEL/AL, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 12.263.869/0001-08.

FORNECEDORA REGISTRADA: **LIVRARIA E PAPELARIA RENASCER LTDA**, CNPJ **10.849.617/0001-30** foi vencedora do ITEM **27**.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS** para atender as necessidades das Secretarias deste Município.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 12 meses, a partir da data da assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 28/12/2022.

VALOR GLOBAL DA ATA: R\$ 16.000,00 (dezesseis mil).

SIGNATÁRIOS: **Benedito de Lira**, pela CONTRATANTE; e **Rosaly dos Santos**, pela CONTRATADA.

Publicado por:
Daniele Marques dos Santos
Código Identificador:EEB51570

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN., FINANÇAS E
PLANEJAMENTO
EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 158/2022
PROCESSO: 0818.0021/2022 PE 33/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO MIGUEL/AL, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 12.263.869/0001-08.

FORNECEDORA REGISTRADA: **C KOZAR DOS SANTOS INFO ELETRO**, CNPJ **32.314.972/0001-47** foi vencedora do ITEM **36**.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS** para atender as necessidades das Secretarias deste Município.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 12 meses, a partir da data da assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 28/12/2022.

VALOR GLOBAL DA ATA: R\$ 16.495,00 (dezesseis mil quatrocentos e noventa e cinco reais).

SIGNATÁRIOS: **Benedito de Lira**, pela CONTRATANTE; e **Carolina Kozar dos Santos**, pela CONTRATADA.

Publicado por:
Daniele Marques dos Santos
Código Identificador:D5664CE2

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN., FINANÇAS E
PLANEJAMENTO
EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO MIGUEL/AL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2022

PROCESSO: 0818.0021/2022 PE 33/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO MIGUEL/AL, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 12.263.869/0001-08.

FORNECEDORA REGISTRADA: **N C F ROCHA EIRELI**, CNPJ **34.596.450/0001-00** foi vencedora dos ITENS **6,7 e 8**.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS** para atender as necessidades das Secretarias deste Município.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 12 meses, a partir da data da assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 28/12/2022.

VALOR GLOBAL DA ATA: R\$ 123.800,00 (cento e vinte e três mil e oitocentos reais).

SIGNATÁRIOS: **Benedito de Lira**, pela CONTRATANTE; e **Neudslaine Cristina Ferreira Rocha**, pela CONTRATADA.

Publicado por:
Daniele Marques dos Santos
Código Identificador:43ED7E81

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN., FINANÇAS E
PLANEJAMENTO
EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2022
PROCESSO: 0729.0047/2022 PE 34/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO MIGUEL/AL, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 12.263.869/0001-08.

FORNECEDORA REGISTRADA: **CEZARIOS MOVEIS E COMERCIO LTDA**, CNPJ **03.016.072/0001-15** foi vencedora dos ITENS **36, 40, 57 e 62**.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS** para atender as necessidades das Secretarias deste Município.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 12 meses, a partir da data da assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 28/12/2022.

VALOR GLOBAL DA ATA: R\$ 96.208,00 (noventa e seis mil, duzentos e oito reais).

SIGNATÁRIOS: **Benedito de Lira**, pela CONTRATANTE; e **Juliana Cezário Fortes**, pela CONTRATADA.

Publicado por:
Daniele Marques dos Santos
Código Identificador:793852C0

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN., FINANÇAS E
PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO**

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 03/2022 – CPL/BSM
PROCESSO ADMINISTRATIVO E: 1216.0039/2022

A Prefeitura Municipal de Barra de São Miguel, através da Comissão Permanente de Licitações, comunica as empresas interessadas que fará realizar às 10:00 horas do dia 31 de janeiro de 2023, na sala de reuniões da CPL/BSM, na Praça Valdomiro Otávio Nascimento, s/n, Centro - Barra de São Miguel/AL, em sessão pública, a Concorrência nº 03/2022 –CPL/BSM, tendo como objeto a contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de Drenagem e

Pavimentação em Diversas Ruas do Município de Barra de São Miguel, com extensão aproximada de 10,30 km, de conformidade com o Projeto Básico que integra o Edital. A presente licitação e a contratação dela decorrente têm fundamento legal na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente. A apresentação das Documentações e Propostas deverá obedecer ao horário e data supramencionada e o Edital encontra-se à disposição dos interessados no horário das 08:00 às 13:00 horas na sede da CPL/BSM ou através do e-mail: licitabarra22@hotmail.com.

Barra de São Miguel, 28 de dezembro de 2022.

ELDER DAMASCENO LIMA

Presidente da CPL/BSM

Publicado por:

Daniele Marques dos Santos

Código Identificador:C0DF5C80

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN., FINANÇAS E
PLANEJAMENTO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Em cumprimento ao Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, considerando o que consta dos autos do presente processo, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** para contratação da Banda SOM DE VINIL para realização de show artístico no réveillon 2022 no município de Barra de São Miguel/AL, através da Empresa **Bloomover Comunicação Interativa Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.003.952/0001-24 no valor global de **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)**., com fulcro no art. 25, inc. III, do mesmo diploma legal.

Barra de São Miguel/AL, 27 de dezembro de 2022.

BENEDITO DE LIRA

Prefeito

Publicado por:

Daniele Marques dos Santos

Código Identificador:22F2B139

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN., FINANÇAS E
PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº26/2022

PROCESSO: 1212.0011.2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO MIGUEL/AL, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 12.263.869/0001-08.

CONTRATADA: **BLOOMOVER COMUNICAÇÃO INTERATIVA LTDA**, inscrita no CNPJ Nº18.003.952/0001-24.

OBJETO: Contratação da Banda SOM DE VINIL para realização de show artístico no réveillon 2022 no município de Barra de São Miguel/AL.

DATA DA ASSINATURA: 28/12/2022

VIGÊNCIA: 30 dias da data da publicação, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da lei nº 8.666, de 1993.

VALOR DO CONTRATO: R\$15.000,00 (quinze mil reais)

SIGNATÁRIOS: **BENEDITO DE LIRA**, pela CONTRATANTE; e **KELLY CRISTINA MARANHÃO CALAZANS MONTONI LYRA**, pela CONTRATADA.

Publicado por:

Daniele Marques dos Santos

Código Identificador:7D6A4639

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN., FINANÇAS E
PLANEJAMENTO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Em cumprimento ao Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, considerando o que consta dos autos do presente processo, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** para

contratação do DJ LEO BITTES para realização de show artístico no réveillon 2022 no município de Barra de São Miguel/AL, através do Leandro Henrique Bittencourt Vasconcelos Pontes, **inscrito no CPF sob o nº 116.991.394-66 no valor global de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**., com fulcro no art. 25, inc. III, do mesmo diploma legal.

Barra de São Miguel/AL, 27 de dezembro de 2022.

BENEDITO DE LIRA

Prefeito

Publicado por:

Daniele Marques dos Santos

Código Identificador:33EB0128

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN., FINANÇAS E
PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO**

ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO MIGUEL

EXTRATO DO CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº27/2022

PROCESSO: 1129.0039.2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO MIGUEL/AL, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 12.263.869/0001-08.

CONTRATADA: Leandro Henrique Bittencourt Vasconcelos Pontes, inscrita no CPF Nº 116.991.394-66.

OBJETO: Contratação do DJ LEO BITTES para realização de show artístico no réveillon 2022 no município de Barra de São Miguel/AL.

DATA DA ASSINATURA: 28/12/2022

VIGÊNCIA: 30 dias da data da publicação, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da lei nº 8.666, de 1993.

VALOR DO CONTRATO: R\$4.000,00 (quatro mil reais)

SIGNATÁRIOS: **BENEDITO DE LIRA**, pela CONTRATANTE; e **LEANDRO HENRIQUE BITTENCOURT VASCONCELOS PONTES**, pela CONTRATADA.

Publicado por:

Daniele Marques dos Santos

Código Identificador:9AE50CF6

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN., FINANÇAS E
PLANEJAMENTO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Em cumprimento ao Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, considerando o que consta dos autos do presente processo, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** para contratação da Banda CANIBAL para realização de show artístico no réveillon 2022 no município de Barra de São Miguel/AL, através da Empresa **SUPREMA PROMOÇÕES E EVENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.552.328/0001-74 no valor global de **R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)**., com fulcro no art. 25, inc. III, do mesmo diploma legal.

Barra de São Miguel/AL, 27 de dezembro de 2022.

BENEDITO DE LIRA

Prefeito

Publicado por:

Daniele Marques dos Santos

Código Identificador:A6B213B7

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN., FINANÇAS E
PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº24/2022

PROCESSO: 1208.0002.2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO MIGUEL/AL, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 12.263.869/0001-08.

CONTRATADA: **SUPREMA PROMOÇÕES E EVENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ Nº10.552.328/0001-74.

OBJETO: Contratação da Banda CANIBAL para realização de show artístico no réveillon 2022 no município de Barra de São Miguel/AL.
 DATA DA ASSINATURA: 28/12/2022
 VIGÊNCIA: 30 dias da data da publicação, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da lei nº 8.666, de 1993.
 VALOR DO CONTRATO: R\$23.000,00 (vinte e três mil reais)
 SIGNATÁRIOS: **BENEDITO DE LIRA**, pela CONTRATANTE; e **ANDRÉ NORMANDE DE MENDONÇA BRAGA**, pela CONTRATADA.

Publicado por:
 Daniele Marques dos Santos
 Código Identificador:8D7A288A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN., FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Em cumprimento ao Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, considerando o que consta dos autos do presente processo, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** para contratação da Banda SANDY & MARCKELYNE para realização de show artístico no réveillon 2022 no município de Barra de São Miguel/AL, através do Seu Representante Legal o Sr. Marcelo Ramires Pinto, inscrito no CPF sob o nº 047.215.854-62 no valor global de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), com fulcro no art. 25, inc. III, do mesmo diploma legal.

Barra de São Miguel/AL, 27 de dezembro de 2022.

BENEDITO DE LIRA
 Prefeito

Publicado por:
 Daniele Marques dos Santos
 Código Identificador:A050A5E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN., FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº25/2022
 PROCESSO: 1205.0018.2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO MIGUEL/AL, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 12.263.869/0001-08.

CONTRATADA: Banda SANDY & MARCKELYNE, através do Seu Representante Legal o Sr. Marcelo Ramires Pinto, inscrito no CPF sob o nº 047.215.854-62.

OBJETO: Contratação da BANDA SANDY & MARCKELYNE para realização de show artístico no réveillon 2022 no município de Barra de São Miguel/AL.

DATA DA ASSINATURA: 28/12/2022

VIGÊNCIA: 30 dias da data da publicação, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da lei nº 8.666, de 1993.

VALOR DO CONTRATO: R\$10.500,00 (dez mil e quinhentos reais)
 SIGNATÁRIOS: **BENEDITO DE LIRA**, pela CONTRATANTE; e **MARCELO RAMIRES PINTO**, pela CONTRATADA.

Publicado por:
 Daniele Marques dos Santos
 Código Identificador:46AC6036

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN., FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2022

PROCESSO: 1110.0010.2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO MIGUEL/AL, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 12.263.869/0001-08.

CONTRATADA: **JEYTCH COMERCIAL E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 71.985.014/0001-50.

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE 06 (seis) GABINETES DE RECARGA, TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO-CHOMEBOOK.**

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2022.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro do corrente ano, sendo prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

VALOR GLOBAL: R\$29.122,56 (vinte e nove mil cento e vinte e dois reais e cinquenta e seis centavos)

SIGNATÁRIOS: **Benedito de Lira**, pela CONTRATANTE; e **Redjane Almeida Gonçalves de Santana**, pela CONTRATADA.

Publicado por:
 Daniele Marques dos Santos
 Código Identificador:62F65DDF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN., FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DEBARRA DE SÃO MIGUEL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 24/2022

PROCESSO: 1110.0010.2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO MIGUEL/AL, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 12.263.869/0001-08.

CONTRATADA: **MULTILASER INDUSTRIAL S.A.**, inscrita no CNPJ Nº 59.717.553.0006-17.

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE 216 (duzentos e dezesseis) CHOMEBOOKS.**

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2022.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro do corrente ano, sendo prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

VALOR GLOBAL: R\$561.600,00 (quinhentos e sessenta e um mil, seiscentos reais)

SIGNATÁRIOS: **Benedito de Lira**, pela CONTRATANTE; e **Marcel Reno**, pela CONTRATADA.

Publicado por:
 Daniele Marques dos Santos
 Código Identificador:DF23A3E9

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRANQUINHA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO 053/2022

Fundamento Legal: Art. 25, Inciso III da Lei 8.666/93

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRANQUINHA/AL.**

Contratada: **XT Entretenimento LTDA.**

Objeto: **Contratação de empresa para prestação de serviços artísticos da Banda Michele Andrade.**

Valor: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

Celebração: 27/12/2022;

Prazo: 12 (Doze) meses;

Signatários: **Raimundo José de Freitas Lopes e Ana Larissa de Almeida e Silva**

Publicado por:
 Ramon Gomes da Silva
 Código Identificador:ADCD3B9D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO 050/2022

Fundamento Legal: Art. 25, Inciso III da Lei 8.666/93

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRANQUINHA/AL.**

Contratada: **MUSICAL CAVALEIROS DO FORRÓ LTDA.**

Objeto: **Contratação de empresa para prestação de serviços artísticos da Banda Cavaleiros do Forró.**

Valor: R\$ 100.000,00 (cem mil reais),

Celebração: 27/12/2022;
 Prazo: 12 (Doze) meses;
 Signatários: **Raimundo José de Freitas Lopes e Janine Santos de Melo Lago.**

Publicado por:
 Ramon Gomes da Silva
Código Identificador:FB54449F

**GABINETE DO PREFEITO
 EXTRATO DO CONTRATO 031/2022**

Fundamento Legal: Lei 8.666/93; Lei 10.520/02; Lei 8.078/90
 Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRANQUINHA/AL.**
 Contratada: **VD – EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA**
 Objeto: **Contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas e hospedagens.**
 Taxa de Administração: 2,4%
 Celebração: 26/11/2022;
 Prazo: 12 (Doze) meses;
 Signatários: **Raimundo José de Freitas Lopes e Vera Lucia Santos Panar.**

Publicado por:
 Ramon Gomes da Silva
Código Identificador:FB1C7929

**GABINETE DO PREFEITO
 EXTRATO DO CONTRATO 052/2022**

Fundamento Legal: Decreto 7892/13
 Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRANQUINHA/AL.**
 Contratada: **INNOVA TECNOLOGIA EDUCACIONAL LTDA.**
 Objeto: **Contratação de empresa para aquisição de material lúdico Pedagógico e Laboratórios Multidisciplinares Fundamental I e II, para atender as necessidades da Secretaria Municipal Educação de Branquinha/AL;**
 Valor: R\$ 950.200,00 (Novecentos e cinquenta mil e duzentos reais)
 Celebração: 27/12/2022;
 Prazo: 12 (Doze) meses;
 Signatários: **Raimundo José de Freitas Lopes e Luiz Welligton Santos Moreira.**

Publicado por:
 Ramon Gomes da Silva
Código Identificador:934384E2

**GABINETE DO PREFEITO
 EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO 08/2022**

Fundamento Legal: Decreto 7892/13
 Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRANQUINHA/AL.**
 Contratada: **INNOVA TECNOLOGIA EDUCACIONAL LTDA.**
 Objeto: **Contratação de empresa para aquisição de material lúdico Pedagógico e Laboratórios Multidisciplinares Fundamental I e II, para atender as necessidades da Secretaria Municipal Educação de Branquinha/AL;**
 Valor: R\$ 950.200,00 (Novecentos e cinquenta mil e duzentos reais)
 Celebração: 27/12/2022;
 Prazo: 12 (Doze) meses;
 Signatários: **Raimundo José de Freitas Lopes e Luiz Welligton Santos Moreira.**

Publicado por:
 Ramon Gomes da Silva
Código Identificador:D43BDBA1

**ESTADO DE ALAGOAS
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
 TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO
 ADMINISTRATIVO Nº 322483/2022 - OBJETO: SERVIÇOS
 ARTÍSTICOS PARA AS FESTIVIDADES DE RÉVEILLON
 2022 – WILLY VAQUEIRO COM PARTICIPAÇÃO DE
 SANDY E MARKELYNE**

Consoante as informações procedentes dos autos, entendo necessária a contratação, assim como, presentes os requisitos intrínsecos da Inexigibilidade de licitação, a qual está devidamente instruída.

Declaro que o processo possui adequação orçamentária e financeira para o corrente exercício financeiro, com a Lei Orçamentária Anual, compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos dos incisos I e II, do artigo 16 da Lei Complementar Nº 101/2000.

Desse modo, RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação tombada sob o nº 167/2022 e os entendimentos firmados, AUTORIZO a celebração do instrumento contratual em favor da pessoa jurídica WILLY JUAN FAUSTINO SILVA SANTOS - ME, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº 32.009.930/0001-00, cujo valor total perfaz a ordem de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), referente à prestação de serviços artísticos para as Festividades de Réveillon 2022 – Willy Vaqueiro com participação de Sandy e Markelyne, sob os fundamentos do artigo 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93.

Campo Alegre/AL, 27 de dezembro de 2022.

NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA
 Prefeito

Publicado por:
 Sâmara Mayra da Silva Ferreira
Código Identificador:18574FC9

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
 EXTRATO - CONTRATO Nº 01090167/2022**

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Inexigibilidade nº. 167/2022
 OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS PARA AS FESTIVIDADES DE RÉVEILLON 2022 DE CAMPO ALEGRE
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
 CONTRATADA: WILLY JUAN FAUSTINO SILVA SANTOS
 VALOR: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
 PRAZO: O presente Contrato terá vigência da data de sua assinatura até 27/12/2023 (27 de Dezembro de 2023), por se tratar de fornecimento, não podendo exceder ao respectivo exercício financeiro, nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993
 DATA DA ASSINATURA: 27/12/2022

Campo Alegre, 28 de Dezembro de 2022

NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA
 Prefeito(a)

Publicado por:
 Sâmara Mayra da Silva Ferreira
Código Identificador:1E782035

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
 EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - Nº
 01010116/2022 - PE 116/22**

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico nº. 116/2022
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE POLPAS DE FRUTAS, BOLOS E TORTAS.
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CONTRATADA: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRODUTORES DE POLPAS E BOLOS DOS MORADORES DO CONJUNTO OLIVAL TENORIO COSTA – CPPBCOT

VALOR: R\$ 908.660,02 (novecentos e oito mil e seiscentos e sessenta reais e dois centavos)

PRAZO: O presente Contrato terá vigência da data de sua assinatura até 15/12/2023 (15 de Dezembro de 2023), por se tratar de fornecimento, não podendo exceder ao respectivo exercício financeiro, nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993

DATA DA ASSINATURA: 16/12/2022

Campo Alegre, 28 de Dezembro de 2022

NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA
Prefeito(a)

Publicado por:
Sâmara Mayra da Silva Ferreira
Código Identificador:651A2D8B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO - CONTRATO Nº 01090155/2022

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Inexigibilidade nº. 155/2022
OBJETO: Contratação de microempreendedor individual credenciado para prestação de serviços de diarista independente/ servente/ serviços gerais independente.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
CONTRATADA: ALESSANDRO PEREIRA RODRIGUES 14456971495
VALOR: R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais)
PRAZO: O presente Contrato terá vigência da data de sua assinatura até 22/04/2023(22 de Abril de 2023), por se tratar de fornecimento, não podendo exceder ao respectivo exercício financeiro, nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993
DATA DA ASSINATURA: 05/12/2022

Campo Alegre, 28 de Dezembro de 2022

NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA
Prefeito(a)

Publicado por:
Sâmara Mayra da Silva Ferreira
Código Identificador:F924EED7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - Nº
01010122/2022 - PE 122/22

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico nº. 122/2022
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATÉRIA PRIMA PARA CONFECÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
CONTRATADA: VIDA FRAL INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA
VALOR: R\$ 186.571,00 (cento e oitenta e seis mil e quinhentos e setenta e um reais)
PRAZO: O presente Contrato terá vigência da data de sua assinatura até 22/12/2023(20 de Dezembro de 2023), por se tratar de fornecimento, não podendo exceder ao respectivo exercício financeiro, nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993
DATA DA ASSINATURA: 20/12/2022

Campo Alegre, 28 de Dezembro de 2022

NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA
Prefeito(a)

Publicado por:
Sâmara Mayra da Silva Ferreira
Código Identificador:461DD0F9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - Nº
01010117/2022 - PE 117

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico nº. 117/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TESTES E TODOS OS INSUMOS NECESSÁRIOS COM COMODATO GRATUITO DAS MÁQUINAS, INCLUINDO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
CONTRATADA: FARMAC PRODUTOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA - DEMAIS
VALOR: R\$ 1.464.934,10 (um milhão e quatrocentos e sessenta e quatro mil e novecentos e trinta e quatro reais e dez centavos)
PRAZO: O presente Contrato terá vigência da data de sua assinatura até 26/12/2023(26 de Dezembro de 2023), por se tratar de fornecimento, não podendo exceder ao respectivo exercício financeiro, nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993
DATA DA ASSINATURA: 16/12/2022

Campo Alegre, 28 de Dezembro de 2022

NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA
Prefeito(a)

Publicado por:
Sâmara Mayra da Silva Ferreira
Código Identificador:E4D3B78E

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO - FAPEN
PORTARIA Nº 24 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022 - MARIA
SELMA PORTO DA SILVA

Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAPEN

PORTARIA n.º 24 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA INTEGRAL – ÚLTIMA REMUNERAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 75, INCISO II, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E ARTIGO 20 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, considerando o que consta no Processo Administrativo sob n.º 321420/2022/FAPEN,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Aposentadoria Voluntária Integral, com tempo de serviço/contribuição de 31 anos, 09 meses e 27 dias, à servidora Senhora **MARIA SELMA PORTO DA SILVA**, matrícula n.º 712, nascida em 30/04/1964, inscrita no CPF sob o n.º 397.936.644-87, RG sob o n.º 605173 SESP/AL e PASEP n.º 1.701.982.060-1, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de **Professor**, 25 horas, nível I, classe E, do Quadro de Servidores de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com proventos calculados com base na **última remuneração**, na forma da lei, acrescidos de 03 (três) quinquênios, conforme art. 69-A, da Lei Municipal n.º 548 de 23 de dezembro de 2008, **com paridade**, de acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Campo Alegre, promulgada pela Resolução nº 003 de 20 de dezembro de 2019 e com base na regra de transição prescrita no artigo 20 da Emenda Constitucional n.º 103 de 12 de novembro de 2019, publicada no DOU em 13 de novembro de 2019.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, nos termos do art. 33, inciso V, da Lei Municipal nº 548/2008 – Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Campo Alegre/AL.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA
Prefeito de Campo Alegre

Fundo de Aposentadoria e Pensão de Campo Alegre, no terceiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte e dois.

GÉSSICA CLEIDE DA COSTA

Diretora Presidente – FAPEN

Publicado por:

Maria Denize da Silva

Código Identificador:F679AB84

**FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO - FAPEN
PORTARIA N.º 23 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022 - MARIA
VALDETE DELMIRO DE FRANÇA**

Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAPEN

PORTARIA n.º 23 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

PRESERVANDO O DIREITO ADQUIRIDO, CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 6º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, considerando o que consta no Processo Administrativo sob n.º 321125/2022/FAPEN,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição, com tempo de serviço/contribuição de 33 anos, 03 meses e 04 dias, à servidora Senhora **MARIA VALDETE DELMIRO DE FRANÇA**, matrícula n.º 271, nascida em 07/11/1962, inscrita no CPF sob o n.º 397.658.224-72, RG sob o n.º 984641 SESP/AL e PASEP n.º 1.704.406.149-2, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de **Agente Administrativo**, 40 horas, nível III, classe H, do Quadro de Servidores de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com **proventos integrais**, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, na forma da lei, acrescidos de 04 (quatro) quinquênios, conforme art. 69-A da Lei Municipal n.º 548 de 23 de dezembro de 2008 e art. 68 da Lei Municipal n.º 962/2019, **com paridade**, de acordo com a regra de transição prescrita no artigo 6º da Emenda Constitucional n.º 41 de 19 de dezembro de 2003 e alterações introduzidas pela Emenda Constitucional n.º 47 de 05 de julho de 2005, publicada no DOU em 06 de julho de 2005.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, nos termos do art. 33, inciso V, da Lei Municipal n.º 548/2008 – Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Campo Alegre/AL.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA

Prefeito de Campo Alegre

Fundo de Aposentadoria e Pensão de Campo Alegre, no terceiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte e dois.

GÉSSICA CLEIDE DA COSTA

Diretora Presidente - FAPEN

Publicado por:

Maria Denize da Silva

Código Identificador:1018FD51

**FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO - FAPEN
PORTARIA N.º 25 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022 - MARIA
JOSE COELHO DOS SANTOS**

ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAPEN

PORTARIA n.º 25 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.
CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DO MAGISTÉRIO – ÚLTIMA REMUNERAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 75, INCISO II, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E ARTIGO 20, § 1º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, considerando o que consta no Processo Administrativo sob n.º 321636/2022/FAPEN,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Aposentadoria Voluntária do Magistério, com tempo de serviço/contribuição de 33 anos, 03 meses e 04 dias, à servidora Senhora **MARIA JOSÉ COELHO DOS SANTOS**, matrícula n.º 647, nascida em 01/09/1970, inscrita no CPF sob o n.º 678.000.684-04, RG sob o n.º 960458 SESP/AL e PASEP n.º 1.703.531.941-5, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de **Professor**, 25 horas, nível II, classe I, do Quadro de Servidores de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com proventos calculados com base na **última remuneração**, na forma da lei, acrescidos de 04 (quatro) quinquênios, conforme art. 69-A, da Lei Municipal n.º 548 de 23 de dezembro de 2008, **com paridade**, de acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Campo Alegre, promulgada pela Resolução nº 003 de 20 de dezembro de 2019 e com base na regra de transição prescrita no artigo 20, § 1º da Emenda Constitucional n.º 103 de 12 de novembro de 2019, publicada no DOU em 13 de novembro de 2019.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, nos termos do art. 33, inciso V, da Lei Municipal n.º 548/2008 – Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Campo Alegre/AL.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA

Prefeito de Campo Alegre

Fundo de Aposentadoria e Pensão de Campo Alegre, no terceiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte e dois.

GÉSSICA CLEIDE DA COSTA

Diretora Presidente – FAPEN

Publicado por:

Maria Denize da Silva

Código Identificador:7F492227

**FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO - FAPEN
PORTARIA N.º 04 DE 03 DE MARÇO DE 2022- MARIA
LUZINEIDE CARLOS DE OLIVEIRA**

ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAPEN

PORTARIA n.º 04 DE 03 DE MARÇO DE 2022.

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DO MAGISTÉRIO – ÚLTIMA REMUNERAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 75, INCISO II, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E ARTIGO 20, § 1º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, considerando o que consta no Processo Administrativo sob n.º 249/2022/FAPEN,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Aposentadoria Voluntária do Magistério, com tempo de serviço/contribuição de 26 anos, 02 meses e 27 dias, à servidora Senhora **MARIA LUZINEIDE CARLOS DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 689, nascida em 01/10/1968, inscrita no CPF sob o n.º 651.057.614-72, RG sob o n.º 867987 SEDS/AL e PASEP n.º 1.704.406.122-0, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de **Professor**, 25 horas, nível II, classe H, do Quadro de Servidores de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com proventos calculados com base na **última remuneração**, na forma da lei, acrescidos de 04 (quatro) quinquênios, conforme art. 69-A, da Lei Municipal n.º 548 de 23 de dezembro de 2008, **com paridade**, de acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Campo Alegre, promulgada pela Resolução n.º 003 de 20 de dezembro de 2019 e com base na regra de transição prescrita no artigo 20, § 1º da Emenda Constitucional n.º 103 de 12 de novembro de 2019, publicada no DOU em 13 de novembro de 2019.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, nos termos do art. 33, inciso V, da Lei Municipal n.º 548/2008 – Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Campo Alegre/AL.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA
Prefeito de Campo Alegre

Fundo de Aposentadoria e Pensão de Campo Alegre, no terceiro dia do mês de março de dois mil e vinte e dois.

GÉSSICA CLEIDE DA COSTA
Diretora Presidente – FAPEN

Publicado por:
Maria Denize da Silva
Código Identificador:4963D9E0

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO - FAPEN
PORTARIA N.º 08 DE 02 DE MAIO DE 2022.- VAGNA MARIA BARBOSA DOS SANTOS FERREIRA,

Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAPEN

PORTARIA n.º 08 DE 02 DE MAIO DE 2022.

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA INTEGRAL – ÚLTIMA REMUNERAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 75, INCISO II, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E ARTIGO 20 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, considerando o que consta no Processo Administrativo sob n.º 574/2022/FAPEN,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Aposentadoria Voluntária Integral, com tempo de serviço/contribuição de 31 anos, 07 meses e 02 dias, à servidora Senhora **VAGNA MARIA BARBOSA DOS SANTOS FERREIRA**, matrícula n.º 838, nascida em 23/02/1965, inscrita no CPF sob o n.º 515.306.514-68, RG sob o n.º 752267 SESP/AL e PASEP n.º 1.701.982.067-9, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de **Secretário Escolar**, 40 horas, nível I, classe E, do Quadro de Servidores de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com proventos calculados com base na **última remuneração**, na forma da lei, acrescidos de 03 (três) quinquênios, conforme art. 69-A, da Lei Municipal n.º 548 de 23 de dezembro de 2008, **com paridade**, de acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Campo Alegre, promulgada pela Resolução n.º 003 de 20 de dezembro de 2019 e com base na regra de transição prescrita no artigo 20 da Emenda Constitucional n.º 103 de 12 de novembro de 2019, publicada no DOU em 13 de novembro de 2019.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, nos termos do art. 33, inciso V, da Lei Municipal n.º 548/2008 – Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Campo Alegre/AL.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA
Prefeito de Campo Alegre

Fundo de Aposentadoria e Pensão de Campo Alegre, no segundo dia do mês de maio de dois mil e vinte e dois.

GÉSSICA CLEIDE DA COSTA
Diretora Presidente – FAPEN

Publicado por:
Maria Denize da Silva
Código Identificador:F0C6592F

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAPI

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2022

Espécie: Inexigibilidade de Licitação.
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAPI/AL;
Contratada: **ALEXANDRE CORDEIRO DOS SANTOS 08739563464**, inscrito no CNPJ nº 32.659.109/0001-21.

Objeto: Contratação de empresa responsável pela apresentação de show musical em comemoração aos festejos da Divina Pastora, 42ª edição, no povoado Forquilha, a se realizar no dia 17 de dezembro de 2022, no Município de Canapi/AL.

Valor: R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais);
Celebrado 16/12/2022;
Vigência: 60(sessenta) dias;
Signatários: Vinicius José Mariano de Lima e Alexandre Cordeiro dos Santos.

Publicado por:
Gilmo Malta de Menezes
Código Identificador:399BB744

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COITÉ DO NÓIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00001/2023

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na José Belarmino, 160 - Centro - Coité do Nóia - AL, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo maior desconto, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos leves, pesados, motocicletas, máquinas e implementos agrícolas que compõem a frota do Município de Coité do Nóia, com o fornecimento e troca de todas e quaisquer peças, componentes e acessórios novos que se fizerem necessários para que os veículos sejam mantidos em perfeitas condições de uso. Abertura da sessão pública: **09:00 horas do dia 10 de Janeiro de 2023**. Início da fase de lances: 09:01 horas do dia 10 de Janeiro de 2023. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 7.892/13; Decreto Federal nº 10.024/19; e legislação pertinente,

consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (82) 981186270. E-mail: licitacoes.pmcn@gmail.com. Edital: prefeitura.coitedonoia@gmail.com; www.portaldecompraspublicas.com.br.

Coité do Nóia - AL, 28 de Será vinculada todas as obrigações do Termo de referência, Anexo I. dezembro de 2022

WEULLER DOUGLAS DE ALMEIDA MARTINS -
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Weuller Douglas de Almeida Martins
Código Identificador:A848000C

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔNIA LEOPOLDINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E
TURISMO
EXTRATO DO CONTRATO 98/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 98/2022

Espécie: Inexigibilidade de Licitação.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔNIA LEOPOLDINA/AL;

Contratada: **J B S DOS SANTOS PRODUÇÕES - EPP, CNPJ Nº 45.882.049/0001-53**

Objeto: Contratação de empresa responsável pela apresentação de show musical em comemoração as festividades alusivas aos festejos de São Sebastião do Município de Colônia Leopoldina/AL a se realizar no dia 29 de janeiro de 2023.

Valor: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

Celebrado 13/12/2022;

Vigência: 90 (noventa) dias.

Signatários: Manuilson Andrade Santos e João Batista Silvestre dos Santos.

Publicado por:
Jodimarco Luiz da Silva Dionizio
Código Identificador:B3798925

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E
TURISMO
EXTRATO DO CONTRATO 99/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 99/2022

Espécie: Inexigibilidade de Licitação.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔNIA LEOPOLDINA/AL;

Contratada: **AMANDA FAUSTINO DE LIMA PARENTE LIMITADA - ME, CNPJ Nº 30.784.578/0001-47**

Objeto: Contratação de empresa responsável pela apresentação de show musical em comemoração as festividades alusivas ao Réveillon do Município de Colônia Leopoldina/AL a se realizar entre os dias 31 de dezembro de 2022 a 01 de janeiro de 2023.

Valor: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

Celebrado 13/12/2022;

Vigência: 90 (noventa) dias.

Signatários: Manuilson Andrade Santos e Amanda Faustino de Lima Parente.

Publicado por:
Jodimarco Luiz da Silva Dionizio
Código Identificador:A90B7D26

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E
TURISMO
EXTRATO DO CONTRATO 100/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/2022

Espécie: Inexigibilidade de Licitação.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔNIA LEOPOLDINA/AL;

Contratada: empresa **MANOEL MESSIAS MENEZES DE ANDRADE-ME, CNPJ Nº 13.959.783/0001-87**

Objeto: Contratação de empresa responsável pela apresentação de show musical em comemoração as festividades alusivas ao Réveillon do Município de Colônia Leopoldina/AL a se realizar entre os dias 31 de dezembro de 2022 e 01 de janeiro de 2023.

Valor: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

Celebrado 15/12/2022;

Vigência: 90 (noventa) dias.

Signatários: Manuilson Andrade Santos e Manoel Messias Menezes de Andrade.

Publicado por:
Jodimarco Luiz da Silva Dionizio
Código Identificador:64EE05FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E
TURISMO
EXTRATO DO CONTRATO 101/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/2022

Espécie: Inexigibilidade de Licitação.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔNIA LEOPOLDINA/AL;

Contratada: **MVL PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ Nº 28.736.083/0001-09**

Objeto: Contratação de empresa responsável pela apresentação de show musical em comemoração as festividades alusivas ao Réveillon do Município de Colônia Leopoldina/AL a se realizar entre os dias 31 de dezembro de 2022 a 01 de janeiro de 2023.

Valor: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

Celebrado 15/12/2022;

Vigência: 90 (noventa) dias.

Signatários: Manuilson Andrade Santos e Louse Lopes Francisco.

Publicado por:
Jodimarco Luiz da Silva Dionizio
Código Identificador:6563BC8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E
TURISMO
EXTRATO DO CONTRATO 102/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/2022

Espécie: Inexigibilidade de Licitação.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔNIA LEOPOLDINA/AL;

Contratada: **E SHOW.COM LTDA, CNPJ Nº 24.360.324/0001-07**

8Objeto: Contratação de empresa responsável pela apresentação de show musical em comemoração as festividades alusivas aos festejos de São Sebastião do Município de Colônia Leopoldina/AL a se realizar no dia 29 de janeiro de 2023.

Valor: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

Celebrado 15/12/2022;

Vigência: 90 (noventa) dias.

Signatários: Manuilson Andrade Santos e **Erivaldo Alves de Oliveira.**

Publicado por:
Jodimarco Luiz da Silva Dionizio
Código Identificador:9BA61837

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E
TURISMO
EXTRATO DO CONTRATO 103/2022**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/2022

Espécie: Inexigibilidade de Licitação.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔNIA LEOPOLDINA/AL;

Contratada: **CRISTAL PRODUÇÕES LTDA, CNPJ Nº 46.110.360/0001-47**

Objeto: Contratação de empresa responsável pela apresentação de show musical em comemoração as festividades alusivas ao Réveillon do Município de Colônia Leopoldina/AL a se realizar entre os dias 31 de dezembro de 2022 a 01 de janeiro de 2023.

Valor: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

Celebrado 15/12/2022;

Vigência: 90 (noventa) dias.

Signatários: Manuilson Andrade Santos e Geilson Alves dos Santos.

Publicado por:
Jodimarco Luiz da Silva Dionizio
Código Identificador:9D54C2BD

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E
TURISMO
EXTRATO DO CONTRATO 104/2022**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 104/2022

Espécie: Inexigibilidade de Licitação.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔNIA LEOPOLDINA/AL;

Contratada: **CLEITON MARCELINO DE SOUZA - ME, CNPJ Nº 12.319.583/0001-05**

Objeto: Contratação de empresa responsável pela apresentação de show musical em comemoração as festividades alusivas ao Réveillon do Município de Colônia Leopoldina/AL, a se realizar entre os dias 31 de dezembro de 2022 a 01 de janeiro de 2023.

Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
Celebrado 15/12/2022;

Vigência: 90 (noventa) dias.

Signatários: Manuilson Andrade Santos e Cleiton Marcelino de Souza.

Publicado por:
Jodimarco Luiz da Silva Dionizio
Código Identificador:56B2F7BD

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA**

**CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO**

Processo Administrativo nº 11100003/2022 - Dispensa de Licitação nº 13/2022

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de móveis, prateleira de aço, cadeira giratória com braços presidente e ar condicionado.

Contratante: Camara Municipal de Delmiro Gouveia - AL

Contratadas: Gregório Lima Silvestre - ME CNPJ nº 02.218.333/0001-17 valor global de R\$ 28.108,00 e T&S INFORMÁTICA LTDA CNPJ nº 14.123.179/0001-89 valor global de R\$ 16.700,00.

Vigência: 12 meses.

Processo Administrativo nº 11140004/2022 - Dispensa de Licitação nº 14/2022

Objeto: Prestação dos serviços de engenharia, especializada em reforma e ampliação para instalação de um elevador de uso restrito, tipo hidraulico para o prédio da Câmara Legislativo.

Contratante: Camara Municipal de Delmiro Gouveia - AL

Contratadas: SALVER CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ nº 08.797.966/0001-03.

Valor R\$ 80.192,53

Vigência: 12 meses.

MARCOS ANTÔNIO SILVA

Presidente da Câmara Municipal.

Publicado por:
Erika Vanessa Melo de Lima
Código Identificador:8CDD37E6

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07270006/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL.

Órgão Gerenciador: Município de Delmiro Gouveia - AL.

Fornecedor Beneficiário: GLEICIARA CARLA DOS SANTOS 09242911410, CNPJ Nº 40.393.711/0001-98 valor global de R\$ 268.170,02 (Duzentos e sessenta e oito mil cento e setenta reais e dois centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

ROSANGELLA FREIRE R. M. COSTA

Secretária Municipal de Administração

Decreto nº 01/2021, de 04 de janeiro de 2021

Publicado por:
Erika Vanessa Melo de Lima
Código Identificador:697D9461

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
HOMOLOGAÇÃO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08260035/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE EPI'S – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL.

Com base nas informações do presente Processo Licitatório, **HOMOLOGO** o presente, em favor da empresa:

SAULUS DISTRIBUIDORA, SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI CNPJ Nº 19.650.212/0002-23, valor global de R\$ 168.357,75 (cento e sessenta e oito mil trezentos e cinquenta e sete reais e setenta e cinco centavos).

Delmiro Gouveia – AL, 26 de dezembro de 2022.

ROSANGELLA FREIRE R. M. COSTA

Secretária Municipal de Administração
Decreto Nº 01/2021, de 04 de Janeiro de 2021

Publicado por:

Erika Vanessa Melo de Lima
Código Identificador:F9D5A8C4

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08260035/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE EPI'S – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL.

Órgão Gerenciador: Município de Delmiro Gouveia - AL.

Fornecedor Beneficiário: SAULUS DISTRIBUIDORA, SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI CNPJ Nº 19.650.212/0002-23, valor global de R\$ 168.357,75 (cento e sessenta e oito mil trezentos e cinquenta e sete reais e setenta e cinco centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

ROSANGELLA FREIRE R. M. COSTA

Secretária Municipal de Administração
Decreto Nº 01/2021, de 04 de Janeiro de 2021

Publicado por:

Erika Vanessa Melo de Lima
Código Identificador:20C173EA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO**

ASSUNTO: SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO

PROCESSO Nº 11220033/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO JURÍDICO COM FORTE E ESPECIALIZADA ATUAÇÃO NO CONTENCIOSO E NA ÁREA JUDICIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA – AL
CNPJ: 12.224.895/0001-27

CONTRATADA: BRABO MAGALHÃES ADVOGADOS
CNPJ Nº 03.893.033/0001-04

PRORROGADO POR 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:

Elaine Caroline Rodrigues Martins
Código Identificador:5B33C40B

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 1150/2022**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 1150/2022

A PREFEITA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Nº860/2005, alterada pela Lei Nº1.061/2012.

RESOLVE:

CONCEDER, a **GICELE MARIA DE OLIVEIRA**, inscrita no CPF sob o nº: 090.###.###-98, Licença sem Vencimentos para tratar de interesse particular no prazo de 24 (vinte quatro) meses, com início em 30 de dezembro de 2022, através do Processo Administrativo nº 12090005/2022.

Delmiro Gouveia, de 28 de dezembro de 2022.

ROSANGELLA FREIRE R. DE MENEZES COSTA

Secretária de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:

Lucinea Lopes Santos Silva
Código Identificador:B131768C

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 1151/2022**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 1151/2022

A PREFEITA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 623/1993,

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade no período de 180 dias, a Servidora **LIDIEGIA SILVA SANTANA**, inscrita no CPF nº 118.###.###-08 a partir de 22 de novembro de 2022.

Delmiro Gouveia-AL, 28 de dezembro de 2022.

ROSANGELLA FREIRE R. DE MENEZES COSTA

Secretária de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:

Lucinea Lopes Santos Silva
Código Identificador:EC13F570

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 1152/2022**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 1152/2022

A PREFEITA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Nº860/2005, alterada pela Lei Nº1.061/2012.

RESOLVE:

CONCEDER, Adicional de Insalubridade a servidora **ROZENI CORREIA DOS SANTOS**, inscrita no CPF sob o nº: 716.###.###-53, na competência de janeiro de 2023.

Delmiro Gouveia, 28 de dezembro de 2022

ROSANGELLA FREIRE R. DE MENEZES COSTA

Secretária de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:

Lucinea Lopes Santos Silva
Código Identificador:153A942D

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 1153/2022**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 1153/2022

A PREFEITA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 623/1993,

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade no período de 180 dias, a Servidora **NATHALIA PEREIRA SILVA**, inscrita no CPF nº 099.###.###-48 a partir de 28 de novembro de 2022.

Delmiro Gouveia-AL, 28 de dezembro de 2022.

ROSANGELLA FREIRE R. DE MENEZES COSTA

Secretária de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:

Lucinea Lopes Santos Silva

Código Identificador:960A9DF7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

ASSUNTO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO
PROCESSO Nº 11290030/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NÃO – LETAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA – AL
CNPJ: 12.224.895/0001-27
CONTRATADA: CONDOR S.A. INDÚSTRIA QUÍMICA
CNPJ: 30.092.431/0001-96

PRORROGADO POR 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:

Elaine Caroline Rodrigues Martins

Código Identificador:3A1A8FDC

SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA
RESULTADO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 07/2022
PROCESSO Nº 11100077/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E MELHORIAS DE ACESSO NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA – AL.

EMPRESA VENCEDORA:

NOVATEC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA,
CNPJ: 00.338.885/0001-33.

Valor Global de R\$ 9.397.367,95 (nove milhões, trezentos e noventa e sete mil, trezentos e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos).

Delmiro Gouveia – Al, 28 de dezembro de 2022.

ELAINE CAROLINE RODRIGUES MARTINS

Presidente da CPL

Publicado por:

Elaine Caroline Rodrigues Martins

Código Identificador:F9B8A321

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ DESERTO

GABINETE DO PREFEITO(A)
DECRETO MUNICIPAL Nº 52/2022.

DECRETO MUNICIPAL Nº 52/2022.

DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022.

“DISPÕE SOBRE alterações nas fontes de recursos, na Lei Orçamentária Anual de 2023.”

A Prefeita do Município de Feliz Deserto, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o Inciso III do artigo 32 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023;

Considerando o disposto na Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021.

Considerando a Portaria Nº 710, de 25 de Fevereiro de 2021 da Secretaria do Tesouro Nacional;

Decreta:

Art.1º - As Funcionais programáticas e seus respectivos elementos de despesas, dispostos na Lei Orçamentária Anual de 2023, passaram a vigorar com a destinação de recursos para Municípios, estabelecidos pela Portaria Nº 710, de 25 de Fevereiro de 2021 da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art.2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art.3º Este decreto entra em vigor na sua data de publicação.

Feliz Deserto/AL, 22 de dezembro de 2022.

ROSIANA LIMA BELTRÃO SIQUEIRA

Prefeita

Publicado por:

Odenio de Oliveira Santos

Código Identificador:12F930F8

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLEXEIRAS

GABINETE DA PREFEITA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 01/2021-ARP

Processo Administrativo nº 1021.0001.037/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE FLEXEIRAS CNPJ 12.262.721/0001-59,

CONTRATADA: PRINTPAGE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ 09.392.052/0001-25

REPRESENTANTE: THYAGO FARIAS NOGUEIRA

OBJETO: o aditivar o prazo de execução dos serviços de OUTSOURCING DE IMPRESSÃO COM PAGAMENTO DE FRANQUIA MAIS EXCEDENTE, SEM FORNECIMENTO DE PAPEL por mais 12 (doze) meses

Flexeiras/AL, 04 de novembro de 2022

SILVANA MARIA CAVALCANTE DA COSTA PINTO

Prefeita

Publicado por:

Ambrozio Lisboa Junior

Código Identificador:351C05E7

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATEGUARA

CÂMARA MUNICIPAL DE IBATEGUARA
AVISO DE COTAÇÃO

A CAMARA MUNICIPAL DE IBATEGUARA/AL através do Departamento do Setor de Compras informa que está recebendo

cotações. OBJETO: contratação empresa especializada para prestação dos serviços de assessoria e consultoria em contábil, com intuito de atender às necessidades desta Câmara Municipal de Ibateguara/AL. Prazo para envio das propostas: 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação. Para obter formulário terá que solicitar através do e-mail oficial: cplcamaraibateguara@gmail.com.

Ibateguara/AL, 28 de Dezembro de 2022.

Publicado por:
Ana Claudia Duda
Código Identificador:8D8AD726

CÂMARA MUNICIPAL DE IBATEGUARA AVISO DE COTAÇÃO

A CAMARA MUNICIPAL DE IBATEGUARA/AL através do Departamento do Setor de Compras informa que está recebendo cotações. OBJETO: contratação empresa especializada para os serviços de softwares para disponibilização de sistemas de informatização, modernização da gestão pública, planejamento e orçamento, transparência pública da execução orçamentária, contratos, licitações e convênios, protocolo e folha de pessoal com intuito de atender às necessidades desta Câmara Municipal de Ibateguara/AL. Prazo para envio das propostas: 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação. Para obter formulário terá que solicitar através do e-mail oficial: cplcamaraibateguara@gmail.com.

Ibateguara/AL, 28 de Dezembro de 2022.

Publicado por:
Ana Claudia Duda
Código Identificador:8D1CD79B

CÂMARA MUNICIPAL DE IBATEGUARA AVISO DE COTAÇÃO

A CAMARA MUNICIPAL DE IBATEGUARA/AL através do Departamento do Setor de Compras informa que está recebendo cotações. OBJETO: contratação de empresa especializada para a formulação do Web Site, Portal da Transparência, Implantação e Treinamento de usuários, para atender às necessidades desta Câmara Municipal de Ibateguara/AL. Prazo para envio das propostas: 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação. Para obter formulário terá que solicitar através do e-mail oficial: cplcamaraibateguara@gmail.com. Ibateguara/AL, 28 de Dezembro de 2022

Publicado por:
Ana Claudia Duda
Código Identificador:F008893C

SECRETAARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 032/2022

Dando cumprimento ao art. 26, com fundamento legal no art. 25, III da Lei nº 8.666/93, **RATIFICO** o parecer da Procuradoria Jurídica referente a Inexigibilidade de Licitação em favor da empresa: **MARCOS RODRIGUES DA SILVA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.015.674/0001-28, sediada a Rua Quitino Bocaiúva n 39, CEP: 55.415-000, Quipapá/PE, (representando a “Banda Mesclagem”). Publique-se.

LUCINÉA LAURENTINO FÉLIX DA SILVA
Prefeita

Publicado por:
Ana Claudia Duda
Código Identificador:EFBF12E8

SECRETAARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A **PREFEITURA DE IBATEGUARA/AL**, por intermédio da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL, através do sua

Presidente, solicita cotações de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de **fardamentos**. Interessados devem entrar em contato com a Comissão Permanente de Licitação do Município para obter o formulário de cotação. Pelo e-mail: setorcompraspmi21@gmail.com.

Prazo para entrega da cotação: 03 (três) dias a partir da data da publicação deste.

ANA CLÁUDIA DUDA
Presidente da CPL

Publicado por:
Ana Claudia Duda
Código Identificador:C3547652

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJA NOVA

CÂMARA MUNICIPAL DE IGREJA NOVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2022 AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2022 AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A CÂMARA LEGISLATIVA MUNICIPAL DE IGREJA NOVA, Estado de Alagoas, Através do Setor de Compras, Torna Público que foi deflagrado processo administrativo por DISPENSA DE LICITAÇÃO, que culminou pela **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SOM PARA O PLENÁRIO DA CÂMARA para atender as necessidades da Câmara Legislativa Municipal de Igreja Nova - AL**, consoante o art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 1º Inciso II, Alínea “a” do Decreto 9.412 de 18 de junho de 2018; objetivando a Contratação da Empresa **W. M. S. (José Jurandir de Oliveira Filho 04103813490)**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.841.383/0001-63, estabelecida na Avenida Senador Arnon de Melo, Shopping Pizon Sala - 02, Centro, Maribondo-AL, CEP 57.670-000. **Contratação de Aquisição de Equipamento de Som para o Plenário da Câmara** em parcela única, conforme proposta orçamentária anexada nos autos, parte integrante deste processo.

EXTRATO DO CONTRATO: Nº 21/2022, O valor da Contratação do aludido fornecimento é de **R\$ 6.384,00 (Seis Mil, Trezentos e Oitenta e Quatro Reais)**, para atender as necessidades da Administração, com fundamento no art. 24, II da Lei n.º 8.666/93 e art. 1º, Inciso II, Alínea “a” do Decreto 9.412 de 18 de junho de 2018.

Porto Real do Colégio (AL), 26 de dezembro de 2022.

ANDRÉ LUÍS BARBOSA DOS SANTOS
- Presidente da Câmara Municipal -

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins de comprovação, que foi publicado no Quadro de Avisos da Câmara Legislativa de Igreja Nova/AL e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas, **O CONTRATO Nº 21/2022** do processo licitatório em referência, **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, conforme demonstram nos autos do processo administrativo e cópias extraídas daqueles jornais oficiais supracitados, aqui anexados.

O referido é verdade dou FÉ:

**PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS DA CÂMARA
LEGISLATIVA DE IGREJA NOVA (AL) EM: ____/____/2022.**

Publicado por:
Edjane Santos Alves
Código Identificador:39939140

GABINETE PREFEITO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12200015/2022

A prefeita do município de Igreja Nova/AL, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, com base nas informações da procuradoria jurídica do município e na forma das peças que compõem os autos do processo administrativo nº 12200015/2022, **RATIFICA**, o presente processo Dispensa de Licitação, com fundamento no Art. 24 inc. V, da Lei Federal nº 8.666/93, a contratação de empresa para a AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEIS DE PASSEIO E VAN PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IGREJA NOVA - AL, em favor da empresa ARADISA - ARAPIRACA DIESEL LTDA, inscrição no CNPJ/MF sob nº 12.450.888/0001-43, importando o mesmo o valor global de R\$ 348.500,00 (trezentos e quarenta e oito mil e quinhentos reais).

Prefeitura Municipal de Igreja Nova/AL, 26 de dezembro de 2022

VERÔNICA DANTAS LIMA E SILVA
Prefeita

Publicado por:
Liliane dos Santos Muniz
Código Identificador:D5E2D9F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DA DISPENSA Nº 26/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12200015 /2022

CONTRATO Nº 135/2022

Objeto: AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEIS DE PASSEIO E VAN.

Contratante: Prefeitura Municipal de Igreja Nova – AL, com CNPJ: 12.242.350/0001-43.

Contratada: ARADISA - ARAPIRACA DIESEL LTDA, inscrição no CNPJ/MF sob nº 12.450.888/0001-43.

O preço global deste contrato é de R\$ 348.500,00 (trezentos e quarenta e oito mil e quinhentos reais).

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:

12.122.00012.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO 12.361.00024.002 - FUNDEB/ENSINO FUNDAMENTAL - 30%

12.361.00011.016 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E VEÍCULOS NATUREZA DA DESPESA: 3.3.9.0.52.00.00.00.0000 - MATERIAL PERMANENTE

VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.

Igreja Nova/AL, em 26 de dezembro de 2022.

VERÔNICA DANTAS LIMA E SILVA
Contratante

ARADISA - ARAPIRACA DIESEL LTDA
Contratada

Publicado por:
Liliane dos Santos Muniz
Código Identificador:964914B3

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAPI

CÂMARA MUNICIPAL DE INHAPI
AVISO DE COTAÇÃO

A CAMARA MUNICIPAL DE INHAPI/AL através do Departamento do Setor de Compras informa que está recebendo cotações. OBJETO: contratação de empresa especializada em serviços

de assessoria administrativa, para atender as demandas desta Câmara Municipal. Prazo para envio das propostas: 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação. Para obter formulário terá acessando o endereço eletrônico: inhapi.al.leg.br e após ser preenchido a cotação ser enviando através do e-mail oficial: legislativoinhapi.al@gmail.com. Inhapi/AL, 27 de Dezembro de 2022.

Publicado por:
Jaqueline dos Santos
Código Identificador:57A8480C

CÂMARA MUNICIPAL DE INHAPI
AVISO DE COTAÇÃO

A CAMARA MUNICIPAL DE INHAPI/AL através do Departamento do Setor de Compras informa que está recebendo cotações. OBJETO: contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios para abastecimento da copa da Câmara municipal. Prazo para envio das propostas: 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação. Para obter formulário terá acessando o endereço eletrônico: inhapi.al.leg.br e após ser preenchido a cotação ser enviando através do e-mail oficial: legislativoinhapi.al@gmail.com. Inhapi/AL, 27 de Dezembro de 2022.

Publicado por:
Jaqueline dos Santos
Código Identificador:9461CA25

CÂMARA MUNICIPAL DE INHAPI
AVISO DE COTAÇÃO

A CAMARA MUNICIPAL DE INHAPI/AL através do Departamento do Setor de Compras informa que está recebendo cotações. OBJETO: contratação de serviços de locação e licenciamento de uso de sistemas de gestão pública, informação e modernização, planejamento e orçamento, transparência pública da execução orçamentária, contratos, licitações e convênios, protocolo e folha de pessoal, para atender as demandas desta Câmara Municipal. Prazo para envio das propostas: 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação. Para obter formulário terá acessando o endereço eletrônico: inhapi.al.leg.br e após ser preenchido a cotação ser enviando através do e-mail oficial: legislativoinhapi.al@gmail.com. Inhapi/AL, 27 de Dezembro de 2022.

Publicado por:
Jaqueline dos Santos
Código Identificador:20986887

CÂMARA MUNICIPAL DE INHAPI
AVISO DE COTAÇÃO

A CAMARA MUNICIPAL DE INHAPI/AL através do Departamento do Setor de Compras informa que está recebendo cotações. OBJETO: contratação de empresa para aquisição de material de expediente, para atender as necessidades desta Câmara Municipal. Prazo para envio das propostas: 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação. Para obter formulário terá acessando o endereço eletrônico: inhapi.al.leg.br e após ser preenchido a cotação ser enviando através do e-mail oficial: legislativoinhapi.al@gmail.com. Inhapi/AL, 27 de Dezembro de 2022.

Publicado por:
Jaqueline dos Santos
Código Identificador:6E9C4880

CÂMARA MUNICIPAL DE INHAPI
AVISO DE COTAÇÃO

A CAMARA MUNICIPAL DE INHAPI/AL através do Departamento do Setor de Compras informa que está recebendo cotações. OBJETO: contratação de empresa para aquisição de material de limpeza, higiene e descartáveis, para atender as demandas desta Câmara municipal. Prazo para envio das propostas: 03 (três)

dias úteis, a partir desta publicação. Para obter formulário terá acessando o endereço eletrônico: inhapi.al.leg.br e após ser preenchido a cotação ser enviando através do e-mail oficial: legislativeinhapi.al@gmail.com.

Inhapi/AL, 27 de Dezembro de 2022.

Publicado por:

Jaqueline dos Santos

Código Identificador:C67BE30C

CÂMARA MUNICIPAL DE INHAPI AVISO DE COTAÇÃO

A CAMARA MUNICIPAL DE INHAPI/AL através do Departamento do Setor de Compras informa que está recebendo cotações. OBJETO: contratação de empresa especializada para a formulação do Web Site, Portal da Transparência, Implantação e Treinamento. Prazo para envio das propostas: 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação. Para obter formulário terá acessando o endereço eletrônico: inhapi.al.leg.br e após ser preenchido a cotação ser enviando através do e-mail oficial: legislativeinhapi.al@gmail.com. Inhapi/AL, 27 de Dezembro de 2022.

Publicado por:

Jaqueline dos Santos

Código Identificador:52C2B41A

CÂMARA MUNICIPAL DE INHAPI AVISO DE COTAÇÃO

A CAMARA MUNICIPAL DE INHAPI/AL através do Departamento do Setor de Compras informa que está recebendo cotações. OBJETO: contratação de empresa para os serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria às comissões permanentes e acompanhamento gerencial dos instrumentos de gestão, para atender as demandas desta Câmara Municipal. Prazo para envio das propostas: 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação. Para obter formulário terá acessando o endereço eletrônico: inhapi.al.leg.br e após ser preenchido a cotação ser enviando através do e-mail oficial: legislativeinhapi.al@gmail.com.

Inhapi/AL, 27 de Dezembro de 2022.

Publicado por:

Jaqueline dos Santos

Código Identificador:7C405BD8

CÂMARA MUNICIPAL DE INHAPI AVISO DE COTAÇÃO

A CAMARA MUNICIPAL DE INHAPI/AL através do Departamento do Setor de Compras informa que está recebendo cotações. OBJETO: contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria Técnica para desenvolver atividades nas áreas Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial com intuito de atender às necessidades desta Câmara Municipal de Inhapi. Prazo para envio das propostas: 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação. Para obter formulário terá acessando o endereço eletrônico: inhapi.al.leg.br e após ser preenchido a cotação ser enviando através do e-mail oficial: legislativeinhapi.al@gmail.com. Inhapi/AL, 27 de Dezembro de 2022.

Publicado por:

Jaqueline dos Santos

Código Identificador:E2787EEE

CÂMARA MUNICIPAL DE INHAPI AVISO DE COTAÇÃO

A CAMARA MUNICIPAL DE INHAPI/AL através do Departamento do Setor de Compras informa que está recebendo cotações. OBJETO: contratação de empresa especializada em prestação de serviços para transmissão ao vivo das reuniões da Câmara Municipal de Inhapi pelo Facebook, Youtube, Instagram e

disponibilização de gravação de sessões Legislativas para armazenamento em nuvem. Prazo para envio das propostas: 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação. Para obter formulário terá acessando o endereço eletrônico: inhapi.al.leg.br e após ser preenchido a cotação ser enviando através do e-mail oficial: legislativeinhapi.al@gmail.com. Inhapi/AL, 27 de Dezembro de 2022.

Publicado por:

Jaqueline dos Santos

Código Identificador:9A1EBB9B

PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAPI DECRETO MUNICIPAL Nº 21 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

Antecipa ponto facultativo do dia 05 de janeiro de 2023, para 03 de janeiro de 2023.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE INHAPI –AL, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela constituição federal e lei orgânica municipal, e
Considerando, a organização do calendário de trabalho durante o ano 2023;

DECRETA:

Art. 1º Fica antecipado o ponto facultativo do dia 05 de janeiro de 2023, para 03 de janeiro de 2023, sem prejuízo da prestação de serviços considerados essenciais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Inhapi - AL, 28 de dezembro de 2022.

LUIZ CELSO MALTA BRANDÃO FILHO

Prefeito

Publicado por:

Relden Rafael Barros Tenorio Soares

Código Identificador:8D5F6AB9

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS EXTRATOS DE CONTRATOS

PROCEDIMENTO LICITATORIO – Inexigibilidade Nº 16/2022

Objeto: Contratação do artista LILI MORENO para a abertura dos festejos natalinos. Contratante: Prefeitura Municipal de Jacuípe - CGC. Nº 12.247.755/0001-74. CONTRATADO: LILIANE DO N CHAVES PRODUÇÃO EIRELI. CNPJ de nº36.420.352/0001-43. Valor do contrato R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

PROCEDIMENTO LICITATORIO – Inexigibilidade Nº 17/2022

Objeto: Contratação do artista Priscila Senna para as festividades de Reis. Contratante: Prefeitura Municipal de Jacuípe - CGC. Nº 12.247.755/0001-74. CONTRATADO: PRISCILA SENNA GRAVAÇÕES E EDIÇÕES MUSICAIS LTDA. CNPJ de nº34.284.509/0001-25. Valor do contrato R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

PROCEDIMENTO LICITATORIO – Inexigibilidade Nº 18/2022

Objeto: Contratação do artista ELIANE A RAINHA DO FORRÓ para as festividades de Reis. Contratante: Prefeitura Municipal de Jacuípe - CGC. Nº 12.247.755/0001-74. CONTRATADO: AMANDA FAUTINO DE LIMA PARENTE LIMITADA. CNPJ de nº30.784.578/0001-47. Valor do contrato R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

PROCEDIMENTO LICITATORIO – Inexigibilidade Nº 19/2022

Objeto: Contratação do artista LUIZ HENRIQUE para as festividades de Reis. Contratante: Prefeitura Municipal de Jacuípe - CGC. Nº 12.247.755/0001-74. CONTRATADO: SOL PRODUÇÕES E

EVENTOS LTDA. CNPJ de nº31.435.537/0001-08. Valor do contrato R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

PROCEDIMENTO LICITATORIO – Inexigibilidade Nº 20/2022

Objeto: Contratação da banda CALCINHA PRETA para as festividades de Reis. Contratante: Prefeitura Municipal de Jacuípe - CGC. Nº 12.247.755/0001-74. CONTRATADO: FAZMIDIA PUBLICIDADE E EVENTOS LTDA- EPP. CNPJ de nº25.321.806/0001-02. Valor do contrato R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais).

PROCEDIMENTO LICITATORIO – Inexigibilidade Nº 21/2022

Objeto: Contratação do artista LEO MAGALHÃES para as festividades de Reis. Contratante: Prefeitura Municipal de Jacuípe - CGC. Nº 12.247.755/0001-74. CONTRATADO: TOP PRIMER PRODUÇÕES MUSICAIS EIRELI. CNPJ de nº25.376.809/0001-43. Valor do contrato R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

PROCEDIMENTO LICITATORIO – Inexigibilidade Nº 22/2022

Objeto: Contratação do artista MANO VALTER para abertura dos festejos natalinos. Contratante: Prefeitura Municipal de Jacuípe - CGC. Nº 12.247.755/0001-74. CONTRATADO: NOVA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA. CNPJ de nº19.079.444/0001-92. Valor do contrato R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

AMARO FERREIRA DA SILVA JUNIOR

Prefeito

Publicado por:

João Ricardo Barbosa Julião

Código Identificador:8B8A7D51

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÁ DA PRAIA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº 712343/2022 – Processo nº 712343/2022 – Dispensa de Licitação 712343/2022 – Fundamentação Legal: Art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93 – Contratado (a): *MIX PAPELARIA EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 24.180.611/0001-27* – Objeto: Aquisição de caixa de arquivo morto – Valor global: R\$ 6.900,00 (*seis mil e novecentos reais*) – Vigência: 90 (noventa) dias

Publicado por:

Jose Fabiano da Silva Santos

Código Identificador:5A4C7DC1

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
DECRETO Nº 48**

DECRETO Nº 48/2022, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022.

ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E PRAZOS PARA ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE 2022 NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA – AL, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município e

CONSIDERANDO a necessidade de se adotar normas e procedimentos que visem disciplinar o encerramento da execução orçamentária e contribuir para o processo contábil de fechamento das atividades financeiras de 2022, no âmbito do Poder Executivo Municipal, órgãos da Administração Direta e Indireta, incluindo Fundos Municipais, com o intuito de convergência à consolidação anual das contas públicas do Município, em consonância as normas de direito financeiro exaradas pela Lei nº 4320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

DECRETA:

Art. 1º - Os procedimentos e prazos relativos ao encerramento do exercício financeiro de 2022 e à abertura do exercício de 2023, dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, obedecerão às disposições contidas neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DOS CRÉDITOS ADICIONAIS E FLEXIBILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 2º - Os saldos orçamentários não comprometidos e os bloqueios não utilizados até 23 de dezembro de 2022, referentes a recursos do tesouro, ficarão à disposição para ajustes do encerramento do exercício.

Art. 3º - As Unidades Orçamentárias deverão encaminhar à Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento as solicitações de créditos adicionais do tipo suplementar, do tipo especial e as solicitações de flexibilização orçamentária ao orçamento vigente, até 23 de dezembro de 2022.

CAPÍTULO II

DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Art. 4º - As Unidades Orçamentárias deverão:

I - Solicitar a Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, caso necessitem, disponibilidade financeira para emissão ou alteração de empenhos com a fonte de recursos do tesouro municipal até o dia 23 de dezembro de 2022; e

II - Informar os recursos financeiros que autorizarão a emissão ou alteração de empenhos até 23 de dezembro de 2022.

Art. 5º - O prazo limite para pagamento de despesas no corrente exercício será 30 de dezembro de 2022.

CAPÍTULO III

DOS EMPENHOS

Art. 6º - O processamento de documentos da execução orçamentária das administrações direta e indireta, relativos ao exercício de 2022, deverá atender ao seguinte:

I - Emissão de Notas de Empenho até 23 de dezembro de 2022; e

II - Anulação de Notas de Empenho, até 23 de dezembro de 2022, dos saldos empenhados estimativos, bem como dos empenhos ordinários correspondentes a despesas cuja execução não seja mais esperada até o final do exercício de 2022.

CAPÍTULO IV

RESTOS A PAGAR

Art. 7º - As despesas legalmente empenhadas e liquidadas deverão ser pagas no próprio exercício ou inscritas em restos a Pagar Processados.

Parágrafo único - São considerados Restos a Pagar Processados – despesa legalmente empenhada e liquidada cuja prestação de serviço, entrega de material/equipamento ou execução de obra tenha ocorrido no exercício de sua inscrição, cujo os documentos comprobatórios do respectivo crédito comprovem direito líquido e certo adquirido pelo credor.

Art. 8º - As despesas empenhadas e não liquidadas deverão ser inscritas em Restos a Pagar Não Processados desde que haja disponibilidade de caixa por fonte de recurso para o seu efetivo pagamento.

§1º - São considerados Restos a Pagar Não Processados – despesa legalmente empenhada e não liquidada cuja prestação de serviço, entrega de material/ equipamento ou execução de obra não tenha ocorrido no exercício de sua inscrição.

§2º - No momento da inscrição dos Restos a Pagar Não Processados deverá ser observado à disponibilidade de caixa por fonte de recursos salvo os convênios cujo recurso só estará disponível após sua respectiva liquidação.

Art. 9º - As unidades orçamentárias terão até o dia 27 de dezembro de 2022 para encaminhar os documentos comprobatórios que justifiquem a Inscrição de Restos a Pagar Processados e Não Processados.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º - Para contribuir com atendimento ao Decreto, ficam estabelecidos os prazos constantes no Anexo único, que deverão ser seguidos por todas as Unidades Orçamentárias.

Art. 11º - Ficam definidas a Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento e Controladoria Geral do Município como órgãos gestores do cumprimento deste Decreto.

As situações excepcionais deverão ser expressamente autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 12º - disposto neste decreto aplica-se no que couber ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 13º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Jequiá da Praia – AL, 16 de dezembro de 2022.

Assinado de forma digital por CARLOS
CARLOS FELIPE CASTRO JATOBA LINS:06672870431
FELIPE CASTRO JATOBA LINS:06672870431
Dados: 2022.12.16 15:00:38 -03'00'

CARLOS FELIPE CASTRO JATOBÁ LINS
Prefeito

ANEXO ÚNICO	
TABELA DE PRAZOS PARA ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2022	
DATA LIMITE	PROCEDIMENTO
23/12/2022	Prazo para anulação de bloqueio de dotação orçamentária realizadas nas fontes de recurso do tesouro.
23/12/2022	Prazo para solicitação de disponibilidade financeira .
23/12/2022	Prazo para solicitação de abertura de Crédito Suplementar .
23/12/2022	Prazo para anulação de Notas de Empenho , dos saldos de empenhos estimativos, bem como dos empenhos ordinários correspondentes a despesas cuja execução não seja mais esperada.
23/12/2022	Prazo para a emissão de Notas de Empenho .
30/12/2022	Prazo limite para pagamento de despesas.
27/12/2022	Prazo para inscrição em Restos a Pagar não processados e processados, ordenados por fonte de recursos.

Publicado por:
Sydney Pontes de Miranda Filho
Código Identificador:BF0DE0BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
TERMO ADITIVO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 37/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – EMATER – E O MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA

P.A.: Processo nº 140.566.1283/2021;
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Despachos PGE-PLIC-CD nº 2354/2018 ratificado pelo DESPACHO PGE/PLIC-CD Nº 3870/2018, e art. 57, §3º da Lei Federal nº 8.666/1993.

COMPROMITENTE: INSTITUTO DE INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – EMATER, pessoa jurídica de direito público, autarquia estadual, inscrita no CNPJ/MF nº 15.731.016/0001-41, com sede na Rua Sá e Albuquerque, nº 502, Jaraguá, Maceió-AL, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. Sr. Moisés Leandro da Silva, inscrito no CPF sob o nº 584.901.164-15.

COMPROMISSADO: MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 02.917.132/0001-08, com sede na Pça José Pacheco, s/n - Centro, – Jequiá da Praia/AL, denominada **COMPROMISSADA**, neste ato representado por seu Prefeito, Carlos Felipe Castro Jatobá Lins, inscrito no CPF nº 066.728.704-31

OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do termo de Cooperação Técnica nº 37/2021.

DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 01/12/2022

PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: 12 meses;

SIGNATÁRIOS: acima mencionados.

Publicado por:
Sydney Pontes de Miranda Filho
Código Identificador:37D506E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 0374/2022, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022

Portaria Nº 0374/2022, de 27 de dezembro de 2022
Regulamenta os prazos para concessão e/ou renovações previstos no Art. 5º da Lei 092/2009, de 14 de setembro de 2009.
Art. 1º - Fica estabelecido o período de 28/12/2022 a 13/01/2023, para requerimento de renovação de licença para táxi, vans, micro-ônibus, ônibus, caminhões de lotações em conformidade com o Art. 5º da lei 092/2009.

Art. 2º - A referida licença dependerá da boa conservação do veículo, atestada em vistoria pela autoridade competente do município, e que o mesmo não tenha mais de 10 (dez) anos de fabricação.

Art. 3º - As vistorias são de responsabilidade dos proprietários e deverão ser feitas por oficinas cadastradas pela prefeitura municipal ou concessionárias autorizadas pelo DETRAN/AL.

§ 1º - O veículo que não satisfazer as normas exigidas na vistoria, necessitando de reparos ou reformas, terá sua licença suspensa até que seja liberado em nova vistoria.

§ 2º - Os veículos de aluguel que não forem apresentados à vistoria dentro do prazo legal terão suspensas suas licenças de circulação para o exercício, sendo enviado um ofício com relação dos mesmos aos órgãos estaduais de fiscalização competente.

§ 3º - Os documentos a serem apresentados para análise do requerimento de licenciamento e/ou renovação são os abaixo descritos:

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA RENOVAÇÃO DE LICENÇA	
01	Certificado de propriedade do veículo
02	Certificado de vistoria do veículo
03	Atestado de residência do proprietário, comprovando pelo menos 01 ano
04	Documentos Pessoal cópia do "RG", CPF
05	Atestado de bons antecedentes e folha corrida policial e judicial
06	CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo
07	Pagamento das TAXAS de licença previstas

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Jequiá da Praia – AL, 27 de dezembro de 2022

CARLOS FELIPE CASTRO JATOBA LINS:06672870431
Assinado de forma digital por CARLOS FELIPE CASTRO JATOBA LINS:06672870431
Dados: 2022.12.27 14:44:15 -03'00'

CARLOS FELIPE CASTRO JATOBÁ LINS
Prefeito

Publicado por:
Sydney Pontes de Miranda Filho
Código Identificador:AE9FCEA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 377

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA – AL, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o que dispõe o inciso XVII, do art. 7º da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o pedido através do Processo Contábil nº 712620/2022.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Ilmo. Sr. Secretário de Administração e Gestão Pública, **Luiz César Soares Teixeira Júnior**, 15 (quinze) dias de férias regulamentares a que tem direito, referente ao período aquisitivo de 04/01/2021 a 04/01/2022, que serão gozadas a partir de **04/01/2023 a 18/01/2023**.

Art. 2º. As atribuições inerentes à chefia ocupada ficarão a cargo do Ilmo. Sr. Secretário Adjunto do Órgão.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito de Jequiá da Praia – AL, em 28 de dezembro de 2022.

CARLOS FELIPE CASTRO JATOBÁ LINS

Prefeito

Publicado por:

Sydney Pontes de Miranda Filho
Código Identificador:8CBCBAC9

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA GP Nº 375/2022**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Art. 43, § 1º da Lei Orgânica deste município, **RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR o (a) Sr (a). **KELLY KAROLINE FERREIRA ROCHA**, inscrito (a) no CPF sob nº 061.630264-97, do cargo de provimento em Comissão de **Assessora de Gabinete I**, símbolo CC-6, com base na legislatura municipal que dispõe sobre a estrutura administrativa do município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se!

Gabinete do Prefeito de Jequiá da Praia – AL, 28 de dezembro 2022.

CARLOS FELIPE CASTRO JATOBÁ LINS

Prefeito

A presente portaria foi publicada, registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública desta municipalidade em 28 de dezembro de 2022.

LUIZ CÉSAR SOARES TEIXEIRA JÚNIOR

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicado por:

Sydney Pontes de Miranda Filho
Código Identificador:9638B520

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA GP Nº 376/2022**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Art. 43, § 1º da Lei Orgânica deste município, **RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR o (a) Sr (a). **ELIA RAMALHO SAMPAIO PEIXOTO**, inscrito (a) no CPF sob nº 030.828.894-76, do cargo de provimento em Comissão de **Assessora de Gabinete II**, símbolo CC-10, com base na legislatura municipal que dispõe sobre a estrutura administrativa do município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se!

Gabinete do Prefeito de Jequiá da Praia – AL, 28 de dezembro 2022.

CARLOS FELIPE CASTRO JATOBÁ LINS

Prefeito

A presente portaria foi publicada, registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública desta municipalidade em 28 de dezembro de 2022.

LUIZ CÉSAR SOARES TEIXEIRA JÚNIOR

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicado por:

Sydney Pontes de Miranda Filho
Código Identificador:FD15AC9F

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA CANOA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO - TOMADA DE PREÇOS**

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2022 TIPO MENOR PREÇO – EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução para Nova Rotatória de Acesso Principal de Lagoa da Canoa, conforme Anexo 1 do Edital. **LOCAL/DATA:** Auditório da Secretaria Municipal de Educação, localizado na Av. Antônio Albuquerque, S/N, Centro, CEP 57330-000, **dia 17 de Janeiro de 2023 às 09h:00 horas da manhã.** **FUND. LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Lei Complementar nº 123/06. **INFORMAÇÕES:** O edital encontra-se à disposição dos interessados das 08:00 às 12:00 horas na sala do setor de licitações do Município de Lagoa da Canoa/AL, no site da prefeitura, e poderá ser solicitado através do e-mail: cpl.canoa@gmail.com. Lagoa da Canoa/AL, 28 de Dezembro de 2022.

BRUNO BARBOSA

Presidente da CPL

Publicado por:

Bruno Barbosa de Albuquerque
Código Identificador:3764B08C

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR IZIDORO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATOS PE
027/2022**

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PE 027/2022

Processo Administrativo nº 091.2022/001

Pregão Eletrônico nº 024/2022

Face ao constante nos autos do procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº 027/2022, do Tipo Menor Preço, referente ao Processo Administrativo nº 091.2022/001, Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender as necessidades das Secretarias do Município Major Izidoro, **HOMOLOGO**, com fundamento no Artigo 4º, Inciso XXII, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal 10.024/2019, e conforme Decreto Municipal nº 002/2021, a presente licitação para que a Adjudicação nela contida produza seus efeitos jurídicos e legais.

HERCULES VELOSO PIMENTEL

Secretário Municipal de Finanças

EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº 091.2022/001 – Pregão Eletrônico nº 027/2022 – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal 10.024/2019, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 002/2021 – Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender as necessidades das Secretarias do Município Major Izidoro - Fornecedor Registrado: **Ata de Registro de Preços nº 093/2022 - J A OLIVEIRA DOS SANTOS**, CNPJ nº 09.099.981/0001-40, com o valor global de R\$ 388.830,00 (trezentos e oitenta e oito mil e oitocentos e trinta reais), **Ata de Registro de Preços nº 094/2022 - UNA DISTRIBUIDORA**, CNPJ nº 33.204.941/0001-04, com o valor global de R\$ 255.185,25 (duzentos e cinquenta e cinco mil, cento e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), **Ata de Registro de Preços nº 095/2022 - MERCADINHO SÃO FRANCISCO LTDA**, CNPJ nº 35.729.276/0001-90, com o valor global de R\$ 204.670,00 (duzentos e quatro mil seiscentos e setenta reais) e **Ata de Registro de Preços nº 096/2022 - A C M BARROS MERCEARIA**, CNPJ nº 07.905.402/0001-84, com o valor global de R\$ 673.310,00 (seiscentos e setenta e três mil, trezentos e dez reais) - Vigência: 12 (doze) meses.

Publicado por:
Leylanny Marcela da Rocha Almeida Farias
Código Identificador:5D6FC8B4

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 29/2022.

Partes: Prefeitura de Maravilha/AL e a empresa LICCS COMERCIO DE SERVIÇOS DO VESTUÁRIO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 10.157.094/0001-60.

Objeto: Prorrogação de vigência do contrato nº.29/2022, referente a contratação de empresa especializada para o fornecimento de fardamentos e acessórios para o Município de Maravilha/AL.

Vigência: 31 de dezembro de 2023 ou até um novo procedimento licitatório.

Data de Assinatura: 28 de dezembro de 2022.

Signatários: **Maria da Conceição Ribeiro de Albuquerque** pela **Contratante** e **João Paulo Nobre Lima** pela **Contratada** em MARAVILHA/AL.

Publicado por:
Juan Rocha Soares
Código Identificador:526BA5EA

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 059/2022, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022.

Decreta ponto facultativo no dia 30 de dezembro de 2022 nos órgãos da administração pública direta e indireta do Município de Marechal Deodoro/AL, e adota outras providências.

O **Prefeito do Município Marechal Deodoro, Estado de Alagoas**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo nos órgãos municipais, da administração pública direta e indireta, em todo o território do Município de Marechal Deodoro no **dia 30 de dezembro de 2022, sexta-feira**.

Parágrafo Único. Excetuam-se da estipulação desse Decreto todos os serviços públicos municipais considerados essenciais, cabendo a cada Secretaria e demais órgãos e autarquias municipais competentes assegurar seu funcionamento, nos termos da lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marechal Deodoro/AL, 27 de dezembro de 2022.

CLÁUDIO ROBERTO AYRES DA COSTA
Prefeito

Publicado por:
Edla Caroline de Sena Verçosa Bezerra
Código Identificador:9D198869

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, DOS RECURSOS
HUMANOS E DO PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de serviços de buffet para colação de grau. Tipo: Menor preço por item. Data da realização: 12 de janeiro de 2023, às 10:00h. Local: Banco Nacional de Compras - BNC. Os editais encontram-se a disposição dos interessados através do *site* da Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro e na plataforma eletrônica do BNC. Dúvidas através do e-mail (*licitacoesmarechaldeodoro@gmail.com*).

Marechal Deodoro/AL, 28 de dezembro de 2022.

LEANDRO BITTENCOURT MIRANDA
Pregoeiro

Publicado por:
Letícia Maria de Lima e Silva
Código Identificador:AFF4089C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, DOS RECURSOS
HUMANOS E DO PATRIMÔNIO
AVISO DE RETOMADA DE LICITAÇÃO

O Município de Marechal Deodoro por intermédio do Departamento de Licitações vem comunicar aos interessados que retomará a sessão do seguinte pregão: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022, Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos (iluminação Pública). Tipo: Menor preço por item, no dia 30 de dezembro de 2022, às 09:00h; Dúvidas através do e-mail (*licitacoesmarechaldeodoro@gmail.com*).

Marechal Deodoro/AL, 28 de dezembro de 2022.

LEANDRO BITTENCOURT MIRANDA
Pregoeiro

Publicado por:
Letícia Maria de Lima e Silva
Código Identificador:20F37B5D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, DOS RECURSOS
HUMANOS E DO PATRIMÔNIO
RESULTADO DE JULGAMENTO TÉCNICO

O Município de Marechal Deodoro, por intermédio do Departamento de Especial de Licitações, vem informar aos interessados o resultado dos julgamentos das Propostas Técnicas (invólucros ns. 1 e 3), respectivas planilhas de julgamento e demais documentos elaborados pela Subcomissão Técnica da Concorrência nº 004/2022, objeto: Contratação de agência para prestação de serviços técnicos de publicidade e campanhas de comunicação social, qual seja: as empresas: **LABOX COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA LTDA - ME**, CNPJ 11.653.365/0001-31 e **TAL PROPAGANDA E COMUNICAÇÃO LTDA**, CNPJ 08.448.300/0001-04, foram classificadas, já a empresa: **DUCK COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA**, CNPJ 07.090.801/0001-34 foi devidamente desclassificada, por não alcançar a pontuação mínima, conformidade ao art. 9.4, III, do edital. Ficam cumpridos os prazos legais conforme a legislação vigente.

Marechal Deodoro/AL, 28 de dezembro de 2022.

LEANDRO BITTENCOURT MIRANDA
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Publicado por:
Letícia Maria de Lima e Silva
Código Identificador:704F6633

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, DOS RECURSOS
HUMANOS E DO PATRIMÔNIO
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 1708.001/2022

Partes: PMMD e MZ BERNARDI E CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.418.125/0001-61

Fundamento Legal: Considerações do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada por mais 06 (seis) meses, contados do encerramento da vigência do último termo aditivo de prazo.

CLAUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem ratificadas as demais Cláusulas contratuais não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Data da Assinatura: 27 de dezembro de 2022.

Signatários:

Cláudio Roberto Ayres da Costa

Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro - CONTRATANTE

Thélio Barretto Feijó

SECRETARIA MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - INTERVENIENTE

Sadi Luiz Bernardi

MZ BERNARDI E CIA LTDA - CONTRATADA

Publicado por:

Letícia Maria de Lima e Silva

Código Identificador:85DF874B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, DOS RECURSOS HUMANOS E DO PATRIMÔNIO

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 1708.002/2022

Partes: PMMD e **MZ BERNARDI E CIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 02.418.125/0001-61

Fundamento Legal: Considerações do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada por mais 06 (seis) meses, contados do encerramento da vigência do último termo de contrato.

CLAUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem ratificadas as demais Cláusulas contratuais não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Data da Assinatura: 27 de dezembro de 2022.

Signatários:

Cláudio Roberto Ayres da Costa

Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro - CONTRATANTE

Thélio Barretto Feijó

SECRETARIA MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - INTERVENIENTE

Sadi Luiz Bernardi

MZ BERNARDI E CIA LTDA - CONTRATADA

Publicado por:

Letícia Maria de Lima e Silva

Código Identificador:B027B4B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, DOS RECURSOS HUMANOS E DO PATRIMÔNIO

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 1708.003/2022

Partes: PMMD e **SOLUZ MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 37.768.594/0001-95.

Fundamento Legal: Considerações do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada por mais 06 (seis) meses, contados do encerramento da vigência do último termo de contrato.

CLAUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem ratificadas as demais Cláusulas contratuais não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Data da Assinatura: 27 de dezembro de 2022.

Signatários:

Cláudio Roberto Ayres da Costa

Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro - CONTRATANTE

Thélio Barretto Feijó

SECRETARIA MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - INTERVENIENTE

Luciano Cleber Nascimento Santos

SOLUZ MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI - CONTRATADA

Publicado por:

Letícia Maria de Lima e Silva

Código Identificador:99DBC707

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, DOS RECURSOS HUMANOS E DO PATRIMÔNIO

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 1708.004/2022

Partes: PMMD e **SOLUZ MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 37.768.594/0001-95.

Fundamento Legal: Considerações do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada por mais 06 (seis) meses, contados do encerramento da vigência do último termo de contrato.

CLAUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem ratificadas as demais Cláusulas contratuais não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Data da Assinatura: 27 de dezembro de 2022.

Signatários:

Cláudio Roberto Ayres da Costa

Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro - CONTRATANTE

Thélio Barretto Feijó

SECRETARIA MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - INTERVENIENTE

Luciano Cleber Nascimento Santos

SOLUZ MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI - CONTRATADA

Publicado por:

Letícia Maria de Lima e Silva

Código Identificador:AA510233

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

SÚMULA DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1612.001/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11290053/2022 - QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1612.001/2020

PARTES:

- **MUNICÍPIO DE MARECHAL DEODORO**

- **MDM DOS SANTOS ENGENHARIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob n.º 17.872.922/0001-91

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

As prescrições da Lei nº 8.666/93 e legislação complementar vigente e pertinente à matéria.

DO ADITIVO:

Por força deste aditivo o prazo de vigência fica prorrogado até 30/06/2023, contados do encerramento do último termo aditivo de vigência do prazo contratual.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As despesas resultantes deste aditivo passam a correr através da seguinte dotação orçamentária:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO: 07 – Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano

UNIDADE: 0770 – Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Desenv. Urbano

ESTRUTURA PROGRAMÁTICA:

PROGRAMA: 0001 – Manutenção das Ações de duração continuada

AÇÃO - PROJETO/ATIVIDADE: 2013 – Manutenção da Secretaria de Obras e Infraestrutura

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL:

FUNÇÃO: 15 - urbanismo

SUBFUNÇÃO: 122 – Administração Geral

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.30 – Material de Consumo

DATA DA ASSINATURA: 28 de dezembro de 2022.

Publicado por:

Jair Barcelos Cerqueira

Código Identificador:43A8E169

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E
INFRAESTRUTURA
SÚMULA DO CONTRATO Nº 2812.001/2022**

PARTES:

- MUNICÍPIO DE MARECHAL DEODORO – ESTADO DE ALAGOAS
- A QUATRO ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.631.449/0001-32

FUNDAMENTO:

Contratações nos moldes:
Lei Federal nº 8.666/93

PROCESSO:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09010126/2022

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de construção de salas de aulas na escola Municipal José Bispo, localizada na avenida Dorginal Viana, s/nº, Barra Nova, no Município de Marechal Deodoro – AL.

CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:

Os recursos orçamentários e financeiros serão provenientes:

Classificação Orçamentária:**ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO:**

06- Secretaria Municipal de Educação

2. UNIDADE: 0661 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB

ESTRUTURA PROGRAMÁTICA:

1. PROGRAMA: 0003 – Melhoria da qualidade de ensino

2. AÇÃO - PROJETO/ATIVIDADE:

3005 – Construção e/ou ampliação de unidades escolares-15%.

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL:

1. FUNÇÃO: 12 – Educação

2. SUBFUNÇÃO: 361 – Ensino fundamental

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ELEMENTO DE DESPESA: 3.4.4.9.0.51 – Obras e instalações

FONTE DE RECURSO: 1001.01.500 – MDE

1015.01.542 – FUNDEB investimento – 15%

DO VALOR:

O valor total da contratação é de R\$ 437.999,27 (quatrocentos e trinta e sete mil, novecentos e noventa e nove reais e vinte e sete centavos).

VIGENCIA:

O presente contrato vigorará por 10 (dez) meses, contados a partir da sua assinatura, tendo sua eficácia a partir da publicação do extrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas - AMA, podendo ser prorrogado na forma do Art. 57 da Lei Federal 8.666/93.

Publicado por:

Jair Barcelos Cerqueira

Código Identificador:71B1EE50

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E
INFRAESTRUTURA
SÚMULA DO CONTRATO Nº 2812.002/2022**

PARTES:

- MUNICÍPIO DE MARECHAL DEODORO – ESTADO DE ALAGOAS
- A QUATRO ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.631.449/0001-32

FUNDAMENTO:

Contratações nos moldes:
Lei Federal nº 8.666/93

PROCESSO:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09010126/2022

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de construção de salas no núcleo de educação infantil – NEI Criança Feliz (lote 2), no município de Marechal Deodoro/AL.

CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:

Os recursos orçamentários e financeiros serão provenientes:

Classificação Orçamentária:**ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO:**

06- Secretaria Municipal de Educação

2. UNIDADE: 0661 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB

ESTRUTURA PROGRAMÁTICA:

1. PROGRAMA: 0003 – Melhoria da qualidade de ensino

2. AÇÃO - PROJETO/ATIVIDADE:

3005 – Construção e/ou ampliação de unidades escolares-15%.

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL:

1. FUNÇÃO: 12 – Educação

2. SUBFUNÇÃO: 361 – Ensino fundamental

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ELEMENTO DE DESPESA: 3.4.4.9.0.51 – Obras e instalações

FONTE DE RECURSO: 1001.01.500 – MDE

1015.01.542 – FUNDEB investimento – 15%

DO VALOR:

O valor total da contratação é de R\$ 524.775,12 (quinhentos e vinte e quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais e doze centavos).

VIGENCIA:

O presente contrato vigorará por 10 (dez) meses, contados a partir da sua assinatura, tendo sua eficácia a partir da publicação do extrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas - AMA, podendo ser prorrogado na forma do Art. 57 da Lei Federal 8.666/93.

Publicado por:

Jair Barcelos Cerqueira

Código Identificador:5799F523

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIBONDO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 17, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022**

DECRETO Nº 17, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022

“Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento deste exercício de 2022 do Poder Legislativo.”

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARIBONDO, ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Inciso VI, do art. 167 da Constituição Federal, e Lei Municipal nº 851, de 15/12/2021

CONSIDERANDO que os valores estipulados no orçamento não foram suficientes para as dotações que necessitam de suplementação de recursos, conforme Ofício nº 095/2022 – GPCMM, de 20 de dezembro de 2022, do Poder Legislativo; e

CONSIDERANDO que as dotações que serão anuladas não causarão nenhum dano ao andamento das despesas orçamentárias do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 96.835,48 (noventa e seis mil, oitocentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos), para reforço das seguintes dotações:

DOTAÇÃO (ÕES) SUPLEMENTADA (S)

000110 CÂMARA MUNICIPAL

0110.01.031 AÇÃO LEGISLATIVA

0110.01.031.0001.2001 MAN. DAS ATIV. DA CÂMARA MUNICIPAL

31.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 833,02
 31.91.13 – Obrigações Patronais R\$ 2.623,92
 33.90.14 – Diárias - Pessoal Civil R\$ 300,00
 33.90.30 – Material de Consumo R\$ 1.514,88
 33.90.36 – Serviço de Terceiros-Pessoa Física R\$ 60.196,03
 33.90.39 – Serviço de Terceiros-Pessoa Jurídica R\$ 4.335,63
 33.90.93 – Indenização e Restituição R\$ 27.032,00
Total R\$ 96.835,48

Art. 2º. Para o Crédito aberto no art. 1º, utilizar-se-á os recursos de anulação parcial da dotação abaixo indicada no valor total de R\$ 4.487,69 (quatro mil, quatrocentos e oitenta sete reais e sessenta e nove centavos) e o valor de R\$ 92.347,79 (noventa e dois mil, trezentos e quarenta e sete reais e setenta e nove centavos) por excesso de arrecadação na fonte de recursos próprios, de acordo com o previsto no Art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei 4320/64.

DOTAÇÃO (ÕES) ANULADA(S)

000110 CÂMARA MUNICIPAL

0110.01.031 AÇÃO LEGISLATIVA

0110.01.031.0001.2001 MAN. DAS ATIV. DA CÂMARA MUNICIPAL

33.90.13 - Obrigações Patronais R\$ 4.487,69
Total R\$ 4.487,69

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo José Zeferino do Carmo

Gabinete da Prefeita em 20 de dezembro de 2022.

LEOPOLDINA MARIA DE OLIVEIRA AMORIM

Prefeita

Publicado por:

Cleitson Sinvaldo de Lima

Código Identificador:B6FB319D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 171 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

Portaria nº 171 de 28 de dezembro de 2022.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB.

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 829/2021 de 22 de abril de 2021, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho Municipal do FUNDEB;

CONSIDERANDO as indicações das entidades que compõem o CACS-FUNDEB.

A Prefeita do Município de Maribondo, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais:

Resolve:

Art. 1º Nomear os membros para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB do Município de Maribondo/AL:

I - Poder Executivo Municipal:

Titular: **Emerson Aljan Bezerra Cavalcante**

Suplente: **Flávio Sampaio Barros**

II - Poder Executivo Municipal – Secretaria Municipal de Educação:

Titular: **Jeane Santos da Silva**

Suplente: **José Fabiano da Conceição**

III - Professores da Educação Básica Pública Municipal:

Titular: **Claudineide da Conceição Moura Tenório**

Suplente: **Luciene de Fátima Cunha Lima**

IV - Diretores das Escolas Públicas Municipais:

Titular: **José Tarcísio Joaquim da Silva**

Suplente: **Rosiene Raimunda Ferreira de Santana**

V - Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas Municipais:

Titular: **Daniel Silva dos Santos**

Suplente: **Vânia Maria Batista de Lima**

VI - Pais de Alunos da Educação Básica Pública Municipal:

Titular: **Josefa Ramos dos Santos**

Suplente: **Evelyn Aline das Neves Silva**

Titular: **Tarcísio José Vieira dos Santos**

Suplente: **Maisa Coelho da Silva**

VII - Estudantes da Educação Básica Pública Municipal:

Titular: **Maria Flávia dos Santos Silva**

Suplente: **Lidiane de Lima Silva**

VIII - Estudantes da Educação Básica Pública: Indicados pela Entidade de Estudantes Secundaristas

Titular: **José Vitor Zacarias da Silva**

Suplente: **Vanilza Ferreira da Silva**

IX - Conselho Tutelar:

Titular: **Claudemy Oliveira dos Santos**

Suplente: **Tassiane Soares Mariano Melo**

X – Escolas do Campo:

Titular: **Kasia Maria Tenorio de Jesus**

Suplente: **Daniella Justino da Silva**

XI – Organizações da Sociedade Civil:

Titular: **Jaldilene de Lima Dantas**

Suplente: **Maria Lucilene de Lima**

Titular: **Jessica Maria Correia**

Suplente: **Vânia Clecia Costa Lima**

Art. 2º O mandato dos membros deste Conselho iniciará em 1º de janeiro de 2023 e extinguir-se-á em 31 de dezembro de 2026.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo José Zeferino do Carmo
Gabinete da Prefeita, aos 28 de dezembro de 2022.

LEOPOLDINA MARIA DE OLIVEIRA AMORIM

Prefeita

Publicada e Registrada na Secretaria Municipal de Administração,
Recursos Humanos e Patrimônio aos 28 dias do mês de dezembro de 2022.

CARLOS ALBERTO FALCÃO PEDROSA NETTO

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:

Cleitson Sinvaldo de Lima

Código Identificador:2ADD5287

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 018 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

DECRETO Nº 018 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

Designa membros para a Comissão Examinadora da Gestão Escolar, na forma como dispõe a Lei Municipal nº 866, de 03 de outubro de 2022 e dá outras providências.

LEOPOLDINA MARIA DE OLIVEIRA AMORIM, Prefeita de Maribondo, Estado de Alagoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em conformidade com o que disciplina a Lei Municipal nº 866, de 03 de outubro de 2022 que “*estabelece regras para a Gestão Democrática da rede municipal de ensino de Maribondo*”;

RESOLVE:

Art.1º. Designar as pessoas abaixo mencionadas para compor a Comissão Examinadora da Gestão Escolar, na forma como dispõe a Lei Municipal nº 866, de 03 de outubro de 2022 e dá outras providências, com mandato vinculado ao término do período de gestão dos candidatos classificados em futuro processo seletivo:

3 Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Elizangela Padilha da Silva – CPF: 021.589.694-74
Josefa Rocha de Santana da Paz – CPF: 025.201.124-41
Maria Cistina da Silva de Oliveira – CPF: 777.485.064-34

3 Representantes do Conselho Municipal de Educação:
Monica Ferreira dos Santos – CPF: 028.753.314-00
Vânia Maria Batista de Lima – CPF: 020.703.104-50
Quitéria Gama da Silva – CPF: 957.600.914-68

2 Representantes do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB:
Flávio Sampaio Barros – CPF: 007.964.354-05
Emerson Aljan Bezerra Cavalcante – CPF: 954.394.204-87

2 Representantes do Conselho de Alimentação Escolar
Joanderson Pedro da Silva Verçosa – CPF: 093.673.964-90
Maria Sueli Leandro de Oliveira – CPF: 023.477.774-59

2 Representantes Técnicos Externos:
Aldênia Santos – CPF: 282.507.168-41
Diego Malta Brandão – CPF: 055.697.554-54

1 representante dos Conselhos Escolares das Escolas:
Claudenise Rosendo dos Santos – CPF: 032.199.574-04
Cristiane Domingos da Silva – CPF: 739.708.834-15
Jadson Vieira dos Santos – CPF: 064.428.454-43
Josefa Ramos dos Santos – CPF: 816.109.714-34
Luzia Ferreira de Souza – CPF: 053.142.314-09
Vitória Lima da Silva – CPF: 027.758.254-78

§1º - Os membros da Comissão Examinadora de Gestão Escolar atuarão com independência e imparcialidade, cabendo a Secretaria Municipal de Educação outorgar aos mesmos os recursos de que necessitem para o exercício de suas atribuições.

§2º - A Comissão Examinadora, uma vez constituída, elegerá um de seus membros para presidi-la.

§3º - O desempenho da função de membro da Comissão Examinadora de Gestão Escolar será exercido em caráter voluntário, não oneroso, e será considerado como serviço público relevante para todos os fins e efeitos.

§ 4º - Os representantes técnicos, da Comissão Examinadora, irão participar somente do processo de avaliação do Plano de Gestão dos candidatos para o cargo de diretor.

Art. 2º. Compete a Comissão Municipal:

Planejar, organizar, coordenar, acompanhar, orientar e presidir o processo e estruturação para a escolha de diretores, das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino;
Divulgar amplamente as normas e os critérios relativos à eleição de diretor;
Orientar as Comissões Locais para a execução dos trabalhos;
Receber e analisar as inscrições dos candidatos, deferindo-as ou não;
Providenciar material de votação e acessórios necessários ao bom andamento do pleito;
Outras inerentes ao pleito e que requeiram a intervenção da Comissão.

Art. 3º. As despesas oriundas do presente Decreto correrão a conta das dotações consignadas no orçamento em vigor.

Art. 4º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo José Zeferino do Carmo
Gabinete da Prefeita, aos 28 de dezembro de 2022.

LEOPOLDINA MARIA DE OLIVEIRA AMORIM

Prefeita

Publicada e Registrada na Secretaria Municipal de Administração,
Recursos Humanos e Patrimônio aos 28 dias do mês de dezembro de 2022.

CARLOS ALBERTO FALCÃO PEDROSA NETTO

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:

Cleitson Sinvaldo de Lima

Código Identificador:7E7EFDAC

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE MATA GRANDE AVISO DE COTAÇÃO

A CAMARA MUNICIPAL DE MATA GRANDE/AL através do Departamento do Setor de Compras informa que está recebendo cotações. OBJETO: contratação de empresa especializada para a formulação do Web Site, Portal da Transparência, Implantação e Treinamento. Prazo para envio das propostas: 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação. Para obter formulário terá acessando o endereço eletrônico: matagrande.al.leg.br e após ser preenchido a cotação ser enviando através do e-mail oficial: cplcamaramatagrande@gmail.com. Mata Grande/AL, 27 de Dezembro de 2022.

Publicado por:

Gilmar Jose da Silva

Código Identificador:E253CB81

**CÂMARA MUNICIPAL DE MATA GRANDE
AVISO DE COTAÇÃO**

A CAMARA MUNICIPAL DE MATA GRANDE/AL através do Departamento do Setor de Compras informa que está recebendo cotações. OBJETO: contratação de empresa especializada no fornecimento de material de expediente, para atender as demanda desta Câmara Municipal. Prazo para envio das propostas: 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação. Para obter formulário terá acessando o endereço eletrônico: matagrande.al.leg.br e após ser preenchido a cotação ser enviando através do e-mail oficial: cplcamaramatagrande@gmail.com. Mata Grande/AL, 27 de Dezembro de 2022.

Publicado por:
Gilmar Jose da Silva
Código Identificador:71D58EB7

**CÂMARA MUNICIPAL DE MATA GRANDE
AVISO DE COTAÇÃO**

A CAMARA MUNICIPAL DE MATA GRANDE/AL através do Departamento do Setor de Compras informa que está recebendo cotações. OBJETO: contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios, para atender as necessidades desta Câmara Municipal. Prazo para envio das propostas: 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação. Para obter formulário terá acessando o endereço eletrônico: matagrande.al.leg.br e após ser preenchido a cotação ser enviando através do e-mail oficial: cplcamaramatagrande@gmail.com. Mata Grande/AL, 27 de Dezembro de 2022.

Publicado por:
Gilmar Jose da Silva
Código Identificador:458A224D

**CÂMARA MUNICIPAL DE MATA GRANDE
AVISO DE COTAÇÃO**

A CAMARA MUNICIPAL DE MATA GRANDE/AL através do Departamento do Setor de Compras informa que está recebendo cotações. OBJETO: contratação de empresa especializada no fornecimento de produtos de material de limpeza e utilidades, para atender as necessidades desta Câmara Municipal. Prazo para envio das propostas: 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação. Para obter formulário terá acessando o endereço eletrônico: matagrande.al.leg.br e após ser preenchido a cotação ser enviando através do e-mail oficial: cplcamaramatagrande@gmail.com. Mata Grande/AL, 27 de Dezembro de 2022.

Publicado por:
Gilmar Jose da Silva
Código Identificador:EC82E7E3

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINADOR DO NEGRÃO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Considerando o relatório apresentado pela Pregoeira e Equipe de Apoio no Processo Administrativo nº 2022/120221509005 relativo à licitação do tipo Pregão Eletrônico nº25/2022, que tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, BOMBAS SUBMERSAS COM MATERIAIS DE INSTALAÇÃO PARA ATENDER A SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS NOS POÇOS ARTESIANOS DO MUNICÍPIO DE MINADOR DO NEGRÃO/AL**, considerando ainda, a inexistência de qualquer recurso pendente ao referido procedimento licitatório e o que mais consta dos autos do mencionado processo, **HOMOLOGO** a deliberação da Pregoeira e equipe de apoio constante no relatório supracitado para todos os efeitos

previstos em lei e **ADJUDICO** o objeto da Ata de Registro de Preços as licitantes:

RM MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ nº 00.118.689/0001-53 que apresentou os menores preços para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 08, 09, 21, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 32, 33 e 36, perfazendo o valor global de **R\$ 206.553,40 (duzentos e seis mil quinhentos e cinquenta e três reais e quarenta centavos);**

P. MELO CONSTRUÇOES E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº12.898.969/0001-00 que apresentou os menores preços para os itens 07, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 26, 28 e 34, perfazendo o valor global de **R\$ 100.323,03 (cem mil trezentos e vinte e três reais e três centavos);**

ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA, inscrita no CNPJ nº 46.423.434/0001-03, que apresentou os menores preços para os itens 10, 11 e 12, perfazendo o valor global de **R\$ 36.680,00 (trinta e seis mil seiscentos e oitenta reais);**

J. LAVANDOSKI FERRAGENS, inscrita no CNPJ nº 36.673.446/0001-24, que apresentou os menores preços para os itens 35 e 37, perfazendo o valor global de **R\$16.522,00 (dezesseis mil quinhentos e vinte e dois reais).**

Minador do Negrão/AL, 27 de dezembro de 2022.

JOSIAS SOARES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Felipe da Silva Santana
Código Identificador:DA193D85

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Considerando o relatório apresentado pela Pregoeira e Equipe de Apoio no Processo Administrativo nº 2022/120220305010 relativo à licitação do tipo Pregão Eletrônico nº24/2022, que tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES A PREFEITURA MUNICIPAL DE MINADOR DO NEGRÃO/AL**, considerando ainda, a inexistência de qualquer recurso pendente ao referido procedimento licitatório e o que mais consta dos autos do mencionado processo, **HOMOLOGO** a deliberação da Pregoeira e equipe de apoio constante no relatório supracitado para todos os efeitos previstos em lei e **ADJUDICO** o objeto da Ata de Registro de Preços as licitantes:

VAL MED PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALAR EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ nº05.980.425/000128, que apresentou os menores preços para os itens 01, 26, 48, 53, 56 e 60, perfazendo o valor global de **R\$ 12.924,00 (doze mil novecentos e vinte e quatro reais);**

D H T BESERRA COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI, inscrita no CNPJ nº 38.973.356/0001-84, que apresentou os menores preços para os itens 02, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 28, 32, 34, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 51, 52, 54, 55, 57 e 61, perfazendo o valor global de **R\$198.366,40 (cento e noventa e oito mil trezentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos);**

ROSILENE TONATTO SPAZZINI, inscrita no CNPJ nº 07.045.994/0001-01 que apresentou os menores preços para os itens 03, 17, 37, 50 e 59, perfazendo o valor global de **R\$12.115,00 (doze mil cento e quinze reais);**

DARK MOUNTAIN BIKE SUPRIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 47.935.916/0001-05 que apresentou os menores preços para os itens 04, 05, 07, 31 e 33, perfazendo o valor global de **R\$ 82.720,00 (oitenta e dois mil e setecentos e vinte reais);**

GDC DA SILVA COSTA EIRELI EPP, inscrita no CNPJ nº 09.721.729/0001-21, que apresentou os menores preços para os itens 06, 10, 24, 27, 30, 35, 38, e 45, perfazendo o valor global de **R\$18.315,80 (dezoito mil trezentos e quinze reais e oitenta centavos);**

SAGATI COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI – ME, inscrita no CNPJ nº22.327.120/0001-30, que

apresentou os menores preços para os itens 08 e 09, perfazendo o valor global de **R\$9.502,00 (nove mil quinhentos e dois reais)**; **LIFE CLEAN COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 43.219.256/0001-05 que apresentou os menores preços para os itens 14, 25 e 29, perfazendo o valor global de **R\$23.688,80 (vinte e três mil seiscentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)**.

Minador do Negrão/AL, 27 de dezembro de 2022.

JOSIAS SOARES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Felipe da Silva Santana
Código Identificador:1B43F403

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Considerando o relatório apresentado pela Pregoeira e Equipe de Apoio no Processo Administrativo nº 2022/320221605001 relativo à licitação do tipo Pregão Eletrônico nº27/2022, que tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS 0 KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MINADOR DO NEGRÃO/AL**, considerando ainda, a inexistência de qualquer recurso pendente ao referido procedimento licitatório e o que mais consta dos autos do mencionado processo, **HOMOLOGO** a deliberação da Pregoeira e equipe de apoio constante no relatório supracitado para todos os efeitos previstos em lei e **ADJUDICO** o objeto da Ata de Registro de Preços a licitante:

JRCA VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº26.562.837/0001-18 sediada na Av. Comendador Gustavo Paiva, nº 2000, bairro: Mangabeiras, na cidade de Maceió/AL, que apresentou os menores preços para os itens 02 e 03, perfazendo o valor global de **R\$ 441.700,00 (quatrocentos e quarenta e um mil e setecentos reais)**.

Minador do Negrão/AL, 27 de dezembro de 2022.

JOSIAS SOARES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Felipe da Silva Santana
Código Identificador:A374ABDF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Considerando o relatório apresentado pela Pregoeira e Equipe de Apoio no Processo Administrativo nº **2022/420221710004** relativo à licitação do tipo Pregão Eletrônico nº28/2022, que tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONFECÇÃO, MOLDAGEM, ENTREGA E AJUSTE DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA EFETIVO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MINADOR DO NEGRÃO/AL**, considerando ainda, a inexistência de qualquer recurso pendente ao referido procedimento licitatório e o que mais consta dos autos do mencionado processo, **HOMOLOGO** a deliberação da Pregoeira e equipe de apoio constante no relatório supracitado para todos os efeitos previstos em lei e **ADJUDICO** o objeto da Ata de Registro de Preços a licitante:

R & B LABORATORIO PROTETICO LTDA, inscrita no CNPJ Nº 17.391.173/0001-80 que apresentou os menores preços para todos os itens do certame, perfazendo o valor global de **R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)**.

Minador do Negrão/AL, 27 de dezembro de 2022.

JOSIAS SOARES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Felipe da Silva Santana
Código Identificador:6F56BF0B

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOTEIRÓPOLIS EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO

OBJETO: Termo de Adesão nº 06/2022, com fulcro no disposto no §§ 1º, 3º do art. 22 *caput* do Decreto 7.892 de 23/01/2013 e a Lei Federal nº 8.666/1993, vez que o objeto é Manutenção de Veículos, Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Belo Monte/AL. Órgão Aderente: Prefeitura Municipal de Monteirópolis, no âmbito da Secretaria Municipal de Administração; Favorecido: LICCS COMERCIO E SERVICOS DO VESTUÁRIO EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ sob nº 10.157.094/0001-60, Processo Administrativo: 10040006/2022; Cobertura Orçamentária: func. Prog. 03.0330.04.122.0001.2.003 Elem. De Desp. 3.3.90.30.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 10040006/CPL/2022, firmado em 11/11/2022, com a empresa: LICCS COMERCIO E SERVICOS DO VESTUÁRIO EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ sob nº 10.157.094/0001-60. Objeto Aquisição de Fardamentos; Amparo: Termo de Adesão nº 06/2022; Processo Administrativo: 10040006/2022; Vigência: 12 (doze) meses; Cobertura Orçamentária: func. Prog. 03.0330.04.122.0001.2.003 Elem. De Desp. 3.3.90.30. Valor Registrado R\$: 161.870,00, Signatários: pelo Registrante, Mailson de Mendonça Lima e, pela Registrada, Maria Margarida Nobre Lima. Monteirópolis/AL, 28 de dezembro de 2022.

MAÍLSON DE MENDONÇA LIMA
Prefeito

Publicado por:
Wilians Altieres Fontes
Código Identificador:FC973BB9

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOTEIRÓPOLIS EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 101700011/CPL/2022, firmado em 15/12/2022, com a empresa: SIGA CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.144.632/0001-90. Objeto: Obras de Pavimentação e Drenagens de Vias no Povoado Farias, no Município de Monteirópolis; Amparo: Tomada de Preços nº 09/2022; Processo Administrativo: 101700011/2022; Vigência: 12 (doze) meses; Valor Registrado R\$: 293.338,15; Cobertura Orçamentária: func. Prog. 03.0330.27.812.0007.1030. Elem. De Desp. 4.4.90.51: Signatários: pelo Registrante, Mailson de Mendonça Lima e, pela Registrada, Augusto Cesar Bonfim Santos.

Monteirópolis/AL, 28 de dezembro de 2022.

MAÍLSON DE MENDONÇA LIMA
Prefeito

Publicado por:
Wilians Altieres Fontes
Código Identificador:A05A280C

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO LINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 58.2022

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2022
ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVO LINO/AL, inscrita no CNPJ sob o nº: 12.248.878/0001-20.

FORNECEDOR REGISTRADO: EUGENIANO AUTOMÓVEIS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 20.554.993/0001-50. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE NOVO LINO/AL. Vigência: 12 (doze) meses. Data da assinatura: 28 de dezembro de 2022. Valor total R\$ 795.000,00 (Setecentos e noventa e cinco mil reais).

Publicado por:
Romisson Fagner Batista Barreto
Código Identificador:EEBDF792

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO CASADO

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO

Pelo presente, e com fundamento no art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, e no Parecer da Controladoria Interna da Câmara Municipal e da Procuradoria Jurídica desta Casa. **RATIFICO** a DISPENSA DE LICITAÇÃO visando a contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de material permanente para atendimento a Câmara Municipal de Vereadores do Município de Olho D'Água do Casado, em favor da empresa que apresentou o menor valor em pesquisa de preços realizada, **SIZENANDO DANTAS DA COSTA JÚNIOR - ME, CNPJ: 00.874.981/0001-04.**

Publique-se

Olho D'Água do Casado/AL, 28 de dezembro de 2022

JOSÉ ANTÔNIO SOUZA
Presidente

Publicado por:
Edilene Correia da Silva
Código Identificador:5FF5DAFD

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO CASADO/AL, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, na forma preceituada no art. 26, da Lei Federal nº 8.666/93, e com base no Parecer da Procuradoria Geral do Município – PGM RATIFICA A **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2022**, do procedimento administrativo nº 1223.0059/2022, em conformidade com o art. 25 II c/c art. 13 VI, da Lei Federal nº 8.666/1993, em favor do **INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMNISTRACAO PUBLICA - INP - LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 10.498.974/0001-09, no valor global de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), cujo objeto é a contratação de empresa para inscrição do 18º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Em ato contínuo, encaminhem-se os autos a CPL para formalização do contrato.

PUBLIQUE-SE;

Olho D'Água do Casado/AL, 28 de dezembro de 2022.

JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Carla Maria de O Bezerra
Código Identificador:A86A9D64

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALESTINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE RATIFICAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO
INEX 017/2022

Município de Palestina/AL

Aviso de Ratificação

Face aos constantes nos autos do procedimento de Inexigibilidade 017/2022, do município de Palestina/AL, referente ao processo 1220004/2022, objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE PALESTINA/ AL PARA OS FESTEJOS ALUSIVOS AO RÉVEILLON NA PRAÇA, RATIFICO o objeto do certame, do presente processo, para que se produzam os devidos efeitos legais, para a empresa: DENILSON ANDRADE SEGUNDO 90417011504 (D.A.S. LOCACOES, PRODUcoes, EVENTOS E PUBLICIDADES - ME) (CNPJ nº 29.327.313/0001-30), Valor do Contrato: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

JOSÉ DJALMA GONÇALVES DA SILVA

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato

Contrato Nº 017/2022 – Processo Licitatório nº 1220004/2022 – Contratação Inexigibilidade 017/2022 – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/21 (Art. 74, inciso III, alínea f) – Contratado: DENILSON ANDRADE SEGUNDO 90417011504 (D.A.S. LOCACOES, PRODUcoes, EVENTOS E PUBLICIDADES - ME) (CNPJ nº 29.327.313/0001-30) – Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE PALESTINA/ AL PARA OS FESTEJOS ALUSIVOS AO RÉVEILLON NA PRAÇA – Valor do Contrato: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Publicado por:
Albert Leite e Silva
Código Identificador:0A238370

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÃO DE AÇÚCAR

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROJETO

A Comissão de Seleção do Município de Pão de Açúcar, Estado de Alagoas, torna público o resultado do Chamada Pública nº 03/2022, objeto é o chamamento público para seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, objetivando a formalização de termo de colaboração, em regime de mútua cooperação, através da secretaria municipal de saúde, com intuito de prestar apoio, suporte e gestão de programas municipais nas áreas respectivas. Declarar habilitado o INSTITUTO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS IGPS, CNPJ Nº 05.954.802/0001-54 por atender as exigências do Edital.

Outrossim, a Comissão, informa que a partir da data desta publicação, abre-se o prazo para interposição de recursos administrativos.

Everaldo Prudente Santos

Presidente da Comissão de Seleção.

Publicado por:
Hugo Rafael da Silva Feitoza
Código Identificador:E05F6599

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº TP10/2022 – Processo nº 09.01.001/2022 – Tomada de Preços nº 10/2022 – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93 – Contratado: UNICON CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ Nº 04.287.461/0001-48 – Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de construção de 02 (duas) Praças na Avenida Manoelito Bezerra Lima no Município de Pão de Açúcar/AL – Valor global: R\$ 530.109,11 (quinhentos e trinta mil, cento e nove reais e onze centavos). – Vigência: 12 (doze) meses.

Publicado por:
Hugo Rafael da Silva Feitoza
Código Identificador:31FE8788

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 40, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022

Determina o valor da atualização monetária e os prazos de pagamento da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento 2023, bem como do requerimento dos benefícios de imunidade e isenção tributária.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PÃO DE AÇÚCAR, ESTADO DE ALAGOAS**, no uso das suas atribuições e prerrogativas,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar atos necessários à implantação e melhor aplicação da Lei Municipal nº 601/2021 - CTM, que instituiu, dentre outros tributos, a Taxa de Licença para Localização e Funcionamento - TLLF.

DECRETA:

Art. 1º A Taxa de Licença para Localização e Funcionamento – TLLF 2023, prevista no inc. II do art. 222, deverá ser paga em Cota Única até o dia 31/03/2023.

§ 1º Entende-se por empresas ou estabelecimentos aqueles (as) que possuam CNPJs ativos no dia 01/01/2023 consubstanciando, dessa forma, o fato gerador da TLLF 2023 em razão do exercício do poder de polícia.

§ 2º Fica atualizado em 5,9% (cinco vírgula nove por cento), conforme a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, de acordo com o art. 459, §2º do CTM, o valor da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento – TLLF.

Art. 2º Caso seja verificada, durando (durante) o exercício de 2023, alterações de atividades ou ramo de atividade um novo lançamento da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento – TLLF (Complementar) deverá ocorrer, nos termos do Art. 219, II, “c”, do CTM, e deverá ser paga 20 (dias) dias após o lançamento.

Parágrafo único. Entende-se por alterações de atividades ou ramo de atividade as mudanças, inclusões e/ou exclusões de Atividades CNAEs no Cartão do CNPJ ocorridos durando o exercício de 2023.

Art. 3º A Taxa de Licença para Localização e Funcionamento – TLLF 2023, deverá ser lançada nas seguintes situações:

I – No ato do licenciamento, ou antes, do início da atividade (abertura da empresa);

II – Cada vez que se verificar mudança de local do estabelecimento, ou mudança na razão social ou nome empresarial.

Parágrafo único. O vencimento da TLLF 2023 lançada conforme o *caput* será 20 (vinte) dias após o lançamento.

Art. 4º As Taxas de Licenças de que trata este Decreto, quando devidas no decorrer do exercício financeiro de 2023, serão calculadas a partir do trimestre civil em que ocorrer o início ou alteração da atividade e lançadas nos seguintes percentuais:

a) para lançamentos entre 01/01/2023 e 31/03/2023: 100% (cem por cento) da Taxa;

b) para lançamentos entre 01/04/2023 e 30/06/2023: 75% (setenta e cinco por cento) da Taxa;

c) para lançamentos entre 01/07/2023 e 30/09/2023: 50% (cinquenta por cento) da Taxa;

d) para lançamentos entre 01/10/2023 e 31/12/2023: 25% (vinte e cinco por cento) da Taxa.

Art. 5º Nos termos do Art. 319 do CTM, as Taxas de Licenças de que trata este Decreto, poderão ser inscritas em Dívida Ativa, 30 (trinta) dias após sua notificação.

Art. 6º Os contribuintes com direitos legais de Isenção ou Reconhecimento de Imunidade Constitucional poderão apresentar requerimento do benefício até o dia 31/08/2023, sem previsão de prorrogação.

Art. 7º O contribuinte ou seu representante legal que não concordar com o valor da TLLF lançada, poderá requerer revisão até o dia 31 de março de 2023.

§ 1º O pedido de revisão, devidamente fundamentado e instruído com a documentação comprobatória das alegações, deverá ser protocolizado na Prefeitura Municipal de Pão de Açúcar e endereçado a Coordenação de Instrução e Julgamento da Secretaria Municipal da Finanças.

§ 2º Se o pedido de revisão, protocolizado dentro do prazo previsto no caput deste artigo, for parcial ou integralmente procedente, será concedido prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência do contribuinte a decisão, para pagamento sem juros e sem multa.

§ 3º Se o pedido de revisão for considerado improcedente, será concedido prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência do contribuinte a decisão, para pagamento sem acréscimo de juros e multa.

§ 4º O pedido de revisão protocolizado fora do prazo previsto no caput deste artigo não será conhecido, mas a autoridade competente poderá rever o lançamento, de ofício, com base nas informações prestadas pelo contribuinte, sem prejuízo dos acréscimos legais.

§ 5º No caso previsto no § 4º deste artigo, se a autoridade competente mantiver o lançamento, será exigido o pagamento do imposto, sem desconto e com a incidência de juros e multa moratórios, nos termos do Código Tributário Municipal.

Art. 8º Será considerado ciente do despacho ou da decisão em face do pedido de revisão da TLLF lançada, o contribuinte, seu representante legal subscritor do requerimento inicial, na data que o interessado for comunicado através de e-mail ou telefone que indicar para essa comunicação, em seu requerimento.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pão de Açúcar/AL, 27 de dezembro de 2022.

JORGE SILVA DANTAS
Prefeito

Publicado por:
Napoleão Rodrigues Couto Júnior
Código Identificador:7711177F

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2022

Processo nº 09.01.001/2022

Face ao constante nos autos do procedimento licitatório Tomada de Preços nº 10/2022, do Tipo Menor Preço, referente ao Processo nº 09.01.001/2022, HOMOLOGO, com fundamento no Art. 43, VI, da Lei nº 8.666/93, a presente licitação. Ato contínuo, ADJUDICO, fundamentado no mesmo dispositivo legal, o objeto da licitação ao licitante vencedor, a empresa UNICON CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ Nº 04.287.461/0001-48, com o valor global de R\$ 530.109,11 (quinhentos e trinta mil, cento e nove reais e onze centavos).

JORGE SILVA DANTAS
Prefeito

Publicado por:
Hugo Rafael da Silva Feitoza
Código Identificador:E6D8AE6A

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO JACINTO

GABINETE DO PREFEITO
AVISO LICITAÇÃO - T.P 04.2022

AVISO DE LICITAÇÃO

A comissão permanente de licitação de Paulo Jacinto/AL, no uso de suas atribuições, torna público que realizará as seguintes licitações: **TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2022, Processo Administrativo nº 11.24.0001/2022**, do tipo menor preços por item, objetivando Contratação de Empresa Especializada para Reconstrução de 02(duas) Casas - Abertura das Propostas dia 11/01/2023 às 08:30h. Os Editais podem ser adquiridos no site www.paulojacinto.al.gov.br, através do e-mail: paulojacintocpl@gmail.com ou na sala de licitações da prefeitura de Paulo Jacinto-AL, horário das 09:00 as 12:00.

DIOGO FRANCO TEIXEIRA DE ALMEIDA
Presidente CPL

Publicado por:
Jose Renato Candido da Silva
Código Identificador:6DA41B06

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 186, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

O Prefeito Municipal de Pilar/AL, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, e em conformidade com o Decreto nº 21, de 13 de abril de 2022, resolve conceder diária(s) em favor do(a) senhor(a) a seguir mencionado(s), tendo em vista deslocamento a serviço, conforme especificações abaixo:

Processo: 1228-0007/2022
Nome do(a) beneficiário(a): Everton Luiz Santos de Lima
CPF: 038.760.154-64
Cargo: Fiscal de Tributos
Quantidade total de diárias: 3 (três)
Valor total das diárias: R\$ 300,00 (trezentos reais)
Período de deslocamento: 21/12/2022 a 23/12/2022
Destino: Maceió/AL
Objetivo do deslocamento: Resolver demandas relacionadas a Fiscalização Tributária.
Dotação orçamentária: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS; Funcional Programática: 04.122.0001.2009; Projeto/Atividade 2009 – Manutenção das ações da Secretaria de Finanças e Elemento de Despesa: 3.3.9.0.14.00 – Diárias Civil.

RENATO REZENDE ROCHA FILHO
Prefeito do Município

Publicado por:
Veridiana de Almeida
Código Identificador:33D29098

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 187, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

O Prefeito Municipal de Pilar/AL, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, e em conformidade com o Decreto nº 21, de 13 de abril de 2022, resolve conceder diária(s) em favor do(a) senhor(a) a seguir mencionado(s), tendo em vista deslocamento a serviço, conforme especificações abaixo:

Processo: 1228-0007/2022
Nome do(a) beneficiário(a): Luiz Carlos da Silva Amorim
CPF: 070.990.324-37

Cargo: Fiscal de Tributos
Quantidade total de diárias: 3 (três)
Valor total das diárias: R\$ 300,00 (trezentos reais)
Período de deslocamento: 21/12/2022 a 23/12/2022
Destino: Maceió/AL
Objetivo do deslocamento: Resolver demandas relacionadas a Fiscalização Tributária.
Dotação orçamentária: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS; Funcional Programática: 04.122.0001.2009; Projeto/Atividade 2009 – Manutenção das ações da Secretaria de Finanças e Elemento de Despesa: 3.3.9.0.14.00 – Diárias Civil.

RENATO REZENDE ROCHA FILHO
Prefeito do Município

Publicado por:
Veridiana de Almeida
Código Identificador:66B63D86

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
HOMOLOGAÇÃO

Processo nº 1010-0026/2022.
Interessado (a): Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Objeto: Eventual e Futura Aquisição de Instrumentos Musicais.

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PILAR/AL, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao artigo 43, inciso VI da Lei Federal Nº 8.666/93, resolve **HOMOLOGAR** o Certame licitatório, referente a AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MÚSICAIS, Pregão ELETRÔNICO nº 53/2022, processo administrativo de nº 1010-0026/2022, as empresas vencedoras:

BR3 COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO, CNPJ: 46.700.625/0001-67, vencedora dos Itens: 01,07,09,10 e 41, valor total dos itens **R\$ 24.561,76.**

MELODIA INSTRUMENTOS MÚSICAIS LTDA, CNPJ: 09.638.518/0001-20, vencedora dos itens: 11,12,14,21,23,24,25,26,27,28,29,30,31,35,38,39,40 e 42, valor total dos itens: **R\$ 34.786,54.**

SERESTA LTDA, CNPJ: 45.557.614/0001-07, vencedora dos itens: 02,03,04,05,06 e 08, valor total dos itens: **R\$ 38.753,22.**

SC INSTRUMENTOS MÚSICAIS E ACESSÓRIOS LTDA ME, CNPJ: 29583709/0001-49, vencedora dos itens: 32,33,34,36 e 37, valor total dos itens: **R\$ 4.965,00.**

STAGE MUSIC COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIREL, CNPJ: 10.661.909/0001-44, vencedora dos itens: 15,16,17,18,19,20 e 22, valor total dos itens: **10.514,44.**

Considerando sua plena regularidade e considerando o parecer da Procuradoria Geral do Município na fase Interna, e documento do pregão acostados aos autos.

Pilar/AL, 28 de dezembro de 2022

RENATO REZENDE ROCHA FILHO
Prefeito do Município de Pilar/AL

Publicado por:
Sérgio Lira de Oliveira
Código Identificador:B0032E82

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
EXTRATO DE TERMO DE CONVALIDAÇÃO

Considerando as disposições da Lei nº. 8.666/93, especialmente em seu artigo 61, parágrafo único, que determina como condição indispensável para a eficácia dos contratos da Administração a providência relativa à publicação resumida do respectivo instrumento; Considerando o poder-dever da Administração de convalidar os atos que não possuam vícios insanáveis, como os de objeto, motivo e finalidade, nem mesmo prejuízo a direitos de terceiros; Considerando que não se constata, na ausência de publicação do extrato do contrato, qualquer lesão ao interesse público, uma vez que os respectivos procedimentos transcorreram na forma da lei.

Fica convalidado o ato relativo a publicação do extrato do Contrato nº 127/2022 mediante suas cláusulas e condições, devendo ocorrer as suas respectivas publicações, na forma da Lei nº. 8.666/93, convalidação esta, respaldada nos princípios da Administração Pública e na Lei Federal nº. 9.784/99, visto que não se verifica lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, sendo o vício sanável na forma da lei.

Celebram entre si o Município de Pilar - AL, e a Empresa **F.P CONSTRUTORA LTDA**, CNPJ: 41.160.680/0001-98. **DO OBJETO** – O presente contrato tem por objeto a Execução dos serviços de recuperação da Rua Antônio Serafim e adjacências, situada no Município de Pilar. **DO VALOR**: valor global de R\$ 1.470.954,89 (um milhão, quatrocentos e setenta mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e nove centavos). **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade: 0007 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, Classificação Funcional Programática: 15.451.0008.1002; Projeto Atividade: 1002 – PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM PARALELEPÍPEDO; Elemento de Despesa: 4.4.9.0.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES.

Pilar-AL, 28 de dezembro de 2022.

JOÃO VICTOR DOS SANTOS SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações e Contratos

Publicado por:
Sérgio Lira de Oliveira
Código Identificador:E247B9E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2022
PREGÃO ELETRÔNICO 055/2022 PROCESSO Nº 0822-0042/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE PILAR/AL, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 12.200.150/0001-28.

FORNECEDORA REGISTRADA: EMPRESA BASE CONSTRUÇÕES EIRIELI.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PARA MELHORIAS E REPAROS DE UNIDADES HABITACIONAIS DE BAIXA RENDA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE MÃO DE OBRA, REFERENCIADOS NAS PLANILHAS DE SERVIÇOS E ISUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTO E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL-SINAPI, NAS UNIDADES HABITACIONAIS INCLUIDAS NO PROGRAMA PILAR NOSSO LAR DO MUNICÍPIO DE PILAR.

DO VALOR: Maior Percentual de Desconto de 42,00% na tabela SINAPI

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 24 meses.

RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO GERENCIADOR: Renato Rezende Rocha Filho e Carlos Alberto De Albuquerque Mota pela **FORNECEDORA REGISTRADA**.

Publicado por:
Sérgio Lira de Oliveira
Código Identificador:77D2CD71

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 123/2022 PREGÃO
PRESENCIAL 09/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.200.150/0001-28;

CONTRATADA: ALBERTINA RAMOS DE FRANÇA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 20.369.623/0001-43 estabelecida na Rua Alameda Maria Nazareth Pereira da Silva Dória, quadra E-6, Lote 1, Bairro – Petrópolis, Maceió/AL, tendo como representante legal a Sra. Albertina Ramos e França, CPF: 355.634.434-34.

OS CONTRATANTES: tem entre si justo e avençado e celebram o presente contrato, sujeitando-se as partes as normas disciplinares da lei Nº 8.666/93.

DO OBJETO: Locação de Equipamentos de Rádios Comunicadores destinados a manutenção das atividades das Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Urbanismo e Administração.

DA DOTAÇÃO:

Órgão: Secretaria Municipal de Administração

Funcional Programática: 04.122.0001.2007

Projeto/Atividade: 2007 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA

Órgão: Secretaria Municipal de Urbanismo

Funcional Programática: 15.122.0001.2036

Projeto/Atividade: 2036 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE URBANISMO

Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA

Órgão: Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito

Funcional Programática: 26.782.0001.2053

Projeto/Atividade: 2053 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE TRANSPORTE

Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde

Funcional Programática: 10.122.0001.6001

Unidade Orçamentária: 0010 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 6001 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA

Detalhamento da Despesa: 99030000– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA

Unidade Orçamentária: 1000 Fundo Municipal De Saúde

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde

Funcional Programática: 10.122.0001.6001

Projeto/Atividade: 6001 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA

Detalhamento da Despesa: 99030000– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA

Órgão: Secretaria Municipal de Educação

Funcional Programática: 12.122.0002.4001

Projeto/Atividade: 4001 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA

Fonte: 0010 – RECURSOS PRÓPRIOS

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 04 (quatro meses) contados da data de sua assinatura.

DO VALOR: Valor mensal de R\$ 60.675,68 (sessenta mil, seiscentos e setenta e cinco reais e sessenta e oito centavos).

RENATO REZENDE ROCHA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Sérgio Lira de Oliveira
Código Identificador:01F34851

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDOBA

SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO a INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO fundamentada no art. 25, II, c/c art. 13, III da Lei nº 8.666/93, e conforme parecer da Procuradoria Jurídica, em favor da empresa LEME DIAS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 40.560.142/0001-28, objeto: é a assessoria e consultoria na área de gestão e patrimonial, destinado às secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social e Educação, com vigência de 12 (doze) meses, Pindoba/AL, 14 de janeiro de 2022, José Cicero Cardoso Costa/Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO Nº INEX - 0107-0008/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDOBA/AL.
 Contratada: LEME DIAS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 40.560.142/0001-28, objeto é a assessoria e consultoria na área de gestão e patrimonial, destinado às secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social e Educação, com vigência de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, Pindoba/AL, 14/01/2022; Signatários: José Cicero Cardoso Costa. Contratante e Ana Paula Dias da Silva. Contratada.

Publicado por:
 Jeferson Emanuel de Almeida Alves
Código Identificador:14140A55

**SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 TERMO DE RATIFICAÇÃO**

RATIFICO a INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO fundamentada no art. 25, II, c/c art. 13, III da Lei nº 8.666/93, e conforme parecer da Procuradoria Jurídica, em favor da empresa B G O FARIAS, inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.430.741/0001-04, objeto: é a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria em consultoria e assessoria em gestão pública par a Secretaria Municipal de Saúde, com vigência de 12 (doze) meses, Pindoba/AL, 14 de janeiro de 2022, José Cicero Cardoso Costa/Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO Nº INEX - 0111-0009/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDOBA/AL.
 Contratada: B G O FARIAS, inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.430.741/0001-04, objeto é a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria em consultoria e assessoria em gestão pública par a Secretaria Municipal de Saúde, com vigência de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, Pindoba/AL, 14/01/2022; Signatários: José Cicero Cardoso Costa. Contratante e Bruno Gerson Oliveira Farias. Contratada.

Publicado por:
 Jeferson Emanuel de Almeida Alves
Código Identificador:28BFFBE1

**SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 TERMO DE RATIFICAÇÃO**

RATIFICO a INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO fundamentada no art. 25, II, c/c art. 13, III da Lei nº 8.666/93, e conforme parecer da Procuradoria Jurídica, em favor da empresa LEME DIAS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 40.560.142/0001-28, objeto: é a prestação de serviço de assessoria e consultoria, destinado a Secretaria de Educação na prestação de contas provenientes de recursos do FNDE, PDDE, SIGECON e DBE's, com vigência de 12 (doze) meses, Pindoba/AL, 14 de janeiro de 2022, José Cicero Cardoso Costa/Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO Nº INEX - 0105-0005/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDOBA/AL.
 Contratada: LEME DIAS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 40.560.142/0001-28, objeto é a prestação de serviço de assessoria e consultoria, destinado a Secretaria de Educação na prestação de contas provenientes de recursos do FNDE, PDDE, SIGECON e DBE's, com vigência de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, Pindoba/AL, 14/01/2022; Signatários: José Cicero Cardoso Costa. Contratante e Ana Paula Dias da Silva. Contratada.

Publicado por:
 Jeferson Emanuel de Almeida Alves
Código Identificador:F308ABED

**SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 TERMO DE RATIFICAÇÃO**

RATIFICO a INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO fundamentada no art. 25, II, c/c art. 13, III da Lei nº 8.666/93, e conforme parecer da Procuradoria Jurídica, em favor da empresa B G O FARIAS, inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.430.741/0001-04, objeto: é a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria em gestão pública-contábil para a Secretaria Municipal de Administração, com

vigência de 12 (doze) meses, Pindoba/AL, 14 de janeiro de 2022, José Cicero Cardoso Costa/Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO Nº INEX - 0111-0010/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDOBA/AL.
 Contratada: B G O FARIAS, inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.430.741/0001-04, objeto é a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria em gestão pública-contábil para a Secretaria Municipal de Administração, com vigência de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, Pindoba/AL, 14/01/2022; Signatários: José Cicero Cardoso Costa. Contratante e Bruno Gerson Oliveira Farias. Contratada.

Publicado por:
 Jeferson Emanuel de Almeida Alves
Código Identificador:24DE3EA3

**SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 TERMO DE RATIFICAÇÃO**

RATIFICO a INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO fundamentada no art. 25, II, c/c art. 13, III da Lei nº 8.666/93, e conforme parecer da Procuradoria Jurídica, em favor da empresa EMPENHO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.752.997/0001-31, objeto: é a assessoria e consultoria na área de gestão e programas sociais e socioassistencial para esta Secretaria de Assistência Social, com vigência de 12 (doze) meses, Pindoba/AL, 14 de janeiro de 2022, José Cicero Cardoso Costa/Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO Nº INEX - 0106-0007/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDOBA/AL.
 Contratada: EMPENHO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.752.997/0001-31, objeto é a assessoria e consultoria na área de gestão e programas sociais e socioassistencial para esta Secretaria de Assistência Social, com vigência de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, Pindoba/AL, 14/01/2022; Signatários: José Cicero Cardoso Costa. Contratante e Rodrigo Costa Ruas. Contratada.

Publicado por:
 Jeferson Emanuel de Almeida Alves
Código Identificador:D5AE8083

**SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 TERMO DE RATIFICAÇÃO**

RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO fundamentada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, e conforme parecer da Procuradoria Jurídica, em favor da empresa NASCIMENTO & NASCIMENTO LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.641.927/0001-20, cujo objeto é a aquisição de material de limpeza visando a atender as necessidades do Município de Pindoba/AL, com vigência de 12 (doze) meses, Pindoba/AL, 04 de outubro de 2022, José Cicero Cardoso Costa/Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO D.L. Nº 0928-0001/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDOBA/AL.
 Contratada: NASCIMENTO & NASCIMENTO LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.641.927/0001-20, cujo objeto é a aquisição de material de limpeza visando a atender as necessidades do Município de Pindoba/AL, com vigência de 12 (doze) meses, Pindoba/AL, 04/10/2022; Signatários: José Cicero Cardoso Costa. Contratante e Igor Marques do Nascimento.

Publicado por:
 Jeferson Emanuel de Almeida Alves
Código Identificador:C73E53D0

**SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 TERMO ADITIVO**

EXTRATO DO 2º (SEGUNDO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 28.05-001/2021; Empresa: OK LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA-EPP, CNPJ: 07.173.027/0001-25; Objeto: Prorrogação do prazo contratual vigente e o reajuste do valor contratado. Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 15/08/2022. Contratante: José Cicero Cardoso Costa/contratante Luiz Marcelo Santos de Andrade; Pindoba/AL, 12 de agosto de 2022.

Publicado por:
Jeferson Emanuel de Almeida Alves
Código Identificador:536448E4

SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO TP Nº 05.001/2021, Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDOBA/AL. Contratada: PERFIL ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 17.963.960/0001-50; nos termos da cláusula terceira do contrato TP nº 05.001/2021 prorroga-se o prazo de vigência de execução de 07/12/2021 a 07/03/2022. Vigência: 07/03/2022 a 07/06/2022, conforme Lei nº 8.666/1993, Signatários: José Cicero Cardoso Costa e Marcelo Antônio Gerardi Braga, Pindoba/AL, 17/02/2022.

Publicado por:
Jeferson Emanuel de Almeida Alves
Código Identificador:EB3062F3

SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO TP Nº 01/2022, Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDOBA/AL. Contratada: WALLACY LUCAS LINS DE OLIVEIRA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF nº 42.831.657/0001-40; nos termos da cláusula terceira do contrato TP nº 01/2022 prorroga-se o prazo de execução da reforma da Praça Advane Freire e Davi Eugênio, deste período de 06/06/2022 a 04/08/2022. Vigência: 04/08/2022 a 02/10/2022, e da Praça Virgem dos Pobres deste período de 06/06/2022 a 05/07/2022. Vigência: 05/07/2022 a 04/08/2022, conforme Lei nº 8.666/1993, Signatários: José Cicero Cardoso Costa e Wallacy Lucas Lins de Oliveira, Pindoba/AL, 30/06/2022.

Publicado por:
Jeferson Emanuel de Almeida Alves
Código Identificador:989BDC69

SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO INEX. Nº 08.001/2021; Empresa: SERQUIP TRATAMENTO RESIDUOS AL LTDA, CNPJ: 06.121.325/0001-09; Objeto: Prorrogação do prazo contratual vigente e a renovação do valor contratado, que era de R\$8.898,24 (oito mil e oitocentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos), passará a vigorar com o valor global de R\$ 9.850,56 (nove mil e oitocentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos), divididos em 12 (doze) parcelas mensais e iguais de R\$ 820,88 (oitocentos e vinte reais e oitenta e oito centavos); Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 10/01/2022. Contratante: José Cicero Cardoso Costa / Contratada: Bruno Broad Rizzo Dorea;

Pindoba/AL, 29 de agosto de 2022.

Publicado por:
Jeferson Emanuel de Almeida Alves
Código Identificador:8271E8E6

SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 3º (TERCEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO TP Nº 05.001/2021, Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDOBA/AL. Contratada: PERFIL ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 17.963.960/0001-50; objeto acréscimo e supressão de serviço ao valor do contrato TP nº 05.001/2021, o valor do presente contrato que era R\$ 367.106,69 (trezentos e sessenta e sete mil cento e seis reais e sessenta e nove centavos), tendo um acréscimo de 49,05% (quarenta e nove vírgula cinco por cento) correspondente a R\$ 180.068,53 (cento e oito mil sessenta e oito reais e cinquenta e três centavos), e de supressão 3,28% (três vírgula vinte e oito por cento) correspondente a R\$

12.045,25 (doze mil quarenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), passando para o valor total de R\$ 535.130,14 (quinhentos e trinta e cinco mil cento e trinta reais e quatorze centavos), conforme Lei nº 8.666/1993, Signatários: José Cicero Cardoso Costa e Marcelo Antônio Gerardi Braga, Pindoba/AL, 19/08/2022;

Publicado por:
Jeferson Emanuel de Almeida Alves
Código Identificador:36A78885

SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO ADITIVO

EXTRATO DE 2º (SEGUNDO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO TP Nº 01/2022, Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDOBA/AL. Contratada: WALLACY LUCAS LINS DE OLIVEIRA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF nº 42.831.657/0001-40; objeto acréscimo e supressão de serviço ao valor do contrato TP nº 01/2022, o valor do presente contrato que era R\$252.210,11 (duzentos e cinquenta e dois mil duzentos e dez reais e onze centavos), tendo um acréscimo de 22,06% (vinte e dois vírgula seis por cento) correspondente a R\$55.625,73 (cinquenta e cinco mil seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e três centavos), e de supressão 15,25% (quinze vírgula vinte e cinco por cento) correspondente a R\$38.451,25 (trinta e oito mil quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos), passando para o valor total de R\$ 269.384,63 (duzentos e sessenta e nove mil trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos) conforme Lei nº 8.666/1993, Signatários: José Cicero Cardoso Costa e Wallacy Lucas Lins de Oliveira, Pindoba/AL, 14/07/2022.

Publicado por:
Jeferson Emanuel de Almeida Alves
Código Identificador:305ADA8E

SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 2º (SEGUNDO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO TP Nº 05.001/2021, Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDOBA/AL. Contratada: PERFIL ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 17.963.960/0001-50; nos termos da cláusula terceira do contrato TP nº 05.001/2021 prorroga-se o prazo de vigência de execução de 07/03/2022 a 07/06/2022. Vigência: 07/06/2022 a 07/09/2022, conforme Lei nº 8.666/1993, Signatários: José Cicero Cardoso Costa e Marcelo Antônio Gerardi Braga,

Pindoba/AL, 26/05/2022.

Publicado por:
Jeferson Emanuel de Almeida Alves
Código Identificador:92E72C8D

SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 3º (TERCEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO TP Nº 01/2022, Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDOBA/AL. Contratada: WALLACY LUCAS LINS DE OLIVEIRA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF nº 42.831.657/0001-40; nos termos da cláusula terceira do contrato TP nº 01/2022 prorroga-se o prazo de execução da reforma da Praça Advane Freire e Davi Eugênio, deste período de 04/08/2022 a 02/10/2022. Vigência: 02/10/2022 a 30/11/2022, conforme Lei nº 8.666/1993, Signatários: José Cicero Cardoso Costa e Wallacy Lucas Lins de Oliveira,

Pindoba/AL, 22/07/2022.

Publicado por:
Jeferson Emanuel de Almeida Alves
Código Identificador:A20A236E

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 374/2022, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

"Revisam os subsídios do prefeito, vice-prefeito e vereadores do Município de Poço das Trincheiras, Estado de Alagoas e dá outras providências"

A CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO DAS TRINCHEIRAS, aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a presente lei:

Art. 1º - Ficam revisados os subsídios do prefeito e vice-prefeito do Município de Poço das Trincheiras, Estado de Alagoas, no percentual de 54,87% (cinquenta e quatro inteiros e oitenta e sete centésimos percentuais), para recomposição dos subsídios em face do período de inflação durante o período de 2013 a 2021.

Parágrafo único – O índice básico de reposição do Art. 1º corresponde a variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, no período de 2013 (5,91%); 2014 (6,41%); 2015 (10,67%); 2016 (6,29%); 2017 (2,95%); 2018 (3,75%); 2019 (4,31%); 2020 (4,52%) e 2021 (10,06%).

Art. 2º - Fica revisado o subsídio de vereador do Município de Poço das Trincheiras, Estado de Alagoas, no percentual de 10,06% (dez inteiros e seis centésimos percentuais), para recomposição do subsídio em face do período de inflação durante o ano de 2021, com base no IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Art. 3º - Os subsídios do prefeito, vice-prefeito e vereadores do Município de Poço das Trincheiras, Estado de Alagoas, poderão ser revisados anualmente, com base em índice oficial.

Art. 4º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias, fixadas anualmente na Lei Orçamentária Anual do Município de Poço das Trincheiras.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos jurídicos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Poço das Trincheiras, 28 de dezembro de 2022.

JOSÉ VALMIRO GOMES DA COSTA
 Prefeito

A presente Lei foi registrada na Secretaria de Administração e Recursos Humanos e Publicada no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Poço das Trincheiras e no endereço eletrônico: <http://www.diariomunicipal.com.br/ama/> aos 28 dias do mês de dezembro de 2022.

IVAN TAVARES SANTOS JÚNIOR
 Sec. de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
 Michele dos Santos Alves
Código Identificador:CF3146DA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 67/2022, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

Declara Utilidade Pública, para fins de Desapropriação, em **CARÁTER DE URGÊNCIA** por Interesse Público, do **Imóvel Rural – com área de 1,142 hectares (11.422 m²)**, localizado no Sítio Serrote da Laranjeira – nas imediações do Povoado Quandu – Zona Rural de Poço das Trincheiras – AL, para a construção de um Cemitério Público no Povoado Quandu, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POÇO DAS TRINCHEIRAS - AL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 8º, I, da Lei Orgânica Municipal e no art. 5º, “n”, do Decreto-Lei n.º 3365/41,

CONSIDERANDO o interesse da administração pública municipal no Imóvel Rural de posse de **RONIVALDO SILVA DE OLIVEIRA**, CPF nº 044.592.674-03 e RG 1341452 SSP/AL e **REJANE PINTO DE OLIVEIRA**, CPF nº 044.712.014-09 e RG 2000004059047 SSP/AL com área de 1,142 hectares (11.422 m²), localizado no Sítio Serrote da Laranjeira – nas imediações do Povoado Quandu – Zona Rural de Poço das Trincheiras – Alagoas, que por conter solo apropriado e dimensão adequada foi considerado de **UTILIDADE PÚBLICA** para fins de desapropriação, amigável ou Judicial, a ser destinado para construção em caráter de urgência, do Cemitério Público do Povoado Quandu, cuja finalidade é de relevante interesse Público, visto que o atual Cemitério do Povoado já se encontra superlotado e não consegue mais suportar a demanda dos sepultamentos ocorridos na região.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de **UTILIDADE PÚBLICA**, para fins de Desapropriação amigável ou judicial do imóvel abaixo relacionado:

IMÓVEL RURAL, localizado no Sítio Serrote da Laranjeira – nas imediações do Povoado Quandu – Zona Rural de Poço das Trincheiras – Alagoas, com área **1,142 hectares (11.422 m²)**, limitando-se ao **Norte** com a estrada de acesso ao Povoado Quandu e com propriedade de herdeiros de Maria das Dores da Silva; ao **Sul** limitando-se com propriedade de Genésio Dias da Silva; ao **Leste** com com propriedade de herdeiros de Maria das Dores da Silva e a **Oeste** com propriedade de herdeiros de Maria das Dores da Silva.

Art. 2º. A presente desapropriação destina-se à construção de um novo Cemitério Público no Povoado Quandu, para atender à demanda dos sepultamentos naquela localidade, atual Cemitério Público do Povoado está situado em local inadequado nas proximidades do leito do Rio Ipanema e também já não comporta mais sepultamentos, por falta de espaço físico.

Art. 3º. A indenização pelo imóvel expropriado não poderá ser superior ao valor calculado e informado em Laudo de Avaliação específico nº 006/2022, emitido pela Comissão Municipal de Avaliação de Imóveis, criada através da Portaria nº 109/2021, que avaliou em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e as despesas decorrentes da desapropriação a que refere

o presente Decreto, correrão à conta da dotação orçamentária constante do orçamento vigente na data do pagamento do valor da indenização.

Art. 4º. Ficam as Secretarias Municipais de Planejamento, Orçamento e Captação de Recursos; Administração e Recursos Humanos; Secretaria de Finanças e Orçamento, autorizadas a tomarem as medidas administrativas necessárias para efetivação da presente desapropriação.

Art. 5º Fica a Advocacia Geral do Município, autorizada a promover a desapropriação de pleno domínio da área descrita no art. 1º do presente Decreto e suas benfeitorias, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto Lei nº 3.365/41.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revoga-se a publicação anterior deste decreto.

Poço das Trincheiras (AL), 28 de dezembro de 2022.

JOSÉ VALMIRO GOMES DA COSTA
 Prefeito

O presente decreto foi registrado na **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos** e publicado no quadro de aviso da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios, no endereço eletrônico: <http://www.diariomunicipal.com.br/ama/> aos 28 dias do mês de dezembro de 2022.

IVAN TAVARES SANTOS JÚNIOR

Portaria Nº. 001/2021

Secretário de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:

Michele dos Santos Alves

Código Identificador:7C72B653

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE PEDRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 18 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022

EXONERA TODOS OS SERVIDORES COMMISSIONADOS, RESCINDE OS CONTRATOS DOS CONTRATADOS TEMPORÁRIOS POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E REVOGA AS GRATIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PORTO DE PEDRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO DE PEDRAS, ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber que:

CONSIDERANDO que os ocupantes de Cargos Comissionados podem ser exonerados *ad nutum*;

CONSIDERANDO a urgente necessidade de buscar-se um equilíbrio orçamentário e financeiro;

CONSIDERANDO por fim, que a atual administração está firmemente comprometida em conduzir a gestão municipal com economicidade, eficiência e austeridade, para oferecer o melhor dos esforços e alcançar resultados satisfatórios nas ações junto à comunidade.

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados todos os servidores de provimento em comissão e rescindidos todos os contratos dos agentes públicos contratados temporários por excepcional interesse público do Município de Porto de Pedras/AL.

Parágrafo único. Fica facultado o prazo de 5 (cinco) dias para as gestantes informarem à Administração, apresentando documentos comprobatórios sob a estabilidade garantida por lei.

Art. 2º Ficam revogadas as gratificações concedidas pelo chefe do Poder Executivo aos servidores comissionados e efetivos, salvo aquelas incorporadas por lei ou por decisão judicial, até ulterior deliberação.

Art. 3º Os servidores que estejam em função diversa da originalmente designada em seu concurso, deverão retornar ao seu setor de origem.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

CARLOS HENRIQUE VILELA DE VASCONCELOS

Prefeito de Porto de Pedras/AL

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração do Município de Porto de Pedras em 19 de dezembro de 2022.

RENEILDES MENESES PLECH

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:

João Ricardo Barbosa Julião

Código Identificador:4DE36A0D

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL

EDITAL PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE PEDRAS Nº 01/2022

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2022

O Prefeito do Município de PORTO DE PEDRAS/AL, no uso de suas atribuições legais, em decorrência das necessidades apresentadas pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED, torna pública, para conhecimento dos interessados, a abertura do Processo Seletivo Simplificado – PSS, para provimento na função de Diretor e Vice-Diretor Escolar nas unidades públicas de ensino do Município de PORTO DE PEDRAS/AL, recrutando profissionais do Grupo Ocupacional do magistério que tenham interesse em se credenciar para a função de Gestor Escolar.

Poderão concorrer os servidores efetivos, ocupantes do Grupo de Magistério do Município de PORTO DE PEDRAS/AL, que se encontrem em efetivo exercício de função do magistério, conforme define o art. 26 da Lei 14.113/2021, sob a égide da Lei nº 625/2011 que institui o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de PORTO DE PEDRAS/AL, a Lei nº 525/2010 que estabelece o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos da Rede Pública Municipal de Ensino.

Este Edital é regido pelo Decreto nº 11/2022, de 01 de setembro de 2022, que dispõe sobre os critérios e procedimentos do processo de provimento das funções de diretor e vice-diretor na rede escolar municipal de PORTO DE PEDRAS/AL e pautado nos princípios da isonomia, legalidade e moralidade.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será realizado sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de PORTO DE PEDRAS/AL, através da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

1.2. Este Processo Seletivo Simplificado será avaliado pela Comissão Técnica responsável pela seleção, especialmente nomeada pela **Portaria nº 023/2022, 26 de dezembro de 2022.**

1.3. Antes de se inscrever no Processo Seletivo Simplificado, o candidato deverá observar atentamente as prescrições deste Edital, assim como os requisitos e condições sobre os quais não poderá alegar desconhecimento.

2. DAS VAGAS:

2.1. Este Processo Seletivo Simplificado destina-se à habilitação de candidatos para exercerem as funções de Diretor e Vice-Diretor nas Unidades Públicas Municipais de Ensino de PORTO DE PEDRAS/AL, dentro das vagas existentes no quadro de pessoal da SEMED. Os demais classificados irão compor cadastro de reserva técnica, de acordo com as normas deste Edital.

2.1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido por este edital, seus Anexos e eventuais retificações.

2.1.2. A realização da inscrição implica concordância do candidato com as regras estabelecidas neste Edital com renúncia expressa a quaisquer outras.

2.1.3. Nas funções de Diretor e Vice-diretor, por deterem competências similares e complementares, os candidatos serão classificados em listagem única denominada Gestor Escolar, em ordem decrescente de classificação, onde serão convocados para exercerem suas atividades laborais, atendendo às necessidades institucionais de excepcional interesse público.

2.2. A carga horária, as vagas, os requisitos e remuneração estão estabelecidos a seguir:

FUNÇÃO	CH	VAGAS	REMUNERAÇÃO
Gestor Escolar	40hs	18	Lei nº 525/2010 (PCCV)

2.2.1. São requisitos para participar do Processo Seletivo os servidores que comprovem:

- a) Ter curso de Graduação em Pedagogia ou nível de Pós Graduação em área do magistério;
- b) Ter experiência docente de, no mínimo, 03 (três) anos na Rede Pública Municipal de Ensino de PORTO DE PEDRAS/AL;

c) Ter disponibilidade de carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

d) Não ter sofrido penalidade administrativa nos últimos 05 (cinco) anos no Município de PORTO DE PEDRAS/AL;

e) Estar em efetivo exercício em função do magistério.

2.3. As vagas serão preenchidas de acordo com o Quadro de Vagas acima, seguindo a ordem de classificação geral dos candidatos habilitados, por Função/Carga horária, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, podendo ser lotado nos turnos diurno, vespertino e noturno.

2.3.1. As vagas constantes no item 2.2 deste edital, são destinadas exclusivamente para atuação no âmbito das unidades de ensino municipal.

2.4. Para estar apto à inscrição dos cargos ofertados neste processo seletivo, os candidatos deverão, obrigatoriamente, possuir os seguintes requisitos:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou, ainda, se estrangeiro, estar devidamente legalizado no Brasil;

b) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, no momento da nomeação;

c) Apresentar requisitos constantes no item 2.2 deste edital;

d) Apresentar as documentações exigidas para comprovação de títulos, Cursos e Experiência.

3 - DA INSCRIÇÃO:

3.1. As inscrições estarão abertas no período de 28 a 30 de Dezembro de 2022.

3.2. A inscrição deverá ser efetuada pelo candidato mediante ficha de inscrição na Secretaria Municipal de Educação de PORTO DE PEDRAS/AL, situada na Rua Coronel Avelino Cunha, nº 79, Centro, PORTO DE PEDRAS/AL, no horário das 08h às 12h e das 14h às 16h.

3.3. A ficha de inscrição (ANEXO II), o currículo, bem como os demais documentos necessários, arrolados no item 04 deste edital, deverão ser impressos e entregues à Comissão Técnica, na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, em 2 (duas) vias, devendo mostrar, por ocasião de sua inscrição, a documentação original, a qual será conferida e atestada pelo servidor designado para receber a documentação dos candidatos.

3.4. Ao candidato, fica atribuída total responsabilidade pelas informações fornecidas no preenchimento da ficha de inscrição, assumindo, portanto, as consequências por eventuais erros, sendo desconsiderados documentos apócrifos ou incompletos.

3.5. Ao candidato, será permitido uma única inscrição.

3.6. Não será exigido pagamento de taxa de inscrição para a participação no Processo Seletivo de que trata este Edital.

3.7. A Comissão dispõe do direito de excluir do Processo Seletivo o candidato que tiver preenchido os dados de inscrição com informações comprovadamente incorretas, incompletas, bem como se constatado posteriormente serem inverídicas.

3.8. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital, em seus Anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

3.9. Da participação dos candidatos portadores de deficiência:

3.9.1. Aos candidatos com deficiência serão reservados 5% (cinco por cento) das vagas, de acordo com a legislação em vigor. Na falta de aprovados para as vagas reservadas a deficientes, estas serão preenchidas pelos demais aprovados, observando-se a ordem de classificação;

3.9.2. Os candidatos com deficiência deverão indicar na ficha de inscrição o tipo de sua deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), juntando documentação comprobatória.

3.10. O candidato não poderá alegar desconhecimento das normas e condições fixadas neste Edital, para as quais a inscrição implicará conhecimento e tácita aceitação.

3.11. A Secretaria Municipal de Educação – SEMED não se responsabilizará por falhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a inscrição do candidato, inclusive perda de prazos.

4 - Dos documentos necessários PARA INSCRIÇÃO:

4.1. Para a inscrição nesta seleção, exigir-se-ão:

a) Ficha de inscrição devidamente preenchida;

b) Carteira de Identidade;

c) Cadastro de Pessoa Física - CPF;

d) Comprovante de Residência;

e) *Curriculum Vitae* (com documentos comprobatórios);

f) Portaria de Nomeação;

g) Comprovação de Titulação Acadêmica;

4.2. No caso de candidato portador de deficiência deverá ser entregue declaração do tipo e grau de deficiência que apresenta, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), juntando documentação comprobatória;

4.3. Os títulos apresentados que excederem o valor máximo previsto não serão considerados para a pontuação do candidato.

4.4. Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos apresentados, o candidato terá anulada a respectiva pontuação e será excluído do Processo Seletivo, sem prejuízo das cominações legais cabíveis.

4.5. Os documentos em língua estrangeira somente serão considerados, se traduzidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado.

4.6. Para julgamento dos títulos de graduação e pós-graduação serão admitidas cópias autenticadas de diplomas, certificados ou declarações de conclusão de curso (esta última se emitida em período menor ou igual a 02 anos), emitidos por instituições reconhecidas pelo poder público, com registro no Ministério da Educação, nas quais, obrigatoriamente, deverão constar o nome do curso, o nível do curso e a carga horária, bem como histórico escolar.

4.7. Para julgamento dos cursos de capacitação serão admitidas cópias autenticadas de declarações ou certificados de conclusão de cursos de capacitação ou aperfeiçoamento, emitidos por instituições públicas ou privadas, nas quais, obrigatoriamente, deverão constar o nome do curso, o nível do curso e a carga horária.

4.8. A comprovação da experiência profissional na área de atuação do cargo de inscrição do candidato deverá ser feita por meio da apresentação dos seguintes documentos:

a) Para o exercício de atividade em empresa/instituição privada: cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) contendo a página de identificação do trabalhador e a página que conste o registro do empregador informando o período (com **INÍCIO E FIM**, se for o caso);

b) Para exercício de atividade em instituição pública: cópia autenticada da declaração/certidão de tempo de serviço que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado, emitida pelo órgão onde o serviço foi prestado;

4.9. Não será admitido, sob hipótese alguma, o pedido de inclusão de novos documentos após o ato de inscrição.

4.10. Documentos comprobatórios de títulos apresentados pelo candidato para a Análise curricular constituem acervo do Processo Seletivo e não serão devolvidos ao candidato.

4.11. Os documentos especificados neste item 4 devem ser entregues no momento da inscrição.

5. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO:

5.1. A Comissão designada pelo Executivo Municipal será responsável pela seleção dos profissionais que atendam aos requisitos técnicos e administrativos exigidos neste instrumento convocatório, mediante análise curricular, de caráter eliminatório e classificatório, prova de conhecimento teórico e análise de perfil comportamental, sendo etapas apenas de caráter classificatório.

5.2. As funções disponibilizadas neste edital terão critérios de avaliação específica de acordo com o cargo a ser exercido.

5.3. Para todos os candidatos inscritos, o Processo Seletivo será composto das seguintes etapas:

I) Análise Curricular, de caráter eliminatório e classificatório:

1) Titulação Acadêmica

Item: Pós Graduação Lato Sensu na área pedagógica ou gestão escolar ou coordenação pedagógica (até 02 especializações).

Pontuação: 0,5

Quantidade: 2

Total: 1,0

Pontuação Final Máxima: 4,0

Item: Pós Graduação Strictu Sensu (Mestrado).

Pontuação: 1,0

Quantidade: 1

Total: 1,0

Pontuação Final Máxima: 4,0

Item: Pós Graduação Strictu Sensu (Doutorado).

Pontuação: 2,0

Quantidade: 1

Total: 2,0

Pontuação Final Máxima: 4,0

2) Experiência Técnica e Profissional:

Item: Experiência docente em sala de aula comprovada (mín. 3 anos).

Pontuação: 0,5 (cada 3 anos)

Quantidade: 4

Total: 2,0

Pontuação Final Máxima: 5,0

Item: Experiência em Coordenação Pedagógica comprovada (mín. 2 anos).

Pontuação: 0,5 (cada 2 anos)

Quantidade: 2

Total: 1,0

Pontuação Final Máxima: 5,0

Item: Experiência como Diretor ou Vice-diretor (mín. 1 ano).

Pontuação: 1,0 (cada 1 ano)

Quantidade: 2

Total: 2,0

Pontuação Final Máxima: 5,0

3) Atividade Docente:

Item: Cursos de qualificação ou aperfeiçoamento na área pedagógica (mín. 40 horas).

Pontuação: 0,2

Quantidade: 2

Total: 0,4

Pontuação Final Máxima: 1,0

Item: Cursos de qualificação ou aperfeiçoamento na área de gestão escolar (mín. 40 horas).

Pontuação: 0,2

Quantidade: 3

Total: 0,6

Pontuação Final Máxima: 1,0

II) Prova de Conhecimento Teórico, de caráter classificatório, contendo 10 (dez) questões objetivas, cuja nota será de 1,0 ponto para cada questão, versando sobre os seguintes temas:

Quesitos com questões que constatem a capacidade dos candidatos em interpretar leis educacionais e dados estatísticos educacionais;

Quesitos de interpretação de textos legais pertinentes à Legislação Educacional Brasileira, em especial à Lei 9.394/1996 (LDB) e Lei 14.113/2021 (Lei do FUNDEB);

Questões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.609/1990, de 13 de julho) e legislações correlatas;

Questões sobre a organização administrativa e financeira das Unidades Escolares;

Questões sobre Liderança, Comunicação e Gestão Democrática;

Organização do Currículo Escolar, Planejamento e Avaliação.

III) Análise de Perfil Comportamental, de caráter classificatório:

Resolver situações contextuais dentro da organização, de maneira lógica e sob pressão;

Administrar o tempo e a relação com outras pessoas, visando cumprir os prazos estipulados;

Improvisar ou buscar referências, mesmo em situações mais complexas;

Tomar decisões assertivas, sabendo equilibrar a emoção e a razão;

Ter potencial para desenvolver competências dentro dos objetivos, das metas, da missão, dos valores e da visão da organização;

Tratar de situação de conflito;

Delegar e dar feedback;

Comunicar;

Orientar;

10) Liderar/incluir da equipe.

6. DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES:

6.1. Primeira Fase (Eliminatória e classificatória) – Análise Curricular.

6.2. A análise curricular e experiência profissional, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada mediante a análise da documentação comprobatória das informações prestadas por ocasião da solicitação de inscrição, valendo de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, conforme o item 5.3.

6.3. Havendo empate das notas, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

a) Obteve maior pontuação nos títulos referentes à experiência profissional;

b) Obteve a maior pontuação nos títulos que trata de educação formal (Especialização, Mestrado e Doutorado);

c) For mais idoso;

6.4. Concluídos os trabalhos de julgamento da Análise Curricular, o resultado dos classificados para a Prova de Conhecimento Teórico e Análise de Perfil Comportamental será publicado **até o dia 05/01/2023** no endereço eletrônico <http://www.portodepedras.al.gov.br>.

6.5. **Segunda Fase** (classificatória) – Prova de Conhecimento Teórico e Análise de Perfil Comportamental.

6.6. As Provas de Conhecimento Teórico e Análise de Perfil Comportamental serão realizadas **AO MESMO TEMPO, no dia 15 de Janeiro de 2023 (domingo), de 09h até 13h**, no **COMPLEXO BELMIRA CONCEIÇÃO LINS**, situada na Rua Fernandes Lima, nº 11, Centro, PORTO DE PEDRAS/AL).

6.7. Os portões dos locais de provas serão abertos com 30 (trinta) minutos de antecedência e fechados 05 (cinco) minutos antes do horário estabelecido no item anterior, não sendo permitido sob hipótese nenhuma o acesso de candidatos aos locais de provas após o seu fechamento.

6.8. O candidato deverá portar caneta esferográfica preta ou azul, comprovante de inscrição e documento de identificação com foto;

6.9. Serão considerados documentos de identificação: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal valem como documento de identidade, como por exemplo, as da OAB, CREA, CRM, CRC etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97).

6.10. Será vedado o uso de aparelhos sonoros, fotográficos ou de registros, calculadora, celulares ou relógios digitais, durante a realização das etapas deste processo seletivo.

6.11. O conteúdo a ser abordado na Prova de Conhecimento Teórico está disposto no item 5.3, inciso II deste Edital e será composta por 10 (questões) objetivas, cuja nota será de 1,0 ponto para cada questão, com pontuação de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

6.12. O conteúdo a ser abordado na Prova de Análise de Perfil Comportamental está disposto no item 5.3, inciso III deste Edital e será realizada mediante a análise de uma situação, onde será requerido ao candidato apresentar uma solução por escrito de um problema apresentado.

6.13. A pontuação da Prova de Análise de Perfil Comportamental será de 0 (zero) a 10 (pontos).

6.14. A nota final será obtida através da média ponderada do número de pontos obtidos na Prova de Conhecimento Teórico, Análise de Perfil Comportamental e do número de pontos obtidos na fase de Análise Curricular.

7 – DOS RESULTADOS E RECURSOS:

7.1. O resultado parcial da análise curricular para os candidatos será publicado **a partir do dia 05/01/2023** no endereço eletrônico <http://www.portodepedras.al.gov.br>.

7.2. Serão admitidos recursos sobre o resultado parcial da análise curricular, devendo ser devidamente fundamentados e por escrito à Instituição Executora, onde deverão ser apresentados **na sede da Secretaria Municipal de Educação** (Rua São José, nº 161, Centro, PORTO DE PEDRAS/AL), **no dia 06 de Janeiro de 2023, no horário das 8h às 12h e 14h às 16h**.

7.3. O resultado parcial após a apresentação dos recursos da análise curricular será publicado **a partir do dia 10/01/2023**.

7.4. Quanto ao resultado das Provas de Conhecimento Teórico e Análise de Perfil Comportamental, será publicado **a partir do dia**

18/01/20223, no endereço eletrônico <http://www.portopedras.al.gov.br>.

7.5. Serão admitidos recursos ao resultado das Provas de Conhecimento Teórico e Análise de Perfil Comportamental no dia **19 de Janeiro de 2023, no horário das 8h às 12h e 14h às 16h, conforme o item 7.2.**

7.6. Os recursos interpostos fora do prazo estabelecido não serão aceitos, sendo considerados para tanto a data do protocolo de entrega no setor competente, devidamente explicado no item 7.2 deste edital.

7.7. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou que desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

7.8. Não serão aceitos encaminhamento de novas documentações no ato do recurso.

7.9. Se qualquer recurso for julgado procedente, será atribuída outra nota ao candidato, computando-se para tanto a pontuação obtida através da interposição de recursos.

7.10. Os recursos serão apreciados pela comissão do Processo de Seleção, que emitirá decisão fundamentada, a qual será colocada à disposição, quando da divulgação do resultado.

7.11. A comissão do Processo de Seleção constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

8 – DO RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO:

11.1. O julgamento dos recursos apresentados, bem como a homologação do Processo Seletivo será divulgado **a partir do dia 22 de Janeiro de 2023,** através da relação nominal dos candidatos selecionados publicada no endereço eletrônico <http://www.portopedras.al.gov.br>.

9 - DO PROVIMENTO DAS VAGAS E DO APROVEITAMENTO DOS CANDIDATOS:

9.1. O candidato selecionado será nomeado, rigorosamente, de acordo com a classificação obtida, considerando a carência existente;

9.2. A aprovação do candidato não assegurará o direito à sua nomeação automática, e sim, sua inclusão no cadastro reserva, o que representa a possibilidade de uma posterior nomeação.

9.3. No período de vigência do mandato não será concedido remanejamento do Nomeado, exceto por necessidade da Instituição;

9.4. Os candidatos aprovados neste Processo Seletivo serão nomeados para um mandato de 03 (três) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante ato próprio de autoridade competente.

9.5. A convocação dos candidatos classificados será feita por notificação pessoal, ou por publicação no Diário Oficial do Estado ou dos Municípios, informando o período, horário e local onde deverá comparecer para a devida atribuição, munido da documentação constante neste Edital e da documentação comprobatória dos pré-requisitos, tornando sem efeito a classificação do candidato que não se apresentar no prazo estabelecido.

10 – Dos REQUISITOS BÁSICOS PARA A NOMEAÇÃO:

10.1. O Candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital será admitido no cargo temporário se atender as seguintes exigências:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou ainda, no caso de nacionalidade estrangeira, apresentar comprovante de permanência definitiva no Brasil.
- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da nomeação;
- Não ter registro de antecedentes criminais;
- Estar em gozo dos direitos políticos e civis;
- Estar quite com as obrigações eleitorais;
- Estar quite com as obrigações do Serviço Militar, para candidatos do sexo masculino;
- Possuir a escolaridade e os requisitos mínimos exigidos, apresentando comprovante de escolaridade de acordo com o exigido no Edital.
- Ter aptidão física e mental para o exercício das funções;
- Apresentar Declaração em que expresse não exercer outro cargo, função ou emprego na Administração Estadual, Municipal, Federal e no Distrito Federal, salvo os acumuláveis previstos na Constituição Federal/88, artigo 37, inciso XVI, alíneas a (dois cargos de professor), b (um cargo de professor com outro técnico ou científico) e c (dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com

profissões regulamentadas), conforme modelo em Anexo III deste Edital.

j) Possuir disponibilidade para jornada de trabalho apresentada no quadro de cargos.

k) Apresentar cópias do RG, CPF, comprovante de residência e registro no PIS/PASEP;

l) Entregar duas fotos 3x4 (recentes e idênticas);

m) Não ter sido punido com nenhuma falta grave passível de demissão em cargo ou emprego ocupado anteriormente no serviço público nas esferas Estadual/Distrital, Municipal e Federal;

n) Outros documentos que a Administração Municipal julgar necessários.

10.2. O candidato que fizer qualquer declaração falsa ou inexata ao se inscrever e caso não possa satisfazer todas as condições enumeradas neste Edital, terá cancelada sua inscrição, e serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que tenha sido aprovado no Processo Seletivo.

11 – Das Disposições Gerais:

11.1. A classificação do candidato no presente processo seletivo não assegura o direito de nomeação automática, mas apenas a expectativa de ser nomeado, seguindo a rigorosa ordem classificatória, ficando a nomeação condicionada à observância das disposições legais pertinentes e, sobretudo, ao interesse e conveniência da Prefeitura Municipal de PORTO DE PEDRAS/AL.

11.2. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço junto a Prefeitura de PORTO DE PEDRAS/AL, durante o período de validade do Processo Seletivo.

11.3. A inexistência das afirmativas contidas em documentos apresentados, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se os atos decorrentes da inscrição.

11.4. A inscrição do candidato implica o conhecimento e aceitação das regras e condições estabelecidas nas instruções específicas.

11.5. As ocorrências não previstas por este Edital serão resolvidas pela Comissão responsável pelo processo seletivo.

11.6. O candidato convocado para a nomeação que não comparecer no prazo vigente do instrumento de convocação, será excluído do cadastro.

11.7. A homologação do Processo Seletivo será feita pela Prefeitura Municipal de PORTO DE PEDRAS/AL, em até 10 (dez) dias, contados da publicação do resultado final.

11.8. Fica designada uma Comissão legalmente nomeada pelo Poder Executivo composta por 04 (quatro) membros, sendo eles:

- 1 – José Valnei Constant Galindo; CPF nº 667.181.834-91;
- 2 – Enoc dos Santos; CPF nº 650.954.304-44;
- 3 – Verônica Fausto do Nascimento Santos; CPF nº 648.360.454-87;
- 4 – João Paulo Cavalcante Mota; CPF nº 055.714.694-12.

PORTO DE PEDRAS/AL, 26 de Dezembro de 2022.

CARLOS HENRIQUE VILELA DE VASCONCELOS

Prefeito

ANEXO I

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNÇÃO

Função: **GESTOR ESCOLAR.**

Descrição:

Cumprir e fazer cumprir as determinações da Secretaria Municipal de educação.

Garantir o processo de matrícula e a permanência com qualidade dos alunos na escola.

Coordenar a elaboração e implementação da proposta pedagógica e sua operacionalização através dos planos de ensino, articulando o currículo com as diretrizes da Secretaria.

Promover o Busca Ativa escolar combatendo a Evasão na unidade escolar

Incentivar a utilização de recursos tecnológicos e materiais interativos para o enriquecimento da proposta pedagógica da escola.

Assegurar o alcance dos marcos de aprendizagem, definidos por ciclo e série, mediante o acompanhamento do progresso do aluno,

identificando as necessidades de adoção de medidas de intervenção para sanar as dificuldades evidenciadas.

Garantir o cumprimento do Calendário Escolar, monitorando a prática dos professores (regentes e coordenadores pedagógicos) e seu alinhamento com a proposta pedagógica, organizando o currículo baseado na BNCC.

Acompanhar a frequência e avaliação contínua do rendimento dos alunos através dos registros nos Diários de Classe, analisando, socializando os dados e adotando medidas para a correção dos desvios.

Assegurar o cumprimento do sistema de avaliação estabelecido no Regimento Escolar.

Identificar as ameaças e fraquezas da unidade escolar, a partir da sua análise situacional, adotando medidas de intervenção para superar as dificuldades.

Identificar necessidades e acionar mecanismos, a fim de proporcionar um ambiente físico adequado ao pleno funcionamento da escola.

Assegurar o tombamento e responsabilizar-se pela guarda, conservação e manutenção dos móveis e equipamentos da escola.

Otimizar o uso dos recursos financeiros repassados à escola, destinados à aquisição de materiais, manutenção das instalações e dos equipamentos.

Suprir a escola com materiais adequados, que permitam aos professores e alunos desenvolverem atividades curriculares diversificadas.

Promover campanhas, programas e outras atividades para conscientização da comunidade escolar e local de preservação e conservação da escola.

Coordenar a elaboração e implementação do Regimento Escolar.

Gerenciar o funcionamento da escola em parceria com o Conselho Escolar, zelando pelo cumprimento do Regimento Escolar, observando a legislação vigente, normas educacionais e padrão de qualidade de ensino.

Administrar, otimizando os recursos financeiros, conforme os procedimentos e rotinas de execução orçamentária e financeira, determinados pelas fontes de repasses, acompanhando e monitorando as despesas e o fluxo de caixa.

Organizar coletivamente as rotinas da escola e acompanhar o seu cumprimento.

Adotar estratégias gerenciais que favoreçam a prevenção de problemas na unidade escolar.

Gerenciar o funcionamento da escola, zelando pelo cumprimento da legislação, normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino. Possibilitar o bom funcionamento da escola através do estabelecimento de normas regulamentadas no Regimento Escolar, favorecendo a melhoria da qualidade do trabalho.

Promover o envolvimento da comunidade escolar, fazendo uso da liderança e dos meios de comunicação disponíveis, com base na cooperação e compromisso, favorecendo a qualidade das relações interpessoais.

Promover o envolvimento dos pais na gestão da escola, em atividades educacionais e sociais, incentivando e apoiando a criação das associações de pais e as iniciativas do Conselho Escolar.

Manter comunicação frequente com os pais, mediante o repasse de informações sobre o processo educativo, normas e orientações do funcionamento da escola.

Identificar as necessidades de desenvolvimento dos recursos humanos da escola, estabelecendo estratégias de intervenção em articulação com a SEMED.

Identificar e otimizar o potencial dos recursos humanos da escola, assegurando a integração e adotando uma postura participativa nas ações de planejamento e execução das atividades curriculares.

Desenvolver e gerir democraticamente a escola, exercendo uma liderança colaborativa e em diálogo com os diferentes agentes escolares.

Conhecer as legislações e políticas educacionais, os princípios e processos de planejamento estratégico, os encaminhamentos para construir, comunicar e implementar uma visão compartilhada.

Envolver as famílias e a comunidade de maneiras significativas, recíprocas e mutuamente benéficas para qualificar o projeto político-pedagógico e o bem-estar de cada estudante.

Garantir a publicidade nas prestações de contas e disponibilizar informações, tomando a iniciativa de tornar públicos os documentos de interesse coletivo, ainda que não solicitados.

Constituir espaços coletivos de participação, tomada de decisões, planejamento e avaliação

Promover estratégias de monitoramento da permanência dos estudantes.

Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente, o Regimento Escolar e o calendário escolar.

Desenvolver mecanismos para prevenção a todas as formas de violência.

Manter articulação com as instituições da rede de proteção à criança e ao adolescente.

Supervisionar o fornecimento da alimentação escolar, do transporte escolar e demais serviços prestados à escola, quando couber.

Garantir, na rotina da escola, momentos de troca, planejamento e avaliação entre os professores.

Criar estratégias para encorajar o envolvimento dos pais ou responsáveis no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

Coordenar a equipe técnico-pedagógica para definir as diretrizes pedagógicas comuns e a estratégia de implementação efetiva do currículo em colaboração com o corpo docente.

Conhecer, divulgar e monitorar os indicadores de desempenho acadêmico dos estudantes em avaliações de larga escala e internas, as taxas de abandono e reprovação cumprindo as metas estabelecidas pelo MEC e pela SEMED.

Ficha de inscrição, modelos de declaração e cronograma de atividades disponível no site: www.portodepedras.al.gov.br

Publicado por:

João Ricardo Barbosa Julião

Código Identificador:34E692C1

ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

CÂMARA MUNICIPAL DISPENSA DE LICITAÇÃO

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES ESTADO DE ALAGOAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2022 AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A CÂMARA LEGISLATIVA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO, Estado de Alagoas, Através da Comissão Permanente de Licitações, Torna Público que foi deflagrado processo administrativo por DISPENSA DE LICITAÇÃO, que culminou pela **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SOM PARA O PLENÁRIO DA CÂMARA** para atender as necessidades da Câmara Legislativa Municipal de Porto Real do Colégio -AL, consoante o art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 1º Inciso II, Alínea "a" do Decreto 9.412 de 18 de junho de 2018; objetivando a Contratação da Empresa **W. M. S. (José Jurandir de Oliveira Filho 04103813490)**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.841.383/0001-63, estabelecida na Avenida Senador Arnon de Melo, Shopping Pizon Sala - 02, Centro, Maribondo-AL, CEP 57.670-000. **Contratação de Aquisição de Equipamento de Som para o Plenário da Câmara** em parcela única, conforme proposta orçamentária anexada nos autos, parte integrante deste processo.

EXTRATO DO CONTRATO: Nº 16/2022, O valor da Contratação do aludido fornecimento é de **R\$ 11.586,00 (Onze Mil Quinhentos e Oitenta e Seis Reais)**, para atender as necessidades da Administração, com fundamento no art. 24, II da Lei n.º 8.666/93 e art. 1º, Inciso II, Alínea "a" do Decreto 9.412 de 18 de junho de 2018.

Porto Real do Colégio (AL), 31 de outubro de 2022.

LUCIANA FARIAS DE LIMA

Diretor(a) Administrativo(a)

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins de comprovação, que foi publicado no Quadro de Avisos da Câmara Legislativa de Porto Real do

Colégio/AL e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas, **O CONTRATO Nº 16/2022** do processo licitatório em referência, **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, conforme demonstram nos autos do processo administrativo e cópias extraídas daqueles jornais oficiais supracitados, aqui anexados.

O referido é verdade dou FÉ:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS DA **CÂMARA LEGISLATIVA DE PORTO REAL DO COLÉGIO (AL)** EM: ____/____/2022.

Publicado por:
Lucianojose Cruz dos Santos
Código Identificador:B7A915E2

CÂMARA MUNICIPAL DISPENSA DE LICITAÇÃO

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

ESTADO DE ALAGOAS

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2022
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A **CÂMARA LEGISLATIVA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO**, Estado de Alagoas, Através da Comissão Permanente de Licitações, Torna Público que foi deflagrado processo administrativo por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, que culminou pela **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE MONITORAMENTO O PLENÁRIO DA CÂMARA para atender as necessidades da Câmara Legislativa Municipal de Porto Real do Colégio -AL**, consoante o art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 1º Inciso II, Alínea "a" do Decreto 9.412 de 18 de junho de 2018; objetivando a Contratação da Empresa **W. M. S. (José Jurandir de Oliveira Filho 04103813490)**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.841.383/0001-63, estabelecida na Avenida Senador Arnon de Melo, Shopping Pizon Sala - 02, Centro, Maribondo-AL, CEP 57.670-000. **Contratação de Aquisição de Equipamento de Som para o Plenário da Câmara** em parcela única, conforme proposta orçamentária anexada nos autos, parte integrante deste processo.

EXTRATO DO CONTRATO: Nº 17/2022, O valor da Contratação do aludido fornecimento é de **R\$ 6.144.10 (Seis Mil, Cento e Quarenta e Quatro Reais e Dez Centavos)**, para atender as necessidades da Administração, com fundamento no art. 24, II da Lei n.º 8.666/93 e art. 1º, Inciso II, Alínea "a" do Decreto 9.412 de 18 de junho de 2018.

Porto Real do Colégio (AL), 31 de outubro de 2022.

LUCIANA FARIAS DE LIMA
Diretor(a) Administrativo(a)

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins de comprovação, que foi publicado no Quadro de Avisos da Câmara Legislativa de Porto Real do Colégio/AL e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas, **O CONTRATO Nº 17/2022** do processo licitatório em referência, **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, conforme demonstram nos autos do processo administrativo e cópias extraídas daqueles jornais oficiais supracitados, aqui anexados.

O referido é verdade dou FÉ:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS DA **CÂMARA LEGISLATIVA DE PORTO REAL DO COLÉGIO (AL)** EM: ____/____/2022.

Publicado por:
Lucianojose Cruz dos Santos
Código Identificador:7108A1F0

CÂMARA MUNICIPAL DISPENSA DE LICITAÇÃO

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

ESTADO DE ALAGOAS

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2022
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A **CÂMARA LEGISLATIVA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO**, Estado de Alagoas, Através da Comissão Permanente de Licitações, Torna Público que foi deflagrado processo administrativo por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, que culminou pela **AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM E MONITORAMENTO DA CÂMARA para atender as necessidades da Câmara Legislativa Municipal de Porto Real do Colégio -AL**, consoante o art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 1º Inciso II, Alínea "a" do Decreto 9.412 de 18 de junho de 2018; objetivando a Contratação da Empresa **W. M. S. (José Jurandir de Oliveira Filho 04103813490)**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.841.383/0001-63, estabelecida na Avenida Senador Arnon de Melo, Shopping Pizon Sala - 02, Centro, Maribondo-AL, CEP 57.670-000. **Contratação de Aquisição de Equipamento de Som para o Plenário da Câmara** em parcela única, conforme proposta orçamentária anexada nos autos, parte integrante deste processo.

EXTRATO DO CONTRATO: Nº 18/2022, O valor da Contratação do aludido fornecimento é de **R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais)**, para atender as necessidades da Administração, com fundamento no art. 24, II da Lei n.º 8.666/93 e art. 1º, Inciso II, Alínea "a" do Decreto 9.412 de 18 de junho de 2018.

Porto Real do Colégio (AL), 31 de outubro de 2022.

LUCIANA FARIAS DE LIMA
Diretor(a) Administrativo(a)

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins de comprovação, que foi publicado no Quadro de Avisos da Câmara Legislativa de Porto Real do Colégio/AL e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas, **O CONTRATO Nº 18/2022** do processo licitatório em referência, **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, conforme demonstram nos autos do processo administrativo e cópias extraídas daqueles jornais oficiais supracitados, aqui anexados.

O referido é verdade dou FÉ:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS DA **CÂMARA LEGISLATIVA DE PORTO REAL DO COLÉGIO (AL)** EM: ____/____/2022.

Publicado por:
Lucianojose Cruz dos Santos
Código Identificador:7F448CC9

SETOR DE LICITAÇÕES AVISO DE LICITAÇÃO PE 036/2022

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO** torna público aos interessados a realização da licitação na modalidade Pregão Eletrônico de Nº 036/2022, do tipo menor preço por item. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO RITUAL OURICURI DA ALDEIA KARIRI XOCÓ DO MUNICÍPIO DE PORTO REAL DE COLÉGIO NOS DIAS 21 DE JANEIRO Á 04 DE FEVEREIRO DE 2023.**Data/Hora: 11 de Janeiro de 2023, as 09h00min. O edital do processo encontra-se a disposição dos interessados na sala da CPL, no horário de 08h00min as 12h00min. Sito: Rua São José, S/N, Centro, Porto Real do Colégio – AL. (82) 3553-1317 –

licitacao.portoreal@gmail.com ou no endereço eletrônico:
http://www.portorealdocolegio.al.gov.br.

Porto Real do Colégio, 28 de Dezembro de 2022.

PRISCILA SOUZA MOURA –
Pregoeira

Publicado por:
Camila dos Santos Silva Costa
Código Identificador:AF1D2EAE

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SÚMULA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO,
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
QUEBRANGULO E A EMPRESA PROENGE CONSTRUÇÃO
LTDA- EPP, COM O OBJETO A SEGUIR EXPOSTO;

PROCESSO Nº: 09150009/2022

CONTRATO Nº: 131/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.241.675/0001-01, com sede na Avenida Graciliano Ramos, nº 250, Centro, Quebrangulo/AL, neste ato representado por seu representante legal **Sr. MARCELO RICARDO VASCONCELOS LIMA**, brasileiro, casado, agrônomo, inscrito no RG 327009 SSP/AL, CPF nº 209.176.194-04, residente e domiciliado na Rua 15 de Novembro, 135, Centro, cidade de Quebrangulo/AL;

CONTRATADA: A empresa **PROENGE CONSTRUÇÃO LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.072.980/0001-63, sediada na Rua Antônio Braga, nº 180, bairro Tabuleiro dos Martins, Maceió/AL, neste ato representada por seu Sócio Administrador, **Sr. João Paulo Gomes dos Santos**, RG n.º 31588956 SSP AL, CPF n.º 084.909.244-22

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para execução de obras civil pública de construção de 02 salas de aula na escola Mirta Correia Costa, localizada no sítio Bento de Barros – zona rural de Quebrangulo/AL, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

BASE LEGAL: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

DO VALOR DO CONTRATO: R\$ 184.515,28 (cento e oitenta e quatro mil e quinhentos e quinze reais e vinte e oito centavos);

VIGÊNCIA CONTRATUAL: 12 (doze) meses;

PRAZO DE EXECUÇÃO: 02 (dois) meses consecutivos;

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da Dotação:

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0661 - FUNDO DE MANUT E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA-FUNDEB
ESTRUTURA PROGRAMÁTICA: 06.0661.12.361.0002.1002 - CONSTR., REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO E UNIDADES ESCOLARES - ENS. FUNDAMENTAL
ELEMENTO DE DESPESA: 4490510000/003002000 - OBRAS E INSTALAÇÕES

DATA DE ASSINATURA: 28 de dezembro de 2022.

Publicado por:
Luan Cortez Toscano Barbosa
Código Identificador:A38D7CF1

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO Nº 09150009/2022 TOMADA DE PREÇOS Nº
03/2022

HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores

RESOLVE:

HOMOLOGAR o julgamento procedido pela Comissão Permanente de Licitação que declarou vencedora do presente certame licitatório a empresa **PROENGE CONSTRUÇÃO LTDA- EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.072.980/0001-63**, por ter cumprido todas as exigências do edital, sendo a melhor classificada com o valor de **R\$ 184.515,28* (cento e oitenta e quatro mil e quinhentos e quinze* reais e vinte e oito centavos)**, referente a contratação de empresa para execução de obra civil pública de construção de 02 salas de aula na escola Mirta Correia Costa, localizada no sítio Bento de Barros – zona rural de Quebrangulo/AL.

Quebrangulo - Alagoas, 27 de dezembro de 2022.

MARCELO RICARDO VASCONCELOS LIMA
Prefeito

*Republicado po incorreção.

Publicado por:
Luan Cortez Toscano Barbosa
Código Identificador:EFA8678C

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
RECURSOS HUMANOS
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO/AL

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO 12060049/2022

A Prefeitura Municipal de Rio Largo/AL torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontram abertas, as inscrições de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing, ou que atuem em uma dessas áreas, para compor a Subcomissão Técnica, a ser constituída nos termos da Lei Federal nº 12.232/2010, para análise e julgamento das propostas técnicas a serem apresentadas em licitação na modalidade Concorrência, que será instaurada pela Prefeitura deste Município, objetivando a contratação de Agência para a prestação de serviços de publicidade. O Edital completo do Chamamento Público e demais publicações referentes ao certame poderão ser obtidas na Comissão Permanente de Licitação, no horário de 08:00 às 14:00 horas, de segunda a sexta-feira, na Rua Napoleão Viana, s/n, Galeria Napoli, sala 08, Bairro Prefeito Antônio Lins de Souza, Rio Largo/AL, através do e-mail: licitariolargoal@gmail.com. Data prevista para publicação do rol de profissionais habilitados a participarem do sorteio público: 19 de janeiro de 2023. Data para realização da Sessão Pública de sorteio: às 09:00h do dia 06 de fevereiro de 2023. Prazo de inscrição: 29 de dezembro de 2022 e encerra-se no dia 17 de janeiro de 2023.

Rio Largo/AL, 28 de dezembro de 2023

RITHIE KENNEDY FERREIRA SOARES
Presidente CPL

Publicado por:
João Victor Vanderlei dos Santos
Código Identificador:A49C0BD3

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE APOSTILAMENTO**

ESTADO DE ALAGOAS

EXTRATO DO 1º APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 027/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Rio Largo/AL.
CONTRATADA: LIVRARIA E PAPELARIA PRÁTICA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 19.197.721/0001-61. OBJETO: 1º Apostilamento a Ata de Registro de preços nº 027/2022, oriunda do Pregão Eletrônico nº 027/2022 - Aquisição de Absorventes Higiênicos, para fins de inclusão de secretarias participantes no subitem 9 da Ata de Registro de Preços nº 027/2022 do PE nº 027/2022. Ficam incluídas no subitem 9 da Ata de Registro de Preços nº 027/2022 do PE nº 027/2022 junto a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência, Desenvolvimento Social e Habitação as secretarias conforme abaixo na tabela bem como a demanda por secretaria:

9.2. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

9.3. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

DEMANDA POR SECRETARIA:

ITEM	SECADESH	SESAU	SEMED	TOTAL
1 E 2 (Ampla e Reserva)	6.000	20.000	70.000	96.000

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. CELEBRAÇÃO: 26/12/2022. Vigência: contados da data de assinatura do termo. As demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 027/2022 do PE nº 027/2022 permanecem inalteradas. A íntegra do 1º apostilamento poderá ser obtida na sede da Prefeitura Municipal de Rio Largo, junto a Gestora de Contratos.

Rio Largo, 28 de dezembro 2022.

DERILÂNDIA KAROLINE MARQUES DA SILVA
Gestora de Contratos

Publicado por:
Derilândia Karoline Marques da Silva
Código Identificador:CDC070CC

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
RECURSOS HUMANOS
AVISO DE LICITAÇÃO**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02046/2022 – 2ª CHAMADA – SRP. Objeto: Aquisição de Kits de Merenda Escolar. Com a aplicação do benefício da exclusividade para as ME, EPP e MEI. Abertura: 18 de Janeiro de 2023 às 09h00m. Local: Sistema Comprasnet. UASG: 982853. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto nº 10.024/19, subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações, LC 123/2006 e 147/2014, Decreto Federal nº 7892/2013 e Decreto Municipal nº 10/2021. DISPONIBILIDADE DO EDITAL E INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação, Rua Napoleão Viana S/N Galeria Napoli 1º andar, Bairro: Prefeito Antônio Lins de Souza, CEP: 57100-000, Rio Largo-AL das 08:00 às 14:00 horas. E-mail: licitariolargoal@gmail.com.

Rio Largo/AL, 28 de Dezembro de 2022.

JOÃO VICTOR VANDERLEI DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
João Victor Vanderlei dos Santos
Código Identificador:E7EBA260

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
RECURSOS HUMANOS
PEDIDO DE COTAÇÃO**

PEDIDO DE COTAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Rio Largo /AL, através do setor de compras vem solicitar orçamentos, com o objetivo de pesquisas de preços no mercado, uma vez que este é de suma importância para a administração deste município, pois nele consiste no início do procedimento legal para realização de futuras licitações. **OBJETO: pedido de cotação para aquisição de material esportivo.** Interessados solicitar o anexo no e-mail: plsriolargo159@gmail.com Dayvson Kleber

Rio Largo, 28 de Dezembro de 2022.

MARIO LUCIO JUNIOR
Setor de Compras

Publicado por:
Mario Lucio Gomes Maciel Junior
Código Identificador:D9A6510D

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO**

EXTRATO DE CONTRATO

6º termo aditivo ao contrato nº 10/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Rio Largo/AL.
CONTRATADA: SEABRA CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, sob o CNPJ de Nº 26.609.733/0001-11. **OBJETO:** 6º Termo Aditivo, prorrogação de prazo ao contrato nº 10/2020 – Tomada de preço nº 01/2020: obras de engenharia – **CONSTRUÇÃO DA UBS MARIO MAFRA.** Celebração: 16/12/2022. Prazos: Fica prorrogado o prazo de execução por 03 (três) meses, possuindo a data limite o dia 18/03/2023, e fica prorrogado o prazo de vigência por 02 (dois) meses, possuindo a data limite o dia 18/05/2023. Fundamentação legal: art.57, II, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. A íntegra do Contrato poderá ser obtida na sede da Prefeitura Municipal de Rio Largo/AL. Informações: e-mail: gestor.contratosrl@gmail.com. Rio Largo, 28 de dezembro de 2022.

DERILÂNDIA KAROLINE MARQUES DA SILVA
Gestora de Contratos

Publicado por:
Derilândia Karoline Marques da Silva
Código Identificador:BCA6738D

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 168/2022 ORIUNDO DA ADESÃO Nº 1128004/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Rio Largo/AL.
CONTRATADA: VOLKSWAGEN TRUCK & BUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS, inscrita no CNPJ sob nº 06.020.318/0001-10. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS RURAL ESCOLAR – ORE. **VALOR:** R\$ 1.660.000,00 (Um milhão seiscentos e sessenta mil reais). Validade: 280 (duzentos e oitenta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato. Celebração: 28/12/2022. Fundamentação legal: Decreto federal nº 7892/2013 e alterações do decreto nº 9.488/2018 e Lei nº 8.666/93. A íntegra do Contrato poderá ser obtida na sede da Prefeitura Municipal de Rio Largo/AL, no setor de Gestão de Contratos.

Rio Largo/AL, 28 de Dezembro de 2022.

DERILÂNDIA KAROLINE MARQUES DA SILVA
Gestora de Contratos

Publicado por:
Derilândia Karoline Marques da Silva
Código Identificador:171B8F31

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 169/2022 ORIUNDO DA ADESÃO
Nº 1128004/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Rio Largo/AL.
CONTRATADA: VOLKSWAGEN TRUCK & BUS INDÚSTRIA E
COMÉRCIO DE VEÍCULOS, inscrita no CNPJ sob nº
06.020.318/0001-10. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS RURAL
ESCOLAR – ORE. **VALOR:** R\$ 830.000,00 (Oitocentos e trinta mil
reais). Validade: 280 (duzentos e oitenta) dias contados a partir da
assinatura do contrato. Celebração: 28/12/2022. Fundamentação legal:
Decreto federal nº 7892/2013 e alterações do decreto nº 9.488/2018 e
Lei nº 8.666/93. A íntegra do Contrato poderá ser obtida na sede da
Prefeitura Municipal de Rio Largo/AL, no setor de Gestão de
Contratos.

Rio Largo/AL, 28 de Dezembro de 2022.

DERILÂNDIA KAROLINE MARQUES DA SILVA
Gestora de Contratos

Publicado por:
Derilândia Karoline Marques da Silva
Código Identificador:D6220867

**SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO**

PROCESSO:	03090022/2022
INTERESSADO:	SEMED
ASSUNTO:	DISPENSA DE LICITAÇÃO

RATIFICAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO LARGO/AL, no uso de suas
atribuições legais, e em cumprimento a Lei Federal Nº 8.666/93,
resolve RATIFICAR a Dispensa de licitação nº 0309022/2022 –
Aquisição de ferramentas e equipamentos de proteção individual,
solicitado pela Secretaria Municipal de Educação, processo
administrativo nº 0309022/2022. VALOR: R\$ 11.089,18 (onze mil,
oitenta e nove reais e dezoito centavos). CONTRATADAS: **LMV
MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ sob o nº
10.228.231/0001-00, vencedora dos itens:
4,24,28,29,30,31,32,34,36,37,38,39,40,51,52,53,54,55,56,57,58,59,60,
61,62,63,65,67; **PONTO DAS FERRAMENTAS LTDA – ME**,
CNPJ sob o nº 09.436.511/0001-25, vencedora dos itens:
9,15,17,44,45; **BR PARAFUSOS IMPORTADORA
COMERCIAL LTDA**, CNPJ sob o nº 02.556.423/0001-18,
vencedora dos itens:
1,2,3,5,6,7,8,11,12,13,14,16,18,19,20,21,22,25,27,33,35,41,42,43,46,4
7,48,50,64,66. Com base no parecer emitido pela Procuradoria Geral e
Controladoria geral deste Município, considerando sua plena
regularidade. Fundamentação Legal: art. 24, IV, da Lei Federal nº
8.666/93.

Remeto os autos a secretaria solicitante para as devidas providências.

Rio Largo/AL, 28 de dezembro de 2022.

GILBERTO GONÇALVES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Albert Ludovico de Almeida Lima
Código Identificador:AB90C14C

**SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE GOVERNO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO**

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

ONDE SE LÊ:

Na publicação do Diário Oficial dos Municípios do Estado de
Alagoas, ANO X | Nº 1952 | quarta-feira, 28 de dezembro de 2022.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais
suplementares nos limites e com os recursos abaixo indicados, criando
se necessário elemento de despesa dentro de cada ação:

I - decorrentes de superávit financeiro até o seu limite apurado, de
acordo com o estabelecido no art.43, §1º, Inciso I e §2º da Lei
4.320/64;

II - decorrentes do excesso de arrecadação até o limite do mesmo,
conforme estabelecido no art.43, §1º, Inciso II e §3º e §4º da Lei
4.320/64;

III - decorrentes de anulação parcial ou total de dotações, até o limite
de 50,00% das mesmas, conforme o estabelecido no art.43, Inciso III
da Lei 4.320/64, e com base no art.167, Inciso VI da Constituição
Federal;

LEIA-SE CORRETO:

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais
suplementares nos limites e com os recursos abaixo indicados, criando
se necessário elemento de despesa dentro de cada ação:

I - decorrentes de superávit financeiro até o seu limite apurado, de
acordo com o estabelecido no art.43, §1º, Inciso I e §2º da Lei
4.320/64;

II - decorrentes do excesso de arrecadação até o limite do mesmo,
conforme estabelecido no art.43, §1º, Inciso II e §3º e §4º da Lei
4.320/64;

III - decorrentes de anulação parcial ou total de dotações, até o limite
de 20,00% das mesmas, conforme o estabelecido no art.43, Inciso III
da Lei 4.320/64, e com base no art.167, Inciso VI da Constituição
Federal;

Publicado por:
Albert Ludovico de Almeida Lima
Código Identificador:D665B137

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO NORTE**

**GABINETE PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Ref. Pregão Eletrônico nº 20/2022.
Registro de Preços

O prefeito do Município de Santa Luzia do Norte, no uso de suas
atribuições e prerrogativas, considerando legais os procedimentos
adotados, e, ainda, para que se produzam os devidos e legais efeitos,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o resultado da licitação sob a modalidade de Pregão
Eletrônico nº 20/2022 (BNC – BOLSA NACIONAL DE
COMPRAS) cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA
FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E
MOTO**, destinados à manutenção das atividades das Secretarias
de Gestão Pública, Saúde, Educação e Assistência Social, deste
Poder Público, em favor das empresas, **FOCO COMERCIAL
LICITAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o
nº 42.451.825/0001-72, **INDIANA VEICULOS LTDA**, inscrita no
CNPJ sob o nº 40.606.402/0001-59, **RADAR REVENDA DE
AUTOMOVEIS ARAPIRACA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº
12.440.038/0001-64 que na ocasião atenderam aos termos do
instrumento convocatório da licitação, para a execução do objeto
licitado, ficando as mesmas convocadas para assinatura das Atas de

Registros, nos termos do art. 64 caput, da lei nº 8.666/93, sob as penas da lei.

Santa Luzia do Norte, 28 de dezembro de 2022.

MÁRCIO AUGUSTO ARAÚJO LIMA

Prefeito

Publicado por:

Givanilda Maria Nascimento Araujo

Código Identificador:DE57930A

ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MUNDAÚ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2022

Considerando a análise e julgamento da proposta, documentos de habilitação, a Pregoeira da Prefeitura Municipal de Santana do Mundaú/AL, no uso de suas atribuições legais e com base nas informações constantes do Processo Administrativo de nº 2022.1019.0008.01, do Pregão Eletrônico nº 035/2022.

RESOLVE:

Adjudicar o objeto ora licitado, ou seja, a aquisição de materiais e equipamentos de informática destinados às Secretarias Municipais de Santana do Mundaú/AL, conforme Termo de Referência (ANEXO I), do referido edital, às empresas TJ COMERCIO DE PRODUTOSEIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 27.274.178/0001-87 com os itens: 12, 17 e 18; LICITA HBINFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 38.422.516/0001-05 com o item: 9; VIVA DISTRIBUIDORADE PRODUTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.008.831/0001-17 com os itens: 8, 10, 11, 13, 14, 16, 19, 20, 21, 22,23, 24, 26, 29, 30 e 31; CAMÍLIO EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 44.666.371/0001-82 com os itens: 4, 7 e 15; S LUNA DISTRIBUIDORA, inscrita no CNPJ sob o nº 36.636.265/0001-28 com o lote: 3; MICROTECNICA INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.590.728/0009-30 com o lote: 25; TECHNO SOFT SYSTEMS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 44.798.010/0001-90 com os itens: 6 e 28.

Santana do Mundaú, 28 de dezembro de 2022.

ISABELLE NUNES DE LIMA

Pregoeira

Publicado por:

Isabelle Nunes de Lima

Código Identificador:0E071831

GABINETE DO PREFEITO TERMO DE JULGAMENTO DE RECURSOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2022 (SRP)

Às 16:52 horas do dia 28 de dezembro de 2022, após analisados e decididos os recursos do Pregão nº 035/2022, referente ao Processo nº 2022.1019.0008.01, a autoridade competente, Sr. ARTHUR DA PURIFICAÇÃO FREITAS LOPES, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no Resultado de Julgamento.

RESOLVE:

Adjudicar o objeto ora licitado, ou seja, a aquisição de materiais e equipamentos de informática destinados às Secretarias Municipais de Santana do Mundaú/AL, conforme Termo de Referência (ANEXO I), do referido edital, às empresas VIVA DISTRIBUIDORADE PRODUTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.008.831/0001-17 com os itens: 05 e 27; WCR COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.033.521/0001-22 com os itens: 1 e 2.

Santana do Mundaú, 28 de dezembro de 2022.

ARTHUR DA PURIFICAÇÃO FREITAS LOPES

Prefeito

****OBS:** Itens sem recurso serão adjudicados pelo Pregoeiro e constarão do termo de adjudicação.

Publicado por:

Isabelle Nunes de Lima

Código Identificador:615CSEA6

GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 033/2022

TERMO DE CONTRATO Nº 033/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTANA DO MUNDAÚ/AL, E A EMPRESA ALAGOAS AMBIENTAL S.A., PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SANTANA DO MUNDAÚ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.332.979/0001-84, com sede na Rua Silvestre Péricles, s/n, Centro, Santana do Mundaú/AL, CEP.: 57.840-000, representado pelo Prefeito, Sr. ARTHUR DA PURIFICAÇÃO FREITAS LOPES, inscrito no CPF sob o nº 082.024.534-88 e portador do RG nº 3131253-5 SEDS/AL.

CONTRATADA: A empresa ALAGOAS AMBIENTAL S.A., inscrita no CNPJ: 16.982.376/0001-89, com sede na Fazenda Cachoeira de Imburi, s/n, BR 316, Zona Rural, Pilar/AL, CEP 57.150-000, neste ato representada por ANNA KARLLA BRABO MAGALHÃES, brasileira, solteira, advogada, inscrita no CPF/MF sob nº 894.931.924-15 e RG nº 1.051.637 SSP/AL, em conjunto com o seu bastante Procurador o Sr. MARNES COSTA MACHADO GOMES, brasileiro, engenheiro civil e de segurança do trabalho, inscrito no CPF/MF sob o nº 025.434.934-09 e RG nº 99001256890 SSP/AL, na condição de representantes legais que lhe são concedida por contrato social.

Objeto do Contrato: é a contratação dos serviços para a destinação final dos resíduos sólidos – Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS – destinado ao município de Santana do Mundaú/AL. O valor global do contrato é de R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais).

Dotação Orçamentária:

Funcional Programática: 15.122.0009.2014 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANIZAÇÃO

Funcional Programática: 15.452.0002.2017 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SETOR DE LIMPEZA PÚBLICA

Elemento de Despesa:3.3.3.9.0.39.99.99.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Data da Assinatura: 28 de dezembro de 2022.

Vigência do contrato: será até de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato do Termo Contratual.

SIGNATÁRIOS: os mesmos já mencionados.

Santana do Mundaú/AL, em 28 de dezembro de 2022.

ARTHUR DA PURIFICAÇÃO FREITAS LOPES

Prefeito

PUBLIQUE-SE

Publicado por:

Isabelle Nunes de Lima

Código Identificador:C9CEB5C7

GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº 136/2022

PREGÃO ELETRÔNICO nº 036/2022

Processo: 2022.1122.0003.01

Órgão Gerenciador: O MUNICÍPIO DE SANTANA DO MUNDAÚ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº

12.332.979/0001-84, com sede na Rua Silvestre Péricles, s/n, Centro, Santana do Mundaú/AL, neste ato representado pelo Prefeito, o Senhor ARTHUR DA PURIFICAÇÃO FREITAS LOPES, Brasileiro, Casado, portador do CPF nº 082.024.534-88 e RG nº 3131253-5 SEDS/AL;

Fornecedor Registrado: A empresa BASTOS & LEITE LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.296.408/0001-79 e estabelecida na Travessa Dona Constança, 201- CEP: 57.025-357, Poço, Maceió/AL, CEP.: 57.025-357, representada pelo seu sócio, Sr. ÍCARO ALEX BASTOS LEITE ALVES DE SOUSA, inscrito no CPF sob o nº 036.198.994-60 e RG 2000003044968 SSP/AL, contato: (82) 3327-5192 / (82) 99137-8464, e-mail: diretoria@promoover.com.br.

Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de organização de eventos e correlatos a serem realizados pela Prefeitura de Santana do Mundaú, sob demanda, abrangendo planejamento operacional, organização, execução, acompanhamento e fornecimento de materiais, infraestrutura e apoio.

Valor global R\$ 5.253.019,73 (cinco milhões e duzentos e cinquenta e três mil e dezenove reais e setenta e três centavos).

VALIDADE DA ATA: será de 12 meses.

Data de Assinatura: 28 de dezembro de 2022.

Que a Ata de Registro de Preços completa encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Santana do Mundaú.

Santana do Mundaú/AL, 28 de dezembro de 2022.

ARTHUR DA PURIFICAÇÃO FREITAS LOPES
Prefeito

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Isabelle Nunes de Lima
Código Identificador:37605060

ESTADO DE ALAGOAS **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAJE**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO **AVISO DE COTAÇÃO**

AVISO DE COTAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São José da Laje, por meio do setor de compras da Secretaria Municipal de Saúde, convida as empresas especializadas em **serviços de consultoria técnica, alocação de sistemas de informática e suporte técnico em processamento de dados do sistema web e-sus** para atendendo as necessidades administrativas da Secretaria Municipal de Saúde, para participar da cotação de preços para estimativa de preço médio de pregão eletrônico. O prazo para solicitação do termo de referência (TR) e recebimento das cotações será de 03 (três) dias, a contar da data desta sua publicação. O termo de referência deverá ser solicitado através do e-mail cplsaojosedalaje@hotmail.com Maceió (AL), 28 de dezembro de 2022.

Setor de Compras

Publicado por:
Joelma Bezerra
Código Identificador:6E112EA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO **AVISO DE LICITAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAJE **AVISO DE LICITAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de São José da Laje, através da CPL, avisa que realizará licitação na MODALIDADE:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0056/2022 – SRP. Data da Abertura da sessão: 11 de janeiro de 2023 - Horário: 08:00 horas (horário de Brasília/DF); Data de Disputa de Lances: 11 de janeiro de 2023 - Horário: 08:10 horas (horário de Brasília/DF). Tipo: menor preço por lote. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA, MEDICAMENTOS INJETÁVEIS, COMUNS, CONTROLADOS E ODONTOLÓGICOS, BEM COMO MATERIAL PENSO E DESCARTÁVEL. Os interessados poderão retirar o Edital na sede Administrativa da Prefeitura, através do portal <http://www.saojosedalaje.al.gov.br>, através do sistema BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (www.bnc.org.br). Dúvidas através do e-mail cplsaojosedalaje@hotmail.com

CONCORRÊNCIA Nº 001/2022. TIPO: Técnica e Preço. DATA E HORA: 15 de fevereiro de 2022 às 09:00 hs. LOCAL: Rua Dr. Oscar Gordilho, 23 – Centro – São José da Laje-AL – Prédio do Poder Executivo. OBJETO: ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EM BIM: PROJETOS ARQUITETÔNICOS, PROJETOS URBANÍSTICOS, PROJETOS PAISAGÍSTICOS, PROJETOS ESTRUTURAIS, PROJETOS ELÉTRICOS E DE ILUMINAÇÃO, INFRAESTRUTURA VIÁRIA, ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, DRENAGEM URBANA, PLANOS E ESTUDOS E APOIO TÉCNICO DE OBRAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA LAJE - AL. A Concorrência será realizada no horário local. Os interessados poderão retirar o Edital na sede Administrativa da Prefeitura e através do portal <http://www.saojosedalaje.al.gov.br>. Os interessados poderão retirar o Edital na sede Administrativa da Prefeitura, através do portal <http://www.saojosedalaje.al.gov.br>, através do sistema BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (www.bnc.org.br). Dúvidas através do e-mail cplsaojosedalaje@hotmail.com

São José da Laje (AL), 27 de dezembro de 2022.

FÁBIO HENRIQUE MATEUS BATISTA
Pregoeiro/Presidente

Publicado por:
Joelma Bezerra
Código Identificador:BCE140A9

ESTADO DE ALAGOAS **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA TAPERA**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO **PORTARIA Nº 153/2022, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022.**

PORTARIA Nº 153/2022, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022.

Concede diária a servidor e dá outras providências.

O Prefeito do Município de São José da Tapera, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei nº 741/2021, de 11 de outubro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao(a) Servidor(a) **ALDIAN DOS SANTOS**, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Administração, Atendente de Secretaria, a quantia de 01 (uma) diária no valor total de R\$ 200,00 (duzentos reais), para fazer face às despesas de viagem à cidade de Maceió/AL, no período de 28/12/2022, para representar de forma oficial o Município no período compreendido em evento de recebimento de um veículo doado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de São José da Tapera/AL, em 27 de dezembro de 2022.

JARBAS PEREIRA RICARDO
Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que a Portaria nº 153/2022-GP, foi Registrada e Publicada na forma procedimental, e encontra-se arquivada junto à Secretaria Municipal de Administração.

DIEGO SILVA DE AZEVEDO

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:

Jacson Roberto dos Santos

Código Identificador:F234D7A0

**SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
AVISO DE RETOMADA DE SESSÃO - CONCORRENCIA Nº
062022**

A Prefeitura Municipal de São José da Tapera/AL, através da Comissão Permanente Licitação convoca as empresas participantes da licitação realizada na modalidade Concorrência nº 06/2022, CONCESSÃO DE USO MEDIANTE CONTRATO ADMINISTRATIVO DOS ESPAÇOS FÍSICOS EDIFICADOS E CARACTERIZADOS COMO QUIOSQUES no Município de São José da Tapera/AL, para a continuidade da sessão visando a abertura da proposta de preços das empresas habilitadas, no dia 02/01/2022 às 10h00min, na sala da Comissão Permanente de Licitação, sediada na Rua do Comércio, 209, centro, CEP: 57445-000, São José da Tapera/AL.

São José da Tapera/AL, 28 de dezembro de 2022.

MARCELO RENÊ RODRIGUES DA SILVA

Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:

Marcelo Rene Rodrigues da Silva

Código Identificador:F20EBC4C

**SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRA,VIAÇÃO E
URBANISMO
AVISO DE REVOGAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de São José da Tapera/AL torna público que a Tomada de Preços nº 03/2021, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para realização de obras de engenharia pertinentes a construção do sistema de abastecimento de água no povoado Olho d'água do Padre, Soim, Sucupira e Medeiros- etapa 01, para atender as necessidades do município de São José da Tapera/AL, fica revogada em decorrência do Parecer Técnico emitido pelo Setor de engenharia e encaminhado à comissão permanente de licitação, o qual aponta que o parecer da engenharia do CONVÊNIO Nº 881177/2018 emitido pelo técnico Márcio Giovanni Silva da Cruz, fiscal de execução do concedente (Fundação Nacional de Saúde – FUNSA), rejeitou o procedimento licitatório da Tomada de preços 003/2021, já que foi constatado que as peças técnicas enviadas à Comissão Permanente de Licitações – CPL, são divergentes das peças técnicas aprovadas inicialmente pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, desta forma a revogação do processo se dá em virtude da perda do objeto, uma vez que, tal correção não seria possível através de Termo Aditivo, estando assim, impossibilitada de continuidade para aprovação da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e futura execução, portanto, para melhor atender aos interesses da Administração Pública sirvo-me do presente para tornar público aos interessados, com fulcro no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993, sobre a revogação do certame licitatório a ser realizado na modalidade tomada de preços. Abre-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis aos interessados para o contraditório e ampla defesa em observância ao § 3º do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

São José da Tapera/AL, 28 de dezembro de 2022.

JARBAS PEREIRA RICARDO

Prefeito do Município de São José da Tapera/AL

Publicado por:

Marcelo Rene Rodrigues da Silva

Código Identificador:A413A2C5

**SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRA,VIAÇÃO E
URBANISMO
RESULTADO DA LICITAÇÃO**

TOMADA DE PREÇOS Nº. 05/2022

O Município de São José da Tapera/AL, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados na Tomada de Preços nº 05/2022, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para realização de obras de engenharia pertinentes a construção de uma (01) unidade básica de saúde (ubs) tipo I localizada no Sítio Piedade no Município de São José da Tapera- AL, que foi declarada como vencedora a empresa MC CONSTRUÇÕES E ASSESSORIA EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ nº 07.343.582/0001-58.

São José da Tapera/AL, 28 de dezembro de 2022.

MARCELO RENÊ RODRIGUES DA SILVA

Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:

Marcelo Rene Rodrigues da Silva

Código Identificador:DA128758

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS
MILAGRES**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2022**

Pregão Eletrônico nº 25/2022;

Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal 7.892/2013, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar nº 123/2006 acrescentada pelas leis complementares 147/2014 e 155/2016, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

Órgão Gerenciador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS MILAGRES/AL;

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de fogos de artifícios, para atender às necessidades das Secretarias Municipais do Poder Executivo de São Miguel dos Milagres/AL.

Fornecedora Registrada: **START GROUP EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 37.545.644/0001-75;

Valor Registrado: **R\$ 1.565.748,00 (um milhão, quinhentos e sessenta e cinco mil e setecentos e quarenta e oito reais);**

Firmado em 26/12/2022;

Vigência: 12 (doze) meses.

SIGNATÁRIOS: Jadson Lessa dos Santos e MARIA DERLANE SOUTO DA ROCHA.

Publicado por:

Maryedja Priscilla Santos Lima

Código Identificador:34EEE594

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação, nos termos do parecer da Procuradoria Jurídica do Município, para contratação da empresa: **E SHOW.COM LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 24.360.324/0001-07, estabelecida na praça Nossa Senhora da Conceição nº 28 – Centro, Cidade – BANZAE/BA, representada pelo Sr. **Erivaldo Alves de Oliveira**, portador do RG sob o registro nº 0359473903 SSP/BA e inscrito no CPF nº 365.127.965-00, responsável pela apresentação do

“ **RAFINHA O BIG LOVE**” para contratação de banda de cunho musical para apresentação artística, para comemoração do Réveillon no dia 01 de janeiro de 2023, no Município de São Miguel dos Milagres/AL.

São Miguel dos Milagres/AL, 28 de dezembro de 2022

JADSON LESSA DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Maryedja Priscilla Santos Lima
Código Identificador:21DB6006

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2022

Pregão Eletrônico nº 24/2022;

Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal 026/2022, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar nº 123/2006 acrescentada pelas leis complementares 147/2014 e 155/2016, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

Órgão Gerenciador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS MILAGRES/AL;

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS MILAGRES/AL.

Fornecedora Registrada: **A V GUIMARAES E COMPANHIA COMERCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.200.788/0001-54, localizada na Rua do Rosario, Bairro - Centro, Cidade de Porto Calvo/AL, CEP: 57.900-000;

Valor Registrado: **R\$ 2.123.381,70 (dois milhões cento e vinte e três mil trezentos e oitenta e um reais e setenta centavos);**

Firmado em 26/12/2022;
Vigência: 12 (doze) meses.

SIGNATÁRIOS: Jadson Lessa dos Santos e Ailton Vieira Guimaraes.

Publicado por:
Maryedja Priscilla Santos Lima
Código Identificador:E9F6A301

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EXTRATOS DOS CONTRATOS 69/2022 E 70/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 69/2022

Pregão Eletrônico nº 23/2022 – SRP.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal 26/2022, Decreto Federal 10.024/2019, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canapi/AL;

Contratada: **M D M DOS SANTOS ENGENHARIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 17.872.922/0001-91;

Objeto: Contratação de empresa(s) de engenharia para manutenção da Escola Municipal Luiz Verçosa de Albuquerque, localizada em São Miguel dos Milagres -Alagoas.
Valor Contratado: R\$ 1.100.418,30 (um milhão cem reais mil quatrocentos e dezoito reais e trinta centavos).

Vigência do Contrato: **12(doze) meses;**

Data de Celebração: 02/12/2022;

Signatários: Jadson Lessa dos Santos e Marcos Douglas Medeiros dos Santos.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 70/2022

Pregão Eletrônico nº 23/2021 – SRP.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal 26/2022, Decreto Federal 10.024/2019, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canapi/AL;

Contratada: **M D M DOS SANTOS ENGENHARIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 17.872.922/0001-91;

Objeto: Contratação de empresa(s) de engenharia para manutenção da **Escola Municipal Jaime de Altavila**, localizada em São Miguel dos Milagres - Alagoas.

Valor Contratado: R\$ 708.701,04 (setecentos e oito mil setecentos e um reais e quatro centavos)

Vigência do Contrato: **12 (doze) meses;**

Data de Celebração: 02/12/2022;

Signatários: Jadson Lessa dos Santos e Marcos Douglas Medeiros dos Santos.

Publicado por:
Maryedja Priscilla Santos Lima
Código Identificador:C4006C8B

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE TANQUE D'ARCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS INEXIGIBILIDADE PROCESSO DE Nº 1117001/2022

Em cumprimento ao Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, considerando o que consta nos autos do presente processo, RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pesquisa e comparação de preços no sistema online "BANCO DE PREÇOS" para o Município de Tanque d'Arca/AL. com fulcro na inteligência do art.25, inc. III, do mesmo diploma legal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº INEX 11.170.01/2022- Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pesquisa e comparação de preços no sistema online "BANCO DE PREÇOS" no Município de Tanque d'Arca/AL, Contratado: NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA inscrito no CNPJ: 07.797.967/0001-95 no valor global de R\$ 10.865,00 (dez mil oitocentos e sessenta e cinco reais); Vigência: 12 meses; celebrado em 13/12/2022. Signatários: Wilmário Valença Silva Júnior e Rudimar Barbosa dos Reis.

Publicado por:
Francisco Carlos de Moraes Almeida
Código Identificador:6EADEDFE

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Traipu, através da Comissão Permanente de Licitação, avisa que realizará licitação conforme resumo abaixo:
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2022.
TIPO: MENOR VALOR POR ITEM.
DATA E HORA: 10 de janeiro de 2023 às 09h30min.

LOCAL: Sistema Eletrônico BNC – Bolsa Nacional de Compras, através do site <https://bnccompras.com>.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COMUNICAÇÃO VISUAL.

O edital encontra-se a disposição dos interessados através do site <https://bnc.org.br/editais/>.

Demais dúvidas e esclarecimentos, contatar através do e-mail compraspltraipu@gmail.com.

Traipu-AL, 28 de dezembro de 2022.

VITOR RIBEIRO DOS SANTOS CAVALCANTI

Pregoeiro

Publicado por:

Vitor Ribeiro dos Santos Cavalcanti

Código Identificador:227071DA

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS, PLANEJ. E ORÇAMENTO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 182/2022

Processo nº12290006/2021

Pregão Eletrônico nº 049/2022

Fornecedor Registrado: ARGOS LTDA-EPP, inscrito no CNPJ Nº42.262.411/0001-03.

Valor global estimado de sua proposta de R\$18.806,40 (dezoito mil oitocentos e seis reais e quarenta centavos).

Objeto: para eventual e futura aquisição de eletrodomésticos da linha branca e industrial, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e suas unidades públicas escolares do município de Viçosa/Alagoas.

Data de assinatura: 26 de dezembro de 2022;

Vigência: 12 meses contados a partir da data da publicação.

Prefeitura Municipal de Viçosa/

JOÃO VICTOR CALHEIROS AMORIM SANTOS/

Prefeito

Órgão Gerenciador/

Órgão Gerenciador/

Secretaria Municipal de Educação/

IOLANDA KATIA DE ALMEIDA TENÓRIO

Argos LTDA-EPP /

Contratada/

JONATHAN PEREIRA /

Representante Legal

Publicado por:

Katyucya Mychelly Silveira Calheiros Beserra

Código Identificador:8D07D845

SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS, PLANEJ. E ORÇAMENTO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 184/2022

Processo nº12290006/2021

Pregão Eletrônico nº 049/2022

Fornecedor Registrado: GO VENDAS ELETRONICAS LTDA-EPP, inscrito no CNPJ Nº36.521.392/0001-81.

Valor global estimado de sua proposta de R\$ 25.091,00 (vinte e cinco mil e noventa e um reais).

Objeto: para eventual e futura aquisição de eletrodomésticos da linha branca e industrial, para atender as necessidades da Secretaria

Municipal de Educação e suas unidades públicas escolares do município de Viçosa/Alagoas.

Data de assinatura: 26 de dezembro de 2022;

Vigência: 12 meses contados a partir da data da publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA/João Victor Calheiros Amorim Santos/Prefeito

ÓRGÃO GERENCIADOR/ ÓRGÃO GERENCIADOR/Secretaria Municipal de Educação/ Iolanda Katia de Almeida Tenório

GO VENDAS ELETRONICAS LTDA-EPP /Contratada/ Gustavo Oliveira /Representante legal

Publicado por:

Katyucya Mychelly Silveira Calheiros Beserra

Código Identificador:13993B75

SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS, PLANEJ. E ORÇAMENTO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 185/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 185/2022

Processo nº12290006/2021

Pregão Eletrônico nº 049/2022

Fornecedor Registrado: JEB COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS EIRELI-ME, inscrito no CNPJ Nº33.486.276/0001-80

Valor global estimado de sua proposta de R\$ 123.750,00 (cento e vinte e três mil, setecentos e cinquenta reais).

Objeto: para eventual e futura aquisição de eletrodomésticos da linha branca e industrial, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e suas unidades públicas escolares do município de Viçosa/Alagoas.

Data de assinatura: 26 de dezembro de 2022;

Vigência: 12 meses contados a partir da data da publicação.

Prefeitura Municipal de Viçosa/

JOÃO VICTOR CALHEIROS AMORIM SANTOS/

Prefeito

órgão Gerenciador/

órgão Gerenciador/

Secretaria Municipal de Educação/

IOLANDA KATIA DE ALMEIDA TENÓRIO

Jeb Comércio de Eletrônicos EIRELI-ME /

Contratada/

DIOGO MAGALHAES AGUIAR DE MOURA /

Representante Legal.

Publicado por:

Katyucya Mychelly Silveira Calheiros Beserra

Código Identificador:4D843640

SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS, PLANEJ. E ORÇAMENTO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 187/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 187/2022

Processo nº12290006/2021

Pregão Eletrônico nº 049/2022

Fornecedor Registrado: MASTER ELETRODOMESTICOS EIRELI-ME, inscrito no CNPJ Nº33.859.616/0001-71

Valor global estimado de sua proposta de R\$ 23.310,00 (vinte e três mil, trezentos e dez reais).

Objeto: para eventual e futura aquisição de eletrodomésticos da linha branca e industrial, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e suas unidades públicas escolares do município de Viçosa/Alagoas.

Data de assinatura: 26 de dezembro de 2022;

Vigência: 12 meses contados a partir da data da publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA/João Victor Calheiros Amorim Santos/Prefeito

ÓRGÃO GERENCIADOR/ ÓRGÃO GERENCIADOR/Secretaria Municipal de Educação/ Iolanda Katia de Almeida Tenório

MASTER ELETRODOMESTICOS EIRELI-ME /Contratada/
Fernanda Aparecida Vieira Fritzen /Representante legal.

Publicado por:
Katyucya Mychelly Silveira Calheiros Beserra
Código Identificador:D7542454

**SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS, PLANEJ. E
ORÇAMENTO
ERRATA DA HOMOLOGAÇÃO PE 049/2022**

ERRATA DA HOMOLOGAÇÃO

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada em Materiais de Informática para atender a secretaria municipal de educação

Data da publicação do Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas AMA em 02/12/2022, ANO X, Nº 1934, páginas 50 e 51.

b) **M FELIPE GALVÃO**, inscrita no CNPJ: 24.183.988/0001-30.

Onde lê-se: com valor total de R\$ 2.230,00 (dois mil e duzentos e trinta reais);

Leia-se: com valor total de R\$ 55.750,00 (cinquenta e cinco mil e setecentos e cinquenta reais).

Viçosa/AL, 28 de dezembro de 2022

JOÃO VICTOR CALHEIROS AMORIM SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Katyucya Mychelly Silveira Calheiros Beserra
Código Identificador:EFBEE174

**SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS, PLANEJ. E
ORÇAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 189/2022**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 189/2022
Processo nº12290006/2021
Pregão Eletrônico nº 049/2022
Fornecedor Registrado: TYSKI E MACHOVSKI LTDA-ME, inscrito no CNPJ Nº33.460.679/0001-50
Valor global estimado de sua proposta de R\$12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).
Objeto: para eventual e futura aquisição de eletrodomésticos da linha branca e industrial, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e suas unidades públicas escolares do município de Viçosa/Alagoas.
Data de assinatura: 26 de dezembro de 2022;
Vigência: 12 meses contados a partir da data da publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA/João Victor Calheiros Amorim Santos/Prefeito
ÓRGÃO GERENCIADOR/ ÓRGÃO GERENCIADOR/Secretaria Municipal de Educação/ Iolanda Katia de Almeida Tenório
TYSKI E MACHOVSKI LTDA-ME, /Contratada/ Suzeli Tyski /Representante legal.

Publicado por:
Katyucya Mychelly Silveira Calheiros Beserra
Código Identificador:A54E684B

**SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS, PLANEJ. E
ORÇAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2022**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 188/2022
Processo nº12290006/2021
Pregão Eletrônico nº 049/2022

Fornecedor Registrado: OFFICE DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI-EPP, inscrito no CNPJ Nº11.094.173/0001-32

Valor global estimado de sua proposta de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais).

Objeto: para eventual e futura aquisição de eletrodomésticos da linha branca e industrial, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e suas unidades públicas escolares do município de Viçosa/Alagoas.

Data de assinatura: 26 de dezembro de 2022;

Vigência: 12 meses contados a partir da data da publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA/João Victor Calheiros Amorim Santos/Prefeito

ÓRGÃO GERENCIADOR/ ÓRGÃO GERENCIADOR/Secretaria Municipal de Educação/ Iolanda Katia de Almeida Tenório

OFFICE DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI-EPP /Contratada/ Ricardo Santos Oliveira/ Representante legal.

Publicado por:
Katyucya Mychelly Silveira Calheiros Beserra
Código Identificador:19B3709E

**SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS, PLANEJ. E
ORÇAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 186/2022**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 186/2022

Processo nº12290006/2021

Pregão Eletrônico nº 049/2022

Fornecedor Registrado: M FELIPE GALVÃO-ME, inscrito no CNPJ Nº24.183.988/0001-30

Valor global estimado de sua proposta de R\$55.750,00 (cinquenta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais).

Objeto: para eventual e futura aquisição de eletrodomésticos da linha branca e industrial, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e suas unidades públicas escolares do município de Viçosa/Alagoas.

Data de assinatura: 26 de dezembro de 2022;

Vigência: 12 meses contados a partir da data da publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA/João Victor Calheiros Amorim Santos/Prefeito

ÓRGÃO GERENCIADOR/ ÓRGÃO GERENCIADOR/Secretaria Municipal de Educação/ Iolanda Katia de Almeida Tenório

M FELIPE GALVÃO-ME /Contratada/ Matheus Felipe Galvão / Representante legal

Publicado por:
Katyucya Mychelly Silveira Calheiros Beserra
Código Identificador:9FD5E2DC

**SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS, PLANEJ. E
ORÇAMENTO
HOMOLOGAÇÃO PE 073/2022**

HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, no uso de suas atribuições regulamentares e considerando o julgamento dos Pregoeiros e Comissão de apoio, designados pelo Portaria nº 182/2022, de 30 de junho de 2022, **RESOLVE HOMOLOGAR** o procedimento licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 073/2022, Processo Administrativo nº 08050007/2022, cuja vencedora do certame foi a empresa:

TECA TECNOLOGIA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ: 11.163.447/0001-06, vencedora dos itens: 08 e 09, com um valor total de **R\$ 54.528,00** (cinquenta e quatro mil e quinhentos e vinte e oito reais);

PLÁSTICOS V.P. INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ: 35.159.991/0001-34, vencedora dos itens: 03 e 04, com um valor total de **R\$ 45.000,00** (quarenta e cinco reais)

A empresa supracitada é vencedora da licitação para o Registro de preços para aquisição de equipamentos destinados ao MÓDULO ENGORDA AQUICULTURA para atender a Secretaria Municipal de Agricultura.

Viçosa, 28 de dezembro de 2022

JOÃO VICTOR CALHEIROS AMORIM SANTOS

Prefeito

Publicado por:

Katyucya Mychelly Silveira Calheiros Beserra

Código Identificador:5C828F48

SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS, PLANEJ. E

ORÇAMENTO

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO RATIFICADOR

Processo nº 12230013/2022

Interessado: Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

Assunto: Contratação de Profissional do Setor Artístico.

DECLARAÇÃO

DECLARO para os devidos fins de direito, que em cumprimento as emanções das normas legais que tratam sobre finanças públicas, em especial aos incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar Nº 101/2000, as despesas oriundas deste processo ora em tramitação, tem adequação orçamentária e financeira para o corrente exercício financeiro com a Lei Orçamentária Anual, e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

RATIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO POR

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Tenho por satisfeitas as razões apresentadas pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, bem como, as informações procedentes da Procuradoria Geral e da Controladoria Geral deste Município, **RATIFICO** os entendimentos firmados ao tempo em que **AUTORIZO** a formalização da contratação da empresa A E L COSTA - ME, CNPJ nº 27.524.171/0001-76, com o valor R\$20.000,00.

Publique-se o presente despacho dentro do prazo de 05 (cinco) dias, como condição de eficácia dos atos.

E por fim, considerando as determinações firmadas, seguem os autos para empenhar e providenciar a emissão da respectiva nota de empenho, nos termos da ratificação.

Viçosa/AL, 28 de dezembro de 2022.

JOÃO VICTOR CALHEIROS AMORIM SANTOS

Prefeito

Publicado por:

Katyucya Mychelly Silveira Calheiros Beserra

Código Identificador:A619B56F

SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS, PLANEJ. E

ORÇAMENTO

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO RATIFICADOR

Processo nº 12020003/2022

Interessado: Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

Assunto: Contratação de Profissional do Setor Artístico.

DECLARAÇÃO

DECLARO para os devidos fins de direito, que em cumprimento as emanções das normas legais que tratam sobre finanças públicas, em especial aos incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar Nº 101/2000, as despesas oriundas deste processo ora em tramitação, tem adequação orçamentária e financeira para o corrente exercício financeiro com a Lei Orçamentária Anual, e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

RATIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO POR

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Tenho por satisfeitas as razões apresentadas pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, bem como, as informações procedentes da Procuradoria Geral e da Controladoria Geral deste Município, **RATIFICO** os entendimentos firmados ao tempo em que **AUTORIZO** a formalização da contratação do Sr. JOSÉ WILTON CONCEIÇÃO DOS SANTOS, CPF nº 716.370.494-12, com o valor R\$3.200,00.

Publique-se o presente despacho dentro do prazo de 05 (cinco) dias, como condição de eficácia dos atos.

E por fim, considerando as determinações firmadas, seguem os autos para empenhar e providenciar a emissão da respectiva nota de empenho, nos termos da ratificação.

Viçosa/AL, 28 de dezembro de 2022.

JOÃO VICTOR CALHEIROS AMORIM SANTOS

Prefeito

Publicado por:

Katyucya Mychelly Silveira Calheiros Beserra

Código Identificador:58D52C68

SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS, PLANEJ. E

ORÇAMENTO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 78/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Contrato nº 078/2022– Processo nº 12130022/2022– Contratado: DJALMA IVO DE FREITAS EIRELI, inscrita no CNPJ nº **30.283.669/0001-07**, no valor global de R\$ 2.212.425,00 (dois milhões, duzentos e doze mil e quatrocentos e vinte e cinco reais), que tem como objeto a Contratação de empresa para aquisição de mobiliário para uso geral, destinado a secretaria municipal de educação do município de Viçosa/AL e suas unidades escolares. Data de assinatura: 28/12/2022 - Vigência: 12 meses contados a partir da data da publicação.

Prefeitura Municipal de Viçosa

JOÃO VICTOR CALHEIROS AMORIM SANTOS

Prefeito - Órgão Gerenciador

IOLANDA KATIA DE ALMEIDA TENÓRIO

Secretária Municipal de Educação

Djalma Ivo de Freitas EIRELI

Contratada

DJALMA IVO DE FREITAS

Representante Legal

Publicado por:

Katyucya Mychelly Silveira Calheiros Beserra

Código Identificador:4E2D61BB

ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTO ANTONIO

GABINETE DO PREFEITO

LEI N.º 640, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LEI N.º 640, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

INSTITUI A PLANTA DE VALORES GENÉRICOS DO MUNICÍPIO E A POLÍTICA FISCAL RELACIONADA AO IPTU.

LIVIA CARLA DA SILVA ALVES, Prefeita Municipal de Barra de Santo Antônio, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, apresenta a Câmara Municipal de Barra de Santo Antônio o seguinte **PROJETO DE LEI**:

Art. 1º Através da presente, fica instituída a Planta Genérica de Valores para fins de apuração de cálculo do IPTU e ITBI, compreendida pelo valor dos terrenos e edificações dos imóveis situados no Município de Barra de Santo Antônio.

BASE DE CÁLCULO

Art. 2º A base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU é o VVI – Valor Venal do Imóvel.

Art. 3º O Valor Venal do Imóvel – VVI, será obtido pela soma dos Valores Venal do Terreno - VVT, e da Edificação – VVE, se houver, em conformidade com as normas e métodos ora fixados, sendo determinado pela seguinte fórmula:

$$\text{VVI} = \text{VVT} + \text{VVE}$$

Onde:

VVI = Valor Venal do Imóvel

VVT = Valor Venal do Terreno

VVE = Valor Venal da Edificação

DA AVALIAÇÃO DOS TERRENOS

Art. 4º O valor venal do terreno corresponderá ao resultado da multiplicação de sua área pelo valor básico do metro quadrado, constante, em código por Zona de Valor - ZV, do mapa da Planta Genérica de Valores – PGV, multiplicando-se pelo fator de valorização ou depreciação do terreno, conforme o Anexo I desta Lei, adotando-se a fórmula:

$$\text{VVT} = \text{AT} \times \text{VBT} \times \text{FVD} \times \text{FI}$$

Onde:

VVT = Valor Venal do Terreno

AT = Área do terreno

VBT = Valor básico do metro quadrado do terreno

FVD = Fator de Valorização ou Depreciação de Terreno

FI = Fração Ideal

§ 1º No caso de lotes de uma ou mais esquinas e de lotes com duas ou mais frentes, será adotado o valor unitário de metro quadrado de terreno, relativo ao logradouro de maior valor.

§ 2º A Fração ideal – FI, que consta da fórmula para apuração do VVT, é o coeficiente para cálculo da equivalência da fração de área de terreno, em se tratando de imóvel construído que abrigue mais de uma unidade autônoma, e será obtido pelo resultado da divisão da área da unidade pela área total das edificações no terreno, usando a seguinte fórmula:

$$\text{FI} = \frac{\text{Área da Unidade}}{\text{Área Total de Edificação}}$$

§ 3º O Fator de Valorização ou Depreciação de Terreno – FVD, será obtido através do resultado da Situação na Quadra - SQ, para os terrenos com até 1.000 m², conforme TABELA II.

§ 4º Para imóveis com mais de 1.000 m², o Fator de Valorização ou Depreciação de Terreno – FVD será obtido através do resultado da multiplicação do Fator de Gleba – FG, conforme a TABELA II, usando a seguinte fórmula:

$$\text{FVD} = \text{Área do terreno} \times \text{Fator de gleba}$$

Art. 5º Os logradouros ou trechos de logradouros que não constam na Planta Genérica de Valores que integram esta Lei, terão seus valores fixados pela Comissão de Avaliação Imobiliária, designada pelo Poder Executivo.

§ 1º Nos loteamentos ou condomínios horizontais ou verticais novos e que não constem da Planta Genérica de Valores, deverá ser adotado o valor encontrado por processo avaliativo técnica e legalmente aceito, incluindo o valor de metro quadrado de construção.

§ 2º Em casos de deferimento de contestação de valores, por parte do contribuinte, o valor resultante de procedimento de avaliação individual e concreta, prevalecerá sobre os valores arbitrados da Planta Genérica e da Tabela de Edificações.

DA AVALIAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

Art. 6º O valor venal das edificações corresponderá ao resultado da multiplicação de sua área total construída pelo valor do metro quadrado da Edificação, multiplicando-se pelo fator de valorização ou desvalorização por zona, conforme o mapa da Planta Genérica de Valores – PGV, e por fim, multiplicando-se com o fator de estado conservação de edificação, conforme o ANEXO II desta Lei, adotando-se a fórmula:

$$\text{VVE} = \text{AU} \times \text{VET} \times \text{FR} \times \text{FC}$$

Onde:

VVE = Valor venal da edificação

AU = Área total da unidade

VET = Valor do metro quadrado da Edificação por padrão e tipo de edificação

FZ = Fator de Valorização ou Desvalorização por Zona

FC = Fator de estado de conservação da edificação

Art. 7º O imóvel construído que abrigue mais de uma unidade autônoma, terá tantos lançamentos quanto forem essas unidades, rateando-se o valor venal do terreno pelo processo da fração ideal.

Art. 8º O imóvel construído que abrigue mais de uma edificação terá por valor venal, o resultado do produto de sua área construída total pelo valor unitário do tipo predominante da construção, obtendo-se um único lançamento.

Art. 9º A área total construída será obtida através da medição dos contornos externos das paredes ou pilares, computadas as superfícies denominadas dependências em geral e terraços cobertos.

Parágrafo Único. As piscinas serão consideradas como área construída e serão incorporadas na área de construção principal do imóvel.

Art. 10 O valor do metro quadrado da edificação será obtido de acordo com o ANEXO II desta Lei, pelo enquadramento das edificações em um dos tipos de edificação e padrão do imóvel, aplicando-se os componentes da TABELA III, multiplicando-se pelo fator de valorização ou desvalorização por zona, conforme a TABELA IV, e por fim, multiplicando-se pelo fator de conservação do imóvel, de acordo com a TABELA V.

I - Para determinação do tipo/caracterização da edificação, será considerada a destinação atual;

II - O padrão, será obtido em função tamanho da área construída do imóvel e da tipologia do imóvel;

III – O fator de valorização ou desvalorização, será obtido de acordo com a zona em que se localiza o imóvel;

IV – O fator de conservação de imóvel consiste em um grau atribuído ao imóvel construído, conforme seu estado de conservação na data da atualização do cadastro imobiliário.

Art. 11 Nos casos singulares de edificações particularmente valorizadas ou desvalorizadas, quando da aplicação da metodologia ora estabelecida, possa conduzir a juízo do Município a um tratamento fiscal injusto ou inadequado, poderá ser adotado processo de avaliação mais recomendado, a critério da Comissão de Avaliação Imobiliária.

Art. 12 A parte do terreno que exceder em 05 (cinco) vezes a área total construída, ficam sujeitas à aplicação da alíquota prevista para terrenos não edificados.

Art. 13 Aplicar-se-á o critério de arbitramento para apuração do valor venal do imóvel, quando o contribuinte ou responsável impedir o levantamento dos elementos necessários, ou se a edificação for encontrada fechada em 02 (duas) visitas consecutivas do representante do Fisco Municipal.

Art. 14 Sobre o valor venal do imóvel urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, aplicar-se-á alíquotas progressivas, conforme segue:

I - 1,0% (um por cento) sobre o valor venal do primeiro ano;

II - 2,0% (dois por cento) sobre o valor venal no segundo ano;

III - 3,0% (três por cento) sobre o valor venal no terceiro e quarto ano;

IV - 5,0% (cinco por cento) sobre o valor venal no quinto ano e seguintes.

Parágrafo único. Os acréscimos progressivos referidos neste artigo, serão aplicados a partir do exercício financeiro seguinte ao que esta lei entrar em vigor.

Art. 15 O valor venal do imóvel, que constituirá a base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, dos exercícios 2023 e 2024, referente aos imóveis, cujos dados cadastrais das características ou de uso da construção ou do terreno não tenham sido alterados, não poderá ultrapassar aquele que represente acréscimo total do tributo comparando-se ao exercício anterior, constituídos pelo IPTU e Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos, superior a 40% (quarenta por cento) comparado ao exercício anterior, somado ao IPCA ou outro índice aprovado por legislação nacional que venha a substituí-lo, acumulado no período de novembro do exercício imediatamente anterior a outubro do exercício fiscal em curso.

Parágrafo único. O limite de acréscimo disposto neste artigo não se aplica aos casos em que a majoração do tributo seja igual ou inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 16 Os valores de m² de terrenos e de edificações constantes da Planta Genérica de Valores a que se refere esta Lei deverão ser corrigidos anualmente, com base na variação do IPCA ou índice oficial que venha a substituí-lo, acumulado no período de novembro do exercício imediatamente anterior a outubro do exercício fiscal em curso, com aplicação a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

Art. 17 O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, por meio de Decreto do Prefeito Municipal, caso necessário para sua execução.

Art. 18 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19 Ficam revogadas as disposições em contrário.

LIVIA CARLA DA SILVA ALVES

Prefeita

ANEXO I

ZONA 1	Localidade: Rua Projetada Um (Loteamento Tabuba), Loteamento Tabuba Quadra A13 (Loteamento Tabuba), Rua Patrícia Oliveira Lins (Ilha da Croa).
ZONA 2	Localidade: Bairro Centro, Loteamento Tabuba, Loteamento Bosque Rio Mar, Loteamento Lua Nova, Loteamento Paraíso, Loteamento Santo Antônio, Loteamento Maré Mansa, Ilha da Croa.
ZONA 3	Localidades: Loteamento Corais do Atlântico, Bairro Alto do Cruzeiro e demais localidades.

TABELA I -Tabela de Valores do Metro Quadrado de Terreno

ZONA	VALOR EM R\$
1	200,00
2	150,00
3	120,00

TABELA II – Tabelas de Fatores de Valorização ou Depreciação de Terreno

FATOR SITUAÇÃO NA QUADRA - SQ	FATOR
Encravado	0,80
Meio de quadra	1,00
Esquina ou frentes múltiplas	1,10

FATOR GLEBA - FG	FATOR
> 1.000 < 2.500 m2	0,80
> 2.500 < 10.000 m2	0,70
> 10.000 < 50.000 m2	0,50
> 50.000 m2	0,35

ANEXO II

TABELA III – Tabelas de valor do metro quadrado da Edificação por padrão e tipo de edificação

VET (Tipo de imóvel)	BAIXO (R\$)	MÉDIO (R\$)	ALTO (R\$)
Residencial (Casa) - R1	774,66	1147,22	1581,54
Residencial (Prédio até 8 andares) - R8	724,24	989,15	1472,58
Residencial (Prédio acima de 8 andares) - R16	1099,45	1252,11	1509,42
Comercial até 8 andares - CSL 8	1227,78	1432,98	1530,77
Comercial acima de 8 andares - CSL 16	1352,48	1532,98	1830,77
Galpão - GI	590,45	590,45	590,45
VET (Padrão)	BAIXO	MÉDIO	ALTO
Residencial (Casa) - R1	até 100 m²	100,01 a 250 m²	Acima de 250m2
Residencial (Prédio até 8 andares) - R8	até 100 m²	100,01 a 250 m²	Acima de 250m2
Residencial (Prédio acima de 8 andares) - R16	até 100 m²	100,01 a 250 m²	Acima de 250m2
Comercial até 8 andares - CSL 8	até 100m²	100,01 a 500 m²	Acima de 500m²
Comercial acima de 8 andares - CSL 16	até 1000m²	1000,01 a 2000 m²	Acima de 2000m²
Galpão - GI	até 1000m²	1000,01 a 2000 m²	Acima de 2000m²

TABELA IV – Tabela de Fator de Valorização ou Desvalorização por Zona

ZONA 1	Localidade: Rua Projetada Um (Loteamento Tabuba), Loteamento Tabuba Quadra A13 (Loteamento Tabuba), Rua Patrícia Oliveira Lins (Ilha da Croa).
ZONA 2	Localidade: Bairro Centro, Loteamento Tabuba, Loteamento Bosque Rio Mar, Loteamento Lua Nova, Loteamento Paraíso, Loteamento Santo Antônio, Loteamento Maré Mansa, Ilha da Croa.
ZONA 3	Localidades: Loteamento Corais do Atlântico, Bairro Alto do Cruzeiro e demais localidades.

ZONA - FZ	FATOR
Zona 1	0,20
Zona 2	0,18
Zona 3	0,10

TABELA V – Tabela de Fator de Estado de Conservação do Imóvel

ESTADO DE CONSERVAÇÃO - FC	FATOR
Nova/ótimo	1,00
Bom	0,90
Regular	0,80

Publicado por:
Thatiane Veríssimo dos Santos
Código Identificador:C47A9FAD

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAPI

PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAPI DECRETO MUNICIPAL Nº 20 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

Decreta os Feriados e Pontos Facultativos Municipais durante o ano 2023, e divulga os Feriados e Pontos Facultativos Estaduais e Nacionais para cumprimento pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE INHAPI –AL, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela constituição federal e lei orgânica municipal, e

Considerando, a organização do calendário de trabalho durante o ano 2023;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos conforme tabela abaixo, os dias de **Feriados e Pontos Facultativos Municipais**, durante o **Ano de 2023** que devem ser cumpridos pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal, sem prejuízo da prestação de serviços considerados essenciais.

Art. 2º Ficam divulgados os **Feriados e Pontos Facultativos Estaduais e Nacionais** que serão respeitados pelo Calendário Municipal em 2023, sem prejuízo da prestação de serviços considerados essenciais.

DATA	DESCRIMINAÇÃO DO FERIADO	TIPO DO FERIADO
01 – JANEIRO - DOMINGO	ANO NOVO – CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL	FERIADO NACIONAL
05 – JANEIRO - QUINTA	DIA DE SANTOS REIS	FACULTATIVO
20 – FEVEREIRO - SEGUNDA	CARNAVAL	FACULTATIVO
21 – FEVEREIRO - TERÇA	CARNAVAL	FERIADO NACIONAL
22 – FEVEREIRO - QUARTA	CINZA	FACULTATIVO
06 – ABRIL – QUINTA	QUINTA FEIRA SANTA	FACULTATIVO
07 – ABRIL – SEXTA	PAIXÃO DE CRISTO	FERIADO NACIONAL
21 – ABRIL – SEXTA	DIA DE TIRADENTES	FERIADO NACIONAL
01 – MAIO – SEGUNDA	DIA DO TRABALHO	FERIADO NACIONAL
08 – JUNHO – QUINTA	CORPUS CHRISTI	FERIADO RELIGIOSO
24 – JUNHO – SÁBADO	DIA DE SÃO JOÃO	FERIADO ESTADUAL
29 – JUNHO – QUINTA	DIA DE SÃO PEDRO	FERIADO ESTADUAL
22 – AGOSTO – TERÇA	EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE INHAPI	FERIADO MUNICIPAL
07 – SETEMBRO – QUINTA	INDEPENDÊNCIA DO BRASIL	FERIADO NACIONAL
16 – SETEMBRO – SÁBADO	EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE ALAGOAS	FERIADO ESTADUAL
07 – OUTUBRO – SÁBADO	NOSSA SRA. DO ROSÁRIO, PADROEIRA DE INHAPI (Lei Municipal de 06 de outubro de 2015)	FERIADO MUNICIPAL
12 – OUTUBRO – QUINTA	DIA DA PADROEIRA DO BRASIL	FERIADO NACIONAL
28 – OUTUBRO – SÁBADO	DIA DO SERVIDOR PÚBLICO	FACULTATIVO
02 – NOVEMBRO – QUINTA	FINADOS	FERIADO NACIONAL
15 – NOVEMBRO – QUARTA	PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	FERIADO NACIONAL
20 – NOVEMBRO – SEGUNDA	DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA	FERIADO ESTADUAL
30 – NOVEMBRO – QUINTA	DIA DO EVANGÉLICO	FERIADO ESTADUAL
08 – DEZEMBRO – SEXTA	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	FACULTATIVO
25 – DEZEMBRO – SEGUNDA	NATAL	FERIADO NACIONAL
31 – DEZEMBRO – DOMINGO	REVEILLON	FACULTATIVO

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Inhapi - AL, 28 de dezembro de 2022.

LUIZ CELSO MALTA BRANDÃO FILHO

Prefeito

Publicado por:

Relden Rafael Barros Tenorio Soares

Código Identificador:54971FA4

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÁ DA PRAIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR

LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2022, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

“DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA/ALAGOAS EM CONFORMIDADE COM DISPOSITIVOS DA EC 103/2019, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÁ DA PRAIA - ALAGOAS, no uso

das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e que eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 1º Fica reestruturado nos termos desta Lei o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Jequiá da Praia/AL., em conformidade com os preceitos e diretrizes emanadas da Constituição Federal e legislação federal previdenciária em vigor.

SEÇÃO ÚNICA

DO ÓRGÃO, NATUREZA JURÍDICA E SEUS FINS

Art. 2º O Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de JEQUIÁ DA PRAIA/AL., gozará de personalidade jurídica de direito público, natureza autárquica, patrimônio próprio, total autonomia administrativa, financeira, orçamentária e patrimonial.

Parágrafo único. O Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de JEQUIÁ DA PRAIA/AL., se destina a assegurar aos seus segurados e a seus dependentes prestações de natureza previdenciária, em caso de contingências que interrompam, deprecie ou façam cessar seus meios de subsistência.

CAPÍTULO II

DAS PESSOAS ABRANGIDAS SEÇÃO I DOS SEGURADOS

Art. 3º São segurados obrigatórios do **RPPS** os servidores ativos e aposentados dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de JEQUIÁ DA PRAIA/AL., bem como os ativos e aposentados do Poder Legislativo.

§ 1º Ao servidor ocupante, exclusivamente de cargo em comissão declarado em Lei, de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou emprego público, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme disposto no art. 40, § 13 da Constituição Federal de 1988.

§ 2º O servidor titular de cargo efetivo, investido de mandato de Vereador, que exerça, concomitantemente, o cargo efetivo e o mandato filia-se ao RPPS, pelo cargo efetivo e ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, pelo mandato eletivo.

§ 3º O segurado aposentado que exerça ou venha a exercer cargo em comissão, cargo temporário, emprego público ou mandato eletivo vincula-se, obrigatoriamente, ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

§ 4º Na hipótese de lícita acumulação remunerada de cargos efetivos, o servidor mencionado neste artigo será segurado obrigatório do Jequiá Prev em relação a cada um dos cargos ocupados.

Art. 4º O servidor segurado do Instituto Jequiá Prev que se afastar do cargo efetivo quando nomeado para o exercício de cargo em comissão, continua vinculado exclusivamente a esse regime previdenciário, não sendo devidas contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS sobre a remuneração correspondente ao cargo em comissão.

Art. 5º O servidor titular de cargo efetivo do Município de Jequiá da Praia/AL., permanece vinculado ao Jequiá Prev nas seguintes situações:

I - quando cedido, com ou sem ônus para o cessionário, a órgão ou entidade da administração direta ou indireta de quaisquer dos entes federativos;

II - quando licenciado, observando-se as condições previstas no art. 6º desta Lei;

III - durante o afastamento do cargo efetivo para o exercício de mandato eletivo em quaisquer dos entes federativos;

IV - durante o afastamento do país por cessão ou licenciamento com remuneração.

Art. 6º Ao servidor titular de cargo efetivo, que deixar de exercer, temporariamente atividade que o submeta ao regime de previdência do Jequiá Prev, inclusive por motivo de licença sem vencimentos do cargo efetivo, é facultado manter a qualidade de segurado, desde que passe a efetuar, sem interrupção, o pagamento mensal das contribuições previdenciárias referentes à sua parte e a do Município.

§ 1º O servidor titular de cargo efetivo da União, Estados, Distrito Federal ou de outros Municípios à disposição do Município de Jequiá da Praia/AL., permanece filiado ao regime previdenciário de origem.

§ 2º O servidor titular de cargo efetivo do Município de Jequiá da Praia/AL., à disposição da União, Estados, Distrito Federal ou outro Município permanece filiado ao Instituto Jequiá Prev.

Art. 7º Perderá a qualidade de segurado do Jequiá Prev o servidor titular de cargo efetivo que, não se encontrando em gozo de benefício previdenciário ou de afastamento legal, desligar-se do serviço público municipal por exoneração, demissão ou cassação de aposentadoria.

Parágrafo único. Os dependentes do segurado mencionado no *caput* perdem, automaticamente, qualquer direito à percepção dos benefícios previstos nesta Lei.

Lei:

SEÇÃO II

DOS DEPENDENTES

Art. 8º São considerados dependentes do segurado, para os efeitos desta

I - O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, desde que não tenha atingido a maioridade civil ou inválido;

II - Os pais;

III - O irmão inválido ou não emancipado, de qualquer condição, desde que não tenha atingido a maioridade civil.

§ 1º Em se tratando de companheiro ou companheira, deve ser comprovada a união estável como entidade familiar.

§ 2º Considera-se união estável a convivência duradoura, pública e contínua de um homem e uma mulher ou entre pessoas do mesmo sexo, estabelecida com objetivo de constituição de entidade familiar, cuja comprovação dar-se-á mediante apresentação de documento público declaratório firmado em cartório de notas ou de sentença judicial declaratória transitada em julgado.

§ 3º Em se tratando de filho ou irmão inválido, deve ser comprovado que a invalidez ocorreu antes do óbito do segurado.

§ 4º A existência de dependente indicado em qualquer dos incisos deste artigo exclui do direito ao benefício os indicados nos incisos subsequentes.

§ 5º Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso I, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica, o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e desde que não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

§ 6º O menor sob guarda somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado mediante apresentação do termo de guarda judicial.

§ 7º - Considera-se maioridade civil a idade limite de 18 (dezoito) anos.

Art. 9º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I do artigo anterior é presumida e a das pessoas constantes dos incisos II e III deverá ser comprovada judicialmente.

Art. 10 A perda da qualidade de dependente ocorrerá:

I - para os cônjuges, pelo óbito ou pelo divórcio sem direito a percepção de alimentos ou ainda pela anulação do casamento ou declarado ausente, desde que por sentença judicial transitada em julgado;

II - para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos;

III - para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao atingirem a maioridade civil, salvo se inválidos ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior; e;

IV - para os dependentes em geral, pelo matrimônio ou nova união estável, pela cessação da invalidez, pelo falecimento ou por indignidade declarada por sentença judicial.

SEÇÃO III

DA INSCRIÇÃO DAS PESSOAS ABRANGIDAS

Art. 11 A inscrição do segurado é automática e ocorre quando da sua investidura no cargo efetivo.

Art. 12 Caberá ao segurado promover a inscrição de seus dependentes, mediante apresentação de documentos hábeis a comprovar tal condição, estando sujeitos à nova comprovação quando da concessão de algum benefício.

§ 1º A inscrição é essencial à obtenção de qualquer prestação, devendo o Jequiá Prev fornecer ao segurado, documento que a comprove;

§ 2º A inscrição de dependente inválido requer sempre a comprovação desta condição por exame médico-pericial; e,

§ 3º A perda da qualidade de segurado implica no automático cancelamento da inscrição de seus dependentes.

§ 4º Ocorrendo o falecimento do segurado sem que tenha feito a inscrição de seus dependentes, a estes será lícito promovê-la, para outorga das prestações a que fizerem jus.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS DAS PESSOAS ABRANGIDAS

SEÇÃO I

DOS BENEFÍCIOS GARANTIDOS AOS SEGURADOS E SEUS DEPENDENTES

Art. 13 O rol de benefícios do **Jequiá da Prev** passa a ser limitado às aposentadorias e à pensão por morte, compreendendo os seguintes benefícios:

I – em relação aos segurados:

a) aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho;

b) aposentadoria compulsória; e

c) aposentadoria voluntária.

II – em relação aos dependentes:

a) pensão por morte.

Parágrafo único. Os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o § 2º do art. 201 da Constituição Federal ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40, da Constituição Federal.

SUBSEÇÃO I

DA APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO

Art. 14 O servidor será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, desde que seja considerado por exame médico-pericial inapto para o exercício do cargo e insuscetível a processo de readaptação para exercício de cargo ou função cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, mantida a remuneração do cargo de origem.

Parágrafo único. A doença, lesão ou deficiência de que o segurado era portador ao ingressar no cargo público não lhe confere o direito à aposentadoria por incapacidade permanente, salvo quando sobrevier incapacidade por motivo de progressão ou agravamento das causas de deficiência, após a sua posse no cargo.

Art. 15. O benefício de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho deve ser mantido enquanto subsistir a situação de invalidez que lhe deu causa, devendo o segurado menor de 65 (sessenta e cinco) anos, sob pena de suspensão do benefício, submeter-se a avaliação periódica, a ser realizada pelo JEQUIA PREV no mês de janeiro de cada ano, para aferição da permanência da condição de inválido para o exercício do cargo.

§ 1º A avaliação periódica de que trata o caput deste artigo poderá ser dispensada nas hipóteses em que o exame médico-pericial declare a absoluta incapacidade de recuperação da higidez física ou mental.

§ 2º O Jequiá Prev ao tomar conhecimento de que o aposentado por incapacidade permanente voltou a exercer qualquer atividade laboral, inclusive cargo eletivo ou em comissão, procederá de imediato com a instauração de processo administrativo, objetivando a suspensão do benefício.

§ 3º Caso o aposentado por incapacidade permanente para o trabalho recupere a capacidade laboral e seja possível a sua readaptação, será submetido a processo de reversão para o serviço ativo.

§ 4º Caso o aposentado por incapacidade permanente para o trabalho se negue a participar do processo mencionado no parágrafo anterior, ou dificulte deliberadamente sua execução, será instaurado processo administrativo objetivando a suspensão do benefício e/ou cassação da aposentadoria

Art. 16 Para o cálculo dos proventos da aposentadoria por incapacidade permanente será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições, atualizados monetariamente, correspondentes a 60% (sessenta por cento) do período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, com acréscimo de 2% (dois por cento) para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição.

§ 1º O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 100% (cem por cento) da média aritmética simples de que trata o caput deste artigo, caso a aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho decorra de acidente de trabalho, de doença profissional ou de doença do trabalho.

§ 2º Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei:

I – o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação; e

II – o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

- a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;
- b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;
- c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;
- d) ato de pessoa privada do uso da razão;
- e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior; e
- f) a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo.

III – o acidente sofrido pelo segurado, ainda que fora do local e horário de serviço:

a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao município de Jequiá da Praia/AL., para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;

c) em viagem a serviço, inclusive para estudo, quando financiada pelo município de Jequiá da Praia/AL., dentro de seus planos para melhor capacitação da mão de obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado; e

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

§ 3º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do cargo.

§ 4º Para efeito de concessão de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho com 100% (cem por cento) da média de que trata o caput deste artigo, consideram-se moléstias profissionais ou doenças graves, contagiosas ou incuráveis, as seguintes: tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, esclerose múltipla, hepatopatia grave, neoplasia maligna, cegueira irreversível, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante), Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida (AIDS) ou contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada, aplicando-se ainda, no que couber, o rol estabelecido pelo Regime Geral de Previdência Social.

§ 5º O servidor aposentado por incapacidade permanente, se acometido de qualquer das moléstias especificadas no § 4º deste artigo, perceberá o valor correspondente a 100% (cem por cento) da média aritmética.

§ 6º O pagamento do benefício de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório. Neste caso, o requerente do benefício será o curador do segurado, nomeado pelo Juiz de Direito, conforme artigos 1.767 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

§ 7º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do caput deste artigo não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o § 2º do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40, todos da Constituição Federal, não sendo alcançados pela paridade, mas com direito a reajuste anual, nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

SUBSEÇÃO II

DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Art. 17. O servidor, homem ou mulher, será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma prevista na Lei Complementar Federal nº 152, de 3 de dezembro de 2015.

§ 1º Para o cálculo dos proventos da aposentadoria compulsória será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições, atualizados monetariamente, correspondentes a 60% (sessenta por cento) do período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, com acréscimo de 2% (dois) pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição.

§ 2º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do caput deste artigo não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o § 2º do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40, todos da Constituição Federal, não sendo alcançados pela paridade, mas com direito a reajuste anual, nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

§ 3º Caberá ao órgão de recursos humanos de origem do servidor, sob pena de responsabilidade de seus gestores, iniciar o processo de aposentadoria do servidor que completar a idade limite para a aposentadoria compulsória e adotar as providências necessárias ao seu imediato afastamento do exercício do cargo.

§ 4º Serão imediatamente canceladas quaisquer verbas de caráter transitório, bem como o abono de permanência, quando o servidor completar a idade limite de aposentadoria compulsória, sob pena de responsabilidade funcional e devolução das quantias recebidas a maior, desde que comprovada má-fé do servidor.

SUBSEÇÃO III

DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

Art. 18 O servidor titular de cargo efetivo que ingressar no serviço público do município de Jequiá da Praia/AL., a partir da publicação da presente Lei fará jus à aposentadoria voluntária, preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem; e

II – 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, cumprido o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

§ 1º Para o cálculo dos proventos da aposentadoria de que trata o caput deste artigo será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições, atualizados monetariamente, correspondentes a 60% (sessenta por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, com acréscimo de 2% (dois pontos percentuais) para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição.

§ 2º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do caput deste artigo não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o § 2º do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40,

todos da Constituição Federal, não sendo alcançados pela paridade, mas com direito a reajuste anual, nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Art. 19 O servidor titular de cargo efetivo que ingressar no serviço público do município de Jequiá da Praia/AL., a partir da publicação da presente Lei, com direito a idade mínima ou tempo de contribuição diferenciada da regra geral para concessão de aposentadoria, na forma dos §4º-A, §4º-C e §5º do art. 40 da Constituição Federal, podem se aposentar, observados os seguintes requisitos:

I – O professor (a) fará jus à aposentadoria voluntária, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem;

b) 25 (vinte e cinco) anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, para ambos os sexos;

c) 10 (dez) anos de efetivo exercício de serviço público, para ambos os sexos; e

d) 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, para ambos os sexos.

II – O segurado cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação destes agentes, vedados a caracterização por categoria profissional ou ocupação e o enquadramento por periculosidade, fará jus à aposentadoria voluntária, preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos, para ambos os sexos:

a) 60 (sessenta) anos de idade;

b) 25 (vinte e cinco) anos de efetiva exposição e contribuição;

c) 10 (dez) anos de efetivo exercício de serviço público; e

d) 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

III – O segurado com deficiência, cumpridos o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, fará jus à aposentadoria voluntária, observadas as seguintes condições:

a) aos 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição, se homem, e 20 (vinte) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência grave;

b) aos 29 (vinte e nove) anos de tempo de contribuição, se homem, e 24 (vinte e quatro) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência moderada;

c) aos 33 (trinta e três) anos de tempo de contribuição, se homem, e 28 (vinte e oito) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência leve; ou

d) aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) anos e comprovada a existência de deficiência durante igual período.

§ 1º Considera-se para efeito de reconhecimento do direito à aposentadoria da pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 2º O grau de deficiência será atestado por exame médico-pericial por meio de instrumentos desenvolvidos para esse fim.

§ 3º A existência de deficiência anterior à data da vigência desta Lei deverá ser certificada, inclusive quanto ao seu grau, por ocasião da primeira avaliação, sendo obrigatória a fixação da data provável do início da deficiência.

§ 4º A comprovação de tempo de contribuição na condição de segurado com deficiência em período anterior à entrada em vigor desta Lei não será admitida por meio de prova exclusivamente testemunhal.

§ 5º Se o segurado, após a filiação ao **Jequiá Prev**, tornar-se pessoa com deficiência, ou tiver seu grau de deficiência alterado, os parâmetros mencionados serão proporcionalmente ajustados, considerando-se o número de anos em que o segurado exerceu atividade laboral sem deficiência e com deficiência, observado o grau de deficiência correspondente.

§ 6º Aplicam-se para a aposentadoria do segurado com deficiência, os mesmos critérios de concessão para o segurado com deficiência do RGPS, estabelecido na Lei Complementar Federal nº 142, de 8 de maio de 2013.

§ 7º Para o cálculo dos proventos da aposentadoria de que tratam os incisos I a III do caput deste artigo será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições, atualizados monetariamente, correspondentes a 60% (sessenta por cento) do período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, com acréscimo de 2% (dois) pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição.

§ 8º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do caput deste artigo não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o § 2º do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40, todos da Constituição Federal, não sendo alcançados pela paridade, mas com direito a reajuste anual, nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Art. 20 O servidor titular de cargo efetivo que tenha ingressado no serviço público do município de Jequiá da Praia/AL., até a data de entrada em vigor desta Lei poderá aposentar-se voluntariamente uma vez preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se mulher, e 61 (sessenta e um) anos de idade, se homem, observado o disposto no § 1º deste artigo;

II – 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem;

III – 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público;

IV – 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e

V – somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 86 (oitenta e seis) pontos, se mulher, e 96 (noventa e seis) pontos, se homem, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo.

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2023, a idade mínima a que se refere o inciso I do caput deste artigo será elevada para 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se homem.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2023, a pontuação a que se refere o inciso V do caput deste artigo será acrescida a cada ano de 1 (um) ponto, até atingir o limite de 100 (cem) pontos, se mulher, e de 105 (cento e cinco) pontos, se homem.

§ 3º A idade e o tempo de contribuição serão apurados em dias para o cálculo do somatório de pontos a que se referem o inciso V do caput e o § 2º deste artigo.

§ 4º Para o titular do cargo de professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, os requisitos de idade e de tempo de contribuição de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão:

I – 51 (cinquenta e um) anos de idade, se mulher, e 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se homem;

II – 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, se mulher, e 30 (trinta) anos de contribuição, se homem; e

III – 52 (cinquenta e dois) anos de idade, se mulher, e 57 (cinquenta e sete anos) de idade, se homem, a partir de 1º de janeiro de 2023.

§ 5º O somatório da idade e do tempo de contribuição de que trata o inciso V do caput deste artigo para as pessoas a que se refere o § 4º deste artigo, incluídas as frações, será equivalente a:

I – 81 (oitenta e um) pontos, se mulher, e 91 (noventa e um), se homem; e

II – a partir de **1º de janeiro de 2023** será aplicado o acréscimo de 1 (um) ponto, até atingir o limite de 92 (noventa e dois) pontos, se mulher, e de 100 (cem) pontos, se homem.

§ 6º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderão:

I – à totalidade da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no art. 24 desta Lei, para o servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito a opção de que trata o § 16 do art. 40, da Constituição Federal, desde que se aposente aos 62 (sessenta e dois anos) de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, ou aos 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, para os titulares do cargo de professor de que trata o § 4º deste artigo; e

II – para o servidor público não contemplado no inciso I, a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições, atualizados monetariamente, correspondentes a 60% (sessenta por cento) do período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, com acréscimo de 2% (dois por cento) para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 25 (vinte e cinco) anos de contribuição.

§ 7º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não serão inferiores ao valor a que se refere o § 2º do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40, todos da Constituição Federal e serão reajustados:

I – de acordo com o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, com a garantia da paridade, se concedidas nos termos do disposto no inciso I do §6º deste artigo; ou

II – anualmente, pelos mesmos índices utilizados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, sem a garantia de paridade, se concedidas na forma prevista no inciso II do § 6º deste artigo.

Art. 21 O servidor titular de cargo efetivo que tenha ingressado no serviço público do município de Jequiá da Praia/AL., até a data de entrada em vigor desta Lei poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem;

II – 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem;

III – 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e

IV – cumprir o pedágio de 100% (cem por cento) correspondente ao tempo em que, na data de entrada em vigor desta Lei, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição referido no inciso II deste artigo.

§ 1º Para o professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio serão reduzidos, para ambos os sexos, os requisitos de idade e de tempo de contribuição em 5 (cinco) anos.

§ 2º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderão:

I – em relação ao servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003, e que não tenha feito a opção de que trata o § 16 do art. 40 da Constituição Federal, à totalidade da remuneração no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no art. 24 desta Lei; e

II – em relação aos demais servidores públicos não contemplado no inciso I deste artigo, será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições, atualizados monetariamente, correspondentes a 60% (sessenta por cento) do período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, com acréscimo de 2% (dois por cento) para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 25 (vinte e cinco) anos de contribuição.

§ 3º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não serão inferiores ao valor a que se refere o § 2º do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40, todos da Constituição Federal e serão reajustados:

I – de acordo com o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, se concedidas nos termos do disposto no inciso I do § 2º deste artigo; e

II – anualmente, pelos mesmos índices utilizados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, sem a garantia de paridade, se concedidas nos termos do disposto no inciso II do § 2º deste artigo.

Art. 22 O servidor titular de cargo efetivo que tenha ingressado no serviço público do município de Jequiá da Praia/AL., até a data de entrada em vigor desta Lei, cujas atividades tenham sido exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, desde que cumpridos, o tempo mínimo de 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, poderá aposentar-se quando o total da soma resultante da sua idade e do tempo de contribuição e o tempo de efetiva exposição forem, respectivamente, de:

I – 66 (sessenta e seis) pontos e 15 (quinze) anos de efetiva exposição;

II – 76 (setenta e seis) pontos e 20 (vinte) anos de efetiva exposição; e

III – 86 (oitenta e seis) pontos e 25 (vinte e cinco) anos de efetiva exposição.

§ 1º A partir de **1º de janeiro de 2023**, as pontuações a que se referem os incisos I a III do caput deste artigo serão acrescidas de 1 (um) ponto a cada ano para o homem e para a mulher, até atingir, respectivamente, 81 (oitenta e um) pontos, 91 (noventa e um) pontos e 96 (noventa e seis) pontos, para ambos os sexos.

§ 2º A idade e o tempo de contribuição serão apurados em dias para o cálculo do somatório de pontos a que se referem o caput e o § 1º deste artigo.

§ 3º Para cálculo dos proventos de que trata o caput deste artigo será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições, atualizados monetariamente, correspondentes a 60% (sessenta por cento) do período

contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, com acréscimo de 2% (dois por cento) para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 25 (vinte e cinco) anos de contribuição e não serão inferiores ao valor a que se refere o § 2º do art. 201 da Constituição Federal.

§ 4º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do caput deste artigo não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o § 2º do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40, todos da Constituição Federal, não sendo alcançados pela paridade, mas com direito a reajuste anual, nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Art. 23 A aposentadoria do servidor titular de cargo efetivo com deficiência que tenha ingressado no serviço público do município de Jequiá da Praia/AL., até a data de entrada em vigor desta Lei, desde que cumpridos o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, fará jus à aposentadoria voluntária, observadas as seguintes condições:

I - aos 60 (sessenta) anos de idade e 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição, se homem e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 20 (vinte) anos de tempo de contribuição, se mulher, no caso de segurado com deficiência grave;

II - aos 60 (sessenta) anos de idade e 29 (vinte e nove) anos de tempo de contribuição, se homem e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 24 (vinte e quatro) anos de tempo de contribuição, se mulher, no caso de segurado com deficiência moderada;

III - aos 60 (sessenta) anos de idade e 33 (trinta e três) anos de tempo de contribuição, se homem e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 28 (vinte e oito) anos de tempo de contribuição, se mulher, no caso de segurado com deficiência leve; ou

IV - aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) anos e comprovada a existência de deficiência durante igual período.

§1º O valor das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderá:

I – em relação ao servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito a opção de que trata o § 16 do art. 40 da Constituição Federal, à totalidade da remuneração no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no art. 24 desta Lei; e

II – em relação aos demais servidores públicos de que trata o caput deste artigo, será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições, atualizados monetariamente, correspondentes a 60% (sessenta por cento) do período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, com acréscimo de 2% (dois por cento) para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 25 (vinte e cinco) anos de contribuição.

§ 2º O valor das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não será inferior ao valor a que se refere o § 2º do art. 201 ou superior ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40, todos da Constituição Federal e será reajustado:

I – de acordo com o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, se cumpridos os requisitos previstos no inciso I do § 1º deste artigo; e

II – anualmente, pelos mesmos índices utilizados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, sem a garantia de paridade, se concedidas nos termos do disposto no inciso II do § 1º deste artigo.

Art. 24 Considera-se remuneração do servidor público no cargo efetivo, para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria que tenham fundamento no disposto no inciso I do § 6º do art. 20, inciso I do § 2º do art. 21 e inciso I do § 1º do art. 23, o valor constituído pelo subsídio, pelo vencimento e pelas vantagens pecuniárias permanentes do cargo, estabelecidos em Lei, acrescidos dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes, observados os seguintes critérios:

I – se o cargo estiver sujeito a variações na carga horária, o valor das rubricas que refletem essa variação integrará o cálculo do valor da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria e considerará a média aritmética simples dessa carga horária proporcional ao número de anos completos de recebimento e contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria; e

II – se as vantagens pecuniárias permanentes forem variáveis, por estarem vinculadas a indicadores de desempenho, produtividade ou situação similar, o valor destas vantagens integrará o cálculo da remuneração do servidor público no cargo efetivo, estabelecido pela média aritmética simples do indicador, proporcional ao número de anos completos de recebimento e contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria ou ao tempo total de instituição da vantagem, que será aplicada sobre o valor atual de referência das vantagens pecuniárias permanentes variáveis.

Art. 25 O servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.

Parágrafo único. O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do município e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício, mediante opção expressa pela permanência em atividade.

SUBSEÇÃO IV

DA PENSÃO POR MORTE

Art. 26 A pensão por morte concedida a dependente de segurado do **Jequiá Prev**, passa a ser equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10% (dez por cento) por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).

§ 1º A importância total assim obtida será rateada em partes iguais entre todos os dependentes com direito a pensão já habilitados, não sendo a concessão protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.

§ 2º A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação.

§ 3º As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes.

§ 5º Com a extinção da quota do último pensionista, extinta ficará também a pensão.

§ 6º Na hipótese de existir dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte de que trata o caput deste artigo será equivalente a:

I – 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida pelo servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS; e

II – uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) acrescida de cotas de 10% (dez por cento) por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento), para o valor que supere o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

§ 7º Quando não houver mais dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão será recalculado na forma do disposto no caput deste artigo.

§ 8º Para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, sua condição pode ser reconhecida previamente ao óbito do segurado, por meio de exame médico-pericial.

§ 9º Para concessão do benefício de pensão aos dependentes inválidos e incapazes será necessária a comprovação de que a invalidez ou incapacidade seja anterior ao fato gerador do benefício, não sendo admitida a inscrição daqueles que, mesmo nessa condição, não sejam solteiros ou possuam rendimentos.

§ 10 O beneficiário de pensão cuja preservação seja motivada por invalidez, por incapacidade ou por deficiência intelectual, mental ou grave, poderá ser convocado a qualquer momento pelo **Jequiá Prev** para avaliação das referidas condições.

Art. 27 A pensão por morte será devida aos dependentes a contar:

I - do dia do óbito, se requerida até 60 (sessenta) dias depois deste;

II - a partir da data do requerimento depois de decorrido o prazo previsto no inciso I ;

III - da data sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente;

IV - da data da ocorrência do desaparecimento do segurado em acidente, desastre ou catástrofe devidamente evidenciados, desde que comprove que ingressou em Juízo para obter a competente sentença declaratória de ausência, caso em que a pensão provisória por morte presumida será devida até a prolação da sentença, momento a partir do qual o seu direito dependerá dos termos da decisão judicial.

§ 1º No caso do disposto no inciso II, não será devida qualquer importância relativa a período anterior à data de entrada do requerimento.

§ 2º O direito à pensão configura-se na data do falecimento do segurado, da decisão judicial ou nada data da ocorrência do desaparecimento, sendo o benefício concedido com base na legislação vigente nessa data, vedado o recálculo em razão do reajustamento do limite máximo dos benefícios do RGPS.

Art. 28 O direito à percepção da cota de pensão paga ao cônjuge ou companheiro cessará nos seguintes casos:

§ 1º - se inválido ou com deficiência, pela cessação da invalidez ou pelo afastamento da deficiência, respeitados os períodos mínimos decorrentes da aplicação dos parágrafos §2º e 3º deste artigo.

§ 2º - em 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do segurado;

§ 3º - transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável:

I - 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;

II - 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade; **III** - 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;

IV - 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;

V - (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;

VI - vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

§ 4º. Serão aplicados, conforme o caso, a regra contida no §1º ou os prazos previstos no § 3º, se o óbito do segurado decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, independentemente do recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais ou da comprovação de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável.

§ 5º O tempo de contribuição ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ou ao Regime Geral de Previdência Social será considerado na contagem das 18 (dezoito) contribuições mensais de que trata o § 2º e o § 3º deste artigo.

Art. 29 É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do **Jequiá Prev**, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do inciso XVI art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º Será admitida, nos termos do § 2º deste artigo, a acumulação de:

I - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro vinculado ao **Jequiá Prev**, com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal;

II – pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro vinculado ao **Jequiá Prev**, com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou do **Jequiá Prev**, ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal; e

§ 2º Nas hipóteses das acumulações previstas no § 1º deste artigo, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas:

I – 60% (sessenta por cento) do valor que exceder 1 (um) salário mínimo, até o limite de 2 (dois) salários mínimos;

II – 40% (quarenta por cento) do valor que exceder 2 (dois) salários mínimos, até o limite de 3 (três) salários mínimos;

III – 20% (vinte por cento) do valor que exceder 3 (três) salários mínimos, até o limite de 4 (quatro) salários mínimos; e

IV – 10% (dez por cento) do valor que exceder 4 (quatro) salários mínimos.

§ 3º A aplicação do disposto no § 2º deste artigo poderá ser revista a qualquer tempo, a pedido do interessado, em razão de alteração de algum dos benefícios.

§ 4º As restrições previstas neste artigo não serão aplicadas se o direito aos benefícios houver sido adquirido antes da data de entrada em vigor desta Lei.

§ 5º Não se aplicam as restrições do caput deste artigo, quando existir dependente com deficiência intelectual, mental ou grave.

Art. 30 As pensões por morte concedidas a partir da publicação desta Lei, não serão alcançadas pela paridade e serão reajustadas, anualmente, nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Parágrafo único. A apresentação de Certidão de Casamento atualizada, com data posterior ao óbito, é obrigatória para a habilitação do cônjuge como requerente do benefício de pensão por morte, sendo dispensada se o casamento tiver ocorrido em até 1 (um) ano.

SEÇÃO II

DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 31 O décimo terceiro salário/abono anual será devido àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria ou pensão por morte pago pelo **Jequiá Prev**.

Parágrafo único O décimo terceiro/abono anual de que trata o caput será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo RPPS, em que cada mês corresponderá a um doze avos, e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quando o benefício encerrar-se antes deste mês, oportunidade em que o valor será o do mês da cessação.

Art. 32 A concessão, cálculos e reajustes de aposentadoria ao servidor público do município de Jequiá da Praia/AL., e de pensão por morte aos respectivos dependentes serão asseguradas, a qualquer tempo, desde que tenham sido cumpridos os requisitos para obtenção desses benefícios até a data de entrada em vigor desta Lei, observados os critérios da legislação vigente na data em que foram atendidos os requisitos para a concessão da aposentadoria ou da pensão por morte.

Art. 33 É assegurado o reajustamento dos benefícios de aposentadorias e pensão por morte não alcançados pela paridade, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, ressalvados os beneficiados pela garantia da paridade de revisão de proventos de aposentadoria e pensões de acordo com a legislação vigente.

Art. 34 O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria, desde que não seja concomitante.

Parágrafo único. As regras para aceitação e emissão de Certidão de Tempo de Contribuição – CTC, adotadas pelo município de Jequiá da Praia/AL., seguirão as diretrizes da legislação federal previdenciária em vigor.

Art. 35 É vedada qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

Art. 36 Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI da Constituição Federal, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos bem como, de outras atividades sujeitas a contribuição para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma da Constituição Federal, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração e de cargo eletivo.

Art. 37 Além do disposto nesta Lei, o **Jequiá Prev**, observará no que couber, os requisitos e critérios fixados para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Art. 38 Para efeito do benefício de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural ou urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, nos termos do § 9º, do art. 201, da Constituição Federal, segundo critérios estabelecidos na Lei Federal nº 9.796, de 05 de maio de 1999.

Parágrafo único. Os servidores municipais de que trata o art. 3º desta Lei, receberão do órgão instituidor, todo o provento integral de aposentadoria, independente do órgão de origem (Regime Geral de Previdência Social - RGPS) ter feito ou não o repasse do recurso de cada servidor, como compensação financeira.

Art. 39 Os benefícios previdenciários pagos aos segurados ou aos seus dependentes não poderão ser objeto de penhora, arresto ou sequestro, sendo nula de pleno direito qualquer venda ou cessão e a constituição de quaisquer ônus, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para a respectiva percepção, salvo os seguintes descontos:

I - a contribuições previdenciárias previstas nesta Lei e os descontos autorizados por Lei;

II - o valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente pelo RPPS;

III - o Imposto de Renda retido na fonte;

IV - a pensão de alimentos prevista em decisão judicial; e,

V - pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, públicas ou privadas, quando expressamente autorizado pelo beneficiário, que somados comprometam o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor total do benefício.

§ 1º A restituição de importância recebida indevidamente por beneficiário do **Jequiá Prev**, nos casos comprovados de dolo, fraude ou má-fé, deverá ser atualizada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e feita de uma só vez, independentemente de outras penalidades legais.

§ 2º Caso o débito seja originário de erro do **Jequiá Prev**, o segurado, usufruindo de benefício regularmente concedido, poderá devolver o valor de forma parcelada, mediante formalização de Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários, cujas parcelas não poderão exceder a 30% (trinta por cento) do valor do benefício em manutenção, sendo descontado em número de meses necessários à liquidação do débito. Se o segurado não usufruir de benefício, o valor deverá ser devolvido integralmente.

§ 3º Havendo mais de um negócio financeiro realizado a ser descontado no benefício, observado o limite de comprometimento previsto no inciso V, deverão as parcelas obedecerem a percentuais equitativos levando-se em conta o número de instituições credoras, independentemente do valor adquirido ou do tempo do negócio realizado pelo beneficiário

Art. 40 O pagamento dos benefícios será efetuado apenas mediante depósito em conta bancária do segurado ou do(s) dependente(s).

Art. 41 Prescreve em 05(cinco) anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo **Instituto Jequiá**, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil Brasileiro e os prazos previstos no art. 27 desta Lei.

CAPÍTULO IV DO CUSTEIO

SEÇÃO I DA RECEITA

Art. 42 A receita do **Instituto Jequiá Prev** será constituída, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, na seguinte forma:

I - de uma contribuição mensal dos segurados ativos, igual a 14% (quatorze por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição;

II - de uma contribuição mensal dos segurados aposentados e dos pensionistas igual a 14% (quatorze por cento), calculada sobre a parcela dos proventos e das pensões que superarem o teto do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

III - de uma contribuição mensal patronal do Município, incluindo suas Autarquias e Fundações e do Poder Legislativo, igual 14% (quatorze por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos;

IV - de uma contribuição suplementar mensal patronal do Município, incluindo suas Autarquias e Fundações e do Poder Legislativo, igual ao percentual definido na Reavaliação Atuarial anual, calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, para equacionamento de déficit atuarial;

V - de uma contribuição mensal dos órgãos municipais sujeitos a regime de orçamento próprio, igual à fixada para o Município, calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados obrigatórios;

VI - de uma contribuição mensal dos segurados que usarem da faculdade prevista no art. 6º, correspondente a sua própria contribuição, acrescida da contribuição correspondente à do Município;

VI - pela renda resultante da aplicação das reservas; **VII** - pelas doações, legados e rendas eventuais; **VIII** - por aluguéis de imóveis, estabelecidos em Lei;

IX - pelos valores recebidos a título de compensação financeira, em razão do § 9º do art. 201, da Constituição Federal.

§ 1º As alíquotas de contribuição previdenciárias previstas nos incisos III e IV serão regulamentadas através de Decreto emitido pelo Poder Executivo do município de Jequiá da Praia/AL., desde que, devidamente fundamentado em Relatório de Avaliação/Reavaliação Atuarial elaborado nos termos da legislação previdenciária federal vigente.

§ 2º Na hipótese de inviabilidade da aplicação do Plano de Amortização, será admitida a segregação de massa de seus segurados, desde que todos os procedimentos necessários sejam realizados em conformidade com os termos, regras e limites estabelecidos pela legislação previdenciária federal vigente.

§ 3º A regulamentação do disposto no inciso IX será realizada por meio de ato emitido pelo Gestor do RPPS, com anuência do Conselho Municipal de Previdência – CMP.

Art. 43. Considera-se remuneração de contribuição, o valor constituído pelo vencimento ou subsídio do cargo efetivo acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual, décimo terceiro vencimento ou demais vantagens de qualquer natureza incorporáveis ou incorporadas, na forma de legislação específica, percebidas pelo segurado.

§ 1º Exclui-se da remuneração de contribuição as seguintes espécies remuneratórias:

I - as diárias para viagens;

II - a ajuda de custo em razão de mudança de sede;

III - a indenização de transporte e horas extras;

IV - o auxílio-alimentação e o auxílio-creche;

V - a gratificação de 1/3 de férias prevista no inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal e férias indenizadas;

VI - as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho;

VII - a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança;

VIII - o abono de permanência de que trata o § 19 do art. 40 da Constituição Federal;

IX - as demais vantagens de natureza temporárias não previstas nos incisos anteriores.

Art. 44 Em caso de acumulação de cargos permitida em Lei, a remuneração de contribuição para os efeitos desta Lei, será a soma das remunerações percebidas.

SEÇÃO II

DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES E CONSIGNAÇÕES

Art. 45 A arrecadação das contribuições devidas ao **INSTITUTO JEQUIÁ PREV** compreendendo o respectivo desconto e seu recolhimento deverá ser realizada observando-se as seguintes normas:

I – aos responsáveis dirigentes e ordenadores de despesas, dos setores encarregados de efetuar o pagamento dos servidores ativos e aposentados dos órgãos municipais, caberá reter, no ato do pagamento mensal, a contribuição previdenciária de que tratam os incisos I e II do art. 42 desta Lei.

II - caberá do mesmo modo, aos responsáveis dirigentes e ordenadores de despesas dos setores mencionados no inciso I, recolher ao Instituto Jequiá Prev ou a estabelecimentos de crédito indicado, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, a importância arrecadada na forma do item anterior, juntamente com as contribuições previstas nos incisos III e IV do art. 42 desta Lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo, Legislativo, autarquias e fundações que possuam servidores vinculados ao **Jequiá Prev** deverão encaminhar em até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recolhimento das contribuições previdenciárias devidas, para fins de emissão de guia de recolhimento, relação contendo nome, matrícula de cada servidor, valor da remuneração e subsídios por servidor, resumos analíticos e sintéticos da folha de pagamento dos servidores efetivos e/ou demais demonstrativos claros e precisos da base de cálculo de contribuições previdenciárias.

Art. 46 O não recolhimento das contribuições de que tratam os incisos I, II, III e V do art. 42 no prazo determinado pelo inciso II do art. 45 ensejará correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado, referente ao mês anterior ao do débito, acrescido de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês.

Parágrafo único. Além das correções previstas no *caput*, o não repasse das contribuições dentro do prazo, acarretará aos responsáveis pelos atrasos as sanções penais, cíveis e administrativas cabíveis.

Art. 47 O gestor do **Jequiá PREV** encaminhará a todos os órgãos e unidade administrativas do Poder Executivo e ao Poder Legislativo layout padrão e específico para a coleta das informações de que trata o parágrafo único do art. 45 para que possa ser emitido o extrato de contribuição individualizado em conformidade com o inciso VII do art. 1º da Lei Federal 9.717, de 27 de novembro de 1998.

§ 1º Os responsáveis dirigentes e os ordenadores de despesas de cada unidade administrativa deverão disponibilizar a carga inicial dos dados no formato exigido em até 120 (cento e vinte) dias contados do recebimento do documento que encaminha o layout de que trata o *caput*.

§ 2º Para a carga mensal de dados, o prazo é o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do pagamento da folha, independente de solicitação formal do gestor do **Jequiá Prev**.

SEÇÃO III**DAS CONTRIBUIÇÕES DOS SERVIDORES CEDIDOS, AFASTADOS E LICENCIADOS**

Art. 48 Nas hipóteses de cessão, licenciamento ou afastamento de servidor, o cálculo da contribuição ao **Jequiá Prev** será feito com base na remuneração do cargo efetivo de que o servidor for titular, observando-se as normas desta cessão.

Art. 49 Na cessão de servidores ou no afastamento para exercício de mandato eletivo em que o pagamento da remuneração ou subsídio seja ônus do cessionário ou do órgão de exercício do mandato será de responsabilidade desse órgão ou entidade:

I - o desconto da contribuição devida pelo segurado;

II - o custeio da contribuição patronal devida pelo órgão ou entidade de origem; e

III - o repasse das contribuições de que tratam os incisos I e II à unidade gestora a que está vinculado o servidor cedido ou afastado.

Art. 50 Na cessão ou afastamento de servidores sem ônus para o cessionário ou para o órgão do exercício do mandato, continuará sob a responsabilidade do órgão ou entidade de origem o recolhimento e o repasse à unidade gestora do **Instituto Jequiá Prev** das contribuições relativas à parcela devida pelo servidor e pelo Município.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica aos casos de afastamento para exercício de mandato eletivo de prefeito ou de vereador em que haja opção pelo recebimento da remuneração do cargo efetivo de que o servidor seja titular.

Art. 51 É facultado ao servidor afastado ou licenciado temporariamente do exercício do cargo efetivo sem recebimento de remuneração ou subsídio pelo Município contribuir para o **Jequiá Prev**, com o pagamento mensal das contribuições referente a sua parte e a do Município, computando-se o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento para fins de aposentadoria.

Parágrafo único. A contribuição efetuada pelo servidor na situação de que trata o caput não será computada para cumprimento dos requisitos de tempo de carreira, tempo de efetivo exercício no serviço público e tempo no cargo efetivo para concessão de aposentadoria.

Art. 52 O servidor cedido ou licenciado para exercício de mandato em outro ente federativo poderá optar por contribuir facultativamente ao **Jequiá Prev** de origem sobre as parcelas remuneratórias não componentes da remuneração do cargo efetivo, sendo que para efeito de cálculo de benefício, não poderá o valor inicial dos proventos exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo.

SEÇÃO IV**DO PARCELAMENTO DE DÉBITOS**

Art. 53 Fica autorizado o parcelamento e/ou reparcelamento de débitos do município de JEQUIÁ DA PRAIA/AL., com o Jequiá Prev nos seguintes termos:

I - em até 200 (duzentas) prestações mensais, iguais e sucessivas, de contribuições devidas pelo ente federativo ou descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, bem como de outros débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias, relativos a competências até março de 2018, observado o disposto no artigo 5º-A da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, com as alterações da Portaria MF nº 333, de 11 de julho de 2018.

II - em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e sucessivas, de contribuições devidas pelo ente federativo a partir da competência abril 2018, observado o disposto no art. 5º da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, com as alterações da Portaria MPS nº 21, de 16 de janeiro de 2013 e Portaria MF nº 333, de 11 de julho de 2018;

§ 1º Para apuração do montante devido a ser parcelado os valores originais serão atualizados pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescido de juros simples de 0,50% (meio por cento) ao mês e multa de 1% (um por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento para os casos previstos no incisos I e II.

§ 2º - Em caso de reparcelamento, para apuração do novo saldo devedor, os valores consolidados do parcelamento ou reparcelamento anterior e das suas respectivas prestações pagas serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescido de juros simples de 0,50% (meio por cento) ao mês e multa de 1% (um por cento), acumulados desde a data da consolidação do parcelamento ou reparcelamento anterior e das datas das suas respectivas prestações pagas até a data da nova consolidação do termo de reparcelamento.

§ 3º As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescido de juros simples de 0,50% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês do pagamento.

§ 4º As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente, pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescido de juros simples de 0,50% (meio por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento até o mês do efetivo pagamento.

§ 5º Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento ou reparcelamento, não pagas no seu vencimento.

§ 6º A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e/ou reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

§ 7º É vedado o parcelamento, para o período a que se refere o inciso II deste artigo, de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

§ 8º Havendo necessidade de cobertura dos encargos financeiros decorrentes dos parcelamentos a que se refere a presente Lei Municipal, pode o Poder Executivo submeter à aprovação do Poder Legislativo abertura de crédito especial.

Art. 54 Os termos de acordo de parcelamento ou reparcelamento, acompanhados da declaração de sua publicação e de demonstrativos que discriminem, por competência, os valores originários, as atualizações, os juros, as multas e os valores consolidados, deverão ser encaminhados à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia - SPREV, na forma por ela definida, para apreciação de sua conformidade às normas aplicáveis.

Parágrafo único. Os valores das parcelas a serem recolhidas mensalmente, deverão ser informados à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia - SPREV, na forma por ela definida, para apreciação da regularidade dos pagamentos.

Art. 55 O gestor do **INSTITUTO JEQUIÁ PREV** encaminhará mensalmente ao órgão devedor, em até 5 (cinco) dias úteis antes do vencimento, a guia de recolhimento referente a cada parcela de termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento vigente.

§ 1º Em caso de não recolhimento ou atraso de alguma parcela, o gestor do **JEQUIÁ PREV** providenciará a atualização de valores da parcela vencida informando à instituição bancária para que proceda com o desconto da parcela devida, no próximo repasse de cota do Fundo de Participação

do Município – FPM, de forma obrigatória e integral, sob pena de sanções penais, cíveis e administrativas, encaminhando ofício ao Poder Executivo para dar ciência da situação ocorrida.

§ 2º Os membros do Conselho Municipal de Previdência - CMP e demais servidores titulares de cargo efetivo do município de JEQUIÁ DA PRAIA/AL., mediante requerimento formal, ficam autorizados a qualquer momento solicitar informações referentes aos parcelamentos em andamento, sendo os requerentes responsabilizados, em caso de uso indevido do material recebido.

SEÇÃO IV

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 56 O INSTITUTO JEQUIÁ PREV poderá a qualquer momento, requerer dos Órgãos do Município, quaisquer documentos para efetuar levantamento fiscal, a fim de apurar irregularidades nas incidências dos encargos previdenciários previstos no plano de custeio.

Parágrafo único. A fiscalização será feita por diligência e exercida por qualquer dos servidores do JEQUIÁ PREV investido na função de fiscal, através de portaria do Gestor.

CAPÍTULO V

DA GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

SEÇÃO I

DAS GENERALIDADES

Art. 57 As importâncias arrecadadas pelo JEQUIÁ PREV são de sua propriedade e em caso algum poderão ter aplicação diversa da estabelecida nesta Lei, sendo nulos de pleno direito os atos que violarem este preceito, sujeitos os seus autores às sanções estabelecidas na legislação pertinente, além de outras que lhes possam ser aplicadas.

Art. 58 Na realização da Reavaliação Atuarial em cada balanço por entidades independentes legalmente habilitadas, devem ser observadas as normas gerais de atuária e os parâmetros discriminados na legislação federal previdenciária vigente.

Art. 59 A concessão de quaisquer benefícios ou vantagens aos segurados em atividade, e sua extensão aos segurados aposentados e pensionistas, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a inatividade ou de que era titular o segurado na data de seu falecimento, somente poderá ocorrer depois de procedida a necessária avaliação atuarial para cobrança ou registro contábil do respectivo impacto atuarial decorrente, a ser aportado pelo Município.

Parágrafo único. Para concessão da revisão geral anual de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal não será exigido o disposto no caput deste artigo.

SEÇÃO II

DAS DISPONIBILIDADES E APLICAÇÃO DAS RESERVAS

Art. 60 As disponibilidades de caixa do JEQUIÁ PREV ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades do Município e aplicadas nas condições de mercado, com observância das normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e Política Anual de Investimentos.

Art. 61 A aplicação das reservas se fará tendo em vista:

I - segurança quanto a recuperação ou conservação do valor real, em poder aquisitivo, do capital investido, bem como ao recebimento regular dos juros previstos para as aplicações de renda fixa e variável;

II - a obtenção do máximo de rendimento compatível com a segurança e grau de liquidez;

Parágrafo único. É vedada a aplicação das disponibilidades de que trata o caput em títulos da dívida pública estadual e municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo respectivo ente da Federação.

Art. 62 O JEQUIÁ PREV, poderá aplicar valores das disponibilidades financeiras, a serem depositados em contas próprias, em instituições financeiras bancárias devidamente autorizadas a funcionar no país pelo Banco Central do Brasil, controlados de forma segregada dos recursos do ente federativo, conforme estabelecido pelo conselho Monetário Nacional.

I - para a seleção da instituição financeira responsável pela aplicação dos recursos, deverá ser considerado como critério mínimo de escolha, a solidez patrimonial, o volume de recursos administrativos e a experiência na atividade de administração de recursos de terceiros;

II - os recursos deverão ser aplicados nas condições de mercado, com observância dos limites aprovados no Plano Anual de Investimentos visando às condições de proteção e prudência financeira.

Art. 63 Para alcançar os objetivos enumerados no artigo anterior, o JEQUIÁ PREV realizará as operações em conformidade com a política anual de investimentos definida pelo gestor de investimentos e aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência - CMP, através de Resolução e auxiliado pelo Comitê de Investimentos, quando este for efetivamente instituído.

§1º Fica criado o Comitê de Investimentos do JEQUIÁ PREV, como órgão auxiliar no processo decisório quanto à execução da política de investimentos, cujas decisões serão registradas em ata.

§2º O Comitê de Investimentos será instituído efetivamente quando o montante de recursos em investimentos do INSTITUTO JEQUIÁ PREV alcançar o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em conformidade com o disposto no § 2º do art. 3º-A da Portaria MPS no 519, de 24 de agosto de 2011.

Art. 64 O Comitê de Investimentos será composto por 04 (quatro) membros designados pelo Prefeito Municipal, ocupantes de cargos efetivos ou de livre nomeação e exoneração no Município de JEQUIÁ DA PRAIA/AL., que serão nomeados através de Decreto.

§ 1º Dos indicados no mínimo 03 (três) membros deverão ser certificados no CPA-10 (Certificação Profissional ANBIMA) ou certificação equivalente.

§ 2º O Presidente do Comitê de Investimentos deverá ser certificado no CPA-10 (Certificação Profissional ANBIMA) ou certificação equivalente.

§ 3º Os membros do Comitê de Investimentos, de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 8º-B da Lei Federal 9.717, de 27 de novembro de 1998, não poderão ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do

art. 1º da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar e ainda, possuir certificação e habilitação comprovadas, nos termos definidos a serem definidos pela legislação previdenciária federal.

Art. 65 Os membros do Comitê de Investimentos terão mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos por iguais períodos sucessivos, observando a renovação de 1/3 (um terço) dos membros, após o intervalo de cada recondução.

§ 1º São requisitos mínimos para os membros do Comitê de Investimentos:

- a) qualificação em nível médio ou superior e conhecimento em finanças e contabilidade;
- b) não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;
- c) não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação previdenciária, ou como servidor público; e
- d) outras sanções previstas no Estatuto do Servidor Público Municipal, ou determinações nas demais legislações federais.

§ 2º Os membros do Comitê de Investimentos serão destituídos desta investidura por:

- a) renúncia;
- b) decisão da maioria dos seus membros;
- c) faltas sem justificativa a três reuniões do colegiado, consecutivas ou intercaladas;
- d) conduta inadequada, incompatível com os requisitos de ética e profissionalismo requeridos para o desempenho do mandato;
- e) por denúncia, da prática de atos lesivos aos interesses da instituição, devidamente comprovada, resguardada a ampla defesa.

§ 3º Os representantes do Comitê de Investimentos não perceberão pelas funções desempenhadas.

Art. 66 Ao Comitê de Investimentos compete subsidiar a Diretoria Executiva e Conselho Municipal de Previdência - CMP nas definições das Políticas de Aplicações e Investimentos e especificamente:

I - analisar a conjuntura, cenários e perspectivas de mercado financeiro;

II - traçar estratégias de composição de ativos e definir alocação com base nos cenários;

III - avaliar as opções de investimento e estudar as propostas de oportunidades de participação em novos negócios;

IV - avaliar riscos potenciais;

V - propor alterações na Política de Investimentos;

VI - elaborar pareceres sempre que solicitados pela Diretoria Executiva e/ou Conselho Municipal de Previdência - CMP;

VII - auxiliar o Conselho Municipal de Previdência - CMP, quando solicitado, referente a esclarecimentos referente à carteira de investimentos do **JEQUIÁ PREV**;

VIII - submeter à aprovação do Diretor Executivo a contratação ou substituição de Gestores/Administradores terceirizados e Agente Custodiante, com base em parecer técnico e relatórios específicos;

IX - garantir a gestão ética e transparente;

X - sugerir medidas legais de seleção e contratação das instituições financeiras para aplicação dos recursos do **JEQUIÁ PREV**.

Art. 67 O Comitê de Investimentos terá uma reunião ordinária bimestral e reuniões extraordinárias sempre que necessário.

Parágrafo único. O Comitê de Investimentos se reunirá com a presença de, no mínimo, três de seus membros, sendo obrigatória a presença do Gestor de Investimentos.

Art. 68 As reuniões do Comitê de Investimentos ocorrerão quando convocadas pelo presidente do Comitê de Investimentos, na sua ausência pelo Gestor de Investimentos.

Parágrafo único. Quaisquer dos membros poderão convocar reunião do Comitê de Investimentos, se a urgência do assunto assim o exigir.

Art. 69 Deverão compor a pauta das reuniões, os relatórios de acompanhamento da carteira de investimento que servirão de subsídio para as seguintes finalidades:

I - manter os membros do Comitê atualizados acerca do cenário macroeconômico, das expectativas de mercado;

II - manter os membros do Comitê atualizados acerca do desempenho dos segmentos de aplicação;

III - apresentação dos pareceres relacionados aos investimentos propostos para o mês em curso e até a reunião seguinte, com indicações e estratégias a serem sugeridas a Diretoria Executiva e ao Conselho Municipal de Previdência - CMP para o Conselho Curador;

IV - elaborar o Fluxo de Caixa dos resgates e aplicações previstas para o mês em curso e demonstrativo da movimentação dos investimentos durante o bimestre anterior;

V - outros assuntos relacionados à sua competência.

Art. 70 As matérias analisadas e/ou aprovadas pelo Comitê de Investimentos serão registradas em atas elaboradas pelo Gestor de Investimentos, que depois de assinadas ficarão arquivadas juntamente com os pareceres/posicionamentos que subsidiarão as recomendações e decisões.

Art. 71 Os membros representantes do Comitê de Investimentos poderão ser assessorados por empresas de consultorias específicas para maior segurança aos seus trabalhos.

Parágrafo único. Em conformidade com o disposto no art. 8º-A da Lei Federal 9.717, de 27 de novembro de 1998, os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Art. 72 O JEQUIÁ PREV incentivará os servidores públicos efetivos a obterem certificação CPA-10 ou certificação equivalente, mediante oferta de custeio da certificação, para melhor desempenho de suas atividades, principalmente os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Municipal de Previdência - CMP.

Art. 73 Desde que observado o limite previsto no §1º do art. 81 desta Lei, ao final do exercício financeiro, o **INSTITUTO JEQUIÁ PREV**, por deliberação do Conselho Municipal de Previdência - CMP, poderá constituir reservas com eventuais sobras do custeio administrativo, cujos recursos somente serão utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração, sendo que o montante não poderá ultrapassar a totalidade das efetivas despesas administrativas do exercício anterior.

Parágrafo único. As disponibilidades financeiras da taxa de administração ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades do **JEQUIÁ PREV** e aplicadas nas mesmas condições dos demais investimentos.

Art. 74 Os recursos do **JEQUIÁ PREV** poderão ser aplicados na concessão de empréstimos a seus segurados, na modalidade de consignados, observada regulamentação específica estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

CAPÍTULO VI

DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE SEÇÃO I DO ORÇAMENTO

Art. 75 O orçamento do **JEQUIÁ PREV** evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamental, observados o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

Parágrafo único. O orçamento do **JEQUIÁ PREV** integrará o orçamento do município em obediência ao princípio da unidade observando-se, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e as normas estabelecidas na legislação pertinente.

SEÇÃO II

DA CONTABILIDADE

Art. 76 A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente o de informar, inclusive de apropriar e apurar os custos dos serviços, e, consequentemente, de concretizar os seus objetivos, bem como, interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 77 A escrituração contábil do **JEQUIÁ PREV** deverá obedecer às normas e princípios contábeis previstos na Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, ao disposto na legislação federal previdenciária vigente e orientações do Manual de Contabilidade Aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social, observando-se que:

I - A escrituração contábil do **JEQUIÁ PREV** será distinta da mantida pelo tesouro municipal;

II - A escrituração deverá incluir todas as operações que envolvam direta ou indiretamente a responsabilidade do regime próprio de previdência social e modifiquem ou possam vir a modificar seu patrimônio;

III - O exercício contábil tem a duração de um ano civil;

IV - O controle contábil do **JEQUIÁ PREV** deve elaborar, com base em sua escrituração contábil e na forma fixada pelo Ministério da Previdência Social, demonstrações financeiras que expressem com clareza a situação do patrimônio do respectivo regime e as variações ocorridas no exercício, a saber:

a) balanço orçamentário;

b) balanço financeiro;

c) balanço patrimonial; e

d) demonstrativo das variações patrimoniais

V - para atender aos procedimentos contábeis normalmente adotados em auditoria deverá adotar registros contábeis auxiliares para apuração de depreciações, de reavaliações dos investimentos, da evolução das reservas e da demonstração do resultado do exercício;

VI - as demonstrações financeiras devem ser complementadas por notas explicativas e outros quadros demonstrativos necessários ao minucioso esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício;

VII - os imóveis e demais bens do **JEQUIÁ PREV** devem ser reavaliados e depreciados na forma estabelecida no Manual de Contabilidade Aplicado aos Regimes Próprios de Previdência Social.

VIII - os títulos públicos federais, adquiridos diretamente pelos RPPS, deverão ser marcados a mercado, mensalmente, no mínimo, mediante a utilização de parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro de forma a refletir seu real valor.

SEÇÃO III

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 78 O **JEQUIÁ PREV** publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada mês, demonstrativo da execução orçamentária mensal e acumulada até o mês anterior ao do demonstrativo, explicitando, conforme diretrizes gerais, de forma desagregada:

I - o valor de contribuição do ente estatal;

II - o valor de contribuição dos servidores públicos ativos;

III - o valor de contribuição dos servidores públicos aposentados e respectivos pensionistas;

IV - o valor da despesa total com pessoal ativo;

V - o valor da despesa com aposentados e com pensionistas;

VI - o valor da receita corrente líquida do ente estatal, calculada nos termos do § 1º, do art. 2º, da Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998; e

VII - os valores de quaisquer outros itens considerados para efeito do cálculo da despesa líquida de que trata o § 2º, do art. 2º da Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998.

Art. 79 - O **JEQUIÁ PREV** está sujeito às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo.

Parágrafo único. O **JEQUIÁ PREV** deve encaminhar a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho documentos e/ou demonstrativos mensais, bimestrais, semestrais e anuais exigidos na legislação previdenciária federal vigente para fins de emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, criado pelo Decreto nº 3.788 de 11 de abril de 2001.

SEÇÃO IV DA DESPESA

Art. 80 - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo único. Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por Lei e abertos conjuntamente com o Poder Executivo.

Art. 81 - A despesa do **JEQUIÁ PREV** se constituirá de: **I** - pagamento de prestações de natureza previdenciária; **II** - pagamento de prestação de natureza administrativa.

§ 1º O limite de gastos administrativos do **JEQUIÁ PREV** será de 3,6% (três e meio por cento) sobre o valor total da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos vinculados este regime próprio, relativo ao exercício financeiro anterior;

§ 2º Fica autorizado o aumento de 20% (vinte por cento) do limite de que trata o § 1º deste artigo para custeio exclusivo de despesas administrativas de que tratam o §6º do art. 15 da Portaria MPS 402/2008.

§ 3º A elevação da taxa de administração observará os seguintes parâmetros:

- a) deverá ser aplicada a partir do início do exercício subsequente à publicação desta Lei, estando condicionada à prévia formalização da adesão ao Pró- Gestão - RPPS;
- b) deixará de ser aplicada se, no prazo de dois anos, contados a partir da data prevista na alínea a, o RPPS não obtiver a certificação institucional em um dos níveis de aderência estabelecidos no Pró-Gestão RPPS;
- c) voltará a ser aplicada, no exercício subsequente àquele em que o RPPS vier a obter a certificação institucional, se esta se der após o prazo de que trata a alínea b;

§ 4º Na verificação do limite definido § 1º, não serão computadas as despesas decorrentes das aplicações de recursos em ativos financeiros;

§ 5º As despesas com prestação de serviços relativos a assessoria ou consultoria, independentemente da nomenclatura utilizada na sua definição, deverão observar os seguintes requisitos, sem prejuízo de outros estabelecidos pelo Conselho Municipal de Previdência:

- a) os serviços prestados deverão ter por escopo atividades que contribuam para a melhoria da gestão, dos processos e dos controles, sendo vedada a substituição das atividades decisórias da diretoria executiva e dos demais órgãos estatutários do órgão ou entidade gestora do RPPS;
- b) o valor contratual não poderá ser estabelecido, de forma direta ou indireta, como parcela, fração ou percentual do limite da Taxa de Administração de que trata o § 1º deste artigo ou como percentual de receitas ou ingressos de recursos futuros; e
- c) em qualquer hipótese, os dispêndios efetivamente realizados não poderão ser superiores a 50% (cinquenta por cento) dos limites de gastos anuais do valor apurado no cálculo de que trata o § 1º deste artigo.

§ 6º O descumprimento dos critérios fixados para a taxa de administração do Regime Próprio de Previdência Social representará utilização indevida dos recursos previdenciários;

§ 7º A destinação dos saldos remanescentes dos recursos destinados à Reserva Administrativa, apurados ao final de cada exercício, deverá observar o disposto no art. 15 da Portaria MPS 402/2008.

§ 8º O **JEQUIÁ PREV** seguirá as normas, limites, e as mesmas regras de cálculo de apuração da taxa de administração definidas ou eventualmente modificadas através dos atos expedidos pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia;

§ 9º O percentual da taxa de administração definido no § 1º será válido para o exercício 2022, estando vigente até 31/12/2021 o limite de 2% (dois por cento) sobre o valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados a este regime próprio, relativo ao exercício financeiro anterior.

SEÇÃO V

DAS RECEITAS

Art. 82 A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

CAPÍTULO VII

DA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL SEÇÃO I DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 83 A organização administrativa do **JEQUIÁ PREV** compreenderá os seguintes órgãos:

I – Conselho Municipal de Previdência - CMP, com funções de deliberação superior; e

II – Diretoria Executiva.

SEÇÃO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

Art. 84 O Conselho Municipal de Previdência - CMP do **JEQUIÁ PREV** terá a seguinte composição:

I - 01 (um) membro titular e 01 (um) suplente do quadro de servidores efetivos, indicados pelo Poder Executivo;

II - 01 (um) membro titular e 01 (um) suplente do quadro de servidores efetivos, indicados Poder Legislativo;

III - 01 (um) membro titular e 01 (um) suplente do quadro de servidores efetivos, eleitos em Assembleia Geral, a ser convocada por ato do Prefeito Municipal que determinará dia, hora e local, para sua realização;

IV - 01 (um) membro titular e 01 (um) suplente dos aposentados e/ou pensionistas, eleitos em Assembleia Geral, a ser convocada por ato do Prefeito Municipal que determinará dia, hora e local, para sua realização

§ 1º A convocação da Assembleia de que tratam os incisos III e IV deverá ser efetivada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da sua realização, a qual deverá ser dada ampla divulgação.

§ 2º Os membros do Conselho Municipal de Previdência, de acordo com o disposto pelo parágrafo único do art. 8º-B da Lei Federal 9.717, de 27 de novembro de 1998, não poderão ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar e ainda, possuir certificação e habilitação comprovadas, nos termos definidos a serem definidos pela legislação previdenciária federal;

§ 3º Os membros do Conselho Municipal de Previdência - CMP terão mandatos de 03 (três) anos, permitida a recondução dos seus respectivos membros uma única vez.

§ 4º O Presidente do Conselho Municipal de Previdência - CMP será escolhido entre seus membros e exercerá o seu mandato por 01 (um) ano, vedada à reeleição.

§ 5º A função de Secretário do Conselho Municipal de Previdência - CMP será exercida por membro a ser definido pelo Presidente.

§ 6º Os membros do Conselho Municipal de Previdência - CMP nada perceberão pelo desempenho do mandato.

Art. 85 O Conselho Municipal de Previdência - CMP se reunirá sempre com a totalidade de seus membros, pelo menos, **6 (seis)** vezes ao ano, cabendo-lhe especificamente:

I - elaborar seu Regimento Interno;

II - eleger o seu Presidente;

III - decidir sobre qualquer questão administrativa e financeira que lhe seja submetida pela Diretoria Executiva;

IV - julgar em última instância os recursos dos servidores municipais que se sentirem lesados em seus direitos inerentes a solicitação de benefícios solicitados ao **JEQUIÁ PREV**, devendo a decisão ser encaminhada à Diretoria Executiva que deverá adotar providências imediatas para seu cumprimento;

V – acompanhar a execução dos serviços técnicos contratados;

VI – acompanhar a execução orçamentária do **JEQUIÁ PREV**, conferindo a classificação dos fatos e examinando sua procedência e exatidão;

VII – examinar as prestações efetivadas pelo **JEQUIÁ PREV** aos servidores e dependentes e as respectivas tomada de contas efetuadas pela Diretoria Executiva;

VIII – proceder, face aos documentos de receita e despesa, a verificação dos balancetes mensais, os quais deverão estar instruídos com os devidos esclarecimentos para apreciação;

IX – requisitar a Diretoria Executiva do **JEQUIÁ PREV** as informações que julgarem convenientes e necessárias ao desempenho de suas atribuições e notificá-la quanto à correção de eventuais irregularidades verificadas;

X – propor a Diretoria Executiva do **JEQUIÁ PREV**, medidas que julgar necessárias para resguardar a lisura e transparência da administração do mesmo;

XI - proceder à verificação de valores em depósito na tesouraria, em instituições financeiras e atestar sua correta aplicação, sugerindo mudanças na Política de Investimentos em conformidade com o disposto na Resolução CMN nº 3922, de 25 de novembro de 2010 e alterações posteriores;

XII – aprovar a proposta orçamentária anual bem como, suas respectivas alterações propostas pela Diretoria Executiva do **JEQUIÁ PREV**;

XIII – opinar sobre a admissão, demissão, promoção e contratação de novos servidores para os quadros do **JEQUIÁ PREV**;

XIV – aprovar a contratação de instituição financeira que se encarregará da administração da carteira de ativos do **JEQUIÁ PREV**, em conformidade com os ditames da Resolução CMN nº 3922, de 25 de novembro de 2010 e demais normas regulamentadoras do Conselho Monetário Nacional;

XV – apreciar e aprovar os balancetes mensais, os demonstrativos financeiros, o balanço e a prestação de contas anual;

XVI – deliberar sobre a aceitação de bens, legados e doações com encargos, oferecidos ao **JEQUIÁ PREV**;

XVII– solicitar ao Prefeito, se necessário, a contratação de auditorias independentes;

XVIII– apreciar e deliberar sobre as avaliações atuariais e respectivas notas técnicas atuariais;

XIX - adotar as medidas necessárias à garantia do recolhimento das contribuições previdenciárias previstas nesta Lei;

XX - promover ajustes à organização e operação do **JEQUIÁ PREV**, se necessário;

XXI - aprovar a Política Anual de Investimentos;

XXII - apreciar sugestões e encaminhar medidas tendentes a introduzir

modificações na presente lei, bem como, resolver os casos omissos; e,

Parágrafo único. As deliberações do Conselho Municipal de Previdência - CMP serão lavradas em ata e promulgadas por meio de Resoluções.

Art. 86 São atribuições do Presidente do Conselho Municipal de Previdência - CMP:

I – dirigir e coordenar as atividades do Conselho;

II – convocar, instalar e presidir as reuniões;

III – convocar o exame e propor solução de quaisquer assuntos do **JEQUIÁ**

PREV; e,

IV – praticar os demais atos de sua competência, nos termos desta lei.

Parágrafo único. As convocações ordinárias e extraordinárias serão

obrigatoriamente realizadas por escrito.

Art. 87 Aos membros do Conselho Municipal de Previdência - CMP cabe cumprir os seguintes requisitos:

I – frequência em todas as reuniões convocadas pelo Presidente;

II – ação participativa e comprometida com os assuntos relacionados à boa administração do **JEQUIÁ PREV**;

III – resposta às demandas e atendimento aos trabalhos de sua responsabilidade;

IV – pontualidade e presteza nas respostas e nos votos relativos aos processos distribuídos pelo Presidente; e

V – guarda do devido decoro na atividade de Conselheiro.

Art. 88 O Conselheiro que, sem justa causa, faltar a 03 (três) sessões consecutivas ou alternadas terá seu mandato declarado extinto.

Art. 89 A nomeação dos membros do Conselho Municipal de Previdência - CMP será realizada através de Decreto emitido pelo Poder Executivo do município de JEQUIÁ DA PRAIA/AL.

Parágrafo único. Os conselheiros em exercício de mandato, até a data de publicação da presente Lei, terão seus mandatos assegurados nos prazos previstos nos regulamentos anteriores.

SEÇÃO III

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 90 O cargo de Diretor Executivo do **INSTITUTO JEQUIÁ PREV**, será de provimento de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal, devendo ser ocupado por pessoa que possua certificação CPA-10 ou CGRPPS ou certificação equivalente para que desempenhe a função de Gestor de Investimento e ainda, que atenda os seguintes requisitos mínimos estabelecidos pelo art. 8º-B da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 2008:

I - não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do *caput* do art. 1º da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar;

II - possuir certificação e habilitação comprovadas, nos termos a serem definidos pela legislação previdenciária federal;

III - possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

IV - ter formação superior.

§ 1º O Diretor Executivo do **JEQUIÁ PREV**, responde diretamente por infração ao disposto nesta Lei e na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, sujeitando-se, no que couber, ao regime repressivo da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977 e alterações subsequentes, além do disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º As infrações serão apuradas mediante processo administrativo que tenha por base o auto, a representação ou a denúncia positiva dos fatos irregulares, em que se assegure ao acusado o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º Para o desempenho da função o Diretor Executivo perceberá remuneração equivalente a de secretário municipal.

Art. 91 Compete especificamente ao Diretor Executivo:

I - representar o **JEQUIÁ PREV** em todos os atos e perante quaisquer autoridades;

II - comparecer às reuniões do Conselho Municipal de Previdência - CMP, sem direito a voto;

III - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Municipal de Previdência - CMP;

IV - propor, para aprovação do Conselho Municipal de Previdência - CMP, o quadro de pessoal do **JEQUIÁ PREV**;

V - nomear, admitir, contratar, prover, transferir, exonerar, demitir ou dispensar os servidores do **JEQUIÁ PREV**;

VI - apresentar relatório de receitas e despesas (relatório de gestão) mensais ao Conselho Municipal de Previdência - CMP;

VII - despachar os processos de habilitação a benefícios e assinar suas respectivas portarias de concessão;

VIII - movimentar as contas bancárias do **JEQUIÁ PREV** conjuntamente com o Coordenador Administrativo-Financeiro;

IX - fazer delegação de competência aos servidores do **JEQUIÁ PREV**;

X - ordenar despesas e praticar todos os demais atos de administração;

XI - o Diretor Executivo, por matéria de interesse, poderá convocar para reuniões extraordinárias o Conselho Municipal de Previdência - CMP e Comitê de Investimentos.

XII - apresentar relatórios gerenciais, com a finalidade de proporcionar ao Conselho Municipal de Previdência - CMP os meios para avaliar o desempenho das metas estabelecidas, em seus aspectos físicos, econômico-financeiros, sociais e institucionais, e a sua vinculação a diretrizes estabelecidas;

§ 1º O Diretor Executivo será assistido, em caráter permanente ou mediante serviços contratados, por assessores incumbidos de colaborar e orientar na solução dos problemas técnicos, jurídicos e técnico-atuariais do **JEQUIÁ PREV**.

§ 2º O Diretor Presidente fará jus, a título de verba de representação, ao equivalente a 30 (trinta) VRM- Valor de Referência do Município. E os demais Diretores e funcionários, respectivamente 20 (vinte) e 15 (quinze) VRM e 10 (dez) VRM, valores estes a serem pagos pelo RPPS, por meio da taxa de administração da Autarquia Previdenciária.

SEÇÃO IV DO PESSOAL

Art. 92 - O quadro de pessoal do **JEQUIÁ PREV** é formado pelos seguintes cargos:

I - de provimento em Comissão:

a) 01 (um) cargo de DIRETOR PRESIDENTE

b) 01 (um) cargo de ASSESSOR ESPECIAL

c) 01 (um) cargo de ASSESSORIA DE GABINETE

d) 01 (um) cargo de DIRETOR DE PESSOAL

e) 01 (um) cargo DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

f) 01 (um) cargo de DIRETOR JURÍDICO

g) 01 (um) cargo de DIRETOR CONTÁBIL

h) 01 (um) cargo de CONTROLADOR INTERNO

I) 01 (um) cargo de DIRETOR DE PREVIDÊNCIA

J) 01 (um) cargo de COORDENADOR DE PROTOCOLO E MARCAÇÃO DE PERÍCIA

K) 01 (um) de COORDENADOR DE ARQUIVO

L) 01 (um) cargo de COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS

II - de provimento efetivo:

a) 01 (um) cargo de Assistente Administrativo;

b) 01 (um) cargo de Assistente Financeiro;

c) 01 (um) Cargo de Assistente de Serviços Gerais.

Parágrafo único. Os requisitos, os níveis, classificações e as atribuições dos cargos efetivos e comissionados mencionados neste artigo são os constantes dos Anexos I a V desta Lei.

Art. 93 Os cargos de provimento efetivo criados por esta Lei, serão providos, na proporção em que se tornarem necessários, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, promovido pelo **JEQUIÁ PREV**.

Art. 94 Os cargos de provimento em Comissão, exceto o seu próprio, a cargo do Prefeito Municipal, serão providos mediante livre escolha do Diretor Executivo dentre as pessoas que satisfaçam os requisitos legais para investidura no serviço público.

Parágrafo único. O servidor efetivo do quadro do **JEQUIÁ PREV** ou cedido da administração direta, nomeado para exercer cargo em comissão, poderá optar entre o vencimento do cargo comissionado ou o vencimento padrão do seu cargo de provimento efetivo, acrescido de gratificação de 50% (cinquenta por cento) do subsídio do cargo comissionado para o qual foi designado.

Art. 95 Aplica-se, no que couber, ao quadro de pessoal efetivo do **JEQUIÁ PREV** o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais de JEQUIÁ DA PRAIA/AL.

Parágrafo único. Os direitos, deveres e regime de trabalho dos servidores do **JEQUIÁ PREV** reger-se-á pelas normas aplicáveis aos servidores municipais.

Art. 96 O Diretor Executivo poderá requisitar, mediante justificada necessidade, ao Prefeito Municipal a cessão de servidores, com ou sem ônus ao **JEQUIÁ PREV**.

SEÇÃO V DOS RECURSOS

Art. 97 Os segurados do **JEQUIÁ PREV** e respectivos dependentes poderão interpor recurso contra decisão denegatória de prestações no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que forem notificados das decisões do Diretor Executivo, denegatórias de prestações.

§ 1º Os recursos deverão ser interpostos ao Conselho Municipal de Previdência - CMP, devendo ser, desde logo, acompanhados das razões e documentos que os fundamentam.

§ 2º O prazo para resposta dos recursos interpostos ao Conselho Municipal de Previdência - CMP é de 30 (trinta dias) contados da data do seu recebimento.

Art. 98 Os recursos não terão efeito suspensivo, salvo se, em face dos interesses, assim o determinar o próprio órgão recorrido.

CAPÍTULO VIII

DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES SEÇÃO I DOS SEGURADOS

Art. 99 São deveres e obrigações dos segurados:

I - acatar as decisões dos órgãos de direção do **JEQUIÁ PREV**;

II - aceitar e desempenhar com zelo e dedicação os cargos para os quais forem eleitos ou nomeados;

III - dar conhecimento à direção do **JEQUIÁ PREV** das irregularidades de que tiverem ciência e sugerir as providências que julgarem necessárias;

IV - comunicar ao **JEQUIÁ PREV** qualquer alteração necessária aos seus assentamentos, sobretudo aquelas que digam respeito aos dependentes e beneficiários.

Parágrafo único. O segurado que se valer da faculdade prevista no art. 6º desta Lei, fica obrigado a recolher mensalmente as contribuições previdenciárias referentes à sua parte e a do Município ao **JEQUIÁ PREV** mediante depósito bancário sujeitando-se, em caso de atraso, ao disposto no art.46.

Art. 100 O segurado pensionista terá as seguintes obrigações:

I - acatar as decisões dos órgãos de direção do **JEQUIÁ PREV**;

II - apresentar, anualmente, em janeiro, atestado de vida e residência do grupo familiar beneficiado por esta lei;

III - comunicar por escrito ao **JEQUIÁ PREV** as alterações ocorridas no grupo familiar para efeito de assentamento;

IV - prestar com fidelidade, os esclarecimentos que forem solicitados pelo **JEQUIÁ PREV**.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 101 Para todos os efeitos os períodos de tempo utilizados para o cálculo de concessões de quaisquer benefícios previdenciários constantes na presente Lei, serão considerados e contados em número de dias.

Art. 102 O Município de JEQUIÁ DA PRAIA/AL é o responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do **JEQUIÁ PREV** decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

Art. 103 O Poder Executivo poderá destinar por decreto, patrimônio imobiliário e direitos creditórios decorrentes de bens e ou ativos, ao **JEQUIÁ PREV**, até o montante total que corresponda ao passivo atuarial.

§ 1º Fica vedada a dação em pagamento com bens móveis e imóveis de qualquer natureza, ações ou quaisquer outros títulos, para amortização de débitos, excetuada a amortização do déficit atuarial.

§ 2º A entrega de bens e direitos ao **JEQUIÁ PREV**, nos termos deste artigo, depende da aceitação do patrimônio transferido por parte do Conselho Municipal de Previdência - CMP e far-se-á em caráter incondicional após a respectiva formalização, vedado ao Município qualquer reivindicação ou reversão posterior do ato de cessão, exceto a anulação por ilegalidade.

Art. 104 As alíquotas contributivas de que tratam art. 42 serão exigíveis a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente a publicação desta Lei.

Art. 105 Para o alcance de metas de práticas de governança administrativa, visando o compartilhamento de dados e transparência das informações das ações da administração fica definido que o meio oficial de comunicação do **JEQUIÁ PREV** é o seu website na rede.

Parágrafo único. O meio de comunicação via correios eletrônicos a ser utilizado pelos servidores do **JEQUIÁ PREV**, deve ser de caráter institucional, utilizando-se da sigla (domínio) acima apresentada, ficando expressamente vedada e proibida a utilização de outro meio para tratar dos interesses do referido Órgão.

Art. 106. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as que dizem respeito ao § 21 do art. 40 da Constituição Federal, arts. 2º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional 41/2003 e art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005.

Parágrafo único. Fica garantido ao segurado o direito de aposentar-se pelas regras da legislação anterior desde que tenha cumprido todos os requisitos por ela exigidos até o dia que anteceda a publicação desta Lei.

Jequiá da Praia – AL, 16 de dezembro de 2022.

CARLOS FELIPE CASTRO JATOBÁ LINS

Prefeito

ANEXO II

TABELA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGOS	SÍMBOLOS	QUANTIDADE S
DIRETOR PRESIDENTE	CC1	01
ASSESSOR ESPECIAL	CC2	01
ASSESSOR DE GABINETE III	CC15	01
DIRETOR DE PESSOAL	CC8	01
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	CC5	01
DIRETOR JURÍDICO	CC5	01
DIRETOR CONTÁBIL	CC5	01
CONTROLADOR INTERNO	CC5	01
DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA	CC5	01
COORDENADOR DE PROTOCOLO E MARCAÇÃO DE PERÍCIAS	CC12	01
COORDENADOR DE ARQUIVO	CC13	01
COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS	CC15	01

ANEXO II

DESCRIÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

ASSESSOR ESPECIAL

- Executa orientações e direciona os serviços de suporte administrativo nas diversas atividades do RPPS, relativas às rotinas administrativas e fluxo normal de tarefas do órgão;
- Executa serviços de apoio ao recebimento, conferência do cadastramento previdenciário, controle de entrada e saída de materiais no almoxarifado, efetuando registros, preenchendo formulários, atendendo solicitações a fim de suprir as diversas áreas Previdenciárias de acordo com as orientações recebidas do superior imediato;
- Executa outras tarefas correlatas que lhe forem determinadas pelo superior imediato;

- Verifica e determina as publicações dos balanços e balancetes e demais documentos da Transparência através do website do RPPS, Portal da Transparência, Jornal Eletrônico Oficial dos Municípios, Diário Oficial, etc;
- Acompanha os registros das receitas arrecadadas
- Responsável pela manutenção no Portal de Transparência e do website do RPPS (Comparativo da Receita, Comparativo da Despesa, Publicação Prestação de Contas, Cadastro Atas e Confissão de Dívida da Prefeitura)
- Realiza o gerenciamento das despesas realizadas pelo RPPS
- Controla a emissão de Empenhos.
- Realiza a conferência do cadastramento do adiantamento de viagem.
- Realiza a conferência dos cadastramentos das reuniões dos órgãos administrativos.
- Controla o estoque de material de consumo do RPPS

ASSESSOR DE GABINETE

- Responsável pelo setor de arquivamento.
- Responsável pela realização dos serviços externos como: serviços de banco, entrega e protocolo de documentos.
- Realiza atendimento aos segurados.
- Participa e auxilia na Aprovação do Balanço Anual.
- Participa e auxilia na realização da Assembleia Geral do RPPS.
- Participa e auxilia nos eventos externos, como cursos, palestra e inaugurações.
- Confere as informações do setor sob sua responsabilidade que devem ser encaminhados aos órgãos: Poder Executivo, Legislativo, Receita Federal, Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, Tribunal de Contas do Estado, Conselho Municipal de Previdência e Comitê de Investimento.
- Auxílio e assessoria as atividades Previdenciárias, financeiras e contábil, nas rotinas que são atribuídas para a respectiva competência setorial.

DIRETOR DE PESSOAL

Atua em atividades técnico-administrativas relativas à protocolização, controle e encaminhamento de documentos, atender e orientar ao público, redigir documentos, efetuar registros.

DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

- Está diretamente subordinado ao Diretor, é responsável pelo assessoramento e acompanhamento direto das demandas e atribuições pré-estabelecidas pela direção promovendo o apoio na verificação das estratégias e determinações do planejamento e execução visando o bom andamento do serviço público da Autarquia.
- Compete auxiliar diretamente ao Diretor na ausência ou por determinação na gestão administrativa da Autarquia e pela relação desta no atendimento aos servidores e no desenvolvimento das atividades de competência do RPPS.
- Executar modificações pré-estabelecidas pelo Diretor nos sistemas operacionais para o desempenho das suas atividades;
- Implementar sistema moderno de gestão, visando resultado positivo nos campos econômico e social, conduzindo a Autarquia ao cumprimento de seus objetivos e metas tange ao seu campo de atuação;
- Fiscalizar as contribuições previdenciárias, e acompanhar os pagamentos dos benefícios e demais despesas, com emissão de relatórios para tomadas de decisão pelo Diretor executivo e demais órgãos deliberativos;
- Representar o Diretor e a Autarquia em juízo ou fora dele quando necessário;
- Cumprir e fazer cumprir o disposto nesta Lei, no regulamento e nos demais normativos que regem a Autarquia;
- Cumprir e fazer cumprir as ordens emanadas do Diretor e as leis municipais;
- Participar e planejar a implementação e o gerenciamento dos programas, projetos e plano de governo, estabelecidos pelo Executivo;
- Movimentar as disponibilidades financeiras do RPPS em conjunto com o Diretor Executivo.

CONTROLADOR INTERNO

Avaliação do cumprimento dos princípios da administração pública em relação a todas práticas administrativas;
Acompanhar os procedimentos da administração;

Alertar aos gestores dos eventuais descumprimentos ou do risco destes acontecerem; Sugerir soluções para evitar falhas;
Prevenir práticas que possam penalizar o gestor ou o ente público.

Verificação do cumprimento das obrigações impositivas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

DIRETOR DE PREVIDÊNCIA

Atua na organização e verificação de processos administrativos, realizando análises de verificação de documentação quanto aos pedidos de aposentadoria. Sendo responsável pelo desempenho no que se refere as concessões de aposentadorias, requerimentos de documentação, envio e protocolo dos processos para outras instituições e Autarquias.

DIRETOR JURIDICO

Atividades de nível superior, de grande complexidade participar de projetos desenvolvidos em quaisquer unidades organizacionais, planejando, programando, coordenando, controlando, avaliando resultados e informando decisões, para aperfeiçoar a qualidade do processo gerencial do RPPS.

DIRETOR CONTÁBIL

Gerenciar, supervisionar as operações diárias do departamento de contabilidade e financeiro. Monitorar e analisar dados contábeis e produzir relatórios contábeis, gerenciais ou demonstrações financeiras.

COORDENADOR DE PROTOCOLO E MARÇÃO DE PERÍCIAS

Chefiar as atividades pertinentes à divisão de protocolo e Arquivo, tais como a gestão eletrônica de documentos, tanto documentos físicos, gestão de processos e a normatização de procedimentos relativos às atividades de protocolo. Responsável pelas marcações e informações quanto às perícias médica.

COORDENADOR DE ARQUIVOS

Organizar documentação de arquivos institucionais e pessoais. Dar acesso à informação e conservar acervos

COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS

Atua em atividade que envolve a limpeza e manutenção da higiene dos ambientes.

Publicado por:
Sydney Pontes de Miranda Filho
Código Identificador:507B67A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA – ALAGOAS****PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA – ALAGOAS****1. INTRODUÇÃO**

Com o advento da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 9.069/90, foi incorporado ao arcabouço legal brasileiro uma doutrina de proteção integral à criança, ao adolescente e ao jovem, tornando este amparo um dever compartilhado entre o Estado, a Família e a Sociedade Civil em geral.

Neste sentido, preconiza o Artigo 227 que:

Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O presente Plano Municipal de Medida Socioeducativa foi elaborado com base nos direitos das crianças e adolescentes, observando o que versam a Resolução 119/2016 do CONANDA, a Lei Federal 12.595/2012, bem como as deliberações constantes no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, visando principalmente sistematizar as ações a serem desenvolvidas no que se refere ao atendimento aos adolescentes em conflito com a lei.

As ações a serem implementadas visando o cumprimento dos princípios estipulados pelo SINASE têm como principal diretriz e desenvolvimento de ações integradas com a rede de garantia de direitos das crianças e adolescentes em diversos segmentos, tais como educação, saúde, assistência social, esporte, cultura, incluindo o Poder Judiciário, o Ministério Público, dentre outros, proporcionando e garantindo a efetivação dos direitos fundamentais consagrados aos adolescentes na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

2. APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Jequiá da Praia aqui apresentado foi elaborado a partir da iniciativa da Secretaria de Assistência Social do município, com o objetivo de adequar e orientar as políticas do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo (SIMASE), cumprindo as normativas e orientações previstas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), conforme a lei federal nº 12.594/12 e o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Para construção do presente Plano fora constituída uma comissão com profissionais de diferentes órgãos e setores, cujas atuações estão relacionadas ao atendimento socioeducativo. Destaca-se que esse comitê foi composto por membros já envolvidos nas políticas locais para infância e adolescência.

2.1. Princípios do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Jequiá da Praia

O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Jequiá da Praia segue os princípios orientados pelo SINASE e pelo Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. Assim, a seguir estão relacionados e explicados cada um dos princípios que embasaram a elaboração do documento.

2.1.1. Reconhecimento dos Direitos Inalienáveis do Adolescente, Especialmente do Direito à Vida, à Dignidade e da Isonomia.

Segundo os Princípios da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no Brasil “Todos os seres humanos possuem a mesma condição de humanidade e, por isso, são dignos de igual proteção jurídica. Portanto, a igualdade é a base da universalidade dos direitos, sendo que a condição de ser pessoa é o único requisito para sua titularidade.”

Portanto, independente da situação em que o adolescente se encontra, ou do ato infracional cometido, seus direitos devem estar garantidos e assegurados, sempre respeitando seu bem-estar físico, social e mental. Não menos importante, a isonomia prevê que todos os adolescentes são iguais perante a lei, não podendo haver discriminação por sexo, raça, credo, origem ou classe social. Porém, é importante destacar a importância de reconhecer e respeitar a individualidade de cada caso e a pluralidade humana sempre presente, assim, cada caso deve ser julgado e considerado levando em conta o histórico pessoal de cada adolescente.

2.1.2. Direito à presunção da inocência, à defesa técnica e ao devido processo legal.

O adolescente deve ser considerado inocente até que se comprove juridicamente que ele cometeu um ato infracional. Todo esse processo deve sempre estar legalmente amparado, evitando situações de injustiça, abuso e de humilhação. Além disso, todo adolescente tem direito à defesa técnica de qualidade e acessível, além de o processo legal dever sempre ser transparente, visando a integração do adolescente à sociedade e o seu desenvolvimento físico e mental, não devendo nunca ter um caráter exclusivamente punitivo.

2.1.3. Promoção da proteção integral ao adolescente, como pessoa em situação peculiar de desenvolvimento.

O Sistema de Garantia de Direitos deve assegurar proteção integral aos adolescentes que cometeram ato infracional, assim, todo o processo relacionado deve considerar que os mesmos são pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, o que implica que durante todo o processo os adolescentes tenham sua individualidade respeitada, conforme preconiza o Art.1, parágrafo 2º, SINASE: Entendem-se por medidas socioeducativas as previstas no art. 112 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), as quais têm por objetivos:

- I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;
- II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e
- III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.

Assim, as medidas socioeducativas devem almejar o desenvolvimento e aperfeiçoamento da pessoa humana.

2.1.4. Respeito aos princípios fundamentais dos direitos humanos, desde o momento de sua apreensão pela polícia, até o efetivo cumprimento das medidas socioeducativas.

Os Direitos das Crianças e Adolescentes estão garantidos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, cabe à sociedade, ao Estado e às famílias assegurá-los e promovê-los, independentemente da situação, sempre os enxergando como sujeitos de direitos em pleno desenvolvimento. Logo, ao longo de todo processo que envolve um adolescente que cometeu ato infracional, ou seja, desde o momento de sua apreensão pela polícia, até o cumprimento das medidas socioeducativas, seus direitos devem estar assegurados.

Dentro dessa perspectiva, destaca-se a necessidade da atuação conjunta do Sistema Judiciário, além de outros órgãos governamentais e não governamentais, que devem prezar pelo bem-estar físico, mental e social do adolescente. Assim, as medidas socioeducativas passam a ter caráter humanizado, de desenvolvimento pessoal e educativo, ao invés de exclusivamente punitivo, buscando que pós-medida o adolescente se reintegre à sociedade, diminuindo as chances de ocorrer a reincidência delitiva.

2.1.5. Promoção da responsabilização do adolescente pela prática do ato infracional, priorizando a natureza educativa das medidas em meio aberto

As medidas socioeducativas devem sempre ter um caráter educativo e ter como objetivo primeiro a integração do adolescente à sociedade. Porém, todo o processo deve servir também para que o adolescente que cometeu ato infracional seja responsabilizado pelo ato infracional cometido. Assim, as medidas em meio aberto (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) devem ser prioridade, sendo que as medidas em meio fechado (internação e semiliberdade) devem somente ser aplicadas em casos específicos, previstos em lei.

3. MARCO LEGAL

A Resolução 119/2006 do CONANDA e a Lei Federal 12.594/2012 constituem normatização para a implementação nacional dos princípios das Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude, das Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens com restrição de liberdade, da Constituição Federal, da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e no Estatuto da Criança e do Adolescente, referentes à execução das medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes que praticaram ato infracional.

A partir desses marcos legais, a atenção ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa tem os fundamentos para se constituir em um Sistema Nacional, tornando-se uma política pública articulada e com características específicas: a Política da Socioeducação. O Plano de Jequiá da Praia ampara-se também no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo.

3.1. Princípios e Diretrizes do SINASE

3.1.1. Princípios

- Os adolescentes são sujeitos de direitos, entre os quais a presunção da inocência.
- Ao adolescente que cumpre medida socioeducativa deve ser dada proteção integral de seus direitos.
- Em consonância com os marcos legais para o setor, o atendimento socioeducativo deve ser territorializado, regionalizado, com participação social e gestão democrática, intersetorialidade e responsabilização, por meio da integração operacional dos órgãos que compõem esse sistema.

3.1.2. Diretrizes

Diretrizes são critérios, instruções, caminhos que, como um fio condutor e de forma subordinada à política do Sinase, devem orientar a elaboração, a execução e a avaliação da trajetória percorrida do plano para que metas sejam atingidas (alcançadas).

Entendido o conceito "diretriz", cabe diferenciar diretrizes que irão nortear a elaboração do Plano das diretrizes que constituirão as normas para assegurar a efetiva execução do Sinase - Diretrizes de ELABORAÇÃO X Diretrizes de EXECUÇÃO.

Nesta ótica pode-se dizer que as diretrizes apresentadas no início do Plano Nacional do Sinase não se enquadram nem como diretrizes para sua elaboração e nem como diretrizes de execução. Podemos dizer que o que ali está colocado se constitui, sobretudo, como uma relação de exigências legais que devem ser objeto ou resultado da execução do Plano. Parece-nos, salvo melhor juízo, que verbos que indicam ações, ainda que de forma genérica, tais como: "focar", "incentivar", "criar" e outros, não se coadunam com o que deve ser uma diretriz.

Um outro aspecto é o de que as ações apresentadas nesta parte do Plano trazem um elenco de temas que vão da organização do Sinase aos direitos dos adolescentes, direitos esses que já se encontram previstos em lei.

Sem o intuito de esgotar aqui aquelas que poderiam ser diretrizes para nortear a elaboração do Plano Nacional, indicamos algumas que nos parecem mais pertinentes:

- a) Respeito aos princípios fundamentais dos Direitos Humanos De todos os adolescentes desde o momento de sua apreensão pela polícia até o efetivo cumprimento de (qualquer Uma das) Medidas Socioeducativas;
- b) Respeito integral às normativas nacionais e internacionais que tratam da Justiça Juvenil E da execução de Medidas Socioeducativas, A saber: Declaração Universal Dos Direitos Da Criança, Regras Mínimas De Beijing, ECA, Sinase, Entre outras.
- c) Garantia de conexão na gestão do SINASE, por meio da gestão compartilhada entre as três esferas de governo, em especial através do mecanismo de cofinanciamento;
- d) Construção de ações assegurando a integração operacional dos órgãos que compõem o sistema (artigo 8º Da Lei Federal 12594/12);
- e) Construção de ações que privilegiem a articulação da rede e a intersetorialidade;
- f) Valorização e fortalecimento da família do adolescente em todas as etapas que vão da: apreensão do adolescente, apuração do ato infracional, representação, julgamento e execução da medida socioeducativa.
- g) Valorização das práticas restaurativas, da Justiça Restaurativa e da mediação de conflitos.
- h) Garantia da qualidade do atendimento socioeducativo de acordo com os parâmetros do SINASE.
- i) Focar a socioeducação por meio da construção de novos projetos pactuados com os adolescentes e famílias, consubstanciados em Planos Individuais de Atendimento.
- j) Incentivar o protagonismo, participação e autonomia de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e de suas famílias.
- k) Primazia das medidas socioeducativas em meio aberto.
- l) Humanizar as Unidades de Internação, garantindo a incolumidade, integridade física e mental e segurança do/a adolescente e dos profissionais que trabalham no interior das unidades socioeducativas.
- m) Criar mecanismos que previnam e mediem situações de conflitos e estabelecer práticas restaurativas.
- n) Garantir o acesso do adolescente à Justiça (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública) e o direito de ser ouvido sempre que requerer.

- o) Garantir as visitas familiares e íntimas, com ênfase na convivência com os parceiros/as, filhos/as e genitores, além da participação da família na condução da política socioeducativa.
- p) Garantir o direito à sexualidade e saúde reprodutiva, respeitando a identidade de gênero e a orientação sexual.
- q) Garantir a oferta e acesso à educação de qualidade, à profissionalização, às atividades esportivas, de lazer e de cultura no centro de internação e na articulação da rede, em meio aberto e semiliberdade.
- r) Garantir o direito à educação para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e egressos, considerando sua condição singular como estudantes e reconhecendo a escolarização como elemento estruturante do sistema socioeducativo.
- s) Garantir o acesso à programas de saúde integral.
- t) Garantir ao adolescente o direito de reavaliação e progressão da medida socioeducativa.
- u) Garantir a unidade na gestão do SINASE, por meio da gestão compartilhada entre as três esferas de governo, por meio do mecanismo de cofinanciamento.
- v) Integração operacional dos órgãos que compõem o sistema (art. 8º, da LF nº 12.594/2012).
- w) Valorizar os profissionais da socioeducação e promover formação continuada.
- x) Garantir a autonomia dos Conselhos dos Direitos nas deliberações, controle social e fiscalização do Plano e do SINASE.
- y) Ter regras claras de convivência institucional definidas em regimentos internos apropriados por toda a comunidade socioeducativa.
- z) Garantir ao adolescente de reavaliação e progressão da medida socioeducativa.

4. JUSTIFICATIVA

Um dos maiores avanços da Constituição Federal de 1988 foi a incorporação das políticas sociais como responsabilidade do Estado, atendendo às históricas reivindicações das classes trabalhadoras. Nessa direção, a Constituição enfatiza a seguridade social, retira a família do espaço privado, colocando-a como alvo de políticas públicas e afirma direitos da população infanto-juvenil, compreendendo-os como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e, por isso, possuindo absoluta prioridade.

No que diz respeito ao adolescente autor de ato infracional, essa política deve obedecer aos princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Infância e da Juventude, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana. Assegura-lhe a oportunidade, lhe faculta o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.

Com relação à prática de ato infracional por adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente, dispõe de medidas socioeducativas que são aplicadas pela autoridade competente, quando necessário. Deve considerar a capacidade de cumprimento do adolescente, a gravidade, as circunstâncias do ato e a disponibilidade de programas e serviços. Essas medidas vão desde a advertência, caracterizada como medida admoestatória, informativa, formativa e imediata, executada pelo Juiz da Infância e Juventude; a obrigação de reparar o dano; às de meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida); a semiliberdade e a internação. Tais medidas devem ser aplicadas aos adolescentes que cometem atos infracionais graves. Significa a limitação do exercício de ir e vir e a garantia dos direitos necessários à inclusão social, na perspectiva cidadã.

A fundamentação para a implantação dessas medidas está referendada na Doutrina de Proteção Integral, que afirma o valor intrínseco da criança e do adolescente como seres humanos, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento físico, psicológico, social e cultural, devendo obrigatoriamente ser tratados com dignidade e respeito.

As medidas de prestação de serviços à comunidade (PSC) e liberdade assistida (LA), possibilitam aos adolescentes infratores a permanência na família e na comunidade. Conforme preceitua o art. 4º do ECA, no que se refere ao direito à convivência familiar e comunitária.

Essas medidas devem ser executadas no espaço geográfico mais próximo do local de residência do adolescente, de modo a fortalecer o contato e o protagonismo da comunidade e da família.

Segundo o art. 86, a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O art. 88 incisos I e III dispõe sobre a municipalização do atendimento como diretriz dessa política. A municipalização da execução das medidas de meio aberto é exigida pela lei 8069/90 – ECA, pelo CONANDA e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, esclarecendo que a municipalização das medidas socioeducativas deve ser executada no âmbito geográfico do município.

Desta forma, a proposta deste Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, vem reforçar as parcerias, intensificar as ações, possibilitar aos adolescentes, a família e a comunidade, a participação no processo socioeducativo, proporcionando uma socioeducação de qualidade, rompendo com a cultura punitiva, repressiva e proporcionando a transformação da cultura, o respeito aos direitos humanos.

4.1. Objetivo Geral

Sistematizar o atendimento socioeducativo no município, postulando estratégias de promoção, proteção e defesa, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e com o Sistema de Garantias de Direitos, proporcionando um atendimento socioeducativo de qualidade.

4.2. Objetivos Específicos

- a) Ampliar, articular e integrar as diversas políticas, programas, projetos, serviços e ações de apoio sociofamiliar para a promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária;
- b) Difundir uma cultura de promoção, proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária, em suas mais variadas formas, extensiva a todas as crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento ou resgate de vínculos com suas famílias de origem;
- c) Proporcionar, por meio de apoio psicossocial adequado, a manutenção da criança ou adolescente em seu ambiente familiar e comunitário, considerando os recursos e potencialidades da família natural, da família extensa e da rede social de apoio;
- d) Fomentar a implementação de programas para promoção da autonomia do adolescente e/ou jovem egressos de programas de acolhimento, desenvolvendo parâmetros para a sua organização, monitoramento e avaliação;
- e) Assegurar estratégias e ações que favoreçam os mecanismos de controle social e a mobilização da opinião pública na perspectiva da implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária em consonância com o SINASE;
- f) Aprimorar e integrar mecanismos para o cofinanciamento, pela União, Estados, e Municípios, das ações previstas no Plano de Atendimento Socioeducativo;
- g) Ampliação e modernização do serviço de atendimento ao adolescente em conflito com a lei;
- h) Garantir a manutenção e a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pela rede de atendimento socioeducativo;
- i) Conscientizar às famílias sobre sua importância na socialização e inclusão social do adolescente;
- j) Promover ações de prevenção da violência em suas diversas manifestações;
- k) Promover a qualificação dos profissionais responsáveis pelo atendimento nos programas socioeducativo dos adolescentes em cumprimento das medidas de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida;
- l) Proporcionar conhecimentos aos técnicos e orientadores, sobre execução das medidas socioeducativas em meio aberto, conforme os parâmetros e diretrizes do SINASE;
- m) Fortalecer a rede de atendimento socioeducativo do Município;

n) Subsidiar ações, políticas e programas para proporcionar atendimento de adolescentes em conflito com a lei;

4.3. Público-alvo

O Público alvo deste Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo será o adolescente (idade entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos em conflito com a Lei, residente no Município de Jequiá da Praia/AL, enquanto sujeito de direito à proteção integral, ressaltando-se que “as medidas adotadas visam não apenas à responsabilização do interessado, mas seu aperfeiçoamento como membro da sociedade, a qual também pode legitimamente exigir a recomposição dos seus componentes incluídos aí, os menores.”

Imprescindível esclarecer que não obstante o adolescente aqui também seja considerado menor, ou menor de idade como querem muitos, não se trata do termo “menor” carregado de estigmatização ou rotulagem como era entendido na vigência do Código de Menores. Trata-se de uma nova concepção trazida pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente:

A expressão “menor” estigmatizava e vinculava ao infrator, “bandido”. Não existiria uma discriminação entre o menor que era o infrator pertencente à classe baixa e a criança e adolescentes pertencentes às classes média e alta. O Estatuto objetivou romper este pernicioso paradigma para que os menores de 18 anos a partir da CF e do ECA passassem a denominar criança ou adolescente.

A adolescência é uma etapa da vida amplamente discutida, nas mais diversas abordagens e concepções, em sua maioria fortemente ligada a estereótipos e estigmas. Sabe-se que é um período de intensas transformações, no entanto é preciso superar a concepção de que a adolescência é uma fase natural do desenvolvimento, com aspectos determinantes e comuns a todos os adolescentes como preceitua Ozella:

“apontando nela características naturais como rebeldia, desequilíbrios e instabilidades, lutos e crises de identidade, instabilidade de afetos, busca de si mesmo, tendência grupal, necessidade de fantasiar, crises religiosas, flutuações de humor e contradições sucessivas.”

Dar ao adolescente este determinismo é negligenciar sua inserção histórica e condições objetivas de vida, ocultando as desigualdades existentes nas relações sociais, responsabilizando unicamente o próprio adolescente por suas ações, fato extremamente relevante quando falamos em adolescentes envolvidos em atos infracionais.

Desta forma, podemos dizer que os motivos pelos quais o adolescente se envolve em práticas delituosas são complexos e das mais diversas ordens, no entanto há um ponto em comum entre os mais diversos autores e estudiosos do tema:

Esse adolescente, em um determinado período de sua vida, buscou no delito alguma forma de reconhecimento, de pertencimento, de obtenção de algo. A grande maioria desses jovens, ao contrário do que pensa o senso comum, possui uma família.

Esta, porém, enfrenta grandes problemas para assumir seus papéis. Alcoolismo, maus-tratos, abandonos, graves faltas materiais, fragilidade ou inexistência da figura de autoridade ou de uma substituta.”

Nesta perspectiva, importante destacar o papel que a família ocupa e a influência que exerce sobre a vida das pessoas, especialmente pelos dados levantados apontarem que grande parte dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa são oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade social.

O grupo familiar tem um papel fundamental na constituição dos indivíduos, além de influenciar significativamente no comportamento dos seus membros através das atitudes, ações e medidas educativas tomadas no contexto familiar, auxiliando no processo de adaptação dos indivíduos às exigências da convivência em sociedade.

A “família é um sistema dinâmico e auto-organizador. Define fronteiras, normas de funcionamento e estabelecimento de papéis. A cada modificação individual ou das condições externas ou internas corresponde a um reajuste de papéis.”

O processo de individuação dos adolescentes provoca reajuste de papéis familiares, pois este define novas formas de funcionamento para sua vida, estabelecendo assim suas fronteiras.

Outro fator importante a ser destacado quando falamos em adolescente em conflito com a lei é a educação formal, a escola.

A aprendizagem é um processo através do qual o indivíduo adquire seus valores e suas características, e isso acontece a partir do contato com a realidade, não existe construção individual sem a participação do outro e do meio social, “quando isolado privado do contato com outros seres entregue apenas as suas próprias condições e a favor dos recursos da natureza, o homem é fraco e insuficiente.”

Além de todas as questões do desenvolvimento, contexto familiar, escola, hoje o processo de formação está diante de fatores de diferentes ordens que têm forte impacto na vida dos adolescentes, como aponta Rocha:

a instantaneidade temporal provocada pela velocidade tecnológica, que acarreta uma certa superficialidade na aquisição de conhecimentos, a cultura do consumo, geradora de múltiplas necessidades rapidamente descartáveis, o quadro recessivo, que amplia a exclusão social, associado à pulverização das relações coletivas, levando à individualização e ao desinteresse na esfera pública e política.

Sendo assim, vemos uma busca desenfreada pelo consumo, pelo ter que se sobrepõe ao ser, gerando no adolescente expectativas que muitas vezes vão além de suas possibilidades, seja por bens materiais ou prestígio que embora não esteja ao alcance são amplamente divulgadas, desencadeando um processo de frustração, discriminação, e com isso a inquietação do adolescente que busca por experiências novas e diferentes.

Partindo destes pressupostos, o Programa de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, deverá sempre considerar esta gama de fatores e situações adversas nas quais os adolescentes estão inseridos, acolher, acompanhar e conhecer a história de cada adolescente atendido, visando o fortalecimento dos laços familiares e comunitários e integrando ações nas áreas de educação, saúde, lazer e trabalho.

Desta forma o alvo desse Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo será o adolescente (menor com idade entre 12 e 18 anos), conforme disposto no art. 2º da Lei Federal n.º 8.069 de 13 de julho de 1990.

5. DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

5.1. O que são medidas socioeducativas?

Medidas socioeducativas são medidas aplicáveis a adolescentes autores de atos infracionais e estão previstas no art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e apesar de configurarem resposta à prática de um delito, apresentam um caráter predominantemente educativo.

São medidas aplicáveis aos adolescentes na faixa etária estabelecida entre 12 e 18 anos, podendo-se, excepcionalmente, ter sua aplicação estendida aos jovens com até 21 anos incompletos, conforme previsto no art. 2º do ECA.

5.2. Tipos de Medidas Socioeducativas.

Advertência (Art. 115 do ECA)

Repreensão judicial verbal, com o objetivo de sensibilizar e esclarecer ao adolescente sobre a gravidade do ato cometido, alertando-o acerca das consequências no caso de uma possível reincidência infracional. Responsável pela execução: Juiz da Infância e da Juventude ou servidor com delegação para tal.

Obrigação de Reparar o Dano (Art. 116 do ECA)

Ressarcimento por parte do adolescente, na pessoa de seus representantes legais, do dano ou prejuízo econômico causado à vítima.

Responsável pela execução: Juiz da Infância e da Juventude ou equipe interprofissional da Vara, por delegação.

Prestação de Serviços à Comunidade (Art. 117 do ECA)

Realização de atividades gratuitas, de caráter educativo e de interesse comunitário por parte do adolescente em conflito com a lei, durante período máximo de seis meses e oito horas semanais.

Liberdade Assistida (Arts. 118 e 119 do ECA)

Acompanhamento, auxílio e orientação do adolescente em conflito com a lei por equipes multidisciplinares, por um período mínimo de seis meses, objetivando oferecer ao adolescente atendimento nas diversas áreas de políticas públicas, como saúde, educação, cultura, esporte, lazer e profissionalização, com vistas à sua promoção social e de sua família, bem como inserção no mercado de trabalho.

Semiliberdade (Art. 120 do ECA)

Vinculação do adolescente a unidades especializadas com restrição da sua liberdade, possibilitada a realização de atividades externas, sendo obrigatórias a escolarização e a profissionalização. O jovem poderá permanecer com a família aos finais de semana, desde que autorizado pela coordenação da Unidade de Semiliberdade.

Internação (Arts. 121 a 125 do ECA)

Medida socioeducativa privativa da liberdade, adotada pela autoridade judiciária quando o ato infracional praticado pelo adolescente se enquadrar nas situações previstas no art. 122, incisos I, II e III, do ECA – quando o ato for cometido com violência ou grave ameaça. A internação tem caráter eminentemente provisório e está sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

6. EIXOS ESTRATÉGICOS**6.1. Atendimento Inicial**

- Implementar o atendimento a crianças e adolescentes, juntamente com a Delegacia de Polícia Civil, com intuito da mesma ter funcionamento 24 horas para atender adequadamente os casos de violação de direitos praticados contra crianças e adolescentes e por adolescentes.
- Fortalecer a garantia e a promoção dos direitos das crianças e adolescentes com a presença dos Conselheiros Tutelares, nos atendimentos na referida delegacia.

6.2. Atendimento aos Adolescentes e às Famílias

- Executar as medidas socioeducativas em meio aberto, conforme previsto no SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.
- Aquisição de espaço físico adequado, para funcionamento do programa medida socioeducativa em meio aberto conforme previsto no SINASE.
- Promover palestras nas escolas municipais e estaduais, tendo como público-alvo – Diretor, professores e coordenadores.
- Estimular a articulação e interface com as políticas públicas, estabelecendo um fluxo específico para a política municipal de saúde (consultas, tratamento psicológico) ao atendimento das crianças e adolescentes.
- Acompanhar o adolescente em seu contexto familiar e social durante todo o cumprimento das medidas em meio aberto (atendimento emergencial, encaminhamentos aos programas sociais, a cursos profissionalizantes e inserção no mercado de trabalho, dentre outros).
- Promover encontros e reuniões com as famílias dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.
- Estimular a participação da família no acompanhamento escolar do adolescente.
- Articular programas de profissionalização diversificados com o sistema S (SENAR, SESI, SESC...) para o atendimento de adolescentes não inseridos no mercado de trabalho com o apoio de bolsa complementar.

6.3. Medida Sócio-educativa – Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida.

- Provimento de um espaço físico apropriado, infraestrutura (equipamentos e materiais de consumo) e recursos humanos.
- Manter ampla relação com serviços das diversas políticas públicas existentes no município, construindo um mapeamento dos equipamentos sociais existentes, a fim de firmar novas parcerias.
- Incentivar a participação dos adolescentes nos eventos sociais da comunidade, em cursos profissionalizantes, em ações de escolarização, trabalho, lazer, cultura e esporte.
- Estimular a articulação e interface com as políticas públicas, estabelecendo um fluxo específico para a política municipal de saúde (consultas, tratamento psicológico) ao atendimento das crianças e adolescentes.
- Promover palestras nas escolas e na comunidade em geral, a fim de ampliar o número de orientadores no acompanhamento da medida de liberdade assistida.

6.4. Capacitação Profissional

- Promover capacitação aos atores – técnicos do programa, orientadores, e todas as instituições governamentais e não governamentais que fazem parte do sistema socioeducativo do município.
- Promover a participação da equipe técnica em eventos estaduais e nacionais sobre medidas sócio-educativas.
- Realizar cursos modulares direcionados às pessoas que fazem parte da rede de atendimento socioeducativo, com foco no trabalho em rede, direitos humanos, Estatuto da Criança e do Adolescente, Política de Assistência Social, SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e controle social.
- Realizar encontros mensais com os orientadores dos adolescentes.

6.5. Sistema de Informação

- Manter atualizado o SIPIA (Sistema de Informação para a Infância e Adolescência).
- Promover formação para os atores sociais que alimentam o SIPIA.
- Implantar banco de dados, sistematizando o andamento de cada processo, contendo dados objetivos e atualizados da realidade dos adolescentes.

6.6. Resultados Esperados

- Socioeducandos atendidos, profissionalizados.
- Evitar reincidência.
- Promoção de parcerias com organizações governamentais e não governamentais na efetivação da rede de apoio para atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto.
- Fortalecimento das relações familiares e comunitárias.
- Assegurar o acesso dos adolescentes autores de ato infracional nas políticas públicas (educação, saúde, assistência social, etc.).

SAÚDE			
OBJETIVOS	METAS	RESPONSÁVEIS	Curto, Médio e Longo Prazo
Qualificar o atendimento desatado do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas.	Garantir o acesso à saúde por intermédio do Sistema Único de Saúde.	SMS	Permanente
	Promover o atendimento qualificado aos adolescentes portadores de deficiência, de maneira a atender suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação.	SMSPMI	Permanente
	Fornecer gratuitamente àqueles que necessitam medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação.	SMS PMI	Permanente
	Promover a articulação com a educação e Assistência Social com objetivo de fomentar ações de educação em saúde.	SMS SMAS/CRAS Equipe técnica de Referência dos Serviços de Média/Alta complexidade.SME	Permanente
Promover atenção especial ao adolescente com sofrimento ou transtorno mental ou com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas	Aprimorar os fluxos de encaminhamento e promover o acesso ao CAPS para o adolescente em tratamento.	SMS Equipe técnica de Referência dos Serviços de Média/Alta complexidade.	Permanente
	Promover ações de prevenção ao uso de álcool e outras drogas em parceria com a educação.	SMS SME SMAS	Permanente

CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO			
OBJETIVOS	METAS	RESPONSÁVEIS	Curto, Médio e Longo Prazo
Viabilizar a oferta e inserção	Busca e divulgação contínua de cursos profissionalizantes.	SME SMAS (CRAS)	Permanente
	Orientar sobre a matrícula dos adolescentes em cursos profissionalizantes.	Equipe técnica de Referência dos Serviços de Média/Alta complexidade.	Permanente

de cursos de capacitação profissional dos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa.	Realizar pesquisas de preferência de cursos entre os adolescentes.	SME Equipe técnica de Referência dos Serviços de Média/Alta complexidade.	Permanente
	Estabelecer parcerias com instituições para ampliar a oferta de vagas de cursos profissionalizantes e de formação básica para o trabalho.	SME SMASPMI	Permanente

ASSISTÊNCIA SOCIAL			
OBJETIVOS	METAS	RESPONSÁVEIS	PRAZO
Garantir equipe técnica para atuação nos serviços de média/altacomplexidade.	Garantir que a equipe seja composta por todos os profissionais, conforme a orientação do MDS.	Secretário Municipal de Assistência Social e Secretário Municipal da Fazenda	2023
Qualificar o atendimento ao menor em cumprimento de medida socioeducativa e sua família.	Garantir apoio necessário aos familiares para contato com os adolescentes acautelados em unidades socioeducativas.	SMAS Equipe técnica de Referência dos Serviços de Média/Alta complexidade.	Permanente
	Acompanhar os adolescentes egressos e suas famílias por meio do PAIF por no mínimo seis meses.	SMAS CRAS	Permanente
	Assegurar documentação civil básica a todos os adolescentes	SMAS CRAS	Permanente
Acompanhar as ações desenvolvidas pelos adolescentes.	Elaboração do PIA - Plano Individual de Atendimento - referente aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, nas modalidades de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida.	SMAS Equipe técnica de Referência dos Serviços de Média/Alta complexidade.	2023
Sistematizar as ações desenvolvidas para qualificação e aprimoramento das mesmas.	Elaborar instrumentos que possibilitem ao município acompanhar e ter sempre necessário um levantamento dos adolescentes atendidos.	Equipe técnica de Referência dos Serviços de Média/Alta complexidade.	Permanente
Definir junto as secretarias municipais locais para os adolescentes cumprir as medidas de Prestação de Serviço à Comunidade.	Garantir que os técnicos de Referência não tenham dificuldade em encaminhar os adolescentes para os diversos espaços institucionais do município.	Secretários Municipais do Município Equipe técnica de Referência dos Serviços de Média/Alta complexidade.	2023

EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
OBJETIVOS	METAS	RESPONSÁVEIS	Curto, Médio e Longo Prazo.
Garantir o acesso à educação formal dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.	Estimular a escolarização dos adolescentes, entendendo este como fundamento primordial para a superação de condições de vulnerabilidade	SME Família do adolescente.	Permanente
	Garantir transporte e demais subsídios que se façam necessários para a frequência do aluno às aulas	SME Família do adolescente	Permanente
	Acompanhamento da trajetória escolar dos egressos do sistema socioeducativo.	SME CRAS	Permanente
	Estimular a reinserção escolar dos adolescentes que abandonaram os estudos.	Equipe técnica de Referência dos Serviços de Média/Alta complexidade.	Permanente
Fomentar o envolvimento das famílias no processo educacional dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.	Estimular a participação das famílias nas escolas, através da oferta de programas e projetos de pais e educadores	SME Equipe técnica de Referência dos Serviços de Média/Alta complexidade.	Permanente
Desenvolver e aprimorar ações preventivas às práticas de atos infracionais por crianças e adolescentes.	Promover ações educativas, para conscientização dos adolescentes.	SME Equipe técnica de Referência dos Serviços de Média/Alta complexidade.	Permanente
Garantir o acesso dos adolescentes em cumprimento de medida	Desenvolver e aprimorar junto aos órgãos competentes, projetos culturais que possam atender os adolescentes em cumprimento de MSE.	SME - (Departamento de Esporte e Cultura)	Permanente
socioeducativa às fontes de cultura, esporte e lazer existentes no município e região.	Buscar parcerias com organizações não governamentais para inserção dos adolescentes em programas esportivos e culturais, fomentando a participação dos mesmos em programas de cultura, esporte e lazer.	SME - (Departamento de Esporte e Cultura)	Permanente

7. ORÇAMENTO/FINANCIAMENTO

O artigo quarto do ECA trata da garantia de prioridade na destinação de recursos públicos para assuntos relacionados à infância e juventude. Dentre esses assuntos, inclui-se o financiamento dos programas de atendimento das medidas socioeducativas. Cabe destacar que, por decorrência lógica da descentralização político-administrativa prevista na Constituição, a responsabilidade pelo financiamento é compartilhada por todos os entes federativos (União, Estado, Distrito Federal e Município),

Para operacionalização do Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, os três entes federativos contribuem para o financiamento do sistema, tendo o processo orçamentário comum, que compreende a elaboração do Plano Plurianual de Governo, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual e as demais fontes de receita do Fundo da Criança e do Adolescente.

Ressalta-se que aos municípios compete co-financiar, conjuntamente com os governos federal e estadual “a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como aqueles destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa em meio aberto.”

8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

O monitoramento e avaliação da gestão dos programas têm entre outros objetivos, identificar problemas e suas causas e apoiar as atividades de execução, promovendo melhorias e realizando o controle de qualidade das ações.

O monitoramento, portanto, será contínuo e periódico objetivando avaliar e corrigir eventuais falhas no processo. Este será realizado de acordo com o fluxo de atendimento.

Em âmbito Municipal, cabe ao CMDCA juntamente com a Secretaria Municipal de Assistência Social e a equipe de trabalho instituir instrumentos para que este monitoramento seja contínuo de forma que os objetivos sejam alcançados.

Em âmbito estadual, a Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS tem entre outras atribuições, o atendimento às medidas socioeducativas e a avaliação e melhoria da qualidade da atuação das instituições e a integração do Sistema de Defesa Social com o Sistema de Justiça. Também desenvolve e fomenta pesquisas e análises, tendo em vista a importância da produção do conhecimento gerada através da coleta de dados estatísticos, entendendo esta como ação fundamental que dotará os gestores de subsídios necessários à elaboração e implementação de uma política de atendimento mais efetiva.

LISTA DE ABREVIATURAS:

CF - Constituição Federal

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA -Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LA – Liberdade Assistida

MSE - Medida Socioeducativa

PSC – Prestação de Serviço à Comunidade

SEDS - Secretaria de Defesa Social

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SGD - Sistema de Garantia de Direitos

SIPIA - Sistema de Informação Para Infância e Adolescência

SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SME – Secretaria Municipal de Educação

SMS – Secretaria Municipal de Saúde
 SUAS – Sistema Único de Assistência Social
 SUASE -Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas
 PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias
 PM - Polícia Militar

Publicado por:
 Sydney Pontes de Miranda Filho
Código Identificador:3DECE5AD

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 0106002, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

DECRETO Nº 0106002, de 06 de janeiro de 2021.

ESTABELECE O PLANO DE ADEQUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, PARA ATENDER O PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE DO SISTEMA ÚNICO E INTEGRADO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE – SIAFIC, NOS TERMOS DO DECRETO FEDERAL Nº 10.540/2020.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e pelas determinações contidas no Decreto Federal nº 10.540/2020;

Considerando a transparência da gestão fiscal de todos os entes federativos em relação à adoção de Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, em observância do padrão mínimo de qualidade estabelecido no Decreto nº 10.540/2020;

Considerando que o SIAFIC corresponde à solução tecnológica de informação mantida e gerenciada pelo Poder Executivo, com finalidade de registrar atos e fatos relacionados a administração orçamentária, financeira e patrimonial, controlando e permitindo sua evidenciação;

Considerando a necessidade do município em elaborar seu plano de ação;

DECRETA:

Art. 1º – Fica estabelecido o Plano de Adequação, que é parte integrante do presente decreto, com a finalidade de ajustar o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, ao padrão mínimo de qualidade, estabelecido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020.

Parágrafo Único. Constará no anexo único deste decreto as ações e prazos a serem executados pela administração municipal, visando a implantação do SIAFIC.

Art. 2º – O SIAFIC corresponde à solução de tecnologia da informação mantida e gerenciada pelo Poder Executivo, incluindo a responsabilidade pela contratação, com ou sem rateio de despesas, utilizada pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, e demais órgãos da Administração Direta e Indireta, incluídos Autarquias, Fundações, Fundos Especiais, resguardada a sua autonomia.

Parágrafo Único – É vedada a existência de mais de um SIAFIC no Município, mesmo que estes permitam a integração, entre si, por intermédio de transmissão de dados.

Art. 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Maravilha, 06 de janeiro de 2021

MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

Prefeita

ANEXO ÚNICO

Decreto nº 0106002, de 06 de janeiro de 2021

Item	Ação	Início	Fim
1	Levantar e avaliar o sistema informatizado atual: Levantar as informações acerca da solução atual à observância do Decreto 10.540/21, levando à sua manutenção ou tomada de providências; analisar o Decreto 10.540/21 e todos os critérios técnicos frente à solução atualmente em uso pelas entidades do Município. Verificação dos sistemas atuais, análise e conformidade com o decreto.	01/06/2021	31/12/2021
2	Apresentação com a empresa fornecedora do Sistema Informatizado: Tomar ciência das medidas adotadas ou planejadas pela empresa que fornece o sistema informatizado às entidades municipais. Apresentar à empresa a análise realizada pela Comissão; Analisar eventual necessidade de adequação da solução informatizada; Estipular data para adequação, se necessário.	01/06/2021	31/12/2021
3	Mapear os contratos em vigência: Verificar os vencimentos dos contratos de licenciamento de sistema informatizado de cada entidade, para análise de possibilidade de aditamento, unificação ou necessidade de nova licitação conjunta.	01/06/2021	30/06/2022
4	Incluir no PPA as ações necessárias para a elaboração do projeto e consecução do sistema. Dotar orçamentariamente (LDO e LOA de 2022 as ações com gastos necessários para a implantação do SIAFIC local, incluindo as fontes de recursos.	01/08/2021	31/10/2021
5	Atestar que o SIAFIC é integrado a outros sistemas estruturantes tais como RH, Tributário, Patrimônio, almoxarifado, etc.	01/06/2021	31/10/2021
6	Garantir que o SIAFIC é sistema único e a cuja base de dados é compartilhada entre os seus usuários.	01/07/2021	31/10/2022
7	Atestar que o SIAFIC permita a atualização, a consulta e a extração de dados e de informações de maneira centralizada.	01/07/2021	31/10/2022
8	Atestar que SIAFIC é mantido e gerenciado pelo Poder Executivo.	01/07/2021	31/10/2022
9	Atestar que o SIAFIC registra os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial.	01/07/2021	31/10/2022
10	Garantir que há apenas um SIAFIC em uso pelo ente.	01/07/2021	31/10/2022
11	Garantir que o SIAFIC permita o armazenamento, integração, importação e exportação de dados;	01/07/2021	31/10/2022
12	Atestar que o SIAFIC contém mecanismos que garantem a Integridade, a Confiabilidade, a Auditabilidade e a Disponibilidade das Informações.	01/07/2021	31/10/2022
13	Garantir que o SIAFIC permite a Identificação do Sistema e Desenvolvedor nos Documentos Contábeis que deram origem aos registros.	01/07/2021	31/10/2022
14	Garantir que o SIAFIC contém controle de acesso dos usuários por segregação de funções, para controle ou consulta e também de acesso aos dados das demais Unidades Gestoras (cadastros com CPF ou Certificado Digital e codificação própria e intransferível).	01/07/2021	31/10/2022
15	Garantir que o acesso ao SIAFIC para usuários cadastrados seja dado por autorização de superiores do administrador do SIAFIC mediante assinatura de Termo de Responsabilidade e e que seja realizado login através de CPF e Senha ou	01/07/2021	31/10/2022

	Certificado Digital.		
16	Garantir que o SIAFIC permita auditoria de dados para controlar Inserções, Exclusões ou Alterações efetuadas pelos Usuários com a identificação do CPF, operação Realizada, Data e Hora com acesso restrito à usuários permitidos.	01/07/2021	31/10/2022
17	Garantir que o SIAFIC evidencie, NO MÍNIMO: - I. os bens, os direitos, as obrigações, as receitas e as despesas orçamentárias ou patrimoniais - II. a execução das receitas e despesas orçamentárias, bem como suas alterações - III. a situação patrimonial e sua variação - IV. a apuração dos custos - V. controle de convênios, contratos e instrumentos congêneres - VI. Diário, Razão e Balancetes (individuais e consolidados) - VII. demonstrações contábeis, relatórios e demonstrativos fiscais, orçamentários, econômicos e financeiros - VIII. operações	01/07/2021	31/10/2022

	intragovernamentais - IX. origem e destinação dos recursos legalmente vinculados.		
18	Assegurar que o SIAFIC possui rotinas Backup.	01/07/2021	31/10/2022
19	Assegurar que a sociedade tenha acesso às informações sobre a execução orçamentária e financeira em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público.	01/07/2021	31/10/2022
20	Atestar que as Informações são disponibilizadas em tempo real e pormenorizadas, Disponibilização de informações ATÉ O PRIMEIRO DIA ÚTIL subsequente à data do registro contábil.	01/07/2021	31/10/2022
21	Assegurar que as informações disponibilizadas pelo SIAFIC observam as questões de acessibilidade.	01/07/2021	31/10/2022
22	Certificar que o SIAFIC observa a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).	01/07/2021	31/10/2022
23	Garantir que o SIAFIC permite a disponibilização em meio eletrônico de, no mínimo: a) DESPESA execução Classificação orçamentária, com a especificação da unidade orçamentária, da função, da subfunção, da natureza da despesa, do programa e da ação e da fonte dos recursos que financiou o gasto. desembolsos independentes da execução orçamentária PF ou PJ beneficiária do pagamento, com seu respectivo CPF ou CNPJ, EXCETO folha e benefícios previdenciários convênios realizados, com o número do processo correspondente, o nome e identificação por CPF ou CNPJ do conveniente, o objeto e o valor licitação, ou a sua dispensa ou inexigibilidade, com o número do respectivo processo bem ou serviço adquirido, quando for o caso b) RECEITA: I. previsão na LOA	01/07/2021	31/10/2022

	lançamento, resguardado o sigilo fiscal arrecadação, inclusive recursos extraordinários recolhimento classificação orçamentária, com a especificação da natureza da receita e da fonte de recursos.		
24	Atestar que o SIAFIC processa e centraliza o registro contábil dos atos e fatos que afetem ou possam afetar o patrimônio da entidade.	01/07/2021	31/10/2022
25	Assegurar que o registro representa integralmente o fato ocorrido, observada a tempestividade necessária.	01/07/2021	31/10/2022
26	Assegurar que o registro: Foi feito conforme partidas dobradas Foi feito em idioma e moeda corrente nacionais.	01/07/2021	31/10/2022
27	Assegurar que o SIAFIC gera os livros razão, diários e demais demonstrativos contábeis em consonância as regras contidas no Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público (MCASP) e no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), de forma individual e consolidada, e que ficam à disposição dos usuários e dos órgãos de controle interno e externo.	01/07/2021	31/10/2022
28	Assegurar que os registros contábeis são efetuados de forma analítica e reflete a transação com base em documentação de suporte.	01/07/2021	31/10/2022
29	Garantir que o registro contábil conterá, NO MÍNIMO: I. data da transação; II. conta debitada; III. conta creditada; IV. histórico da transação com referência à documentação de suporte, de forma descritiva ou por meio do uso de código de histórico padronizado; V. valor da transação; VI. número de controle dos registros eletrônicos que integrem um mesmo lançamento contábil.	01/07/2021	31/10/2022
30	Assegurar que o SIAFIC permite a acumulação dos registros por centros de custos.	01/07/2021	31/10/2022
31	Assegurar que o SIAFIC não permita: I. contabilização apenas na exportação de dados II. registro cuja data não corresponda à data do fato contábil ocorrido III. alteração	01/07/2021	31/10/2022

	dos códigos-fonte ou das bases de dados do SIAFIC IV. utilização de ferramentas de sistema que refaçam os lançamentos contábeis em momento posterior ao fato contábil ocorrido.		
32	Garantir que até o dia 25 - Para fechar o balancete do mês anterior.	01/07/2021	31/10/2022
33	Garantir que até o dia 30/01 - Para registrar os atos de Gestão Orçamentária e Financeira do ano anterior (inclusive inscrição e cancelamento de Restos a Pagar).	01/07/2021	31/10/2022
34	Garantir que até o dia 28 ou 29/02 - Para o fechamento dos Balanços e outras informações com periodicidade Anual.	01/07/2021	31/10/2022
35	Certificar que o SIAFIC impede os registros contábeis após o balancete encerrado.	01/07/2021	31/10/2022
36	Cadastro de usuários de senha dos diversos setores: contabilidade, tributos, patrimônio, Rh e outros.	01/07/2021	31/10/2022
37	Liberação do SIAFIC para os diversos setores das entidades municipais.	01/07/2021	31/10/2022

MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

Prefeita

JAQUELINE DE BARROS LIMA

Contadora

WENDEL DE SÁ SANTOS

Controlador Interno

Publicado por:
Juan Rocha Soares
Código Identificador:EC7FD76A

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIBONDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 172 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

PORTARIA Nº 172 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

Institui o quantitativo de Diretores, Geral e Adjunto, nas escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Maribondo/AL, conforme Lei Municipal nº 866/2022.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARIBONDO – ALAGOAS, no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO, a Lei nº 866/2022, de 03 de outubro de 2022, que dispõe sobre a Gestão Democrática da Rede Municipal de Ensino de Maribondo e dá outras providências;

CONSIDERANDO, a Lei 14.113 de 225 de dezembro de 2020, que estabelece procedimentos a serem adotados para o exercício de cargo de Diretor e Diretor Adjunto da Rede de Ensino do Município de Maribondo.

RESOLVE:

Art. 1º - Disciplinar as Unidades de Ensino conjuntas ou isoladas da Rede Pública Municipal de Maribondo, que comportarão um Diretor ou um Diretor e um Diretor Adjunto.

Art. 2º - O quantitativo de Diretores ou Diretores e Diretores Adjuntos ficará estabelecido de acordo com o Censo escolar, obedecendo a seguinte distribuição:

Nº DE ALUNOS	DIREÇÃO DAS ESCOLAS
ATÉ 150 ALUNOS	01 DIRETOR GERAL
ACIMA DE 150 ALUNOS	01 DIRETOR GERAL E DIRETOR ADJUNTO

Parágrafo Único – As Unidades de Ensino a serem contempladas, conforme previsto no caput deste artigo, com Diretor ou Diretor e Diretor Adjunto, obedecem o quadro a seguir:

INEP	NOME DA ESCOLA	Nº ALUNOS	QUANT. DE DIRETORES
27013162	Escola Municipal de Educação Básica N. Sra. do Perpétuo Socorro (3 TURNOS)	546	1 GERAL 1 ADJUNTO
27013391	Escola Municipal de Educação Básica D. Pedro I (3 TURNOS)	314	1 GERAL 1 ADJUNTO
27013464	Pré-Escolar Maria José Calheiros (Pré-Escola)	57	
Total de alunos		371	
27214133	Creche Casulo Maria Paes de Brito (integral)	415	1 GERAL 1 ADJUNTO
27013375	Escola Municipal de Educação Básica Antônio Bonfim (integral) Pré-Escola e Fund I	285	1 GERAL 1 ADJUNTO
27013413	Escola Municipal de Educação Básica Profa. Eurides Costa (3 TURNOS)	225	1 GERAL 1 ADJUNTO
27013472	Pré-Escolar Prof. José Medeiros (2 TURNOS = M e T)	56	
		281	
27013480	Escola Municipal de Educação Básica Profa. Alaíde Lopes Barbosa (2 TURNOS = M e T)	33	1 GERAL 1 ADJUNTO
27013260	Escola Municipal de Educação Básica Leopoldina de Oliveira Messias (1 TURNOS = M)	17	
27013456	Escola Municipal de Educação Básica Manoel Pereira (1 TURNO = M)	18	
27013308	Escola Municipal de Educação Básica Miguel Vicente de Silva (1 TURNO = M)	25	
27013316	Escola Municipal de Educação Básica Amâncio Rodrigues (2 TURNO = M e N)	57	
27013189	Escola Municipal de Educação Básica Manuel Militão Ramos (1 TURNO = T)	15	
		165	

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo José Zeferino do Carmo
Gabinete da Prefeita, aos 28 de dezembro de 2022.

LEOPOLDINA MARIA DE OLIVEIRA AMORIM
Prefeita

Publicada e Registrada na Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio aos 28 dias do mês de dezembro de 2022.

CARLOS ALBERTO FALCÃO PEDROSA NETTO
Secretário Municipal de Administração

Conforme dados do Educacenso 2022.

Publicado por:
Cleiton Sinvaldo de Lima
Código Identificador:96406E83

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÃO DE AÇÚCAR

GABINETE DO PREFEITO
LEI DELEGADA N.º 01, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA ORGANIZACIONAL DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PÃO DE AÇÚCAR/AL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PÃO DE AÇÚCAR, ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, atribuição que lhe confere o art. 43, inciso II e da Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal de Pão de Açúcar aprova e eu sanciono a seguinte Lei Delegada:

TÍTULO I
CAPÍTULO I
Dos Princípios Gerais da Administração Municipal

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa Organizacional dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, da Prefeitura Municipal de Pão de Açúcar, Estado de Alagoas, e de suas competências.

Art. 2º O Poder Executivo é exercido diretamente pelo Prefeito Municipal, auxiliado pelos seus Secretários Municipais, Secretários Adjuntos, Secretários Executivos, Superintendentes, Assessores Especiais, Coordenadores, Gerentes, Diretores, Assistentes, órgãos colegiados e autarquias, conforme disposto nesta Lei, a ação do Governo Municipal terá como objetivo o desenvolvimento do Município e o aprimoramento dos serviços prestados à população, mediante o planejamento de suas atividades.

Art. 3º O desenvolvimento do Município de Pão de Açúcar, está vinculado à realização plena de seu potencial econômico e a redução das desigualdades sociais no acesso aos bens e serviços, respeitadas as vocações, as peculiaridades e a cultura local e preservado o seu patrimônio ambiental, natural e constituído.

Art. 4º O processo de planejamento municipal deverá considerar os aspectos técnicos e políticos envolvidos na fixação de objetivos, diretrizes e metas para a ação municipal, e será feito por meio de elaboração e manutenção atualizada.

Art. 5º O planejamento das atividades da Administração Municipal obedecerá às diretrizes estabelecidas neste título e será feita através da elaboração e manutenção dos seguintes instrumentos:

I - Plano Diretor e Ocupação do Solo;
 II - Código Tributário;
 III - atos normativos e executivos gerais e especiais;
 IV - Diretrizes gerais da ação do Governo;
 V - Plano Plurianual - PPA;
 VI - Diretrizes Orçamentárias - LDO;
 VII - Orçamentos Anuais - LOA;
 VIII - projetos especiais;
 IX - programação financeira de desembolso;
 X - auditorias, na atuação da controladoria;
 XI - atividades de coordenação;
 XII - realização de pesquisas e estudos;
 XIII - divulgação de resultados das atividades governamentais;
 XIV - desenvolvimento de cursos e seminários;
 XV - Governança Pública; e
 XVI - acompanhamento da execução de planos, programas, projetos e atividades, e avaliação de desempenho da Administração Pública, e dos resultados das ações do Governo.

Art. 6º A Administração Municipal, além dos controles formais concernentes à obediência a preceitos legais e regulamentares, deverá dispor de instrumentos de acompanhamento e avaliação de resultados da atuação de seus diversos órgãos e agentes, implementados pela Política Pública de Governança.

Art. 7º Para o aprimoramento de seus serviços, a Administração Municipal buscará elevar a produtividade operacional qualitativa de seus órgãos, através de rigorosa seleção de candidatos ao ingresso no seu quadro de pessoal, do treinamento e aperfeiçoamento dos servidores, do estabelecimento dos níveis de remuneração compatíveis com a qualificação dos recursos humanos e as disponibilidades do Tesouro Municipal e do estabelecimento e observância de critérios de promoção.

Parágrafo único. Na elaboração de seus programas a Prefeitura estabelecerá o critério de prioridades, que guardarão inteira consonância com os planos e programas do Estado e dos Órgãos da Administração Federal.

Seção I

Das Diretrizes Gerais da Administração Municipal

Art. 8º Toda e qualquer atividade dos órgãos e entidades que compõe a Administração do Poder Executivo Municipal observará às seguintes diretrizes:

I – desenvolvimento das atividades socioeconômico respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
 II – modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, serviços com maior eficiência e eficácia;
 III – respeito aos padrões da sociedade;
 IV – responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
 V – transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
 VI – autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
 VII – manutenção de relacionamento harmônico com os segmentos sociais e os poderes constituídos;
 VIII – adoção do planejamento participativo, como método e instrumento da integração, celeridade e racionalização das ações do Governo;
 IX – valorização do pessoal administrativo e técnico da Administração Pública Municipal;
 X – criação de condições gerais necessárias aos cumprimentos eficientes, eficazes e éticos das missões incumbidas aos agentes públicos;
 XI – promoção da modernização permanente da estrutura governamental, dos instrumentos, procedimentos e normas administrativas, com vista à redução de custos e desperdícios e a impedir ações redundantes;
 XII – predominância do interesse social na prestação dos serviços públicos;
 XIII – fomento às atividades produtoras com aproveitamento das potencialidades do Município;
 XIV – descentralização das atividades administrativas e executivas do Governo e desconcentração espacial de suas ações, por delegação a órgãos e entidades municipais para execução de planos, programas, projetos e atividades a cargo do governo;
 XV – realização de investimentos públicos indispensáveis à criação de condições infra estruturais indutoras de maior aproveitamento das potencialidades econômicas do Município e necessárias à melhoria de qualidade de vida da população;
 XVI – exploração racional dos recursos naturais do município, ao menor custo ecológico, assegurando sua preservação como bens econômicos de interesse das gerações atuais e futuras;
 XVII – foco no desenvolvimento de parcerias estratégicas nas áreas de saneamento, tratamento de resíduos sólidos, água, iluminação público e geração de energia limpa.

Seção II

Dos Princípios Fundamentais

Art. 9º As atividades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais:

- I – planejamento;
- II – organização;
- III – coordenação;
- IV – delegação de competência; e
- V – controle.

§1º O planejamento será adotado como método e instrumento de integração, celeridade, racionalização, reforço institucional das ações prioritárias de governo, descentralização e renovação.

§2º A organização tem como objetivo social melhorar as condições de trabalho, permitindo uma operacionalização das ações de governo com o máximo de eficiência e com o mínimo de dispêndio e risco.

§3º As atividades da Administração Pública Municipal, assim como a elaboração e execução de Planos e Programas de Governo, serão objeto de permanente coordenação, em todos os níveis administrativos, com vistas a um efetivo rendimento.

§4º A execução das atividades da Administração Pública Municipal deverá ser amplamente descentralizada, a saber:

- I – dentro dos quadros da Administração, pela distinção clara entre os níveis de direção, assessoramento e execução; e
- II – da Administração para o setor privado, mediante convênios, contratos, parcerias ou concessões.

§5º A delegação de competência será utilizada como instrumento de descentralização administrativa, com objetivo de assegurar maior rapidez e objetividade aos processos de decisão e execução.

§6º O controle será exercido, sistematicamente:

- I – pelo Sistema de Controle Interno, através da Controladoria Geral do Município;
- II – pelos diversos níveis de coordenação, assessoramento, direção e gerência, relativamente aos programas, projetos e atividades, assim como quanto à observação das normas e regras instituídas pertinentes aos diversos sistemas e subsistemas das atividades municipais; e
- III – pela fiscalização da regularidade da aplicação do dinheiro público e da guarda dos bens do Município.

§7º Além dos princípios citados acima, as atividades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal serão norteadas pela Política Pública de Governança e pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL

Art. 10. A organização administrativa municipal de Pão de Açúcar é constituída pelos seguintes componentes:

I – GABINETE DO PREFEITO:

1. Prefeito(a) Municipal;
2. Secretário(a) Executivo de Planejamento, Gestão e Comunicação Social;
3. Secretário(a) Executivo de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo.
4. Assessor(a) Especial do Gabinete (15);
- 4.1. Assistente de Gabinete I (05);
- 4.2. Assistente de Gabinete II (30).

II – Órgãos de Assessoramento:

1. Procuradoria Geral do Município;
2. Controladoria Geral do Município;
3. Corregedoria Geral do Município;
4. Coordenadoria da Defesa Civil;

III – SECRETARIAS MUNICIPAIS

1. Secretaria Municipal de Administração;
2. Secretaria Municipal de Finanças;
3. Secretaria Municipal de Educação;
4. Secretaria Municipal de Saúde;
5. Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania;
6. Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transporte;
7. Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos;
8. Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
9. Secretaria Municipal de Gabinete e Articulação Política;
10. Secretaria Municipal de Turismo e Cultura;
11. Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

IV – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, AUTÁRQUICA, FUNDACIONAL E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA:

1. Instituto de Previdência e Pensões dos Servidores do Município de Pão de Açúcar – IAPREV;

Parágrafo único. O Gabinete do Prefeito, os Órgãos de Assessoramento, as Secretarias Municipais e da Administração Indireta, prestarão suporte direto ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 11. Aos cargos de Consultoria Jurídica e Contábil obedecerão aos critérios exigidos pela Lei nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993 (enquanto vigor) e da Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO III

Das Disposições Preliminares

Art. 12. Para desenvolver suas atividades legais e constitucionais, o Poder Executivo Municipal de Pão de Açúcar dispõe de órgãos próprios da Administração Direta e Indireta, integrados, e que devem, conjuntamente, buscar atingir objetivos e metas fixadas pelo Governo Municipal.

§1º Deverá auxiliar diretamente o Prefeito Municipal, no exercício do Poder Executivo, o dirigente principal de cada uma das entidades da Administração Indireta, Secretários Municipais, Secretários Executivos, Superintendentes, Coordenadores, Diretores e Gerentes e a estes seus subordinados hierarquicamente, o Procurador Geral do Município e a estes seus procuradores, e a Controladoria Geral do Município com todo o Sistema de Controle Interno.

§2º A Administração Direta compreende o exercício das atividades da administração pública municipal executada diretamente pelas unidades administrativas, a saber:

I - unidade de deliberação consulta e orienta o Prefeito Municipal, nas suas atividades administrativas;

II - unidades de assessoramento e apoio direto ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para o desempenho de funções auxiliares, coordenação e controle de assuntos e programas intersecretarias; e

III - Secretarias Municipais e órgãos de primeiro nível hierárquico, para o planejamento, comando, coordenação, fiscalização, execução, controle e orientação normativa da ação do Poder Executivo.

§3º Objetivando suprir as secretarias de assessorias, poderá o executivo dotar as mesmas de Superintendências, Coordenações ou Gerências, de acordo com o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, sendo as funções designada em documento próprio.

Art. 13. Os órgãos colegiados de aconselhamento vinculam-se ao Prefeito Municipal por linha de coordenação.

Art. 14. Os órgãos de Administração Indireta e Descentralizada, dotados de personalidade jurídica própria, estão sujeitos ao controle e supervisão do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO IV

Da Administração Municipal

Art. 15. Respeitada a competência constitucional dos outros poderes, o poder executivo disporá sobre a estrutura, as atribuições e o funcionamento dos órgãos da administração pública municipal.

Art. 16. A administração direta constitui-se dos integrantes da estrutura administrativa de Órgãos de Assessoramento e Assistência Direta e Imediata, Órgãos de Atividade Estruturante e Instrumental (Atividades Meio) e dos Órgãos de Atividades Finalísticas.

Art. 17. A administração indireta, demandada ou a ser demandada em função da adesão do município ao Programa Nacional de Municipalização de Políticas Públicas e por outras razões, é constituída por Agências Governamentais Autônomas, criadas por leis específicas segundo os princípios da Administração Pública Gerencial.

TÍTULO II

CAPÍTULO V

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO E APOIO DIRETO AO PREFEITO

Seção I

Gabinete do Prefeito Municipal

Subseção I

Da Competência

Art. 18. O Gabinete do Prefeito Municipal tem por competência assessorar o chefe do Poder Executivo Municipal na sua missão de administrar o Município; coordenar e apoiar as ações políticas que lhes são próprias; cumprir as normas e legislação vigentes na Administração Municipal; supervisionar as ações desenvolvidas pela Defesa Civil; articular o cumprimento das normas e legislação vigentes; realizar controle interno sobre os atos da Administração Pública Municipal; promover a comunicação entre Município e sociedade; observar e articular órgãos e ações para a promoção da captação de recursos visando o bem-estar da população paodeaçucarense.

Subseção II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 19. Órgãos de Assessoramento e Apoio Direto ao Prefeito têm como base as seguintes estruturas organizacionais com seus respectivos membros:

I – Membros de Direção Superior:

1. Procurador(a) Geral do Município;
2. Controlador(a) Geral do Município;
3. Corregedor(a) Geral do Município.

II – Órgãos Internos/Membros

1. Secretário(a) Executivo de Gabinete;
 - 1.1. Assessor(a) Especial de Gabinete (15);
 - 1.2. Assistente de Gabinete do Prefeito I (5)
 - 1.3. Assistente de Gabinete II (30);
2. Coordenador(a) de Defesa Civil;
3. Corregedor(a) Geral do Município;
 - 3.1. Coordenador(a) de Ouvidoria;
 - 3.1.1. Assistente II (02);
4. Secretário(a) Executivo de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo;
 - 4.1. Coordenador(a) do Centro de Empreendedorismo e Inovação;
 - 4.1.1. Assistente I (01);
 - 4.1.2. Diretor(a) de Empreendedorismo;
 - 4.1.2.1. Gerente da Sala do Empreendedor;
 - 4.1.2.1.1. Assistente do Núcleo Setorial I (01);
 - 4.1.2.2. Gerente da REDESIM;
 - 4.1.3. Diretor(a) de Desenvolvimento e Competitividade;
 - 4.1.3.1. Gerente de Inovação;
 - 4.1.3.2. Gerente de Compras Governamentais
5. Secretário(a) Executivo de Planejamento e Comunicação social;
 - 5.1. Assessor(a) Especial de Comunicação (02);
 - 5.2. Coordenador(a) de Planejamento Estratégico e Gestão Institucional;
 - 5.2.1. Gerente de Acompanhamento, Monitoramento e Desenvolvimento de políticas públicas;
 - 5.2.2. Diretor(a) de Gestão de Projetos;
 - 5.3. Diretor(a) de Planejamento e Formação Institucional;
 - 5.4. Coordenador(a) de Comunicação Audiovisual;
 - 5.4.1. Assistente de Comunicação I (03);
6. Superintendente de Planejamento Estratégico Institucional;
 - 6.1.1. Coordenador(a) de Acompanhamento, Monitoramento e Desenvolvimento de Políticas Públicas;
 - 6.1.2. Diretor(a) de Planejamento e Formação Institucional;
 - 6.1.3. Diretor(a) de Formação e Gestão de Projetos;

Seção III**Gabinete do Vice Prefeito(a)****Subseção I**

Da Competência

Art. 20. O Gabinete do(a) Vice Prefeito(a) tem por competência prestar assessoramento direto imediato ao vice-prefeito(a); participar ativamente das decisões políticas e administrativas da gestão municipal, acompanhando a execução dos planos elaborados para o desenvolvimento da cidade e de seus cidadãos.

Subseção II

Da Estrutura

Art. 21. O Gabinete do(a) Vice Prefeito (a) executará suas ações através dos órgãos e membros que integram a sua estrutura administrativa organizacional, a saber:

I – Órgão de Direção Superior:

1. Vice-Prefeito(a) Municipal.
 - 1.1 Assistente de Gabinete I (01).

Seção II**Procuradoria Geral do Município****Subseção I**

Da Competência

Art. 22. A Procuradoria Geral é o órgão que representa o Município de Pão de Açúcar, judicial e extrajudicialmente, diretamente subordinado ao Prefeito, e tem por finalidade a preservação dos interesses públicos, a defesa de seu patrimônio, seus direitos e interesses dos órgãos e entidades municipais, resguardando a legalidade e moralidade administrativas, compete:

I – representar e defender judicial e extrajudicialmente, nos atos e prerrogativas do Prefeito, da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município, em quaisquer instâncias e Tribunais, opinar previamente, com referência ao cumprimento de decisões judiciais, atuar em audiências, julgamentos e noutras atividades jurídicas, celebrar acordos judiciais, em qualquer instância, que visem à extinção de processos, quando autorizadas e delegadas pelo Chefe do Executivo Municipal;

II – examinar as ordens e sentenças judiciais cujo cumprimento envolva matéria de competência do Prefeito ou de qualquer outra autoridade municipal, emitir as informações, os pareceres jurídicos e as demais manifestações jurídicas sobre o assunto e de interesse do Município;

III – organizar a coletânea de leis municipais, bem como da legislação federal e estadual de interesse do Município, da Lei Orgânica Municipal, das leis e demais atos normativos, a ser uniformemente seguida pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

IV – assessorar o Chefe do Poder Executivo na edição de normas legais ou regulamentares de natureza geral, elaborando, pareceres e estudos, à redação das minutas de mensagens, anteprojeto de lei, acompanhar o trâmite e analisar as proposições de leis elaboradas pelo Poder Legislativo Municipal;

V – assessorar o Prefeito e os órgãos da administração direta, cooperando na elaboração legislativa para uma permanente atualização da legislação municipal, propondo a revogação de leis em desuso, renovar todas aquelas que se encontrarem ultrapassadas e desatualizadas, bem como, a declaração de nulidade de atos administrativos;

VI – proceder a análise técnico-consultiva e técnico-legislativa na elaboração de projetos de lei e decretos, bem como preparar e fundamentar as razões de veto, observados os prazos legais para a sanção e/ou veto, de acordo com o ordenamento jurídico nacional, face à legislação em vigor, exercendo a função normativa, supervisora e fiscalizadora em matéria de natureza jurídica;

VII – opinar ao Prefeito, aos Secretários Municipais e dirigentes de órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município, sobre as providências de ordem jurídica reclamadas pelo interesse público ou pela necessidade da aplicação das leis vigentes;

VIII – analisar e elaborar peças processuais, propor ações judiciais, receber citações, notificações e intimações nos processos de interesse do Município;

IX – opinar, além dos casos em que a sua oitiva é necessária, sempre que solicitada, acerca de questões jurídicas;

X – execução das atividades de consultoria jurídica e de assessoramento à Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município, ao Chefe do Poder Executivo e demais órgãos da Administração Municipal, emitindo pareceres, para fixar a interpretação jurídica das leis ou atos normativos, ressalvadas as competências da Procuradoria da Câmara Municipal;

XI – resolver, no âmbito do Município, as controvérsias sobre a correta aplicação de normas constitucionais e legais;

XII – editar enunciados de súmulas administrativas e promover a uniformização da jurisprudência a ser observada pelos órgãos e entidades da Administração Municipal;

XIII – coligir elementos de fato e de direito e, em regime de urgência, elaborar as informações em Mandado de Segurança em que figure como autoridade coatora o Chefe do Poder Executivo, ou dirigentes dos demais órgãos da Administração Municipal a serem prestadas ao Poder Judiciário, diligenciar e adotar medidas necessárias no sentido de suspender medida liminar, ou a sua eficácia, concedida em mandado de segurança, quando para isso for solicitada pelo Prefeito, Secretários do Município e outras autoridades dirigentes de órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município, acoimadas de coatoras, acompanhando sua tramitação e interpondo os recursos cabíveis;

XIV – opinar, por determinação do Prefeito, sobre as consultas a serem formuladas ao Tribunal de Contas e demais órgãos de controle financeiro e orçamentário;

XV – opinar, mediante solicitação ou de ofício, nos procedimentos administrativos em que haja questão judicial correlata ou que neles possa influir como condição de seu prosseguimento;

XVI – proceder o exame de todo e quaisquer documentos públicos, a supervisão nas sindicâncias de processos administrativos e nos editais de licitação, a redação de peças de natureza jurídica, elaborar minutas padronizadas dos termos de contratos, convênios, acordos, justificativas, exposição de motivos, memoriais, de permissões e autorizações de uso no âmbito da Administração Municipal;

XVII – requisitar a qualquer Secretaria ou órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município, processos, documentos, certidões, cópias, exames, diligências, informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento de suas finalidades, bem como técnicos para realização de perícia, quando o assunto envolver matéria que reclame o exame por profissional especializado;

XVIII – emitir pareceres na elaboração, por parte da Comissão Permanente de Licitação – CPL, de minutas-padrão de instrumentos convocatórios de licitações, contratos, convênios e outros atos jurídicos de relevância patrimonial, a serem observadas por toda a Administração e publicadas oficialmente;

XIX – responder as solicitações formuladas pela Câmara Municipal, Ministério Público, Poder Judiciário ou Entes da Federação, por determinação do Chefe do Poder Executivo;

XX – prestar consultoria, assessoramento jurídico e controle interno da legalidade e da moralidade administrativa, sem prejuízo da competência dos órgãos técnicos específicos, cumprindo-lhes – propor a anulação de ato administrativo que se repete lesivo ao interesse público, ou afrontoso aos princípios da moralidade, impessoalidade ou da legalidade administrativa, inclusive os de natureza financeira e orçamentária, no âmbito da Administração Pública Municipal;

XXI – cuidar da legalidade dos atos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, emitindo pareceres técnicos, inclusive sobre a constitucionalidade de projetos de lei, e sobre a interpretação a ser adotada pela Administração acerca de leis resguardados os controles que não sejam de natureza jurídica, incumbidos a outros órgãos;

XXII – fazer inscrever a dívida ativa do Município e executar as atividades de processamento, controle e cobrança da dívida ativa com órgãos e entidades municipais as medidas e procedimentos necessários;

XXIII – promover a cobrança e execução, judicial e extrajudicial, da dívida ativa do Município, de suas entidades autárquicas, fundacionais, ou de quaisquer outras dívidas provenientes de outros créditos do Município que não forem liquidadas nos prazos legais e decidindo sobre parcelamentos;

XXIV – atuar nos embargos judiciais à execução fiscal e exercer a defesa dos interesses do Município nos processos de dissoluções judiciais, falências, concordatas, adjudicação, parcelamento e leilão judicial;

XXV – defender o patrimônio imobiliário do Município, promovendo a pesquisa para a regularização dos títulos de propriedade do Município, à vista de elementos que lhe forem fornecidos pelos setores competentes, representar do Município junto aos Cartórios de Registro de Imóveis, requerendo a inscrição, transcrição ou averbação de título relativo ao imóvel do patrimônio municipal, e por todos os meios administrativos e judiciais necessários à sua preservação e correta utilização, inclusive promover a execução judicial ou extrajudicial de desapropriações, expropriações, e assessorar o Município nos atos relativos à aquisição, alienação, cessão, concessão, permissão, aforamento, locação e outros concernentes a imóvel do patrimônio ou que sejam de interesse do Município;

XXVI – atuar em consultoria jurídica e processos judiciais do Município e suas entidades autárquicas e fundacionais relacionados com bens imóveis que integrem ou venham a integrar o patrimônio municipal ou direitos a ele relativos, inclusive ações possessórias;

XXVII – manifestar-se nas ações de usucapião, retificação de registro e em outros procedimentos afins;

XXVIII – oficiar nos processos judiciais relativos à transmissão de bens que requeiram verificação da ocorrência de fato gerador de tributo devido ao Município e o cumprimento das respectivas obrigações tributárias;

XXIX – atuar em procedimentos administrativos e judiciais relativos à questão habitacional necessárias à legalização dos loteamentos irregulares ou clandestinos;

XXX – atuar em consultoria jurídica e nos processos judiciais do Município e de suas entidades autárquicas e fundacionais relacionados ao parcelamento, zoneamento e uso do solo municipal e às edificações;

XXXI – atuar administrativa e judicialmente, na defesa do patrimônio cultural e do meio ambiente do Município;

XXXII – submeter à apreciação do Prefeito a provocação de representação do Procurador Geral da República para declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, por violação à Constituição Federal, bem como minutando o respectivo instrumento das informações que devam ser prestadas, pelo Prefeito, na forma da legislação específica;

XXXIII – representar o Município nas assembleias das sociedades de economia mista e empresas públicas ou outras entidades de que participe o Município;

XXXIV – acompanhar e assessorar a elaboração de acordos coletivos, no âmbito da Administração Municipal;

XXXV – promover a defesa do Município, de suas autarquias e fundações, e bem assim das empresas e sociedades de economia mista municipais, nos dissídios coletivos e nas ações relativas a direito coletivo e sindical;

XXXVI – opinar previamente à realização de acordos no curso de Reclamações Trabalhistas em que sejam partes empresas públicas e sociedades de economia mista municipais, inclusive quanto a cálculos (valores);
 XXXVII – acompanhamento das atividades referentes aos Conselhos vinculados à sua área de atuação;
 XXXVIII – assistir à elaboração do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA, no que se refere à Procuradoria; e
 XXXIX – desempenhar outras atribuições compatíveis.

§1º É vedado aos Procuradores do Município:

- I – exercerem a advocacia contra interesses do Município;
- II – desempenhar, mediante desvio de função, atividades estranhas ao conteúdo ocupacional do cargo permanente ocupado; e
- III – valer-se da condição de Procurador para obter vantagem de qualquer natureza.

§2º Nos casos de licença, férias, impedimento, suspensão ou afastamento do Procurador Geral do Município, este será substituído pelo Procurador Administrativo.

Subseção II

Da Estrutura

Art. 23. A Procuradoria Geral do Município executará suas ações através dos membros que integram sua estrutura administrativa e organizacional, a saber:

I – Órgão de Direção Superior:

1. Procurador Geral do Município;

II – Órgãos de Execução Intermediária:

1. Assessor(a) Especial Jurídico (05);
2. Coordenador(a) Técnico Jurídico (02).

Seção IV

Controladoria Geral do Município

Subseção I

Da Competência

Art. 24. A Controladoria Geral tem por competência desenvolver ações que visem o exercício permanente do Controle Interno sobre os atos da Administração; exercer o acompanhamento das ações praticadas por servidores públicos; a formulação de recomendações e sugestões; a promoção do controle da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade; a realização de auditoria interna; e avaliar periodicamente a eficiência e eficácia do sistema de controle interno do Município de Pão de Açúcar, propondo as mudanças estruturais necessárias para seu melhor funcionamento.

Subseção II

Da Estrutura

Art. 25. A Controladoria Geral do Município é órgão de controle interno da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional, tem por competência planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar o programa de fiscalização administrativa, orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, jurídica e de auditoria interna, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncias de receitas visando salvaguardar os bens e dar transparência, compete:

- I – verificar a exatidão e regularidade das contas e a boa execução do orçamento, adotando medidas necessárias ao seu fiel cumprimento;
- II – verificar a aplicação correta dos recursos financeiros disponíveis, bem como, probidade e regularidade das operações realizadas;
- III – expedir atos normativos, orientar e supervisionar tecnicamente as atividades de fiscalização financeira e auditoria dos recursos do Município;
- IV – realizar o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;
- V – supervisionar a gestão de Fundos, Programas e Convênios;
- VI – estimular as entidades locais da sociedade civil a participar, nas suas respectivas localidades, do acompanhamento e fiscalização dos programas e obras executadas com recursos dos orçamentos do Município;
- VII – contribuir com os demais Órgãos na elaboração, coordenação e na apresentação das Audiências Públicas nos prazos estabelecidos pela legislação vigente;
- VIII – apresentar e acompanhar a análise das prestações de contas do Município, junto aos Tribunais de Contas do Estado e da União;
- IX – manter registros sobre a composição e atuação da Comissão Permanente de Licitação – CPL;
- X – examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade, inclusive solicitando pareceres de auditores fiscais municipais, quando julgar necessários;
- XI – promover a apuração de denúncias formais, relativas a irregularidades ou ilegalidades praticadas, em relação aos atos financeiros e orçamentários, em qualquer órgão da Administração Municipal;
- XII – acompanhar e apurar desvios de conduta praticados por agentes públicos se pronunciando às autoridades competentes para as providências cabíveis;
- XIII – propor ao Prefeito Municipal a aplicação das sanções cabíveis, conforme a legislação vigente, aos gestores inadimplentes, podendo, inclusive, sugerir o bloqueio de transferências de recursos do Tesouro Municipal e de contas bancárias;
- XIV – atender às consultas relacionadas nas questões de ordem administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e contábil da Administração Direta e Indireta do Município;
- XV – orientar, recomendar e expedir pareceres e publicar normativas para uniformizar os procedimentos relacionados aos registros, à guarda, ao uso, à movimentação e ao controle de bens e valores;
- XVI – acompanhar, avaliar e divulgar os procedimentos e políticas referentes ao Controle Interno estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE e pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN;

- XVII – prevenir e detectar irregularidades, erros ou falhas, através de auditorias normais, de caráter contínuo, rotineiro e sistemático, previamente programadas, ou auditorias especiais ou extraordinárias, para apurar irregularidades, denúncias ou suspeitas;
- XVIII – colaborar com o estabelecimento de normas e regras para elaboração, execução e acompanhamento do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual;
- XIX – no exercício do controle interno dos atos da administração, determinar as providências exigidas para o exercício do controle externo da Administração Pública Municipal Direta e Indireta a cargo da Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas;
- XX – avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, nos órgãos públicos da Administração Municipal, bem como da aplicação das subvenções e dos recursos públicos, por entidades de direito privado;
- XXI – fiscalizar o cumprimento do disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000;
- XXII – fazer uso de ferramentas da tecnologia da informação como instrumento de controle da Administração Pública Municipal;
- XXIII – tomar medidas que confirmem transparência integral aos atos da gestão do Executivo Municipal, inclusive dos órgãos da Administração Indireta;
- XXIV – promover medidas de orientação e educação com vistas a dar efetividade ao Controle e à Transparência da Gestão nos órgãos da Administração Pública Municipal;
- XXV – participar dos Conselhos Municipais na forma prevista no regulamento de cada órgão;
- XXVI – velar para que sejam revistos ou suspensos temporariamente os contratos de prestação de serviços terceirizados, assim considerados aqueles executados por uma contratada, pessoa jurídica ou física especializada, para a contratante Prefeitura Municipal, caso a contratada tenha pendências fiscais ou jurídicas;
- XXVII – tem por finalidade desenvolver, implantar, aperfeiçoar, manter e armazenar todos os programas e projetos existentes e que venham a ser criados dentro da visão administrativa municipal, centralizar as informações e dados institucionais na Coordenação de Sistema de Informação;
- XXXVIII – desenvolver outras atividades afins, no âmbito de sua competência.

Parágrafo único. Deverá ser também o órgão que disciplinará as normas inerentes ao Sistema de Controle Interno.

I – Órgão/Membros de Direção Superior:

1. Controlador(a) Geral do Município;
- 1.1. Assessor(a) Especial em Controle Interno (01);

II – Órgãos/Membros de Execução Intermediária:

1. Coordenador(a) de Sistema de Controle Preventivo;
2. Coordenador(a) de Sistema de Controle Social, Efetivo e Institucional.

Seção V

Corregedoria Geral do Município

Subseção I

Da Competência

Art. 26. A Corregedoria-Geral do Município está vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito, tem a finalidade de coordenar e executar todas as atividades relativas à disciplina dos servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta bem como prestar assessoramento ao Prefeito em matérias disciplinares de sua competência.

Subseção II

Da Estrutura

Art. 27. Compete à Corregedoria-Geral do Município:

- I - realizar diligências iniciais, objetivando a apuração, de ofício, ou como decorrência de manifestações, representações ou denúncias recebidas;
- II - propor ao Executivo medidas que visem o aperfeiçoamento do regime disciplinar e a instauração de procedimentos administrativos disciplinares;
- III - manifestar nos processos administrativos referentes à licença sem vencimento, exoneração e aposentadoria, quanto à existência de sindicância ou processo administrativo disciplinar;
- IV - realizar inspeções em caráter preventivo ou ordinária em qualquer dos setores da Administração Pública do Município, mediante solicitação da autoridade competente ou a critério da própria Corregedoria-Geral;
- V - expedir atos de sua competência, bem como coordenar e executar todas as atividades relativas à disciplina dos servidores públicos municipais;
- VI - prestar consultoria aos órgãos e entidades da Administração Pública do Município sobre assuntos afetos à sua competência;
- VII - manter atualizado o registro das penalidades disciplinares cometidas pelos servidores, resguardados os casos de sigilo, na forma da lei;
- VIII - atender e orientar os servidores em matéria afeta à Corregedoria-Geral;
- IX - receber e identificar denúncias formuladas em desfavor de servidores;
- X - orientar o registro e controle dos livros de apontamentos, bem como o arquivamento das sindicâncias e processos disciplinares encerrados;
- XI - organizar o registro e o controle das anotações de aplicação de penalidades, assim como dos antecedentes disciplinares dos servidores;
- XII - coordenar a autuação e controle de tramitação das sindicâncias e processos administrativos disciplinares;
- XIII - emitir pareceres concernentes a matéria disciplinar quando solicitado pelo Chefe do Executivo ou Secretários Municipais e demais autoridades;
- XIV - coordenar e acompanhar os trabalhos das Comissões Disciplinares;
- XV - fomentar a adoção de medidas tendentes à promoção da ética e ao fortalecimento da integridade funcional no âmbito do Poder Executivo municipal;
- XVI - articular-se com as unidades de correição dos órgãos e entidades do Poder Executivo, visando à uniformização de procedimentos técnicos, à integração de treinamentos em matéria correcional e à prevenção de ilícitos administrativos;
- XVII - coordenar e acompanhar, em articulação com os demais órgãos da Administração, a adoção de medidas que visem à definição, padronização, sistematização e normatização dos procedimentos operacionais atinentes à atividade de correição;
- XVIII - executar outras atividades correlatas.

I – Órgão/Membros de Direção Superior:

1. Corregedor(a) Geral do Município;

II – Órgãos/Membros de Execução Intermediária:

3. Coordenador(a) de Ouvidoria;(01)

3.1. Assistente II (02);

CAPÍTULO IV

DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Seção I

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Subseção I

Da Competência

Art. 28. Secretaria Municipal de Administração tem por finalidade planejar, coordenar e executar as atividades de gestão administrativa e de desenvolvimento de recursos humanos, que compreendem prover aos órgãos da administração direta de suporte administrativo nas áreas de recursos humanos, englobando o recrutamento, o concurso, a seleção, à admissão, à alocação e ao remanejamento, às perícias médicas, ao registro e controle de ponto, aos atestados, a elaboração da folha de pagamento, a organização e métodos para o desenvolvimento das atividades, além dos procedimentos disciplinares e acompanhamento de casos especiais.

Parágrafo único. Compete ainda à secretaria planejar e coordenar, conjuntamente com as demais secretarias, a política de desenvolvimento do Município, estabelecendo planos, programas e projetos relativos às políticas públicas nas áreas urbana, econômico-social, orçamentária e financeira; bem como realizar a coordenação da elaboração e monitoramento do Plano Estratégico, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Subseção II

Da Estrutura

Art. 29. A Secretaria Municipal de Administração executará suas ações através dos órgãos que integram a sua estrutura administrativa organizacional com seus respectivos membros, a saber:

I – Órgãos/Membros de Direção Superior:

1. Secretário(a) Municipal de Administração;

1.1. Assistente I (01);

1.2. Assistente II (20);

2. Secretário(a) Executivo de Administração;

3. Assessoria Especial em Licitações (01).

II – Órgãos/Membros de Execução Intermediária

1. Superintendente de Folha de Pagamento e Recursos Humanos;

1.1. Perito Médico (01)

1.1.1. Assistente I (01);

1.2. Coordenador(a) de Recursos Humanos e Folha de Pagamento;

1.2.1. Diretor(a) de Recursos Humanos;

1.2.1.1. Gerente de Suporte a Contribuição Previdenciária;

1.2.1.2. Gerente de Segurança do Trabalho;

1.2.1.3. Gerente de Recrutamento, Seleção e Formação;

1.2.2. Diretor(a) de Folha de Pagamento;

1.2.2.1. Assistente I (01);

1.3. Superintendente Administrativo;

1.3.1. Coordenador(a) do Centro de Atendimento ao Cidadão;

1.3.1.1. Gerente da Junta de Serviço Militar;

1.3.1.2. Gerente do Instituto de Identificação;

1.3.1.3. Gerente da Carteira de Trabalho.

1.3.2. Coordenador(a) Administrativo;

1.3.2.1. Diretor(a) de Contratos e Convênios;

1.3.2.2. Diretor(a) de Zeladoria e Manutenção;

1.3.2.3. Diretor(a) de Processos Internos;

1.3.2.4. Assistente de Protocolo I (01);

1.3.3. Coordenador(a) de Compras e Cotações;

1.3.3.1. Diretor(a) de Cotação;

1.3.3.2. Diretor(a) de Ordem de Fornecimento e Serviços;

1.3.3.3. Diretor(a) de Compras;

1.3.4. Coordenador(a) de Arquivo, Almoxarifado e Patrimônio;

1.3.4.1. Diretor(a) de Arquivologia;

1.3.4.2. Diretor(a) de Logística;

1.3.4.3. Diretor(a) de Patrimônio;

1.3.5. Coordenador(a) de Tecnologia e Informação;

1.3.5.1. Gerente de Manutenção de Equipamentos;

1.3.5.2. Gerente de Desenvolvimento de Sistemas, Programação e Redes;

1.3.5.3. Gerente de Sites e WEB;

1.3.5.4. Assistente de Redes e Internet I (01).

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**Subseção I**

Da Competência

Art. 30. É um órgão que presta assistência e assessoramento ao Chefe do Poder Executivo no desempenho das atividades relacionadas com as relações político-administrativas com os municípios e com os órgãos e entidades públicas e privadas; executa as atividades de assessoramento legislativo, acompanhando a tramitação, na Câmara, de projetos de interesse do Executivo, e manter contato com lideranças políticas, comunitárias e parlamentares do Município.

Subseção II

Da Estrutura

Art. 31. A Secretaria Municipal de Gabinete e Articulação Política executará suas ações através dos órgãos que compõem a sua estrutura administrativa organizacional, com seus respectivos membros, a saber:

I – Órgãos/Membros de Direção Superior:

1. Secretário(a) Municipal de Gabinete e Articulação Política;

1.1. Coordenador(a) de Gabinete e Articulação;

1.1.1. Assistente de Articulação I (02);

1.1.2. Assistente II (10).

II – Órgãos/Membros de Execução Intermediária:

1. Assessor(a) Especial de Cerimonial e Eventos (01);

1.1. Assistente de Cerimonial e Eventos I (02);

Seção II**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS****Subseção I**

Da Competência

Art. 32. A Secretaria Municipal de Finanças é um órgão da administração financeira e contábil do Município, responsável pela execução da política econômico-financeira, administração tributária e Fiscal do Município, acompanhar a arrecadação da receita orçamentária e extraorçamentária, desempenhar ações referentes aos cadastros mobiliários e imobiliários, efetuar os pagamentos devidos pelo tesouro, programar desembolsos financeiros relativos as despesas a pagar mensalmente, movimentar todas as contas bancárias do município, gerenciar as disponibilidades financeiras, preparar e manter atualizado o fluxo de caixa, compete:

I – a articulação com os órgãos municipais, estaduais e federais que participam do controle interno, finanças públicas e licitações, objetivando a formulação de programas e processos de coordenação e controle orçamentário, financeira e contábil da gestão municipal;

II – o estudo, a elaboração de projeto de operação de crédito e financiamento junto a órgãos e entidades públicas e do setor privado, observando as normas do Senado Federal e da legislação vigente;

III – a observância da legislação federal, estadual e normas municipais, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal;

IV – a formulação e monitoramento de projetos e programas para captação de recursos junto a entidades de crédito e financiamento público, em especial os de antecipação de receita orçamentária;

V – o cumprimento rigoroso do repasse do duodécimo destinado à Câmara Municipal;

VI – a articulação com órgãos municipais, estaduais e federais e com entidades que desenvolvem pesquisas e estudos, coleta e sistematização de informações econômicas e sociais que objetivem o planejamento e formulação de projetos, programas e ações coordenadas que propiciem o desenvolvimento econômico e social do município;

VII – a gestão e monitoramento das disponibilidades financeiras e valores dos fundos especiais;

VIII – a realização dos pagamentos, nas formas estabelecidas pela administração e previstas no fluxo de pagamento;

IX – o recolhimento das contribuições devidas, inclusive as de caráter previdenciário;

X – o monitoramento da escrituração do movimento de arrecadação e pagamento;

XI – a articulação com os órgãos municipais, estaduais e federais que participam do sistema tributário nacional, objetivando a formulação de programas e processos de coordenação e controle da administração tributária e fiscal;

XII – o desenvolvimento de programas e ações que busquem a eficiência na administração do Código Tributário Municipal, inclusive com a adoção de parcerias com órgãos sistêmicos congêneres do Estado e da União;

XIII – o desenvolvimento de programas e ações que objetivem o bom relacionamento e entendimentos em relação ao fisco municipal com entidades e organismos representativos e diretivos dos setores produtivos e de entidades de classes;

XIV – organizar e manter atualizado o cadastro dos contribuintes sujeitos ao Imposto Predial e Territorial Urbano, bem como de taxas cujo fato gerador esteja a eles relacionados;

XV – inscrever, no Cadastro Imobiliário do Município, o contribuinte e as unidades tributáveis, na forma da legislação vigente, inclusive as que estão imunes ou isentas;

XVI – coletar elementos, junto aos cartórios de notas, registros de imóveis e outras fontes, referentes às transações imobiliárias, com o objetivo de atualizar o valor venal dos imóveis cadastrados;

XVII – conferir os cálculos das penalidades de recolhimento de tributos em atrasos, comunicando a autoridade competente, imitando as incorreções à Gerência de Dívida Ativa;

XVIII – coordenar a elaboração da previsão da receita orçamentária para subsidiar a elaboração do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA;

XIX – realizar a apuração de atos ou fatos inquinados de ilegais ou irregulares realizados com a utilização de recursos públicos;

XX – definir os auditores internos que devem realizar as auditorias com independência e objetivo;

XXI – auxiliar as organizações públicas a atingirem seus objetivos com lisura e transparência; e

XXII – outras atividades correlatas de competência ou por designação superior.

Subseção II

Da Estrutura

Art. 33. A Secretaria Municipal de Finanças executará suas ações através dos órgãos que integram a sua estrutura administrativa organizacional, a saber:

I – Órgão/Membro de Direção Superior:

1. Secretário(a) Municipal de Finanças;
- 1.1. Superintendente de Finanças.

II – Órgãos/Membros de Execução Intermediária:

1. Coordenador(a) de Contabilidade e Orçamento;
2. Coordenador(a) de Tributação e Arrecadação;
3. Coordenador(a) de Finanças – Tesoureiro;
- 3.1. Gerente de Contabilidade e Execução Orçamentária
- 3.1.1. Assistente de Empenho, Liquidação e Pagamento I (01);
4. Coordenador(a) de Prestação de Contas e Convênios;
- 4.1. Assistente I (01).

CAPÍTULO V

Seção I

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

Subseção I

Da Competência

Art. 34. A Secretaria Municipal de Educação tem a finalidade de promover a educação infantil, ensino fundamental e da Educação de Jovens e Adultos, objetivando uma educação de qualidade voltada para o desenvolvimento integral das potencialidades do aluno e o despertar para a pesquisa, para a cidadania e para o exercício profissional, além do projeto de formação continuada a Escola Cívico-Militar integra a estrutura da rede pública de ensino e educação inclusiva, em parceria com outros órgãos de interesse educacional, compete:

- I – coordenar a execução da política educacional do município;
- II – elaborar e executar os planos, programas e projetos educacionais, no âmbito municipal, obedecendo às diretrizes e prioridades estabelecidas pelo governo local e mantendo consonância com as linhas de políticas educacionais, definidas nos níveis federal e estadual;
- III – atualizar os dados necessários ao gerenciamento da rede municipal de ensino, no que se refere ao corpo discente, ao corpo docente, aos prédios e seus equipamentos e aos cursos oferecidos;
- IV – definir os padrões básicos de funcionamento para a rede municipal de ensino;
- V – realizar anualmente o levantamento da população em idade escolar, procedendo a sua chamada para matrícula;
- VI – coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto Político Pedagógico e do Plano de Ação da Escola;
- VII – promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico e para a elaboração de propostas de intervenção na realidade da escola;
- VIII – sistematizar, junto à comunidade escolar, atividades que levem à efetivação do processo ensino e aprendizagem, de modo a garantir o atendimento às necessidades do educando;
- IX – analisar as propostas de natureza pedagógica a serem implantadas na escola, observando a legislação educacional em vigor e o Estatuto da Criança e do Adolescente, como fundamentos da prática educativa;
- X – coordenar, acompanhar e avaliar as ações das equipes da Educação Infantil;
- XI – garantir a gestão democrática e o apoio técnico às Unidades de Educação Infantil;
- XII – acompanhar e executar projetos desenvolvidos nas unidades escolares de ensino fundamental;
- XIII – planejar, acompanhar e incentivar ações voltadas para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem da educação de jovens e adultos que não tiveram acesso à escola em idade própria;
- XIV – planejar e coordenar ações aos Jovens e Adultos com objetivo de garantir em sua formação, competências voltadas para o mundo do trabalho e da tecnologia, assim como outros graus ou modalidades do ensino básico e profissionalizante;
- XV – coordenar a elaboração de currículos específicos para aqueles que não puderam atingir o nível exigido do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, bem como, para aqueles que foram considerados intelectualmente superdotados;
- XVI – acompanhar anualmente as informações do Censo Escolar, no fluxo de alunos fornecido pelas Unidades da Rede Municipal de Ensino;
- XVII – responsabilizar-se solidariamente pela exatidão dos dados declarados pelas escolas do município, bem como pela guarda dos documentos administrativos e pedagógicos que comprovem as matrículas e a frequência dos alunos;
- XVIII – planejar, coordenar, controlar e supervisionar a condução da educação básica e a avaliação do processo ensino aprendizagem na Escola Cívico-Militar, bem como estabelecer a ligação técnica com as organizações com encargos de ensino que lhe forem determinadas, para essas atividades;
- XIX – viabilizar a gestão de excelência da Escola Cívico-Militar (ECIM) nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, contribuindo para a educação integral, a formação e o desenvolvimento humano global dos alunos e para a melhoria da educação básica de Pão de Açúcar; e
- XXI – executar as atribuições que lhe forem delegadas e outras definidas em normas específicas.

Subseção II

Da Estrutura

Art. 35. Compete à Secretaria Municipal de Educação executar as suas ações através dos órgãos que integram a sua estrutura administrativa organizacional, com seus respectivos membros, a saber:

I – Órgãos Colegiados:

1. Conselho Municipal de Educação;
2. Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
3. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;
4. Fórum Municipal de Educação;

II – Órgão/Membros de Direção Superior:

1. Secretário(a) Municipal de Educação;
 - 1.1. Coordenador do CAEE (01);
 - 1.2. Coordenador da Indústria do Conhecimento (01);
 - 1.3. Assessor Jurídico Especial (01);
2. Secretário(a) Municipal de Educação Adjunto(a).

III – Órgãos/Membros de Execução Intermediária:

1. Superintendente Pedagógico;
 - 1.1. Coordenadora(a) de Educação Infantil;
 - 1.1.1. Gerente de Educação Infantil
 - 1.2. Coordenador(a) Ensino Fundamental I;
 - 1.2.1. Gerente Ensino Fundamental I;
 - 1.3. Coordenador(a) Ensino Fundamental II;
 - 1.3.1. Gerente de Ensino Fundamental II;
 - 1.4. Coordenador(a) de Educação de Jovens e Adultos;
 - 1.4.1. Gerente de Educação de Jovens e Adultos;
 - 1.5. Coordenador(a) de Ensino Integral;
 - 1.5.1. Gerente de Ensino Integral;
 - 1.6. Coordenador(a) de Educação Especial;
 - 1.6.1. Gerente de Educação Especial;
2. Superintendente de Formação;
 - 2.1. Coordenador(a) de Ciências Exatas;
 - 2.1.1. Gerente de Formação I;
 - 2.2. Coordenador(a) de Códigos e Linguagens;
 - 2.2.1. Gerente de Formação II;
 - 2.3. Coordenador(a) de Ciências Humanas;
 - 2.3.1. Gerente de Formação III;
 - 2.4. Coordenador(a) de Educação Física;
 - 2.4.1. Gerente de Formação IV;
3. Superintendente de Gestão;
 - 3.1. Coordenador(a) de Acompanhamento de Gestão I
 - 3.2. Coordenador(a) de Acompanhamento de Gestão II;
 - 3.2.1. Assistente de Gestão Escolar I (01);
 - 3.3. Coordenador(a) de Alimentação Escolar;
 - 3.3.1. Gerente do PNAE;
 - 3.3.2. Gerente Nutricional;
 - 3.3.2.1. Assistente de Acompanhamento, Controle e Distribuição de Merenda I (01);
 - 3.4. Coordenador(a) de Controle e Acompanhamento de Programas;
 - 3.5. Coordenador(a) de Prestação de Contas;
4. Superintendente de Controle, Avaliação e Informação;
 - 4.1. Coordenador(a) de Estatísticas e Sistemas de Informação;
 - 4.1.1. Gerente de Monitoramento de Rendimento Escolar;
 - 4.1.2. Assisnte I (2);
5. Superintendente de Inspeção Escolar;
 - 5.1. Coordenador(a) de Inspeção Escolar;
 - 5.1.1. Gerente de Escrituração Escolar;
 - 5.1.2. Gerente de Vigilância e Avaliação Externa;
 - 5.2. Coordenador(a) de Controle Social da Educação;
6. Superintendente Gestão de Pessoas;
 - 6.1. Coordenador(a) de Gestão de Pessoas;
 - 6.1.1. Gerente de Lotação;
 - 6.2. Coordenador(a) de Recursos Humanos;
 - 6.2.1. Gerente de Contratos;
 - 6.3. Coordenador(a) de Folha de Pagamento;
7. Superintendente de Transporte;
 - 7.1. Coordenador(a) de Transporte;
 - 7.1.1. Gerente de Rotas e Abastecimento;
 - 7.1.1.1. Assistente de Controle e Processos I (01);
8. Superintendente Administrativa e Financeira;
 - 8.1. Coordenador(a) Administrativo;
 - 8.1.1. Gerente de Almoxarifado;
 - 8.1.2. Gerente de Patrimônio e Manutenção;
 - 8.1.2.1. Assistente de Manutenção de Mobiliário I (01);
 - 8.2. Coordenador(a) de Tecnologia e Informação;

- 8.2.1. Gerente de Manutenção e Recuperação de Equipamentos;
- 8.3. Coordenador(a) de Contabilidade e Finanças;
- 8.4. Coordenador(a) de Contratos e Convênios.

Seção II

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Subseção I

Da Competência

Art. 36. A Secretaria Municipal de Saúde é órgão responsável pela formulação da política de saúde do Município e da sua execução, por meio da integração, disseminação e hierarquização dos serviços da saúde, em conformidade com as normas do Sistema Único de Saúde – SUS. Além disso, a coordenação, a supervisão e a execução de programas, projetos, atividades e ações vinculadas ao SUS, em articulação com a Secretaria de Estado de Saúde e com o Ministério da Saúde, compete:

- I – planejar, programar, elaborar e executar a política de saúde do município, conforme as diretrizes do SUS, através da implementação do Sistema Municipal da Saúde e do desenvolvimento de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde da população, com a realização hierarquizada e integrada das ações assistenciais;
- II – executar a política de saúde do município com ações que visam garantir a prevenção de doenças, proteção e promoção da saúde da população;
- III – atender de forma integral, universal e equânime, garantindo acesso da população a todos os níveis de serviços, contemplando ações de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva;
- IV – definir o perfil demográfico e epidemiológico da população do município, no sentido de orientar a implantação e implementação dos serviços de saúde;
- V – promover pesquisas, estudos e avaliação da demanda aos serviços de saúde, das necessidades de saúde da população do município e da oferta de serviços nas unidades que compõem o sistema local de saúde;
- VI – realizar as Conferências Municipais de Saúde e participar das Conferências Estadual e Nacional de Saúde;
- VII – promover a vigilância à saúde, implantando e implementando ações e programas de vigilância ambiental, epidemiológica e sanitária;
- VIII – promover, no âmbito do município, a fiscalização e o controle das condições sanitárias, de higiene, saneamento, alimentos e medicamentos;
- IX – prestar serviços ambulatoriais de média complexidade no nível de competência do município;
- X – prestar serviços de urgência e emergência, no nível de competência do município;
- XI – promover assistência à saúde e social aos servidores municipais;
- XII – promover campanhas de prevenção de doenças e educativas visando o estado de bem estar da população municipal;
- XIV – promover contratação supletiva de servidores e serviços de saúde, em situações emergenciais;
- XV – promover e desenvolver, no município, as ações concernentes à atenção básica de acordo com as formulações emanadas pelos governos Federal, Estadual e Municipal;
- XVI – capacitar e aperfeiçoar os recursos humanos na área da saúde públicas e afins;
- XVII – executar, no âmbito municipal, a política de insumos e equipamentos para atender os serviços de saúde;
- XVIII – administrar as Unidades Assistenciais sob responsabilidade do Município;
- XIX – planejar, programar, executar e controlar o orçamento da Secretaria;
- XX – o planejamento, organização e monitoramento das ações e serviços de saúde em articulação com o Conselho Municipal de Saúde;
- XXI – a execução de políticas de saúde que visem à redução de riscos de doenças e outros agravos, tendo como base os indicadores socioeconômicos e culturais da população;
- XXII – a proteção e recuperação da saúde da população, bem como a realização integrada de atividades assistenciais e preventivas;
- XXIII – autorizar a instalação de serviços privados de saúde e fiscalização de seu funcionamento; e
- XXIV – executar outras tarefas correlatas à Secretaria de Municipal de Pão de Açúcar.

Subseção II

Da Estrutura

Art. 37. A Secretaria Municipal de Saúde executará suas ações através dos órgãos que integram sua estrutura administrativa organizacional, com seus respectivos membros, a saber:

I – Órgão Colegiado:

- 1. Conselho Municipal de Saúde.

II – Órgão/Membros de Direção Superior:

- 1. Secretário(a) Municipal de Saúde;
- 1.1. Assessor(a) Especial Jurídico (01);
- 2. Secretário(a) Municipal de Saúde Adjunto(a);
- 2.1. Coordenador(a) Executivo de Gestão.

III – Órgãos/Membros de Execução Intermediária:

- 1. Superintendente Administrativo e Financeira
- 1.1. Coordenador(a) de Recursos Humanos;
- 1.2. Coordenador(a) Administrativo
- 1.2.1. Gerente de Manutenção Predial;
- 1.2.2. Gerente de Almoxarifado;
- 1.2.3. Gerente de Comunicação e Divulgação
- 1.2.4. Assistente I (02);
- 1.3. Coordenador(a) Financeiro
- 1.3.1. Gerente de Contabilidade e Orçamento;
- 1.3.2. Gerente de Contratos e Licitações;

2. Superintendente de Controle, Avaliação e Auditoria;
 - 2.1. Coordenador(a) de Regulação;
 - 2.2. Coordenador(a) da Tecnologia da Informação;
 - 2.2.1. Gerente de Estatística e Processamento de Dados;
3. Superintendente de Atenção Primária de Saúde;
 - 3.1. Coordenador(a) de Saúde da Família;
 - 3.2. Coordenador(a) de Saúde Bucal;
 - 3.3. Coordenador(a) de Promoção em Saúde;
4. Superintendente de Média e Alta Complexidade;
 - 4.1. Coordenador(a) Administrativo Hospitalar;
 - 4.2. Coordenador(a) de Enfermagem Hospitalar;
 - 4.3. Coordenador(a) de Atenção Psicossocial;
 - 4.4. Coordenador(a) de Especialidades;
 - 4.5. Coordenador(a) de Atenção Domiciliar;
 - 4.6. Coordenador(a) Médico Hospitalar;
 - 4.7. Coordenador(a) do SAMU;
 - 4.8. Coordenador(a) de Atenção da Pessoa com Deficiência;
 - 4.9. Coordenador(a) de Atenção à Gestante;
5. Superintendente de Vigilância em Saúde;
 - 5.1. Coordenador(a) de Vigilância Epidemiológica;
 - 5.2. Coordenador(a) de Vigilância Sanitária;
 - 5.3. Coordenador(a) de Vigilância Entomológica;
 - 5.4. Coordenador(a) de Imunização;
6. Superintendente de Transporte;
 - 6.1. Coordenador(a) de Frota;
 - 6.2. Coordenador(a) de Abastecimento;
 - 6.3. Coordenador(a) de Manutenção de Veículos;
7. Superintendente de Planejamento;
 - 7.1. Coordenador(a) de Planejamento em Saúde;
 - 7.2. Coordenador(a) de Projetos e Convênios;
 - 7.3. Coordenador(a) de Planejamento Administrativo;
8. Superintendente da Assistência Farmacêutica;
 - 8.1. Gerente da Assistência Farmacêutica Primária;
 - 8.2. Gerente da Assistência Farmacêutica Especializada.

Seção III

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Subseção I

Da Competência

Art. 38. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania tem por finalidade formular, coordenar, implementar, executar, monitorar e avaliar políticas e estratégias para o Sistema Único de Assistência Social – SUAS no âmbito do Município, considerando a articulação de suas funções de proteção, defesa e vigilância sociais, planejar e organizar os sistemas municipais de Assistência Social, de Habitação e as políticas de apoio às atividades comunitárias nas áreas de habitação, assistência e desenvolvimento social, direitos humanos e cidadania, segurança alimentar, recuperação e melhoria das condições de vida dos grupos sociais mais necessitados, de combate às consequências geradas pela pobreza e garantia de acesso às políticas públicas de inclusão social essenciais para a vida, como a saúde e a habitação, compete:

- I – promover e garantir os direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais da sociedade, em especial, às crianças e adolescentes, idosos, mulheres e pessoas com necessidades especiais e em situação de vulnerabilidade social;
- II – assessorar e/ou representar o Prefeito Municipal nas conferências sobre Assistência Social;
- III – propor e implementar programas de inclusão produtiva;
- IV – propor e implementar ações de assistência social;
- V – propor mecanismos na Assistência Social, visando diminuir as dificuldades da população;
- VI – propor políticas de Assistência Social pautadas nos direitos sociais;
- VII – acompanhar análise e avaliação sistemática da execução dos programas, projetos e serviços integrantes do Plano de Assistência Social, bem como das ações de proteção social básica e especial de média e alta complexidade;
- VIII – gerir e administrar os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social;
- IX – gerir e administrar os recursos do Fundo Municipal de Investimento Social e de política habitacional;
- X – gerir e administrar os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- XI – definir os objetivos de atuação do Departamento, com vista à execução da política do Executivo para o Fomento Habitacional, e acompanhar o seu funcionamento junto aos Programas Habitacionais do Governo Federal;
- XII – aprovar a política de gestão do Fomento Habitacional, e acompanhar a sua execução;
- XIII – fazer levantamento do déficit habitacional do Município e cadastramento da demanda populacional sem moradia;
- XIV – estruturar uma rede efetiva de proteção especial, integrar esforços, recursos e meios, articular os serviços de média complexidade;
- XV – realizar acompanhamento aos adolescentes e suas famílias, contribuindo para o acesso a direitos, promoção da autonomia e fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais;
- XVI – coordenar a porta de entrada para a Rede Socioassistencial e o funcionamento de uma unidade básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- XVII – gerenciar o programa do Governo de Alagoas, CRIA, que tem por objetivo auxiliar mães na criação e desenvolvimento de seus filhos, desde a gestação;
- XVIII – gerenciar o Programa Criança Feliz (PCF), visando ampliar a rede de atenção e cuidado integral das crianças, ainda na fase da primeira infância;
- XIX – receber as pessoas necessitadas que buscam ajuda da Prefeitura, de modo assistencial dando-lhe a orientação ou solução cabível;

XX – conceder auxílios financeiros em casos de pobreza extrema ou outras causas de emergência, quando assim for decididamente comprovado;
 XXI – dar assistência ao menor abandonado, solicitando a colaboração dos órgãos e entidades estaduais e federais que cuidam especificamente do problema; e
 XXII – executar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Prefeito.

Subseção II

Da Estrutura

Art. 39. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania executará suas ações através dos órgãos que integram a sua estrutura administrativa organizacional, com seus respectivos membros, a saber:

I – Órgãos Colegiados:

1. Conselho Municipal de Assistência Social;
2. Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente;
3. Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
4. Conselho Municipal de Juventude;
5. Conselho Municipal do Idoso.

II – Órgãos/Membros de Direção Superior:

1. Secretário(a) Municipal de Assistência Social e Cidadania;
- 1.1. Assessor(a) Especial (11);
- 1.2. Assessor(a) Especial Jurídico (01);
- 1.3. Assistente II (20).

III – Órgãos de Execução Intermediária:

1. Secretário(a) Executivo(a) de Gestão da Assistência Social.
 - 1.1 Superintendente Administrativa e Financeira;
 - 1.2 Coordenador(a) de Finanças;
 - 1.2.1 Gerente Administrativo e Contábil;
 - 1.2.2 Gerente de Contratos, Convênios e Compras;
 - 1.1.1.2.1. Assistente Administrativo Financeiro I (02);
 - 1.2. Coordenador(a) de Frota e Abastecimento;
 - 1.2.1. Assistente I (01);
2. Secretário(a) Executivo(a) de Proteção Social
3. Superintendente de Transferência de Renda;
 - 3.1. Gerente de Transferência de Renda para Primeira Infância;
 - 3.2. Gerente do Programa Auxílio Brasil;
 - 3.3. Gerente do CADÚNICO;
4. Superintendente de Proteção Social;
 - 4.1. Coordenador(a) de Proteção Social Especial;
 - 4.1.1. Assistente I (01);
 - 4.2. Coordenador(a) do Complexo Nutricional;
 - 4.2.1. Assistente I (01);
 - 4.3. Coordenador(a) de Proteção Social Básica;
 - 4.3.1. Assistente II (01);
 - 4.4. Coordenador(a) do SCFV;
 - 4.4.1. Assistente II (01);
 - 4.5. Coordenador(a) de Programas da Primeira Infância;
 - 4.5.1. Assistente II (01);
 - 4.6. Coordenador(a) de Juventude;
 - 4.6.1. Assistente II (01);
 - 4.7. Coordenador(a) de Promoção da Cidadania e Diversidade;
 - 4.7.1. Assistente II (02);

Seção IV

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

Subseção I

Da Competência

Art. 40. A Secretaria Municipal de Infraestrutura, e Transportes compete o desenvolvimento e a implantação de projetos de construção de infraestrutura de obras de grande porte; elaborar estudos e projetos, gerenciar, executar e fiscalizar obras de infraestrutura urbana e rural. Tem por finalidade a conservação, organização, distribuição dos veículos próprios e terceirizados, além da manutenção, abastecimento e controle de rotas, licenciamento e de multas, compete:

- I – fiscalizar a aplicação das normas concernentes ao Código de Obras e Plano Diretor do Município;
- II – planejar, coordenar, promover, executar e fiscalizar as obras e serviços públicos;
- III – coordenar o licenciamento dos projetos de urbanização de obras e dos reparos em vias urbanas, executadas por entidades públicas ou particulares;

IV – acompanhar e apoiar as atividades dos órgãos colegiados afins, com vistas a colher subsídios para a definição de políticas, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento da gestão urbana;

V – acompanhar a atualização dos cronogramas físicos das diversas fases de execução das obras em andamento, controlando disponibilidades financeiras.

Subseção II

Da Estrutura

Art. 41. A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transportes executará suas ações através dos órgãos que integram a sua estrutura administrativa organizacional, com seus respectivos membros, a saber:

I – Órgãos/Membros de Direção Superior:

1. Secretário(a) Municipal de Infraestrutura e Transporte;
 - 1.1. Assessor(a) Especial (05);
 - 1.2. Assistente II (13);
2. Secretário(a) Executivo de Infraestrutura.

II – Órgãos/Membros de Execução Intermediária:

1. Superintendente de Viação;
 - 1.1. Diretor(a) de Monitoramento;
 - 1.1.1. Assistente de Infraestrutura I (02);
2. Superintendente de Transportes;
 - 2.1. Coordenador(a) de Compras;
 - 2.1.1. Assistente de Infraestrutura I (02);
 - 2.2. Coordenador(a) de Manutenção de Veículos e Máquinas;
 - 2.3. Coordenador(a) de Acompanhamento e Controle de Combustíveis;
3. Superintendente de Obras;
 - 3.1. Coordenador(a) de Projetos e Orçamento;
 - 3.1.1. Assistente de Infraestrutura I (02);
 - 3.2. Coordenador(a) de Controle e Fiscalização;
 - 3.2.1. Assistente de Infraestrutura I (02);
4. Superintendente de Habitação;
 - 4.1. Diretor(a) de Fiscalização;
 - 4.1.1. Assistente de Infraestrutura I (01);
 - 4.2. Diretor(a) de Controle Habitacional;
 - 4.2.1. Assistente de Infraestrutura I (01);
5. Superintendente Administrativo e Financeiro;
 - 5.1. Coordenador(a) de Folha de Pagamento;
 - 5.1.1. Assistente de Infraestrutura I (01);
 - 5.2. Coordenador(a) de Contratos e Convênios;
 - 5.2.1. Assistente de Infraestrutura I (01);

Seção V

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SESPURB

Subseção II

Da Competência

Art. 42. A Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos é o órgão municipal designado a estabelecer as diretrizes do planejamento, acompanhamento e controle da política urbana da cidade, compete:

- I – administrar a manutenção dos cemitérios públicos;
- II – fiscalizar e monitorar os serviços de iluminação pública; e
- III – cumprir todas as obrigações assemelhadas.

Subseção II

Da Estrutura

Art. 43. A Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos executará suas ações através dos órgãos que integram a sua estrutura administrativa organizacional, com seus respectivos membros, a saber:

I – Órgão/Membro de Direção Superior:

1. Secretário(a) Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos.

II – Órgãos/Membros de Execução Intermediária:

1. Superintendente de Urbanismo e Serviços Públicos;
 - 1.1. Coordenador(a) de Urbanismo;
 - 1.1.1. Assistente de Urbanismo e Serviços Públicos I (02);
 - 1.2. Coordenador(a) de Limpeza Pública;
 - 1.2.1. Assistente de Urbanismo e Serviços Públicos I (02);

- 1.3. Coordenador(a) de Iluminação Pública;
- 1.3.1. Assistente de Urbanismo e Serviços Públicos I (02);
- 1.4. Coordenador(a) de Serviços Públicos Urbanos;
- 1.4.1. Assistente de Urbanismo e Serviços Públicos I (02);
- 1.5. Coordenador(a) Administrativo e Financeiro;
- 1.5.1. Assistente de Urbanismo e Serviços Públicos I (02).

Seção VI

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Subseção I

Da Competência

Art. 44. A Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos órgão de apoio direto ao Prefeito, tem por finalidade atuar como órgão normativo e de controle no campo da Agricultura, Pecuária, Pesca, Meio Ambiente e demais áreas; organizar e manter atualizado o cadastro de produtos do Município, orientando os produtores quanto ao financiamento, mercado consumidor, recuperação de solo, utilização de matrizes, fornecendo a prestação de assistência veterinária, compete:

- I – desenvolver política de desenvolvimento agropecuário, pesqueiro e de comercialização de seus produtos;
- II – estimular os sistemas de produção integrados de piscicultura, pecuária e agrícola, com: fornecimento de alevinos, semente e mudas; orientação sobre técnicas de produção e facilitação do uso de maquinários específicos;
- III – estabelecer políticas que visam garantir o destino da produção no município, o abastecimento alimentar da população, a renda familiar e o desenvolvimento autônomo da merenda escolar;
- IV – fiscalizar, em conjunto com outras Secretarias, pela preservação do solo, florestas, rios e lagoas do município;
- V – fiscalizar as atividades pesqueiras de acordo com as leis, regulamentos, portarias e instruções editadas pela União e o Estado;
- VI – proceder à execução de atividades referentes aos planos e programas agropecuários e pesqueiros estabelecidos pela política municipal de abastecimento;
- VII – prestar assistência e apoio técnico às atividades inerentes a Secretaria;
- VIII – regular, orientar e disciplinar a distribuição de gêneros alimentícios de primeira necessidade e os seus meios de beneficiamento e comercialização;
- IX – propor, planejar e executar políticas de incentivo à pesca e ao pequeno produtor rural;
- X – manter cadastro atualizado das propriedades rurais do município com indicação do uso do solo, produção e cultura agrícola;
- XI – manter cadastro atualizado dos pescadores do município e de sua produção;
- XII – criar e manter atualizado sistema de informação da produção pesqueira do município;
- XIII – proteger e preservar, em conjunto com outras entidades (públicas e privadas), as áreas ocupadas pelas comunidades de pescadores;
- XIV – estimular o associativismo, o cooperativismo, a implantação de microempresas e de organizações relacionadas com a formação profissional específica da Secretaria;
- XV – fomentar as atividades de produção através de acordos e cooperação com outros municípios da região;
- XVI – articular, com órgãos estaduais, federais e entidades da iniciativa privada, ações inerentes às atribuições da Secretaria, priorizando a parcela da população mais desprovida socialmente;
- XVII – administrar os hortos agrícolas e florestais, feiras de produtos rurais e o entreposto pesqueiro;
- XVIII – orientar e acompanhar os produtores e os piscicultores na legalização de suas atividades produtivas;
- XIX – promover a capacitação da mão de obra local no beneficiamento e venda da produção agrícola e pesqueira;
- XX – regular as atividades comerciais relacionadas com a atividade da Secretaria (feira de produtores, mercado do produtor, feiras livres e outros);
- XXI – zelar pelo cumprimento da legislação vigente, visando o desenvolvimento da produção;
- XXII – assessorar os demais órgãos, na área de competência;
- XXIII – planejar, programar, executar e controlar o orçamento da Secretaria;
- XXIV – fiscalizar, acompanhar e controlar a execução e vigência de contratos e convênios e outras formas de parcerias, na área de suas responsabilidades; e
- XXV – executar outras tarefas correlatas.

Subseção II

Da Estrutura

Art. 45. A Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos executará suas ações através dos órgãos que integram a sua estrutura administrativa organizacional, com seus respectivos membros, a saber:

I – Órgãos Colegiados:

- 1. Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.
- 2. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;

II – Órgãos/Membros de Direção Superior:

- 1. Secretário(a) Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- 1.1. Secretário(a) Executivo de Agricultura;
- 1.2. Secretário(a) Executivo de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

III – Órgãos/Membros de Execução Intermediária:

- 1. Superintendente de Desenvolvimento da Agricultura, Pecuária, Aquicultura e Pesca;
- 1.1. Coordenador(a) de Aquicultura e Pesca;
- 1.1.1. Assistente de Agricultura e Pesca I (01);
- 1.2. Coordenador(a) de Associativismo e Cooperativismo Rural;

- 1.2.1. Assistente de Associativismo e Cooperativismo Rural I (01);
- 1.3. Coordenador(a) de Assistência Técnica, Desenvolvimento Pecuário e da Agricultura Familiar;
- 1.3.1. Gerente de Fortalecimento da Pecuária e Desenvolvimento Rural;
- 1.3.1.1. Assistente I (01);
- 1.3.2. Gerente de Assistência Técnica e Desenvolvimento da Agricultura Familiar;
- 1.3.2.1. Assistente I (01);
- 1.4. Coordenador(a) Administrativo Financeiro;
- 1.4.1. Assistente Administrativo Financeiro I;
- 1.5. Secretário(a) Executivo de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- 1.6. Coordenador(a) de Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental;
- 1.6.1. Gerente de Regulação e Fiscalização Ambiental, Coleta Seletiva e Resíduos Sólidos;
- 1.6.1.1. Assistente de Meio Ambiente I (01);
- 1.7. Coordenador(a) de Recursos Hídricos;
- 1.7.1. Assistente de Recursos Hídricos I (01).

Seção VII

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

Subseção I

Da Competência

Art. 46. A Secretaria Municipal de Turismo e Cultura tem a tem por finalidade formular e executar a política, a promoção e a exploração do turismo e atividades afins no Município; executar e promover o apoio e/ou patrocínio a projetos ou eventos de interesse social, turístico, cultural, religioso e outros similares, bem como realizar eventos e executar atividades compatíveis e correlatas com a sua área de atuação.

Subseção II

Da Estrutura

Art. 47. A Secretaria Municipal de Turismo e Cultura executará suas ações através dos órgãos que integram a sua estrutura administrativa organizacional, com seus respectivos membros, a saber:

I – Órgão Colegiado:

- 1. Conselho Municipal de Políticas Culturais;
- 2. Conselho de Turismo.

I – Órgãos/Membros de Direção Superior:

- 1. Secretário(a) Municipal de Turismo e Cultura;
- 1.1. Secretário(a) Executivo de Cultura.

II – Órgãos/Membros de Execução Intermediária:

- 1. Superintendente de Atração de Investimentos, Captação de Recursos, Parcerias e Concessões Turísticas;
- 1.1. Coordenador(a) de Desenvolvimento e Promoção do Turismo;
- 1.1.1. Gerente de Marketing e Eventos de Promoção Turística;
- 1.1.1.1. Assistente de Turismo I (02);
- 1.1.2. Gerente de Regulação e Qualificação do Turismo;
- 1.1.2.1. Assistente de Turismo I (02);
- 2. Coordenador(a) Administrativo Financeiro
- 2.1. Assistente Administrativo Financeiro I (02);
- 3. Secretário(a) Executivo de Cultura;
- 3.1. Superintendente do Desenvolvimento da Cultura;
- 3.1.1. Coordenador(a) de Promoção, Equipamentos e Diversidade Cultural;
- 3.1.1.1. Diretor(a) de Incentivo ao Livro e Leitura;
- 3.1.1.2. Diretor(a) de Conservação do Patrimônio Artístico, Material e Imaterial;
- 3.1.2. Gerente de Articulação e Cultura Popular;
- 3.1.3. Gerente de Formação, Fomento e Apoio de Projetos Culturais;
- 3.1.4. Gerente de Promoção da Cultura e Identidade Regional Nordestina;

Seção VIII

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Subseção I

Da Competência

Art. 48. A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer tem a função de desenvolver atividades, de direção, articulação, definição de objetivos; planejamento, avaliação, monitoramento das atividades da Secretaria que é responsável, atuando dentro da legalidade, primando pela economicidade, eficiência e efetividade, em seus aspectos financeiro, orçamentário, contábil, patrimonial e operacional para melhor desempenho de suas atividades; Determinar as providências voltadas ao cumprimento dos objetivos de desempenho estabelecidos pela administração. Propor a edição de normas ou a alteração de procedimentos que visem à melhoria dos serviços e controles. Verificar o controle e utilização dos bens do Município; Exercer as atividades concernentes aos desportos do Município; Instalação e manutenção de estabelecimentos municipais de esportes; À elaboração e execução do plano municipal de esporte e lazer; Promoções desportivas e recreativas. Planejar e executar as aquisições da Secretaria de esportes e lazer; Efetuar o controle das despesas oriundas das atividades da Secretaria de esportes e lazer dentre outras atividades.

Subseção II

Da Estrutura

Art. 49. A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer executará suas ações através dos órgãos que integram a sua estrutura administrativa organizacional, com seus respectivos membros, a saber:

I – Órgão/Membro de Direção Superior:

1. Secretário(a) Municipal de Esporte e Lazer;

II – Órgãos/Membros de Execução Intermediária:

1. Coordenador(a) de Desenvolvimento e Promoção do Esporte e Lazer;
2. Gerente de Articulação e Apoio ao Esporte e Lazer;
- 2.1. Assistente de Atividades Esportivas I (02);
- 2.2. Assistente de Atividades de Lazer I (01);
- 2.3. Assistente de Esportes Adaptados I (01);
3. Gerente de Planejamento, Administrativo e Financeiro;
- 3.1. Assistente de Planejamento I (01);
- 3.2. Assistente Administrativo e Financeiro I (01).

CAPÍTULO VIII**DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL**

Art. 50. Entidades da Administração Indireta, Órgãos criados e incorporados a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Pão de Açúcar, Entidades Autárquicas, com personalidade jurídica de direito público interno, de patrimônio e receitas próprias. Estas entidades foram instituídas por Leis próprias:

I – Instituto de Previdência e Pensões dos Servidores do Município de Pão de Açúcar – IAPREV;

II – Serviço Autônomo de Abastecimento de Água e Esgoto – SAAE.

Parágrafo único. Os Órgãos da Administração Indireta, autárquica e Fundacional de que trata o caput deste artigo será regulamentado por Ato expedido pelo Chefe do Poder Municipal.

CAPÍTULO IX**DAS RESPONSABILIDADES FUNDAMENTAIS E DAS ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DE TITULARES DOS ÓRGÃOS****Seção I****Das Responsabilidades Fundamentais**

Art. 51. Constituem responsabilidades fundamentais aos ocupantes dos órgãos de todos os níveis, a de criar nos colaboradores a mentalidade de bem servir ao público e, especificamente:

- I – propiciar aos colaboradores o conhecimento dos objetivos das unidades a que pertencem;
- II – promover o treinamento e aperfeiçoamento dos colaboradores, orientando-os na execução de suas tarefas;
- III – conhecer os custos operacionais das atividades sob sua responsabilidade, combater o desperdício e evitar duplicidade de iniciativa; e
- IV – incentivar os colaboradores, estimulando a criatividade e a participação crítica nos métodos de trabalho existentes.

Seção II**Das Atribuições Básicas dos Titulares de Órgãos**

Art. 52. São atribuições comuns dos Secretários Municipais:

- I – promover contatos sistemáticos com a população para assegurar a eficiência dos serviços sob sua responsabilidade;
- II – responder perante o Prefeito, pelo bom andamento dos trabalhos sob sua responsabilidade, buscando a plena realização dos objetivos da Prefeitura;
- III – delegar competências específicas de seu cargo, desde que não resultem em omissão da sua responsabilidade;
- IV – zelar pelos bens patrimoniais afetos ao órgão, respondendo por eles perante o Prefeito;
- V – indicar necessidade de pessoal, para o perfeito desempenho das atividades que lhe são pertinentes;
- VI – exercer a ação disciplinar no âmbito do órgão que dirige;
- VII – fomentar a participação popular na definição das políticas públicas, promovendo audiências públicas, reuniões, debates e fóruns de discussão entre as unidades executoras dos programas de governo e a comunidade;
- VIII – planejar estrategicamente as ações de governo, visando o alcance social das políticas públicas municipais, a definição de prioridades, das metas e parcerias populares na gestão dos interesses da população;
- IX – desenvolver o plano setorial de trabalho do órgão que dirige de forma a indicar, precisamente, objetivos a atingir e recursos a utilizar, promovendo o controle sistemático dos resultados alcançados; e
- X – promover a integração do governo municipal com a comunidade, aferindo a qualidade do serviço prestado pela administração pública.

Seção III**Do Ordenamento da Despesa Pública Municipal**

Art. 53. São competentes para ordenar despesas dos órgãos e entidades municipais:

- I – o Prefeito;
- II – os Secretários Municipais e os dos fundos municipais aos mesmos vinculados;
- III – os titulares de autarquias, fundações e empresas públicas, observadas as disposições previstas nas respectivas leis de criação.

Parágrafo único. Os ordenadores, de que trata este artigo, são competentes para:

- I – celebrar contratos necessários à realização da despesa e convênios ou instrumentos similares com entidades assistenciais sem fins lucrativos;
- II – autorizar a abertura de processos licitatórios; e
- III – autorizar a emissão de empenho, a concessão de adiantamento e o pagamento da despesa.

Art. 54. São competentes para movimentar recursos financeiros, podendo assinar manual ou digitalmente documentos relativos a transações bancárias:

- I – o Secretário Municipal, no âmbito da administração direta do Município;
- II – os titulares das autarquias, fundações e empresas públicas, no âmbito de cada entidade.

Parágrafo único. Para a movimentação de recursos financeiros, juntamente com as autoridades referidas no art. 51, desta Lei, também assinará o titular designado por ato do Prefeito Municipal.

Art. 55. Os ordenadores, de que trata o art. 51 desta Lei, são responsáveis pela regularidade e legalidade da despesa, devendo observar as normas previstas na Constituição Federal, nas leis federais que dispõem sobre direito financeiro, licitações e contratos administrativos, na Lei Orgânica do Município de Pão de Açúcar e demais regras federais ou municipais aplicáveis ao processamento da despesa.

CAPÍTULO X

Dos Critérios Básicos para o Processo Decisório

Art. 56. O processo decisório, no âmbito da Prefeitura, observará os seguintes critérios:

- I – controle de resultados;
- II – coordenação funcional; e
- III – descentralização das decisões.

Seção I

Do Controle de Resultados

Art. 57. O controle de resultados dos programas e ações dos órgãos da Prefeitura, constitui responsabilidade de todos os níveis e será exercida de forma sistemática e permanente, compreendendo:

- I – o exame da realização física dos objetivos dos órgãos expressos em planos, programas e orçamentos;
- II – o confronto dos custos operacionais com os resultados;
- III – o exame de obras, serviços e materiais, em confronto com especificações previstas nos contratos ou ordens de serviços;
- IV – a eliminação de métodos, processos e práticas de trabalho que ocasionem desperdício de tempo e de recursos financeiros, materiais e humanos.

Art. 58. A Controladoria Geral do Município em parceria com a Procuradoria Geral, Secretarias de Administração e de Finanças participarão das iniciativas de controle levadas a efeito nos termos do art. 55, para orientar programas de modernização administrativa.

Seção II

Da Coordenação Funcional

Art. 59. O funcionamento da Prefeitura será objeto de coordenação funcional, exercido pela Secretaria Municipal de Administração para evitar superposição de iniciativas, facilitar a complementaridade do esforço e as comunicações entre órgãos e servidores.

Art. 60. A coordenação far-se-á por intermédio de reuniões periódicas e por níveis funcionais, a saber:

- I – superior, envolvendo o Prefeito, e todos os dirigentes e assessores do primeiro nível de Organização, sob coordenação política do Prefeito e coordenação técnica do Secretário Municipal de Administração, Secretário Executivo de Planejamento e Comunicação Social ou Controladoria Geral do Município;
- II – interna, envolvendo o titular dos órgãos de primeiro nível de organização e os dirigentes das unidades setoriais de atuação específica.

Art. 61. A Coordenadoria Geral, exercida pelo Secretário Municipal de Administração, destina-se ao assessoramento ao Prefeito na promoção das medidas de coordenação das iniciativas dos diferentes órgãos e, especificamente:

- I – ampliar a participação crítica dos dirigentes dos órgãos, nos programas setoriais da Prefeitura;
- II – evitar duplicidade;
- III – fornecer a troca de informações;
- IV – institucionalizar canais de comunicação entre as autoridades e os órgãos que dirigem.

Art. 62. Como mecanismo funcional, cabe à Coordenação Geral opinar sobre:

- I – as medidas de incentivo ao desenvolvimento e fortalecimento da economia municipal;
- II – as diretrizes gerais dos planos de trabalho e a respectiva escala de prioridades;
- III – a política relativa à ação social destinada a assistir e proteger à população de baixa renda;
- IV – a revisão, segundo a conjuntura administrativa e financeira do orçamento e da programação dos diferentes órgãos da Prefeitura;
- V – a conveniência de endividamento da Prefeitura, para contratação de empréstimo;
- VI – as alterações da política de vencimentos e dos salários e dos benefícios do pessoal da Prefeitura;
- VII – outros assuntos ou matérias sugeridas pelo Prefeito e dirigentes dos órgãos de primeiro nível de organização.

Art. 63. A Coordenação Geral ganha expressão funcional por meio de reuniões periódicas, convocadas e presididas pelo Prefeito Municipal ou pelo Secretário Municipal de Administração, Secretário Executivo de Planejamento e Comunicação ou pelo Controladoria Geral do Município.

Parágrafo único. As conclusões da Coordenação Geral poderão ter força normativa, se assim decidir o Prefeito.

Seção III

Da Descentralização das Decisões

Art. 64. A descentralização das decisões objetivará a melhoria operacional das ações da Prefeitura, mediante o deslocamento, permanente ou transitório, da competência decisória para o ponto mais próximo dos eventos que demandem decisão.

Art. 65. O Prefeito e os Secretários Municipais e, salvo hipóteses expressamente contempladas em lei, deverão permanecer livres de funções meramente executivas e da prática de atos relativos à rotina administrativa, ou que indiquem simples aplicação de normas estabelecidas.

Parágrafo único. O encaminhamento de processos e outros expedientes às autoridades mencionadas neste artigo, ou a avocação de qualquer caso por essas autoridades, apenas se dará:

- I – quando o assunto se relacione com ato praticado pessoalmente pelas citadas autoridades;
- II – quando se enquadre simultaneamente na competência de vários Órgãos subordinados diretamente ao Prefeito, ou vários Órgãos subordinados diretamente ao Secretário, a dirigente de Órgãos de igual nível hierárquico ou não se enquadre precisamente, na de nenhum deles;
- III – quando iniciada ao mesmo tempo no campo das relações do Poder Executivo com a Câmara ou com outras esferas de Governo;
- IV – quando for para reexame de atos, manifestamente ilegais ou contrários ao interesse público;
- V – quando a decisão importar em precedente, que modifique a prática vigente no Município.
- VI - Oferecer subsídios ao Governo Municipal na formulação de diretrizes gerais e prioridades da ação Municipal;
- VII – garantir a concretização das políticas, diretrizes e prioridades definidas pelo Governo Municipal para a sua área de competência;
- VIII – garantir ao Prefeito o apoio necessário ao desempenho de suas funções e especialmente as condições necessárias para a tomada de decisões, coordenação e controle da Administração Municipal;
- IX – coordenar, integrando esforços, os recursos financeiros, materiais e humanos colocados à sua disposição, garantindo aos seus órgãos o apoio necessário à realização de suas atribuições;
- X – participar da elaboração do orçamento municipal e acompanhar a sua execução.

Art. 66. Ainda com o objetivo de reservar às autoridades superiores as funções de planejamento, orientação, coordenação, controle e supervisão, e de acelerar a tramitação administrativa, serão observados no estabelecimento de rotina de trabalho e de exigências processuais, dentre outros princípios racionalizadores, os seguintes:

- I – todo assunto será decidido no nível hierárquico mais baixo possível, para isto:
 - a. os órgãos inferiores que se situarem na base da organização, devem receber maior soma de poderes decisórios, principalmente em relação a assuntos rotineiros;
 - b. a autoridade competente para proferir a decisão ou ordenar a ação, deve ser a que se encontre no ponto mais próximo àquele que a informação se complete ou em que todos os meios e formalidades requeridos por uma operação se concluam.
- II – a autoridade competente não poderá escusar-se de decidir, protelando por qualquer forma seu pronunciamento, ou encaminhando o caso à consideração superior ou de outra autoridade;
- III – os contatos entre os órgãos da Administração Municipal, para fins de inscrição de processo, far-se-ão de Secretaria para Secretaria e destas para o Gabinete do Prefeito.

Art. 67. O Prefeito poderá delegar competência às diversas chefias, mediante ato regulamentar, para proferir despachos decisórios, podendo a qualquer momento, avocar a si, segundo seu único critério, a competência delegada.

Parágrafo único. É indelegável a competência decisória do Prefeito nos seguintes casos, sem prejuízo de outros que os atos normativos indicarem:

- I – nomeação de servidores, a qualquer título, e qualquer que seja sua categoria, bem como sua exoneração e demissão;
- II – concessão de aposentadoria;
- III – concessão de exploração de serviços públicos ou de utilidade pública, depois de autorizada pela Câmara Municipal;
- IV – permissão de serviços públicos ou de utilidade pública, a título precário;
- V – alienação, a qualquer título, de bens imóveis pertencentes ao Patrimônio Municipal, depois de autorizada pela Câmara Municipal;
- VI – aquisição de bens imóveis por compra ou permuta, depois de autorizada pela Câmara Municipal;
- VII – locação, cessão ou doação, a qualquer título, de equipamentos e móveis pertencentes ao Município;

Art. 68. Os órgãos integrantes da Estrutura Administrativa do Município de Pão de Açúcar obedecerão ao seguinte escalonamento hierárquico:

- I – Procurador Geral do Município, Controlador Geral do Município, Corregedor Geral do Município, Secretário Municipal, Secretário Municipal Adjunto e Secretário Executivo;
- II – Superintendente, Coordenador, Gerente, Diretor;
- III – Assessor Especial, Assessor Jurídico, Assistente I e Assistente II.

Seção IV

Critérios para o exercício da Função

Art. 69. Os cargos de Procurador Geral, Controlador Geral e Corregedor Geral deverão ser exercidos por profissionais com formação superior nas áreas específicas.

Art. 70. São requisitos para nomeação no cargo de Corregedor-Geral do Município:

- I – ter 21 (vinte e um) anos de idade ou mais;
- II – não possuir antecedentes criminais que desabone e sua reputação ilibada;
- III – possuir nível superior.

Seção V**Opção do Servidor Efetivo em Cargo em Comissão**

Art. 71. O servidor efetivo, de caráter permanente, quando designado a assumir um cargo em Comissão, poderá optar por uma das opções remuneratórias descritas abaixo:

I – Pelo provimento salarial do cargo efetivo;

II – pelo provimento salarial do cargo efetivo mais 60% (sessenta por cento) do subsídio da função comissionada.

CAPÍTULO VIII**Das Disposições Transitórias**

Art. 72. Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a promover no orçamento do exercício de 2022, os necessários ajustes para a implantação desta estrutura, com o remanejamento, transposição e transferências de recursos orçamentários necessários à modernização organizacional, além daqueles necessários para cumprimento da legislação em vigor.

Parágrafo único. As alterações orçamentárias far-se-ão de conformidade com o que se contém nos artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64 e seus parágrafos, sem prejuízo dos limites estabelecidos para suplementações na Lei Orçamentária.

Art. 73. Fica autorizado a inclusão de elemento de despesa em Ação dos Programas instituídos no PPA, LDO e LOA, bem como a abertura de crédito especial, para suprir as despesas instituídas na presente lei.

Art. 74. Fica instituída a Tabela de Cargos Comissionados no Anexo I desta Lei.

Art. 75. Ficam criados ou redefinidos os Cargos Comissionados (CC): Secretário (a) Municipal Adjunto(a), Secretário(a) Executivo, Superintendente, Coordenador(a), Gerente, Diretor(a), Assessor(a) Especial, Assessor(a) Especial Jurídico, Assistente I constantes na presente Lei Delegada, inclusive, seus respectivos valores de referência ficam contidos no **Anexo I** desta Lei.

Art. 76. Ficam atribuídas as funções dos cargos comissionados relacionados no art. 69, da seguinte forma:

I – Secretário(a) Municipal Adjunto(a): Integrar, executar, controlar e avaliar as atividades de Tecnologia e Modernização, Gestão Administrativa e Financeira, Controle Interno da Secretaria; Administrar o Compromisso de Gestão de Secretaria, apresentando os resultados obtidos e propor projetos, planos, estratégias e metodologias para a Secretaria; Representar a Secretaria Municipal inerente junto aos Sistemas Administrativos de Tecnologia de Informação, Administração Financeira, Controle Interno, Gestão de Materiais e Serviços, Gestão Organizacional, Gestão de Recursos Humanos, Informações Estatísticas, Planejamento e Orçamento, Serviços Jurídicos, Gestão Patrimonial, Gestão Documental e Publicação Oficial e Corregedoria, com o apoio das secretarias executivas.

II – Secretário(a) Executivo: Planejar, organizar, coordenar e controlar serviços da secretaria; Gerenciar informações auxiliando na execução das tarefas administrativas e em reuniões, coordenando e controlando equipes e atividades. Coletar informações para consecução de objetivo e metas da Secretaria Municipal vinculado. Conhecer e aplicar a legislação pertinente a sua área de atuação e dos protocolos da Secretaria Municipal vinculado. Executar tarefas pertinentes à área de atuação da Secretaria Municipal liderado pelo Secretário(a) Municipal. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

III – Superintendente: acompanhar a execução dos planos e programas da Secretaria, avaliando e controlando os seus resultados; estudar e avaliar, permanentemente, o custo-benefício de projetos e atividades da Secretaria; promover o alinhamento da Superintendência na elaboração de planos, programas e projetos pertinentes à área de atuação da Secretaria; promover a articulação das unidades administrativas básicas da Secretaria, de forma a obter um fluxo contínuo de informações, facilitando a coordenação e o processo de tomada de decisões; despachar com o Secretário; substituir o Secretário em suas faltas e impedimentos; praticar atos administrativos da competência do Secretário, por delegação deste; submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam à sua competência; desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhes forem atribuídas pelo Secretário.

IV – Coordenador(a): Coordenar e controlar as atividades dos departamentos; Dar orientação técnica aos integrantes da equipe; Distribuir e controlar a carga de trabalho, indicando os servidores responsáveis pela sua execução; Acompanhar a execução do trabalho, inclusive no local da sua realização, quando necessário; Racionalizar as atividades da equipe, com vistas ao constante aperfeiçoamento; Realizar, periodicamente, reunião técnica e administrativa com os componentes da equipe; Avaliar a qualidade do trabalho dos integrantes da equipe, inclusive quanto a sua forma, conteúdo e adequação às normas e orientações internas da secretaria.

V – Gerente: Subsidiar as avaliações de produtividade e desempenho dos componentes da equipe; Propor ao superior hierárquico medidas para o aumento da eficiência dos trabalhos e de correção de eventuais disfunções; Propor programas de capacitação e desenvolvimento e indicar componentes da equipe para participação em treinamentos; Representar os componentes da equipe perante ao superior hierárquico a que está subordinado e adotar os procedimentos necessários à divulgação e ao cumprimento das normas editadas pela secretaria.

VI – Diretor(a): exercer a administração geral das unidades complementares vinculadas à Diretoria, zelando pelo cumprimento de suas disposições regulamentares, bem como praticando os atos de gestão administrativa no âmbito de sua atuação, despachar com Secretários e superiores hierárquicos; orientar seus subordinados na execução de suas tarefas; avaliar o desempenho de seus subordinados; acompanhar os serviços dos órgãos e unidades administrativas que compõem a estrutura da Secretaria; executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato.

VII – Assessor(a) Especial: Estabelecer mecanismos para assegurar a integridade da Secretaria, assegurando sua própria responsabilização e a dos outros membros pelas atribuições; tomar decisões assertivas, com respaldo técnico e visão sistêmica, gerenciando riscos e estabelecendo prioridades; conceber e viabilizar soluções inovadoras diante dos desafios da Secretaria, aproveitando as oportunidades identificadas; capacidade para argumentar e influenciar na tomada de coerentes, favorecendo o consenso, orientadas pelos fundamentos administrativos; assessorar o superior hierárquico em diversos assuntos e funções.

VIII – Assessor(a) Especial Jurídico: Assistir ao Secretário, Superintendentes, Diretores, Gerente e Assessores: no encaminhamento de matérias e questões em geral que envolvam aspectos jurídicos e legais; no exame e na elaboração de proposição de atos legais, regulamentares e administrativos, de natureza vinculada à atividade finalística da Secretaria; no preparo de resposta técnica a pleitos de natureza vinculada à atividade finalística da Secretaria; Examinar e preparar propostas de editais de licitação, contratos, convênios, de ajustes e de protocolos em geral, a serem firmados pelo Secretário; Coordenar programas, atividades e trabalhos especiais na área jurídica de que for incumbida pelo Secretário; Articular-se com as orientações e projetos desenvolvidos e coordenados pela Procuradoria Geral do Município.

IX – Assistente I: auxiliar os gestores nas suas atividades; fornecer suporte às necessidades operacionais; gerenciar documentos; organizar dia a dia da pasta gestora; controlar as receitas e a aquisição de materiais.

X – Assistente II: auxiliar os gestores nas suas atividades; fornecer suporte às necessidades operacionais não realizadas pelo Assistente I; ações voltadas à execução diária das atividades em atendimento as demandas de internas e externas.

CAPÍTULO IX

Das Disposições Finais

Art. 77. As atividades da administração geral que constituem sistemas específicos, tais como material, patrimônio, pessoal, contabilidade, comunicações e as de programação e orçamento serão operadas de forma homogênea e integrada através dos departamentos, gerências ou chefias, subordinadas diretamente ao Secretário Municipal da respectiva área, sendo que todos os cargos correspondentes serão de Provimento em Comissão.

Art. 78. Além do disposto no art.73 deste Lei, será comum a todos os Secretários Municipais, o seguinte:

- I – participar da elaboração do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual do Município, fornecendo os subsídios necessários;
- II – promover a gestão integrada dos serviços administrativos, visando a sua economicidade;
- III – zelar pela obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade publicidade, eficiência, razoabilidade e do interesse público;
- IV – promover junto aos órgãos auxiliares da Administração o conhecimento de todas as Leis Ordinárias e de maneira especial, as Constituições Federal e Estadual, Lei Orgânica do Município, Estatutos, Códigos, Regulamentos e o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município;
- V – estar atento para novas técnicas gerenciais e operacionais, visando a melhoria e racionalização do sistema;
- VI – buscar literaturas e experiências comprovadamente eficientes para contribuir com a otimização do sistema;
- VII – gerir bem as atividades fins, assim como as atividades meios, afetas aos órgãos auxiliares da respectiva Secretaria;
- VIII – estabelecer objetivos e metas para suas respectivas áreas de responsabilidades; e
- IX – propor ao Prefeito Municipal a contratação de pessoal e serviços necessários e essenciais às atividades internas e externas dos Órgãos e Entidades e implantação dos serviços dirigidos à população.

Art. 79. O horário de expediente nas repartições municipais, da administração direta e indireta, é das 07h às 13h, em turno ininterrupto, conforme Decreto Municipal nº 07, de 10 de janeiro de 2021.

§1º Todo e qualquer servidor contratado e efetivo terão seus horários definidos conforme a sua carga horária.

§2º Os servidores comissionados, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo, têm horário de trabalho definido por dedicação exclusiva.

§3º As repartições municipais consideradas essenciais, assim como órgãos da Saúde, Segurança, Transporte, limpeza pública, Educação, Assistência e a Defesa Civil, seguem horários distribuídos em turnos diferentes para o atendimento à população.

Art. 80. Ficam criadas ou redefinidas na Estrutura Organizacional do Município, Funções Gratificadas – (FG), níveis 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9, de conformidade com o Anexo II, parte integrante desta Lei.

Art. 81. As Funções Gratificadas de que trata o artigo anterior, serão atribuídas somente a servidores que exerçam funções assemelhadas a cargo de chefia ou que extrapolem as atribuições do cargo.

Art. 82. Para que o servidor perceba a Função Gratificada, necessário se faz, que o Secretário da pasta qual o servidor estiver lotado, justifique por escrito ao Chefe do Executivo, a necessidade de ser atribuída ao Servidor a Função Gratificada, podendo ser autorizada ou não.

Art. 83. O servidor designado para Função Gratificada perceberá a remuneração do cargo efetivo acrescida do valor da retribuição da função para a qual foi designado, sendo defeso a acumulação com outra gratificação do gênero ou cargo comissionado.

Art. 84. Os valores da retribuição recebida pela ocupação de Função Gratificada não se incorporam à remuneração do servidor e não integram os proventos de aposentadoria e de pensão.

Art. 85. O organograma componente do Anexo III desta Lei corresponde à representação gráfica da estrutura organizacional do Município de Pão de Açúcar.

Art. 86. O § 5º do Art. 110, da Lei nº 496/2017, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Pão de Açúcar passa a vigorar com os seguintes termos:

“§5º Os cargos da Diretoria Executiva e sua Assessoria são de provimento em comissão, com remuneração estipulada conforme tabela abaixo:

FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO(R\$)
Diretor Presidente	4.000,00
Diretor de Previdência e Benefícios	2.169,00
Diretor Administrativo-Financeiro	2.169,00
Assessor Especial Jurídico	3.000,00
Coordenador de Controle Interno	2.169,00

Art. 87. O Art. 5º da Lei Municipal nº 210/2002, passa a vigorar com os seguintes termos:

“Art. 5º. O SAAE terá a seguinte estrutura organizacional, cujos são de provimento em comissão, com remuneração estipulada conforme tabela abaixo:”

FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO(R\$)
Diretor Presidente	4.000,00
Diretor Técnico	2.169,00
Diretor Administrativo-Financeiro	2.169,00
Gerente Operacional	1.640,00
Gerente de Manutenção	1.640,00

Art. 88. Fica o Poder Executivo autorizado a readequar os Salários dos Cargos em Provimento em Comissão da Prefeitura Municipal de Pão de Açúcar, nas respectivas datas-bases, considerando a conveniência e oportunidade, bem como, os dispositivos definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 89. As disposições pertinentes aos Fundos Municipais, Fundações e outros órgãos, inclusive Conselhos encontram-se disciplinadas em diplomas autônomos, ou serão regulamentadas em momento oportuno.

Art. 90. A Ouvidoria Municipal fica vinculada a Corregedoria-Geral Municipal, a qual se regerá por esta Lei e pelas normas e procedimentos pertinentes que adotar e demais disposições legais.

Parágrafo Único. O Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, disciplinado pela Lei Federal nº 12.527/2011 será exercido pelo Corregedor(a) Geral Municipal.

Art. 91. A Lei Municipal nº 486/2017, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno, a organização da Controladoria-Geral do Município, e cria o cargo de Ouvidor, vigorará com os termos que não estejam em contrário à nova estrutura administrativa instituída nesta Lei Delegada.

Art. 92. O Chefe do Executivo Municipal, por meio de Decreto, disciplinará os casos omissos nesta Lei.

Art. 93. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Delegada 001/2018.

Pão de Açúcar/AL, 28 de dezembro de 2022.

JORGE SILVA DANTAS

Prefeito

ANEXO I

LEI DELEGADA Nº 01/2022

CARGOS DE PROVIMENTO SEM COMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

CARGO	SÍMBOLO	QUANTIDADE	VENCIMENTOS
Procurador Geral do Município	CC-1	01	R\$ 5.000,00
Controlador Geral do Município	CC-1	01	R\$ 5.000,00
Corregedor Geral do Município	CC-2	01	R\$ 4.000,00
Secretário Municipal	CC-1	11	R\$ 5.000,00
Secretário Municipal Adjunto	CC-2	03	R\$ 4.000,00
Secretário Executivo	CC-2	08	R\$ 4.000,00
Assessor Especial	CC-3	44	R\$ 3.000,00
Médico Perito	CC-3	01	R\$ 3.000,00
Superintendente	CC-3	35	R\$ 3.000,00
Coordenador	CC-4	108	R\$ 2.500,00
Gerente	CC-5	59	R\$ 1.886,00
Diretor	CC-6	22	R\$ 1.640,00
Assistente I	CC-7	69	R\$ 1.426,00
Assistente II	CC-8	102	R\$ 1.300,00

ANEXO II

LEI DELEGADA Nº 01/2022

CARGOS DE PROVIMENTO SEM COMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

FG	VENCIMENTOS-R\$
01	1.000,00
02	800,00
03	600,00
04	500,00
05	400,00
06	350,00
07	300,00
08	250,00
09	200,00

Publicado por:
Napoleão Rodrigues Couto Júnior
Código Identificador:351ABBD7

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

PLANILHA SIAFIC

G1 - Requisitos Mínimos do SIAFIC

Nr. da Linha	Fundamentação Legal	Perguntas	Resposta:	Previsão de Adequação ao Decreto nº 10.540/2020 ¹
			Não / Sim / Parcial	
1	Decreto nº 10.540/2020, Art. 1º § 1º	O SIAFIC do ente federativo é utilizado por todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20 da LC nº 101/2000, incluídas as defensorias públicas?	Parcial	31/01/2023
2	Decreto nº 10.540/2020, Art. 1º § 3º	O Poder Executivo é o responsável pela contratação ou desenvolvimento, manutenção e atualização do SIAFIC?	Sim	
3	Decreto nº 10.540/2020, Art. 1º § 3º	O Poder Executivo é o responsável pela definição das regras contábeis e das políticas de acesso e segurança da informação, aplicáveis aos Poderes e aos órgãos de cada ente federativo, resguardada a autonomia?	Sim	
4	Decreto nº 10.540/2020, Art. 1º § 1º, inciso I	O SIAFIC controla e evidencia as operações realizadas pelos Poderes e órgãos e os seus efeitos sobre os bens, os direitos, as obrigações, as receitas e as despesas orçamentárias do ente federativo?	Sim	
5	Decreto nº 10.540/2020, Art. 1º § 1º, inciso I	O SIAFIC controla e evidencia as operações realizadas pelos Poderes e órgãos e os seus efeitos sobre os bens, os direitos, as obrigações, as receitas e despesas patrimoniais do ente federativo?	Sim	
6	Decreto nº 10.540/2020, Art. 1º § 1º, inciso II	O SIAFIC controla e evidencia os recursos dos orçamentos, das alterações decorrentes de créditos adicionais, das receitas prevista e arrecadada e das despesas empenhadas, liquidadas e pagas à conta desses recursos e das respectivas disponibilidades?	Sim	
7	Decreto nº 10.540/2020, Art. 1º § 1º, inciso III	O SIAFIC controla e evidencia perante a Fazenda Pública, a situação daqueles que arrecadem receitas, efetuem despesas e administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados?	Sim	
8	Decreto nº 10.540/2020, Art. 1º § 1º, inciso IV	O SIAFIC controla e evidencia a situação patrimonial do ente público e a sua variação efetiva ou potencial, observada a legislação e normas aplicáveis?	Parcial	30/06/2023
9	Decreto nº 10.540/2020, Art. 1º § 1º, inciso V	O SIAFIC controla e evidencia as informações necessárias à apuração dos custos dos programas e das unidades da administração pública?	Não	30/06/2023
10	Decreto nº 10.540/2020, Art. 1º § 1º, inciso VI	O SIAFIC controla e evidencia a aplicação dos recursos pelos entes federativos, agrupados por ente federativo beneficiado, incluído o controle de convênios, de contratos e de instrumentos congêneres?	Não	30/06/2023
11	Decreto nº 10.540/2020, Art. 1º § 1º, inciso VII	O SIAFIC controla e evidencia as operações de natureza financeira não compreendidas na execução orçamentária, das quais resultem débitos e créditos?	Sim	
12	Decreto nº 10.540/2020, Art. 1º § 1º, inciso VIII	O SIAFIC emite relatórios do Diário, Razão e Balancete Contábil, individuais ou consolidados, gerados em conformidade com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público estabelecido pelas normas gerais de consolidação das contas públicas a que se refere o § 2º do art. 50 da LC nº 101/2000?	Sim	
13	Decreto nº 10.540/2020, Art. 1º § 1º, inciso IX	O SIAFIC permite a emissão das demonstrações contábeis e dos relatórios e demonstrativos fiscais, orçamentários, patrimoniais, econômicos e financeiros previstos em lei ou em acordos nacionais ou internacionais, com disponibilização das informações em tempo real (até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil)?	Sim	
14	Decreto nº 10.540/2020, Art. 1º § 1º, inciso X	O SIAFIC controla e evidencia as operações intragovernamentais, com vistas à exclusão de duplicidades na apuração de limites e na consolidação das contas públicas?	Sim	
15	Decreto nº 10.540/2020, Art. 1º § 1º, inciso XI	O SIAFIC controla e evidencia a origem e a destinação dos recursos legalmente vinculados à finalidade específica?	Sim	
16	Decreto nº 10.540/2020, Art. 1º § 6º	O SIAFIC é único no ente federativo e permite a integração com outros sistemas estruturantes existentes?	Parcial	30/04/2023

G2 - Requisitos Mínimos dos Procedimentos Contábeis do SIAFIC

Nr. da Linha	Fundamentação Legal	Perguntas	Resposta:	Previsão de Adequação ao Decreto nº 10.540/2020 ¹
			Não / Sim	
17	Decreto nº 10.540/2020, Art. 4º	O SIAFIC processa e centraliza o registro contábil dos atos e fatos que afetam ou podem afetar o patrimônio da entidade?	Parcial	30/06/2023
18	Decreto nº 10.540/2020, Art. 4º, § 1º, inciso I	Os registros contábeis realizados no SIAFIC estão em conformidade com o mecanismo de débitos e créditos em partidas dobradas, ou seja, para cada lançamento a débito há outro lançamento a crédito de igual valor?	Sim	
19	Decreto nº 10.540/2020, Art. 4º, § 1º, inciso II	Os registros contábeis realizados no SIAFIC estão em idioma e moeda corrente nacionais?	Sim	
20	Decreto nº 10.540/2020, Art. 4º, § 2º	O SIAFIC permite a conversão de transações realizadas em moeda estrangeira para moeda nacional à taxa de câmbio vigente na data do balanço?	Não	31/12/2023
21	Decreto nº 10.540/2020, Art. 4º, § 4º	Os registros contábeis devem ser efetuados de forma analítica e refletir a transação com base em documentação de suporte que assegure o cumprimento da característica qualitativa da verificabilidade. O SIAFIC somente permite lançamentos contábeis em contas analíticas?	Sim	
22	Decreto nº 10.540/2020, Art. 4º, § 6º	O registro contábil conterá, no mínimo, os seguintes elementos: I - a data da ocorrência da transação; II - a conta debitada; III - a conta creditada; IV - o histórico da transação, com referência à documentação de suporte, de forma descritiva ou por meio do uso de código de histórico padronizado; V - o valor da transação; e VI o número de controle dos registros eletrônicos que integrem um mesmo lançamento contábil. O SIAFIC só permite a inclusão de registros contábeis se identificados todos esses elementos?	Sim	
23	Decreto nº 10.540/2020, Art. 4º, § 7º	No SIAFIC, o registro dos bens, dos direitos e das obrigações possibilita a indicação dos elementos necessários à sua caracterização e identificação?	Sim	
24	Decreto nº 10.540/2020, Art. 4º § 8º	O SIAFIC contempla procedimentos que garantam a segurança, a preservação e a disponibilidade dos documentos e dos registros contábeis mantidos em sua base de dados?	Sim	
25	Decreto nº 10.540/2020, Art. 4º § 9º	O SIAFIC permite a acumulação dos registros por centros de custos?	Não	30/06/2023
26	Decreto nº 10.540/2020, Art. 4º, § 10, III	O SIAFIC veda a alteração dos códigos-fonte ou de suas bases de dados que possam modificar a essência do fenômeno representado pela contabilidade ou das demonstrações contábeis?	Sim	
27	Decreto nº 10.540/2020, Art. 9º, § 10, IV	O SIAFIC veda a utilização de ferramentas de sistema que refaçam os lançamentos contábeis em momento posterior ao fato contábil ocorrido, que ajustem ou não as respectivas numerações sequenciais e outros registros de sistema?	Sim	
28	Decreto nº 10.540/2020, Art. 4º § 1º	A escrituração contábil deve representar integralmente o fato ocorrido e observar a tempestividade necessária para que a informação contábil gerada não perca a sua utilidade. O SIAFIC assegura a inalterabilidade das informações originais, impedindo alteração ou exclusão de lançamentos contábeis realizados?	Sim	
29	Decreto nº 10.540/2020, Art. 5º	O SIAFIC contém rotinas para a realização de correções ou de anulações por meio de novos registros, de forma a preservar o registro histórico dos atos?	Sim	
30	Decreto nº 10.540/2020, Art. 6º, I c/c § 1º	O SIAFIC ficará disponível até o vigésimo quinto dia do mês para a inclusão de registros necessários à elaboração de balancetes relativos ao mês imediatamente anterior. O SIAFIC impede a realização de lançamentos após o dia 25 do mês subsequente?	Sim	
31	Decreto nº 10.540/2020, Art. 6º, II	O SIAFIC ficará disponível até trinta de janeiro para o registro dos atos de gestão orçamentária e financeira relativos ao exercício imediatamente anterior, inclusive para a execução das rotinas de inscrição e cancelamento de restos a pagar. O SIAFIC impede a realização de lançamentos após o dia 30 de janeiro?	Sim	
32	Decreto nº 10.540/2020, Art. 6º, III	O SIAFIC ficará disponível até o último dia do mês de fevereiro para outros ajustes necessários à elaboração das demonstrações contábeis do exercício imediatamente anterior e para as informações com periodicidade anual a que se referem o § 2º do art. 48 e o art. 51 da LC nº 101/2000. O SIAFIC impede a realização de lançamentos após o último dia do mês de fevereiro?	Sim	

G3 - Requisitos Mínimos de Transparência da Informação do SIAFIC

Nr. da Linha	Fundamentação Legal	Perguntas	Resposta:	Previsão de Adequação ao Decreto nº 10.540/2020 ¹
			Não / Sim	
33	Decreto nº 10.540/2020, Art. 7º, § 1º	O SIAFIC disponibiliza, em meio eletrônico e de forma pomenorizada, as informações sobre a execução orçamentária e financeira, em tempo real (até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil)?	Sim	
34	Decreto nº 10.540/2020, Art. 7º, § 3º, inciso III	A disponibilização em meio eletrônico de acesso público observa os requisitos estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018)?	Parcial	30/06/2023
35	Decreto nº 10.540/2020, Art. 8º, inciso I, a)	O SIAFIC, direto ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes disponibiliza as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados referentes ao empenho, à liquidação e ao pagamento?	Sim	
36	Decreto nº 10.540/2020, Art. 8º	O SIAFIC, direto ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes disponibiliza as informações	Sim	

	inciso I, b)	relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras do número do processo que instruir a execução orçamentária da despesa, quando for o caso?		
37	Decreto nº 10.540/2020, Art. 8º, inciso I, c)	O SIAFIC, direto ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes disponibiliza as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados referentes a classificação orçamentária, com a especificação da unidade orçamentária, da função, da subfunção, da natureza da despesa, do programa e da ação e da fonte dos recursos que financiou o gasto?	Sim	
38	Decreto nº 10.540/2020, Art. 8º, inciso I, d)	O SIAFIC, direto ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes disponibiliza as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados referentes aos desembolsos independentes da execução orçamentária?	Não	30/04/2023
39	Decreto nº 10.540/2020, Art. 8º, inciso I, e)	O SIAFIC, direto ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes disponibiliza as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados referentes a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, com seu respectivo número de inscrição no CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, inclusive quanto aos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto na hipótese de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários?	Sim	
40	Decreto nº 10.540/2020, Art. 8º, inciso I, f)	O SIAFIC, direto ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes disponibiliza as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados referentes aos convênios realizados, com o número do processo correspondente, o nome e identificação por CPF ou CNPJ do conveniente, o objeto e o valor?	Não	30/04/2023
41	Decreto nº 10.540/2020, Art. 8º, inciso I, g)	O SIAFIC, direto ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes disponibiliza as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras, quanto à despesa, dos dados referentes ao procedimento licitatório realizado, ou a sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do respectivo processo?	Parcial	30/06/2023
42	Decreto nº 10.540/2020, Art. 8º, inciso I, h)	O SIAFIC, direto ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes disponibiliza as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras, quanto à despesa, dos dados referentes a descrição do bem ou do serviço adquirido, quando for o caso?	Sim	
43	Decreto nº 10.540/2020, Art. 8º, inciso II, a)	O SIAFIC, direto ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes disponibiliza as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados e valores relativos à previsão da receita na lei orçamentária anual?	Sim	
44	Decreto nº 10.540/2020, Art. 8º, inciso II, b)	O SIAFIC, direto ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes disponibiliza as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras, quanto à receita, dos dados e valores relativos ao lançamento, resguardado o sigilo fiscal na forma da legislação, quando for o caso?	Sim	
45	Decreto nº 10.540/2020, Art. 8º, inciso II, c)	O SIAFIC, direto ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes disponibiliza as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados e valores relativos à arrecadação, inclusive referentes a recursos extraordinários?	Sim	
46	Decreto nº 10.540/2020, Art. 8º, inciso II, d)	O SIAFIC, direto ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes disponibiliza as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados e valores referentes ao recolhimento?	Sim	
47	Decreto nº 10.540/2020, Art. 8º, inciso II, e)	O SIAFIC, direto ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes disponibiliza as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados e valores referentes à classificação orçamentária, com a especificação da natureza da receita e da fonte de recursos?	Sim	

G4 - Requisitos Mínimos Tecnológicos do SIAFIC

Nr. da Linha	Fundamentação Legal	Perguntas	Resposta:	Previsão de Adequação ao Decreto nº 10.540/2020
			Não / Sim	
48	Decreto nº 10.540/2020, Art. 9º, inciso I	O SIAFIC permite o armazenamento, a integração, a importação e a exportação de dados, observados o formato, a periodicidade e o sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União?	Sim	
49	Decreto nº 10.540/2020, Art. 9º, inciso II	O SIAFIC tem mecanismos que garantam a integridade, a confiabilidade, a auditabilidade e a disponibilidade da informação registrada e exportada?	Parcial	31/01/2023
50	Decreto nº 10.540/2020, Art. 9º, inciso III	Os documentos gerados pelo SIAFIC contem a identificação do sistema e do seu desenvolvedor?	Sim	
51	Decreto nº 10.540/2020, Art. 11, caput	O SIAFIC tem mecanismos de controle de acesso de usuários baseados, no mínimo, na segregação das funções de execução orçamentária e financeira, de controle e de consulta?	Sim	
52	Decreto nº 10.540/2020, Art. 11, § 1º	O SIAFIC impede a criação de usuários sem a indicação de CPF ou Certificado Digital (usuário genérico)?	Sim	
53	Decreto nº 10.540/2020, Art. 11, § 4º	O SIAFIC mantém controle da concessão e da revogação das senhas de acesso ao sistema?	Sim	
54	Decreto nº 10.540/2020, Art. 11, § 5º	O SIAFIC arquiva os documentos referentes ao cadastramento e à habilitação de cada usuário e os mantém em boa guarda e conservação, em arquivo eletrônico centralizado, que permita a consulta por órgãos de controle interno e externo e por outros usuários?	Não	28/02/2023
55	Decreto nº 10.540/2020, Art. 12	O registro das operações de inclusão, exclusão ou alteração de dados efetuadas pelos usuários será mantido no SIAFIC e conerá, no mínimo: I - o código CPF do usuário; II - a operação realizada; e III - a data e a hora da operação. O SIAFIC mantém o registro das operações efetuadas no sistema?	Sim	
56	Decreto nº 10.540/2020, Art. 14	O SIAFIC tem mecanismos de proteção contra acesso direto não autorizado a sua base de dados?	Sim	
57	Decreto nº 10.540/2020, Art. 14, § 2º	O SIAFIC veda a manipulação da base de dados e registra cada operação realizada em histórico gerado pelo banco de dados (logs)?	Sim	
58	Decreto nº 10.540/2020, Art. 15	O SIAFIC mantém cópia de segurança da base de dados que permita a sua recuperação em caso de incidente ou de falha, com periodicidade diária?	Sim	

G5 - Responsáveis pelas informações do Plano de Ação - SIAFIC

Nr. da Linha	Nome	Tipo de Responsabilidade	CPF	Telefone	e-mail	Período do Cargo/Mandato
59	CARLOS HENRIQUE VILELA DE VASCONCELOS	PREFEITO	731.093.474-15		contabilidadesulte@gmail.com	01/01/2021 a 31/12/2024
60	ISAC EMANUELL DE HOLANDA C DOS SANTOS	RESPONSÁVEL CONTÁBIL	046.452.624-83		contabilidadesulte@gmail.com	01/01/2021 a 31/12/2024
61	EDSON FAUSTO DA SILVA	CONTROLADOR INTERNO	407.480.224-49		contabilidadesulte@gmail.com	01/01/2021 a 31/12/2024

CARLOS HENRIQUE VILELA DE VASCONCELOS:73109347415

Assinado digitalmente por CARLOS HENRIQUE VILELA DE VASCONCELOS:73109347415

Data: 2022.12.27 11:00:36 - 0300

ISAC EMANUELL DE HOLANDA CAVALCANTE DOS SANTOS:04645262483

Assinado digitalmente por ISAC EMANUELL DE HOLANDA CAVALCANTE DOS SANTOS:04645262483

Data: 2022.12.27 11:02:48 -0300

EDSON FAUSTO DA SILVA:407480224 49

Assinado de forma digital por EDSON FAUSTO DA SILVA:40748022449 Dados: 2022.12.27 11:41:02 -03'00'

Publicado por:
João Ricardo Barbosa Julião
Código Identificador:67C48FF2

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS DO QUITUNDE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO / TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022

OBRA DE ENGENHARIA- IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM SUPERFICIAL NAS RUAS DO POVOADO BANANAL, ALTO DA COHAB, SUBSTACÃO E ZÉ ALVES no Município de São Luís do Quitunde - AL

Em sessão do dia 07 (Sete) do mês de Dezembro do ano em curso, Manifestaram interesse comparecendo à reunião um total de 18 (dezoito) empresas que tiveram interesse em participar da sessão. Preliminarmente, ressaltamos que antes do dia agendado para sessão, 05 (Cinco) empresas: **PONTUAL ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ de nº 18.737.938/0001-54, **RM ENGENHARIA - EIRELI** CNPJ de nº 43.327.581/0001-83, **DLV CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA EPP**, CNPJ de nº 34.905.197/0001-20 e **WESCLEY DA SILVA OLIVEIRA EIRELI (WSO ENGENHARIA)** CNPJ de nº 37.730.683/0001-42 e **KV CONSTRUÇÕES & EMPREENDIMENTOS**, CNPJ de nº 27.104.634/0001-40 PROTOCOLARAM através dos nº 444/2022 446/2022, 450/2022 e 447/2022 de forma respectivamente nos dias 02, 05, 06/12/2022 e entregando essa última a esta comissão os credenciamentos e os envelopes de A e B, cientes de que os trâmites ocorridos seriam publicados no Diário dos Municípios Alagoanos. Destaco que 06 (Seis) das Empresa(s) em sessão Protocolaram e entregaram os documentos (Envelopes A e B): **WT CONSTRUÇÕES**, CNPJ de nº 46.058.234/0001-90, **INJETEC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, CNPJ de nº 23.085.532/0001-74, **FERRARI EMPREENDIMENTOS EIRELI**, CNPJ de nº 27.025.488/0001-68; **V B DE M. FILHA EIRELI (SELETA COMÉRCIO EMPREENDIMENTOS)**, CNPJ de nº 28.389.338/0001-04; **GM LAURENTINO ENGENHARIA EIRELI**, CNPJ de nº 31.329.769/0001-81; **JRV ENGENHARIA**, CNPJ de 24.486.271/0001-67, destacado que as referida empresas protocolaram apenas os envelopes A e B. deixando de obedecer ao item 4.1.1 do edital ao deixar de apresentar os documentos de credenciamento, desta feita fica a mesma DESCRENCIADA. Destaca-se que a entrega dos envelopes, bem como o documentos de credenciamento pode se entregue por qual pessoa não credenciada, conforme as normais estabelecida no edital conforme evidencia o item 4.7. Frisa-se que 04 (quatro) empresas protocolaram em sessão os seguintes documentos: Documentos de credenciamento e os Envelopes A e B, foram as seguintes Empresas: **INOVA CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP**, CNPJ de nº 28.660.503/0001-02; **HC CONSTRUÇÕES**, CNPJ de nº 34.057.039/0001-67; **INOVE CONSTRUÇÕES EIRELI**, CNPJ de nº 18.818.196/0001-91; **CONSTRUSAN CONTRUTORA LTDA**, CNPJ de nº 13.029.361/0001-02. Oficialmente aberto o presente Certame, em seguida procedidos os trâmites inerentes às rubricas dos mesmos pela Comissão Permanente de Licitação e dos licitantes presente em sessão, haja vista a ausência de 15 (quinze) dos licitantes, todos os envelopes devidamente lacrados e incólumes. Frisa que 03 (três) empresa presente em sessão apresentou os documentos de credenciamento e os Envelopes A e B. Destaco que foram elas: **AM3 ENGENHARIA LTDA**, CNPJ de nº 16.628.118/0001-07; **JC3 ENGENHARIA EIRELI**, CNPJ de nº 27.263.594/0001-80 e **SOLUÇÃO ENGENHARIA LTDA**, CNPJ de nº 39.808.835/0001-08

Diante da Análise da Engenharia, constatou que :

Para análise da qualificação técnica, foram analisada as Certidões de Acervo Técnico – CAT, comprovando que o licitante ou seus responsáveis técnicos tenha realizado obras ou serviços similares que comprovem que o licitante ou seus responsáveis técnicos tenham realizado, obras ou serviços similares em quantidades mínimas de 50 % (cinquenta por cento) dos quantitativos de maior relevância da planilha quantitativa previstos no Quadro de Curva ABC.

Para auferir as qualificações técnica das empresas, extraímos da curva ABC os serviços de maior relevância da obra.

SERVIÇOS DE MAIOR RELEVÂNCIA:

DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO SOBRE COLCHÃO DE AREIA REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRAÇO 1:3	M²	5.515,44
ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS	M²	2.210,79

Acervo técnico apresentado pelas empresas:

EMPRESA: HUGO OTAVIO PEIXOTO DE MELO EIRELI					
CAT'S Nº: 675474/2018					
SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE ACERVO TÉCNICO	QUANTIDADE MÍNIMA 50%	ATENDE EDITAL	
				S	N
PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO GRANILÍTICO SOBRE COLCHÃO DE AREIA, REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:3	m²	6.708,76	2757,72	X	
ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM	m	2.607,16	1105,4	X	

EMPRESA: WT CONSTRUÇÕES LTDA					
CAT'S Nº: 713555/2022; 220558759/2022; 706236/2021; 704960/2021; 706632/2021; 705459/2021; 715763/2022; 713528/2022					
SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE ACERVO TÉCNICO	QUANTIDADE MÍNIMA 50%	ATENDE EDITAL	
				S	N
PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO GRANILÍTICO SOBRE COLCHÃO DE AREIA, REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:3	m²	--	2757,72		X
ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM	m	433,48	1105,4		X

OBSERVAÇÃO: Não comprovou, qualificação técnica para os serviços pavimentação em paralelepípedo e Assentamento de guia (meio-fio) conforme exigência mínima, item 6.3, alínea b, do Edital

EMPRESA: WSO CONTRUÇÕES					
CAT'S Nº: 670756/2017					
SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE ACERVO TÉCNICO	QUANTIDADE MÍNIMA 50%	ATENDE EDITAL	
				S	N
PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO GRANILÍTICO SOBRE COLCHÃO DE AREIA, REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:3	m²	25512,48	2757,72	X	

ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO EM TRECHO RETO, CONFECCIONADADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM	m	5210,44	1105,4	X	
---	---	---------	--------	---	--

EMPRESA: RM ENGENHARIA EIRELI					
CAT'S Nº: 697425/2020; 690230/2020					
SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE ACERVO TÉCNICO	QUANTIDADE MÍNIMA 50%	ATENDE EDITAL	
				S	N
PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO GRANILÍTICO SOBRE COLCHÃO DE AREIA, REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:3	m²	562	2757,72		X
ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO EM TRECHO RETO, CONFECCIONADADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM	m	811,6	1105,4		X

OBSERVAÇÃO: - Não comprovou, qualificação técnica para os serviços pavimentação em paralelepípedo e Assentamento de guia (meio-fio) conforme exigência mínima, item 6.3, alínea b, do Edital.

EMPRESA: VB DE MELO FILHA EIRELI					
CAT'S Nº:					
SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE ACERVO TÉCNICO	QUANTIDADE MÍNIMA 50%	ATENDE EDITAL	
				S	N
PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO GRANILÍTICO SOBRE COLCHÃO DE AREIA, REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:3	m²	6890,3	2757,72		X
ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO EM TRECHO RETO, CONFECCIONADADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM	m	3980	1105,4		X

OBSERVAÇÃO: - Não comprovou, qualificação técnica para os serviços pavimentação em paralelepípedo e Assentamento de guia (meio-fio) conforme exigência mínima, item 6.3, alínea b, do Edital. - A CAT Nº 665358/2016 foi apresentada sem os quantitativos do acervo técnico - Foi apresentado um atestado de capacidade técnica sem o devido registro do CREA.

EMPRESA: SOLUÇÃO CONSTRUÇÕES E SERVICOS LTDA					
CAT'S Nº: 713651/2022; 715778/2022					
SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE ACERVO TÉCNICO	QUANTIDADE MÍNIMA 50%	ATENDE EDITAL	
				S	N
PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO GRANILÍTICO SOBRE COLCHÃO DE AREIA, REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:3	m²	4225,49	2757,72	X	
ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO EM TRECHO RETO, CONFECCIONADADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM	m	5065,38	1105,4	X	

EMPRESA: INOVA CONSTRUÇÕES, SERVICOS E TELECOMUNICAÇÕES - EPP					
CAT'S Nº: 710334/2022; 677158/2018; 710410/2022; 674369/2018; 678434/2018					
SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE ACERVO TÉCNICO	QUANTIDADE MÍNIMA 50%	ATENDE EDITAL	
				S	N
PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO GRANILÍTICO SOBRE COLCHÃO DE AREIA, REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:3	m²	19259,77	2757,72	X	
ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO EM TRECHO RETO, CONFECCIONADADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM	m	5502,79	1105,4	X	

OBSERVAÇÃO:

EMPRESA: DVL CONTRUÇÃO CIVIL E LOCAÇÃO LTDA					
CAT'S Nº: 697939/2021					
SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE ACERVO TÉCNICO	QUANTIDADE MÍNIMA 50%	ATENDE EDITAL	
				S	N
PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO GRANILÍTICO SOBRE COLCHÃO DE AREIA, REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:3	m²	7655	2757,72	X	
ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO EM TRECHO RETO, CONFECCIONADADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM	m	2135	1105,4	X	

EMPRESA: INOVE CONSTRUÇÕES EIRELI					
CAT'S Nº: 707546/2022; 699107/2021					
SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE ACERVO TÉCNICO	QUANTIDADE MÍNIMA 50%	ATENDE EDITAL	
				S	N
PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO GRANILÍTICO SOBRE COLCHÃO DE AREIA, REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:3	m²	6311,17	2757,72	X	
ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO EM TRECHO RETO, CONFECCIONADADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM	m	2889,96	1105,4	X	

EMPRESA: JC3 ENGENHARIA EIRELI					
CAT'S Nº: 700147/2021; 685580/2019					
SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE ACERVO TÉCNICO	QUANTIDADE MÍNIMA 50%	ATENDE EDITAL	
				S	N
PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO GRANILÍTICO SOBRE COLCHÃO DE AREIA, REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:3	m²	6800	2757,72	X	
ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO EM TRECHO RETO, CONFECCIONADADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM	m²	6474	1105,4	X	

EMPRESA: PONTUAL ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA					
CAT'S Nº: 657186/2015, 674635/2018, 657588/2015, 678434/2018, 657214/2015					
SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE ACERVO TÉCNICO	QUANTIDADE MÍNIMA 50%	ATENDE EDITAL	
				S	N
PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO GRANILÍTICO SOBRE COLCHÃO DE AREIA, REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:3	m²	10959,95	2757,72	X	
ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO EM TRECHO RETO, CONFECCIONADADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM	m	3198,43	1105,4	X	

EMPRESA: GM LAURENTINO ENGENHARIA LTDA					
CAT'S Nº: 704711/2021; 709278/2022; 708630/2022					
SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE ACERVO TÉCNICO	QUANTIDADE MÍNIMA 50%	ATENDE EDITAL	
				S	N
PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO GRANILÍTICO SOBRE COLCHÃO DE AREIA, REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:3	m²	8210,56	2757,72	X	
ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO EM TRECHO RETO, CONFECCIONADADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM	m	3100,36	1105,4	X	

EMPRESA: CONSTRUSAN CONTRUTORA LTDA					
CAT'S Nº: 715154/2022					
SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE ACERVO TÉCNICO	QUANTIDADE MÍNIMA 50%	ATENDE EDITAL	
				S	N
PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO GRANILÍTICO SOBRE COLCHÃO DE AREIA, REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:3	m²	9787,15	2757,72	X	
ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO EM TRECHO RETO, CONFECCIONADADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM	m²	3112,2	1105,4	X	

EMPRESA: AM3 ENGENHARIA LTDA					
CAT'S Nº: 691561/2022					
SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE ACERVO TÉCNICO	QUANTIDADE MÍNIMA 50%	ATENDE EDITAL	
				S	N
PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO GRANILÍTICO SOBRE COLCHÃO DE AREIA, REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:3	m²	7784	2757,72	X	
ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO EM TRECHO RETO, CONFECCIONADADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM	m	2958,4	1105,4	X	

EMPRESA: FERRARI EMPREENDIMENTO					
CAT'S Nº: 694405/2020					
SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE ACERVO TÉCNICO	QUANTIDADE MÍNIMA 50%	ATENDE EDITAL	
				S	N
PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO GRANILÍTICO SOBRE COLCHÃO DE AREIA, REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:3	m²	9776	2757,72	X	
ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO EM TRECHO RETO, CONFECCIONADADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM	m	3721	1105,4	X	

OBSERVAÇÃO:

EMPRESA: KV CONSTRUÇÕES E EMPEENDIMENTOS EIRELI					
CAT'S Nº: 713318/2022; 701761/2021; 696196/2020678777/2018; 712410/2022					
SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE ACERVO TÉCNICO	QUANTIDADE MÍNIMA 50%	ATENDE EDITAL	
				S	N
PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO GRANILÍTICO SOBRE COLCHÃO DE AREIA, REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:3	m²	23502,22	2757,72	X	
ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO EM TRECHO RETO, CONFECCIONADADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM	m	6421,37	1105,4	X	

EMPRESA: JRV ENGENHARIA EIRELI					
CAT'S Nº: 687783/2019; 713845/2022					
SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE ACERVO TÉCNICO	QUANTIDADE MÍNIMA 50%	ATENDE EDITAL	
				S	N
PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO GRANILÍTICO SOBRE COLCHÃO DE AREIA, REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:3	m²	19649,09	2757,72	X	
ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO EM TRECHO RETO, CONFECCIONADADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM	m	6573,32	1105,4	X	

EMPRESA: INJETEC CONSTRUÇÕES E SERVICOS EIRELI					
CAT'S Nº: 712410/2022					
SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE ACERVO TÉCNICO	QUANTIDADE MÍNIMA 50%	ATENDE EDITAL	
				S	N
PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO GRANILÍTICO SOBRE COLCHÃO DE AREIA, REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:3	m²	5396,44	2757,72	X	
ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO EM TRECHO RETO, CONFECCIONADADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM	m	2513,28	1105,4	X	

Diante da análise dos documentos verificamos que:

As empresas WT CONSTRUÇÕES LTDA; RM ENGENHARIA EIRELI e VB DE MELO FILHA EIRELI não comprovaram qualificação técnica em partes ou em sua totalidade para os serviços em análises, conforme exigência mínima do item 6.3, alínea b, do edital.

A empresa VB DE MELO FILHA EIRELI apresentou um atestado de capacidade técnica sem o devido registro no CREA e a CAT Nº 665358/2016 foi apresentada sem os quantitativos do acervo técnico, portanto sua CAT não foi analisada.

As demais empresas: HUGO OTAVIO PEIXOTO DE MELO EIRELI; WSO CONTRUÇÕES; SOLUÇÃO CONSTRUÇÕES E SERVICOS LTDA; INOVA CONSTRUÇÕES, SERVICOS E TELECOMUNICAÇÕES – EPP; DVL CONTRUÇÃO CIVIL E LOCAÇÃO LTDA; INOVE CONSTRUÇÕES EIRELI; JC3 ENGENHARIA EIRELI; PONTUAL ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA; GM LAURENTINO ENGENHARIA LTDA; CONSTRUSAN CONTRUTORA LTDA; AM3 ENGENHARIA LTDA; FERRARI EMPREENDIMENTO; KV CONSTRUÇÕES E EMPEENDIMENTOS EIRELI; JRV ENGENHARIA EIRELI e INJETEC CONSTRUÇÕES E SERVICOS EIRELI, atendera o que foi solicitado no edital no que tange a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, item 6.3 do Edital.

Diante da análise por parte dessa comissão acerca dos apontamentos e alegações feita em sessão, bem como os documentos de Habilitação das Empresas no que tange as questões inerente a essa comissão frisa-se que:

A empresa JC3 ENGENHARIA EIRELI, alegou que a empresa FERRARI EMPREENDIMENTOS EIRELI, apresentou acervo profissional com quantitativo inferior ao solicitado no edital de acordo com item 6.3. alínea "b". De acordo com a análise da engenharia a empresa atendeu o que foi

solicitado no edital no que tange a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, item 6.3 do Edital. Julgando **IMPROCEDENTE** o questionamento da empresa **JC3 ENGENHARIA EIRELI**.

A empresa **JC3 ENGENHARIA EIRELI**, continuo alegando contra a empresa **HUGO OTAVIO PEIXOTO DE MELO EIRELI**, (HC CONSTRUÇÕES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO), **WT CONSTRUÇÕES**, **R M ENGENHARIA EIRELI** e **WSO CONSTRUÇÃO**, não apresentou acervo operacional de acordo com o item 6.3 alínea "b". De acordo com a análise da engenharia apenas as empresas **WT CONSTRUÇÕES** e **R M ENGENHARIA EIRELI** não comprovaram o que foi solicitado no edital no que tange a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, item 6.3 do Edital. Julgando **PROCEDENTE** o questionamento da empresa **JC3 ENGENHARIA EIRELI**.

A empresa **JC3 ENGENHARIA EIRELI**, continuo alegando contra a empresa **JRV ENGENHARIA**, não apresentou certidão estadual de execução fiscal, item 6.4 alínea "C". De acordo com a análise da comissão Julga **PROCEDENTE**, o questionamento apontado pela empresa.

A empresa **JC3 ENGENHARIA EIRELI**, continuou alegando contra a empresa **INJETEC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, apresentou cópia do documento do sócio sem autenticação conforme item 5.2 edital. De acordo com a análise da comissão Julga **IMPROCEDENTE**, o questionamento apontado pela empresa. Entretanto há atestado de conferência no documento apontado.

A empresa **JC3 ENGENHARIA EIRELI** alegou que a empresa **CONSTRUSAN CONSTRUTORA LTDA**, apresentou a certidão de quitação pessoa Jurídica **CREA**, sem validade, pois o capital social está desatualizada em certidão, com relação ao contrato social e certidão simplificada. De acordo com a análise da comissão Julga **INPROCEDENTE**, os apontamentos feitos pela empresa reclamante, pois há de fato divergência entre os documentos em questão. Certidão de quitação pessoa Jurídica **CREA** diverge entre a certidão simplificada e o capital social do contrato.

A empresa **JC3 ENGENHARIA EIRELI**, alegou que a empresa **KV CONSTRUÇÕES & EMPREENDIMENTOS**, não apresentou quantidade solicitada suficiente quanto ao item 6.3 no quesito (Pavimentação em Paralelepípedo sobre Colchão de areia rejeitada com argamassa de cimento e areia no traço 1:3). De acordo com a análise da engenharia a empresa atendeu o que foi solicitado no edital no que tange a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, item 6.3 do Edital. Julgando **IMPROCEDENTE** o questionamento da empresa **JC3 ENGENHARIA EIRELI**.

A empresa **JC3 ENGENHARIA EIRELI**, alegou que a empresa **V B DE M. FILHA EIRELI (SELETA COMÉRCIO EMPREENDIMENTOS)**, não apresentou acervo técnico registrado no **CREA** item 6.3 alínea "B". De acordo com a análise da engenharia a empresa não comprovaram o que foi solicitado no edital no que tange a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, item 6.3 do Edital. Julgando **PROCEDENTE** o questionamento da empresa **JC3 ENGENHARIA EIRELI**. Quanto a questionamento do item 6.4, alínea "C" e "D". Bem como o item 6.5 alínea "F, G e H". De acordo com a análise da comissão Julga **PROCEDENTE**, o questionamento apontado pela empresa.

Passado a palavra para a empresa **AM3 ENGENHARIA LTDA**, alegou contra a empresa **JC3 ENGENHARIA EIRELI** deixou de apresentar a certidão negativa de improbidade administrativa bem como a inidoneidade apenas na pessoa jurídica, faltando a de pessoa física conforme item 6.5.1 alínea "f" e "g". Deixou de apresentar as certidão civil pela Justiça Federal (item 6.4 "D") e a de Execução fiscal da Justiça Federal (item 6.4 "C"). De acordo com a análise da comissão Julga **PROCEDENTE**, o questionamento apontado pela empresa.

Alegou contra a empresa **SOLUÇÃO ENGENHARIA LTDA**, que a mesma deixou de apresentar o Registro Cadastral (CRC) item 6.5 alínea "D". De acordo com a análise da comissão Julga **PROCEDENTE**, o questionamento apontado pela empresa.

Alegou que a empresa **PONTUAL ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, deixou de apresentar as certidões civil e execução fiscal pelo Tribunal de Justiça de Alagoas item 6.4 alínea "C e D". Apresentou certidões negativas estadual e municipal com validade vencida. item 6.2 alínea "G". Todavia com a empresa **PONTUAL ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, é Empresa de Pequeno Porte será concedido prazo conforme item 6.6.2 e 6.6. Ressalto que a empresa apresentou em seu documento credenciamento a auto declaração do seu enquadramento. De acordo com a análise da comissão Julga **PROCEDENTE**, o questionamento apontado pela empresa.

Alegou que a empresa **FERRARI EMPREENDIMENTOS EIRELI**, apresentou todas as declarações do anexos do edital, assinado por uma pessoas responsável que não está no quadro da sociedade da empresa, nem tão pouco alguém delegado por seus sócios em procuração. A mesma não apresentou documento de credenciamento do item 4.4.1. Deixou de apresentar as certidão civil pela Justiça Federal (item 6.4 "D") e a de Execução fiscal da Justiça Federal (item 6.4 alínea "C"). De acordo com a análise da comissão Julga **PROCEDENTE**, o questionamento apontado pela empresa.

Alegou que a empresa **GM LAURENTINO ENGENHARIA EIRELI**, deixou de atende o item 6.4 alínea "C e D" na sua integralidade. De acordo com a análise da comissão Julga **PROCEDENTE**, o questionamento apontado pela empresa deixando de apresentar a Certidão da Justiça Federal de Alagoas.

Alegou que a empresa **CONSTRUSAN CONSTRUTORA LTDA**, deixou de apresentar as certidão civil pela Justiça Federal (item 6.4 alínea "D") e a de Execução fiscal da Justiça Federal (item 6.4 alínea "C"). De acordo com a análise da comissão Julga **PROCEDENTE**, o questionamento apontado pela empresa

Alegou que a empresa **INOVE CONSTRUÇÕES EIRELI**, não apresentou a certidão do **CREA**, do responsável técnico item 6.3 alínea "A". De acordo com a análise da engenharia a empresa atendeu o que foi solicitado no edital no que tange a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, item 6.3 do Edital. Julgando **IMPROCEDENTE** o questionamento da empresa. Quanto ter deixado de apresentar as certidão civil pela Justiça Federal e pelo Tribunal de Justiça de Alagoas (item 6.4 alínea "D"). De acordo com a análise da comissão Julga **PROCEDENTE**, o questionamento apontado pela empresa

Alegou que a empresa **KV CONSTRUÇÕES & EMPREENDIMENTOS** e **WT CONSTRUÇÕES**, não apresentou o acervo técnico operacional 6.3 alínea "B". De acordo com a análise da engenharia a empresa atendeu o que foi solicitado no edital no que tange a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, item 6.3 do Edital. Julgando **IMPROCEDENTE** o questionamento da empresa

Alegou que a empresa **JRV ENGENHARIA**, não apresentou certidão de execução fiscal federal, item 6.4, alínea "C". De acordo com a análise da comissão Julga **PROCEDENTE**, o questionamento apontado pela empresa

Alegou que a empresa **HUGO OTAVIO PEIXOTO DE MELO EIRELI**, (HC CONSTRUÇÕES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO) não apresentou atestado técnico operacional, item 6.3 alínea "B". De acordo com a análise da engenharia a empresa atendeu o que foi solicitado no edital no que tange a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, item 6.3 do Edital. Julgando **IMPROCEDENTE** o questionamento da empresa. No quesito não ter apresentado a certidão negativa de Inidoneos mantida pelo Tribunal de Contas do TCU, item 6.5 alínea "G". De acordo com a análise da comissão Julga **PROCEDENTE**, o questionamento apontado pela empresa.

Superado a fase das respostas alegada em sessão pelas empresas presentes, essa comissão proferiu a sua análise documental no que tange a análise por parte dessa comissão acerca dos documentos dos itens 6.1 -Habilitação Jurídica; 6.2 - Regularidade Fiscal; 6.4 - Qualificação Econômico-Financeira e 6.5 – outros documentos e nos apontamentos feito em sessão no que tange as questões inerente a essa comissão frisa-se que:

A empresa **INOVE CONSTRUÇÕES EIRELI**, deixou de atender ao item 6.4 alínea, "B" e "D". Deixou de apresentar as certidão civil pela Justiça Federal e pelo Tribunal de Justiça de Alagoas (item 6.4 alínea "D"). Estando a mesma **INABILITADA**.

A empresa **JC3 ENGENHARIA EIRELI** deixou de apresentar a certidão negativa de improbidade administrativa bem como a inidoneidade apenas na pessoa jurídica, faltando a de pessoa física conforme item 6.5.1 alínea "f" e "g". Deixou de apresentar as certidão civil pela Justiça Federal (item 6.4 "D") e a de Execução fiscal da Justiça Federal (item 6.4 "C"). Estando a mesma **INABILITADA**.

A empresa **PONTUAL ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, deixou de apresentar as certidões civil e execução fiscal pelo Tribunal de Justiça de Alagoas item 6.4 alínea "C e D". Apresentou certidões negativas estadual e municipal com validade vencida. item 6.2 alínea "G". Todavia com a empresa **PONTUAL ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, é Empresa de Pequeno Porte será concedido

prazo conforme item 6.6.2 e 6.6. Ressalto que a empresa apresentou em seu documento credenciamento a auto declaração do seu enquadramento. Entretanto a por deixar de atender na sua totalidade ao item 6.4 alínea "C e D". Estando a mesma **INABILITADA**.

A empresa **GM LAURENTINO ENGENHARIA EIRELI**, deixou de atender o item 6.4 alínea "C" pela Justiça Federal de Alagoas. Estando a mesma **INABILITADA**.

A empresa **CONSTRUSAN CONSTRUTORA LTDA**, deixou de apresentar as certidões civil pela Justiça Federal (item 6.4 alínea "D") e a de Execução fiscal da Justiça Federal (item 6.4 alínea "C"). Estando a mesma **INABILITADA**.

A empresa **AM3 ENGENHARIA LTDA**, diante da análise da comissão a mesma deixou de atender ao item 6.2 alínea "L" Prova de Regularidade Fiscal Municipal da Contratante. Estando a mesma **INABILITADA**.

A empresa **FERRARI EMPREENDIMENTOS EIRELI**, apresentou todas as declarações do anexos do edital, assinado por uma pessoas responsável que não está no quadro da sociedade da empresa, nem tão pouco alguém delegado por seus sócios em procuração. A mesma não apresentou documento de credenciamento do item 4.4.1. Deixou de apresentar as certidões civil pela Justiça Federal (item 6.4 "D") e a de Execução fiscal da Justiça Federal (item 6.4 alínea "C"). Além de deixar de atender ao item 6.2 alínea "L" Prova de Regularidade Fiscal Municipal da Contratante. Estando a mesma **INABILITADA**.

A empresa **SOLUÇÃO ENGENHARIA LTDA**, deixou de apresentar o Registro Cadastral (CRC) item 6.5 alínea "D". Além de deixar de atender ao item 6.2 alínea "L" Prova de Regularidade Fiscal Municipal da Contratante. Estando a mesma **INABILITADA**.

A empresa **INOVA CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP**, deixou atender o item 6.4 alínea "C" e "D", no que tange a Certidão Estadual Execução Fiscal e Certidão Estadual Civil, expedida pelo Justiça Federal de Alagoas. Estando a mesma **INABILITADA**.

A empresa **HUGO OTAVIO PEIXOTO DE MELO EIRELI, (HC CONSTRUÇÕES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO)** não apresentou a certidão negativa de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas do TCU, item 6.5 alínea "G". Deixou de apresentar a certidão do item 6.4 "C e D" (Certidão Estadual Execução Fiscal, pelo Tribunal de Justiça de Alagoas e pela Justiça Federal de Alagoas e Certidão Estadual Civil, pelo Tribunal de Justiça de Alagoas e pela Justiça Federal de Alagoas). Estando a mesma **INABILITADA**.

A empresa **WT CONSTRUÇÕES LTDA**, deixou de atender ao item 6.3, alínea "B", conforme parecer da engenharia. Estando a mesma **INABILITADA**.

A empresas **R M ENGENHARIA EIRELI**, deixou de atender ao item 6.5 alínea "G" Certidão Negativa de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU e ao item 6.5.1 alínea "G" sócios. Estando a mesma **INABILITADA**.

A empresa **B DE M. FILHA EIRELI (SELETA COMÉRCIO EMPREENDIMENTOS)**, deixou de atender aem sua totalidade do item 6.4, alínea "C" e "D", bem como o item 6.5 alínea "F, G e H" e 6.5.1 alínea "F, G". Estando a mesma **INABILITADA**.

A empresa **JRV ENGENHARIA**, deixou de apresentar a certidão Estadual Civil e Certidão Estadual Execução Fiscal da Justiça Federal de Alagoas, item 6.4, alínea "C" e "D". Estando a mesma **INABILITADA**.

Logo estão **INABILITADAS** as empresas: INOVE CONSTRUÇÕES EIRELI; JC3 ENGENHARIA EIRELI ; PONTUAL ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ; GM LAURENTINO ENGENHARIA EIRELI; CONSTRUSAN CONSTRUTORA LTDA; AM3 ENGENHARIA LTDA; FERRARI EMPREENDIMENTOS EIRELI; SOLUÇÃO ENGENHARIA LTDA; INOVA CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP; HUGO OTAVIO PEIXOTO DE MELO EIRELI, (HC CONSTRUÇÕES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO); WT CONSTRUÇÕES LTDA; R M ENGENHARIA EIRELI; B DE M. FILHA EIRELI (SELETA COMÉRCIO EMPREENDIMENTOS) e JRV ENGENHARIA, pelo motivos e itens já listado e julgados acima.

Estão **HABILITADAS** as empresas: WSO CONSTRUÇÕES; DVL CONSTRUÇÃO CIVIL E LOCAÇÃO LTDA - EPP; KV CONSTRUÇÕES & EMPREENDIMENTOS e INJETEC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI

Inicie-se o prazo para recurso no primeiro dia útil subsequente a esta publicação, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93. A íntegra do julgamento dos documentos de habilitação poderão ser obtidos na sede da Comissão Permanente de Licitação, localizada no Edifício da Prefeitura Municipal na Praça Ernesto Gomes Maranhão, nº 55, Centro, São Luis do Quitunde, Alagoas.

Encaminha-se o referido Julgamento da Tomada de Preço da fase de Habilitação para Publicação no Diário dos Municípios Alagoano - AMA/AL, concomitantemente ao Diário Oficial do Município de São Luis do Quitunde e para o Site e páginas oficiais da Prefeitura, afim do cumprimento do princípio da transparência dos fatos.

São Luis do Quitunde/AL, 28 de Dezembro de 2022

Alex Lins Fernandes
Presidente da CPL

Publicado por:
Alex Lins Fernandes
Código Identificador:BA08ED39

O PLANETA AGRADECE

AO PUBLICAR NO DIÁRIO DOS MUNICÍPIOS
O GOVERNO POUPA O DESMATAMENTO E
DIMINUI O CONSUMO DE PAPEL.

PARA INFORMAÇÕES

82 2122.7300

ama@ama.al.org.br



AMA
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS